

ANAIS

VII SEMINÁRIO BEM VIVER INDÍGENA
LEMA
VIVER BEM - SAÚDE, ÁGUA E TERRITÓRIO



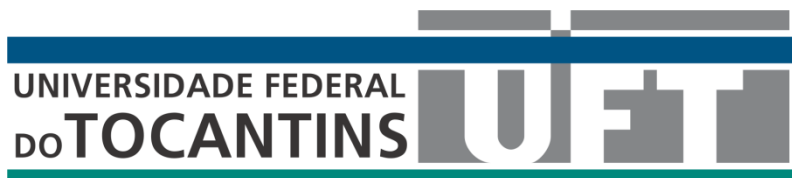
TEMA
**OS IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS
NAS FONTES DE ÁGUA DOS POVOS DO CERRADO**

**11 E 12 DE SETEMBRO 2018
CAMPUS DA UFT DE ARAGUAÍNA**



ART. GUSTAVE OLIVEIRA

Araguaína - Tocantins



Universidade Federal do Tocantins – UFT
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX
Câmpus Universitário de Araguaína
Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS

Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena 2017-2018

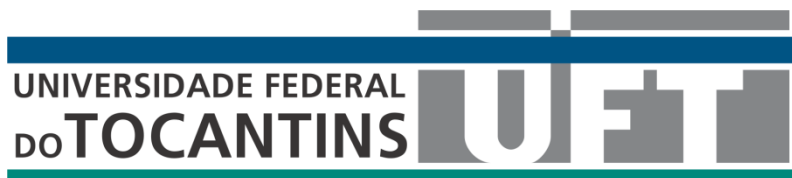
Tema:
**Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes
de água dos Povos do Cerrado**

Organizadores:
Danielle Mastelari Levorato
Priciane Cristina Correa Ribeiro
Tatiane Marinho Vieira Tavares
Bruno Lopes Pereira
Janderson Henrique Mota de Sousa

ISBN: 978-85-5659-033-6

11 e 12 de Setembro de 2018

Araguaína - TO
2019



Universidade Federal do Tocantins – UFT
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX
Câmpus Universitário de Araguaína
Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS

Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena 2017-2018

Tema:

**Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes
de água dos Povos do Cerrado**

Coordenação geral:

Danielle Mastelari Levorato (UFT)

Jucilene Gomes Correa (CIMI)

11 e 12 de Setembro de 2018

Araguaína - TO
2019

www.uft.edu.br

<http://expomatecuft.wixsite.com/expomatec>

Câmpus Universitário de Araguaína
Av. Paraguaí esq. c/Rua Uxiramas, s/nº - Setor Cimba
CEP: 77.824-838

Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB

S471a Seminários Bem Viver Indígena (6;7: 2017-2018: Araguaína, TO).
Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena da Universidade Federal do Tocantins, 11 a 12 de setembro de 2018: Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes de água dos Povos do Cerrado/Organizadores: Danielle Mastelari Levorato; Priciane Cristina Correa Ribeiro; Tatiane Marinho Vieira Tavares; Bruno Lopes Pereira; Janderson Henrique Mota de Sousa. – Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2019.

Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS
ISBN: 978-85-5659-033-6

1. Povos Indígenas - Seminário. 2. Meio ambiente. 3. Povos do Cerrado. I. Título.

CDD 301.2981

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada à fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena 2017-2018

Tema:
**Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes de água
dos Povos do Cerrado**

11 e 12 de Setembro de 2018

Telefone: (63) 3416-5690

Luís Eduardo Bovolato: Reitor
Ana Lúcia de Medeiros: Vice-Reitora
Vânia Maria de Araújo Passos: Pró-reitora de Graduação
Maria Santana Ferreira dos Santos: Pró-reitorade Extensão e Cultura e Assuntos
Comunitários
Raphael Sanzio Pimenta: Pró-reitor de Pesquisa e Pós - Graduação
Kherlley Caxias Batista Barbosa: Pró-reitor de Assuntos Estudantis
Jaasiel Nascimento Lima: Pró-reitor de Administração e Finanças
Eduardo Andrea Lemus Erasmo: Pró-reitor de Avaliação e Planejamento
José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro: Diretor do Câmpus de Araguaína
Tatiane Marinho Vieira Tavares: Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento e
Práticas Sociais (NUDEPS)

Coordenação Geral do evento desde a primeira edição

Danielle Mastelari Levorato (UFT)
Jucilene Gomes Correa (CIMI)

Comitê Técnico-Científico

João de Deus Leite - Letras – UFT- Araguaína
Kênia Gonçalves Costa - Geografia – UFT- Araguaína
Lilyan Rosmery L. de Monteiro – Biologia – UFT- Araguaína
Priciane Cristina Correa – Biologia – UFT- Araguaína
Tatiane Marinho Vieira Tavares – Biologia – UFT- Araguaína

Organizadores dos Seminários Bem Viver Indígena edições 2015, 2016, 2017, 2018:

Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS

Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Goiás/Tocantins

Comissão organizadora

Antonio Rhamon da Silva Belem – Curso Biologia
Bruno Lopes Pereira – PPGDire
Danielle Mastelari Levorato - Curso Letras
Fernanda Pereira de Brito - PPGDire
Francisca Martim Cavalcante – Curso Letras
Janderson Henrique Mota de Sousa - PPGDire
João de Deus Leite - Curso Letras
Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro – Curso Biologia
Luciano da Silva Guedes – Curso Geografia
Miguel Pacífico Filho – Curso Geografia
Priciane Cristina Correa Ribeiro – Curso Biologia
Tatiane Marinho Vieira Tavares – Curso Biologia
Thelma Pontes Borges –Curso Letras
Valéria Pereira Santos - PPGDire
Walktom Higor Brandão – Curso Biologia

Apoiadores

Laboratório de Língua Indígena (LALI) - Câmpus Araguaína

Núcleo de Estudos e Pesquisa com Povos Indígenas (NEPPI) -

Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire)
- Câmpus Araguaína

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
ARTIGOS COMPLETOS 2018.....	13
ARTE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (UFT – TOCANTINÓPOLIS).....	13
ENTRE ÁGUAS E SABERES: O RIO TOCANTINS E TOCANTINÓPOLIS.....	30
O IMPACTO DO CULTIVO EXTENSIVO DE MONOCULTURAS NOS ARREDORES DA COMUNIDADE INDÍGENA KARAJÁ XAMBIOÁ.....	42
CRIANÇA XETÁ: DA MEMÓRIA DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO.....	58
SABERES TRADICIONAIS KRAHÔ: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO FÍSICA INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL.....	75
SAÚDE BUCAL DOS ADOLESCENTES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE COCALINHO, SANTA FÉ DO ARAGUAIA- TO.....	93
TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DAS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFT – CAMPUS DE ARAGUAÍNA.....	109
LUTA E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO.....	121
MULHERES E QUINTAIS PRODUTIVOS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS DO USO DA ÁGUA PARA O CULTIVO DE ALIMENTOS.....	133
O ACAMPAMENTO CORAGEM: IMPACTOS, CONFLITOS E PERCEPÇÕES EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO - MA.....	154
O FUNDAMENTO DA VIOLÊNCIA É A VIOLÊNCIA DO FUNDAMENTO: METAFÍSICAS SELVAGENS-CANIBAI, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA CULTURAL INDÍGENA NO "BICO DO PAPAGAIO" - TOCANTINS.....	172
ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE DE PESCA NA COLONIA Z09-COLPESCOM NO DISTRITO DE PEIXELÂNDIA MUNICÍPIO DE COUTO MAGALHÃES, TO.....	196
ESTADO NUTRICIONAL EM ESCOLARES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - TO.....	208
COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA INVESTIGAÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR.....	220
ABORDAGEM SOBRE SÍFILIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA – TOCANTINS: COCEPÇÃO DE ALUNOS.....	230
RESUMOS 2018.....	243
O POVO KRAHÔ E A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS.....	243
IMPACTOS DA PEC 215/00 NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS.....	244
PÓS-COLONIALISMO NEOLIBERAL: AMEAÇAS AOS RECURSOS NATURAIS E AOS PRINCÍPIOS DO BEM VIVER APINAYÉ.....	245
A LÍNGUA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA KRAHÔ.....	246
RESUMOS 2017.....	247
CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO.....	247
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL RONDON.....	248

MENSURAÇÃO DE ATITUDES ANTISSOCIAIS EM RELAÇÃO AOS INDÍGENAS – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA.....	249
O POVO KARAJÁ-XAMBIOÁ E SUAS RELAÇÕES COM OS ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO	250
RESISTÊNCIA FEMININA: UM GRITO EM DEFESA DA VIDA NO CERRADO	251
ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS NO COMBATE ÀS DROGAS PARA O POVO KRAHÔ	252
RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS JOGOS INDÍGENAS KRAHÔ 2016.....	253
A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO HONESTUM ESTÓICO PARA A FORMAÇÃO DA ALDEIA MANOEL ALVES PEQUENO DO POVO KRAHÔ	254
A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A LEXICOGRAFIA BILÍNGUE KRAHÔ	255
O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NAS ESCOLAS DA T.I KARAJÁ-XAMBIOÁ.....	256
PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM FACE DA CONVIVÊNCIA ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS EM REGIÕES POVOADAS NO SUL DO MARANHÃO E NORTE DO TOCANTINS	257
GLEBA TAUÁ: RESISTÊNCIA E LUTA DE FAMÍLIA TRADICIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS.....	258

APRESENTAÇÃO

É com muito orgulho que o Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS/UFT – Araguaína e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Goiás/Tocantins, apresentam os Anais dos VI e VII Seminários Bem Viver Indígena realizados em 2017 e 2018 respectivamente.

O Seminário Bem Viver Indígena, realizado na cidade de Araguaína - TO, na sua origem foi uma iniciativa do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e faz parte de sua linha de atuação com a sociedade envolvente. Um dos objetivos é contribuir para a reflexão, debate e conscientização da sociedade, no intuito de diminuir o preconceito e desinformação sobre a vida, direitos e territórios indígenas e buscar aliados da causa indígena.

É de primordial importância destacar que a realização em todas suas edições desde a origem, o Seminário Bem Viver Indígena, foi sempre organizado com a parceria fundamental da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína e de outros institutos de ensino superior, como a Faculdade Católica Dom Orione.

Em 2015 consolidou-se a parceria com o Núcleo de Desenvolvimento de Práticas Sociais – NUDEPS/UFT- Araguaína e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Goiás/Tocantins, oportunidade em que o Seminário passou a ser realizado na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína.

Para o CIMI, Regional Goiás/Tocantins é essencial para a defesa dos direitos indígenas e seus territórios, a aliança com a sociedade e com entidades de ensino, pastorais, movimentos sociais, e povos e comunidades tradicionais, que acreditam e buscam uma sociedade mais justa sem discriminação e sem preconceito.

Como evento anual que teve sua primeira edição em 2011, em sua trajetória o Seminário Bem Viver indígena abordou os temas:

- 1) O Bem Viver por uma educação libertadora (2011);
- 2) Territórios indígenas: conquistas, ameaças e desafios (2012);
- 3) Educação indígena: desafios e avanços (2013);
- 4) Territórios indígenas e conflitos (2014);
- 5) Territórios indígenas: direitos conquistados sob ameaça (2015);
- 6) A mercantilização da natureza e os impactos das mudanças climáticas (2016);
- 7) Resistência dos povos do Cerrado frente aos grandes empreendimentos, na defesa dos territórios e fortalecendo o Bem Viver – Lema: “Resistir para existir, nenhum direito a menos” (2017); e,

8) Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes de água dos Povos do Cerrado – Lema: “Viver bem: saúde, água e territórios!” (2018).

O Seminário, enquanto projeto de extensão universitária tem por objetivo geral proporcionar formação educacional, social e política aos Povos Indígenas do Cerrado, em especial aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Pará, além de contribuir com a formação universitária de forma geral e por levar conhecimento especializado aos estudantes universitários indígenas matriculados nos mas diferentes cursos da Universidade Federal do Tocantins e, em outras Universidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O Bem Viver Indígena é uma oportunidade valiosa onde pesquisadores de todas as regiões podem apresentar seus trabalhos de pesquisas, além de apresentar-se como um grande apoio ao ensino propriamente dito, uma vez que sua abordagem prioriza a transmissão de valores morais e éticos importantes na construção de uma sociedade em busca de um mundo menos desigual e justo para todos.

Sua abordagem está ligada a temas como Direitos Humanos, Justiça e Cidadania, Educação, Cultura, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Agronegócio, Violência, Mudanças Climáticas, Agrotóxicos, além de outros assuntos relevantes à causa indígena e dos demais povos e comunidades tradicionais do Cerrado. Procura apresentar dilemas e discutir formas e alternativas de solução de problemas e conflitos, assim como, mecanismos de proteção das comunidades, da arte, cultura e de todo patrimônio ambiental, incluindo as identidades e os territórios indígenas.

Nesta oportunidade, convidamos a todos a tomar conhecimento dos assuntos tratados por nossos pesquisadores nestes Anais. A primeira e segunda parte são compostas por artigos completos e resumos respectivamente, que foram aceitos pelo Comitê Científico e que foram apresentados no VII Seminário de 2018; a terceira parte dos Anais é composta pelos resumos aprovados para o VI Seminário de 2017 e que foram apresentados.

Quando olhamos para o funcionamento do mundo e, conseqüentemente, dos diversos povos que nele habitam, não é de ser estranhar uma diversidade de culturas, de tradições e de saberes. Essa diversidade tem por base os conhecimentos dos povos, suas relações territoriais, socioculturais e a produção da memória e da resistência frente as novas concepções e percepções que a sociedade contemporânea apresenta. A partir dessas diversidades e dessas influências que elas têm sobre os estilos de vida dos povos, é possível observarmos as implicações em nossas vivências pessoais. A diversidade é um fator constituinte dos seres humanos. Os Anais do Seminário Bem viver revelam que essa diversidade deve ser considerada a partir do olhar daquele que vivência aquilo que é peculiar.

E, por estarmos sujeitos a uma gama enorme de diversidades, nem sempre conseguimos entender e aceitar aquilo que nos difere uns dos outros. Por exemplo, a relação que os povos tradicionais, como os de comunidades quilombolas e os indígenas, tem com o território. Por significarem de uma outra maneira essa relação território-sociedade, esses povos sofrem diversos ataques a memória, a cultura, ao que consideram como sagrado, a educação, dentre outros. Naturalmente, temos uma tendência de resistir as tentativas, no entanto, nem sempre é possível. Veremos, mais a frente, os “avanços” que o agronegócio, como modelo de desenvolvimento, apresenta frente a história destes povos que tendem a resistir bravamente.

Em uma tentativa de manterem vivas suas histórias, esses povos precisam enfrentar forças que estão além de seus alcances. Forças, estas, como o crescimento da monocultura nos arredores e em suas comunidades. Atrelado a este fator de “crescimento”, o uso de produtos tóxicos por grandes produtores e por grandes grupos econômicos. Ao olharmos para o cenário atual da monocultura e do plantio como um todo, as atividades do agronegócio estão entre as que mais crescem na região norte do Brasil. Logicamente, se a cada dia elas continuam a crescer, existirá a necessidade de uso de mais recursos naturais e de uma ampliação do espaço produtivo, abrangendo, inclusive, as terras indígenas. Em muitos casos, essa ampliação e essa necessidade de mais recursos naturais, impactam diretamente as comunidades tradicionais como os indígenas Karajá-Xambioá, no Estado do Tocantins.

Os Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena apresentam, também, temáticas relacionadas a saúde bucal de adolescentes de comunidades remanescentes, como o Quilombo Cocalinho. Os impactos que outras culturas apresentam sobre o estilo de vida destes descendentes de quilombolas, afetam áreas ligadas até mesmo ao modo de se plantar e o que se plantar. Desta maneira, as influências acabam por ressignificar as relações que estes têm com a terra, atingindo, até mesmo, sua alimentação.

Como já apresentamos, a diversidade cultural que vivenciamos no mundo acaba por apresentar novas demandas aos variados grupos sociais. A exemplo destas demandas, a necessidade de estudantes indígenas terem que deixar suas comunidades, seus familiares, suas tradições e costumes, na busca de estudarem em universidades, em escolas e outras instituições de ensino. A partir deste movimento de migração, ocorre uma trajetória socioespacial que convocará do corpo destes estudantes que lidem com situações pelas quais estão distantes da antiga realidade vivenciada por eles. Esses estudantes lidaram com outras regras de funcionamento e de convívio social. A maioria destas regras são diferentes daquelas as quais estão acostumados em sua comunidade. É possível citarmos, como exemplo, a

necessidade de se adaptarem a uma nova língua e de deixarem de forma lenta e progressiva a língua materna que lhes fornecem a definição do que é o mundo para eles.

Não somente nos indígenas, mas, também, podemos ver indícios de luta, de desafios e de resistências frente aos quintais produtivos que são mantidos, em sua maioria, por mulheres. As comunidades tradicionais, principalmente aquelas ligadas a vida no campo, destacam um importante papel na produção de hortaliças, frutíferas e na criação de pequenos animais que servirão como alimentos. Infelizmente, essa prática vem sumindo. Um dos principais elementos que contribuem para essa prática sumir são os desafios decorrentes da questão da água e a relação que essas mulheres tem com o território.

É inegável que quando tratamos da temática “bem viver” e suas correlações com a vida de comunidades ribeirinhas, não poderíamos deixar passar de forma despercebida os impactos gerados a partir da construção, da operação e da manutenção de usinas hidrelétricas. Torna-se relevante a análise, a problematização e a publicidade dos impactos e das percepções que essas comunidades sofrem quando esse tipo de empreendimento começa a produzir efeitos na sociedade. Essa produção de efeitos se estende desde a concepção do projeto, passando pelos momentos de desapropriação, até a entrega do produto final. Quando nos referimos a percepção, tratamos de assuntos ligados a territorialização e a desterritorialização dos povos dessas comunidades.

Outras temáticas que serão abordadas neste e que apresentam extrema relevância para a sociedade que vivemos: direitos de minorias, alimentação, educação, programas e políticas públicas, comportamentos antissociais, resistência feminina, defesa do Cerrado, reforma agrária, agricultura tradicional e agricultura moderna. Essas temáticas vão ao encontro das múltiplas variáveis que compõem a diversidade de culturas, de tradições e de saberes e suas respectivas complexidades. Tenham todos uma boa leitura!

Danielle Mastelari Levorato e Janderson Henrique Mota de Sousa.

ARTIGOS COMPLETOS 2018

ARTE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (UFT – TOCANTINÓPOLIS)

Anna Flávia Martins Duarte¹

Kênia Gonçalves Costa²

RESUMO: O objeto central do artigo gira em torno dos/as acadêmicos/as do curso de Educação do Campo (Universidade Federal do Tocantins-Campus Tocantinópolis) as condições de acesso e uso das tecnologias digitais e as suas perspectivas em relação à elas, também, relacionando com interdisciplinaridade, cultura, território, arte e educação. A universidade oferece aos discentes dos campi diversas Tecnologias de Informações Comunicações (TICs) para proveito da vida acadêmica entre máquinas e softwares. Muitos/as acadêmicos/as já chegam com um conhecimento pré-determinado para usar, mas outros chegam e tem o seu primeiro contato. A questão é como a cultura dos/as estudantes está envolvida no processo de formação onde o/a aluno/a está tendo contato com as TICs? O curso possui discentes de várias regiões do Bico do Papagaio que vão exclusivamente para as aulas em quatro etapas por ano no contexto de saberes/conhecimentos correlacionando arte e educação. A investigação se deu por meio de revisão documental e observações em campo durante as etapas presenciais na UFT-Tocantinópolis. A Educação do Campo possibilita aos/as acadêmicos/as aspectos que são mobilizados para criar um ambiente escolar que favoreça a interdisciplinaridade. O curso é diferenciado, pois os profissionais formados atuarão nas escolas do campo e com os povos do campo e estarão em contato direto com esses conflitos e auxiliando na emancipação social. O curso possui 8 semestres e em cada um há um período de seminário integrador onde mantém um diálogo entre: os saberes universitários, os saberes camponeses, arte e as disciplinas oferecidas naquele semestre para a construção de novos saberes. A interdisciplinaridade é mantida entre os/as alunos/as em um curso que favorece o diálogo cultural materno, saberes acadêmicos com a contribuição da UFT que fornece recursos informatizados para melhor proveito da vida acadêmica.

Palavras-chave: Educação do Campo; Tecnologias; Tocantinópolis.

INTRODUÇÃO

A educação do campo é uma conquista de movimentos sociais que passou por uma trajetória de lutas para a conquista da valorização do espaço camponês. Uma vez que historicamente a população do campo e sua educação têm sido submetidas a situações desiguais. O foco deste ensaio está nos/as alunos/as de Educação do Campo, quem são, onde vivem, como estão sendo preparados para ser um profissional Educador do Campo mediante tantos obstáculos enfrentados para estudar e conseguir sua conquista de nível superior. A UFT como a Universidade da região tem um papel favorável na criação do curso porque contrapõe

¹UFT-Araguaína. Discente do Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). *E-mail:* annaflaviamartins@uft.edu.br

² UFT-Araguaína. Doutora. Professora da Graduação em Geografia e do Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). *E-mail:* keniacost@uft.edu.br

a dominação e a exclusão historicamente impostas aos povos do campo. A elaboração do projeto que designou a aprovação da criação a partir do Edital 02/2102-MEC/SECADI (BRASIL, 2012) contou com a participação de professores da UFT e integrantes dos movimentos sociais Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os movimentos sociais camponeses são os protagonistas da educação do campo e das experiências que ocorrem no percurso de sua trajetória. A educação do campo é resultado do movimento social “Por uma Educação do Campo”, que faz crítica à realidade educacional brasileira, em especial à dos povos que vivem do/no campo. O surgimento da expressão educação do campo nasce no contexto preparatório da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em Luziânia, em julho de 1998, que passa a ser chamada assim a partir do Seminário Nacional, realizado em Brasília, em 2002 (ALMEIDA, 2016, p. 35).

Um fator também importante que contribuiu para a criação do curso em Tocantinópolis, foi a demanda levantada por trabalhadores/as do campo manifestadas pelas associações comunitárias localizada no Bico do Papagaio (Região do Tocantins próximo de Tocantinópolis em torno de 25 municípios), e assentamentos da região (com 24 mil famílias assentadas) segundo informações do Projeto Pedagógico do Curso. (UFT, 2016).

Em 2013 o curso foi aprovado no Conselho Superior da UFT, realizado o primeiro concurso, e duas remoções para compor o quadro inicial de docentes, onde estes formalizaram o primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e em 2014, através do processo seletivo, 75 discentes são ingressados no curso. (Oliveira & Cover, 2016)

Em concomitância com o PPC do curso de Educação do Campo do Campus de Tocantinópolis, o objetivo do curso é formar um profissional docente multidisciplinar a partir do seguimento proposto, a saber Códigos e Linguagens. E ainda, participar da gestão de processos educativos escolares e atuando de forma pedagógica nas comunidades rurais. De maneira generalizada o curso pretende:

Realizar uma formação contextualizada na área de Artes e Música que possibilite ao discente de Licenciatura uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, as lutas sociais e com o campo brasileiro. [...] Formar professores para o exercício da docência na área de conhecimento Códigos e Linguagens nos anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio com foco em Artes-Música e Arte (UFT, 2016, p.35)

Na educação do campo, busca-se superar a oposição entre a cidade e o campo garantido na Constituição Federal de 1988 que dispõe do compromisso do Estado e da

sociedade em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais (BRASIL, 1988 *apud* UFT, 2016)

No contexto de formação dos discentes, é esperado como educador do campo, um perfil que atenda também a expectativa de que apesar da centralidade do projeto político-pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes e Música, o curso não deve enfatizar a docência por uma única área de conhecimento. O que acontece, é que para desenvolver a formação docente, é necessário, uma área em uma dimensão para que seja formados/as educadores/as que sejam capazes de pensar caminhos para a transformação da escola. (CALDART, 2011).

A finalidade do curso está baseada em formar o educador do campo, mas também formando um educador capaz de lidar não só com a perspectiva do processo de ensino mas também para gerir questões comunitárias e trabalhar ‘políticas dentro da sua respectiva comunidade. Pretende-se formar um profissional capaz de:

- (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento propostas, a saber: Códigos e Linguagens; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar (UFT, 2016).

O Edital -MEC/SECADI- permitiu o entendimento de que o curso deveria ser construído por meio de uma licenciatura Interdisciplinar/Multidisciplinar. E a ferramenta utilizada à parte dessa informação foram as artes para a construção do contexto do homem do campo pretendido pelo curso (BRASIL, 2012).

O início da proposta iniciou-se em agosto de 2012 quando abriu a chamada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) na oportunidade de apresentarem Projetos Pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento à Resolução CNE/CEB nº 01, de 3/4/2002 (BRASIL, 2002), ao Decreto nº 7.352, de 04/11/2010 (BRASIL, 2010) e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.

Conforme proposto no edital a proposta deveria submeter dentro de 5 perspectivas: “[...]apresentar currículo organizado de acordo com áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar – (i) Linguagens e Códigos; (ii) Ciências Humanas e Sociais; (iii) Ciências da Natureza, (iv) Matemática e (v) Ciências Agrárias.” (BRASIL, 2012, p. 2) A equipe proponente do Campus de Tocantinópolis definiu dentro das 5 propostas de áreas dos conhecimentos Linguagens e Códigos e dentro deste foi direcionado ao contexto das artes. A

arte está presente em uma grande parcela do curso e de acordo com Araújo (2016), a educação do campo tem uma relação satisfatória com temas sociais e vê na arte uma alternativa de propagação e produção de conhecimento na contemporaneidade, a partir dos objetos artísticos produzidos pela população camponesa.

O subsídio teórico se deu ao refletir quando Pianowski fala que a arte tem poder de transformar socialmente a realidade do camponês.

No ensino de arte da educação do campo é necessário, portanto, que se busquem essas referências para a prática educativa [...] é fundamental que o espaço de ação do arte/educador esteja contextualizado, levando em consideração as particularidades e necessidades dos educandos do campo [...]. Os arte/educadores do campo também necessitam atuar com a postura dos mediadores culturais (PIANOWSKI, 2014, p. 75).

Uma vez que é um produto da criação humana expressiva e estética, a arte na educação do campo produz competências de novas ideias e saberes dentro do processo de construção do conhecimento, além de ser tratada como mercadoria pelo sistema capitalista, possibilitando assim ao estudante do campo valorizar os seus fazeres ampliando seu conhecimento cultural produzindo arte popular e enriquecer o seu processo criativo ao longo da vida. As aulas do curso chamam a isso atrelando a teoria e prática nas salas de aula e nas comunidades em que o estudante reside (Tempo Comunidade) (UFT, 2016).

A comunidade dos/as discentes são fundamentais para produção de saberes/conhecimentos, no curso atualmente estudam discentes de:

- Tocantinópolis e dos povoados: Folha Grossa, Passarinho, Pedro Bento, Olho D'água, Mumbuca, Pedro Isaias, Chapadinha, Genipapo, Cizeiro, Piaçava e Santa Isabel (estes dois últimos, já próximos ao município de Nazaré);
- Cidades do Bico do Papagaio, são elas: Palmeiras, Santa Teresinha, Wanderlândia, Nazaré, Esperantina, Carrasco Bonito, Ananás, Araguatins, Angico e Axixá;
- Acampamentos e assentamentos, ribeirinhos, indígenas (com duas etnias presentes: Apinajé desde o início do curso e esse ano de 2018 dois Krikati do Maranhão) e atende também estudantes do Jalapão de duas comunidades quilombolas.

Atendendo assim, o estado do Tocantins em várias cidades. Esses alunos estão em contextos territoriais e culturais diferentes que estão ingressados no curso de Educação do Campo, há alguns alunos de Babaçulândia - TO que estão em acampamentos na beira do lago da usina hidrelétrica de Estreito - MA que foram remanejados por causa da UHE-Estreito.

O curso traz a pluralidade do campo do estado do Tocantins (principalmente), e traz uma diversidade que é o principal motivo da dinâmica do curso inclusive o calendário

diferenciado do convencional do campus sendo aulas em 2 temporadas TEMPO-UNIVERSIDADE e 2 temporadas no TEMPO-COMUNIDADE a ser definidas e agendadas no início do período letivo para contornar da melhor forma a diversidade cultural dos/as alunos/as.

Valorizando assim, a cultura dos/as alunos/as, para lidar com o ritmo do campo que é respeitado pelo curso que trabalha dentro da perspectiva da valorização da cultura popular, do saber e do fazer não podendo tirar do/a discente de um momento imprescindível na sua comunidade citando, por exemplo: a) mês de Abril período onde há várias atividades indígenas na comunidade e não faria jus à presença do/a acadêmico/a indígena de Educação do Campo ter aula em um momento tão importante para a construção de saberes/conhecimentos na comunidade. b) Setembro que no Jalapão é o mês da colheita do Capim Dourado e para a comunidade Quilombola, c) Outubro é o mês assembleia com os Apinajé com várias representatividades, além disso, o início do período de chuva é um momento especial para o camponês arar sua terra. São momentos comprometedores importantes no qual são levados em consideração pelo curso não podendo “exigir” a presença de dos/as estudantes nesse período.

Os/as alunos/as que participam das comunidades camponesas têm compromissos nas suas respectivas comunidades (eventos, rituais, cantorias, encontros, celebração entre outros) não podendo assim ter aula e o calendário de Educação do Campo faz o contorno necessário para respeitar a diversidade, colaborando para que as aulas sejam em períodos mais apropriados para que se tenha a presença do/a aluno/a sendo assim, um grande desafio.

Essa diversidade traduz os mais variados cenários e painéis possíveis para que seja visualizada a pluralidade do Campo. Os/as estudantes de Educação do Campo do campus de Tocantinópolis formam-se licenciados com habilitação em Artes e Música, possibilitando uma perspectiva multidisciplinar e a partir dos diálogos do início do curso foram construindo também uma proposta interdisciplinar.

Na interdisciplinaridade algumas disciplinas dialogam-se dentro de uma interlocução voltadas sempre para o contexto camponês para que os/as alunos/as tenha uma visão de história de vida, movimentos sociais, arte, estado-sociedade. Então são trabalhadas disciplinas que remetem ao perfil do/a homem/mulher do campo. Este perfil é conceituado e familiarizado ao longo do curso.

Como forma de garantir que os cursistas sejam sujeitos do campo e que venham a atender o objeto do edital, de formar professores da educação básica do campo, mas que não possuem formação específica, alguns critérios por ordem de prioridade,

serão adotados com base nestes princípios: [...] selecionar preferencialmente educadores de escolas públicas de Educação Básica do campo em efetivo exercício nos anos finais de ensino fundamental ou médio do campo; [...] Pessoas que atuam como educadores ou coordenadores nas escolas voltadas para a escolarização básica de educação de jovens e adultos (Ensino Fundamental ou Ensino Médio) em comunidades camponesas; [...] Pessoas que atualmente coordenam ou fazem o acompanhamento político-pedagógico dos cursos formais apoiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; [...] Jovens e adultos de comunidades do campo, ou que se identifique com o mesmo. (BRASIL, 2016, p. 104)

Sendo um aspecto importante do curso visto que alguns/mas alunos/as não se vêem como um “homem/mulher do campo”, ou “camponês” ou que de fato, vivem em um ambiente urbano e não se consideram. Alguns não o reconhecem dentro da localidade em que ele se encontra. As disciplinas então traduzem para ele uma visão da construção da identidade camponesa.

Para proporcionar momentos de reflexão sobre a construção de identidades na educação do campo, foram pensados entre educadores e educandos quatro processos de construção coletiva do conhecimento: a) da história de vida desses sujeitos e sujeitas; b) sobre o campo enquanto espaço social (político, cultural, natural) que se reproduz nas relações entre humanos e deles com a natureza; c) da luta coletiva e dos movimentos sociais do e no campo como forma de resistências e reexistências camponesas; d) do lugar dos povos do campo no mundo e de suas realidades diante da totalidade que os envolve, ou seja, o lugar no mundo e o mundo no lugar, por meio da construção coletiva de cartografias sociais.(OLIVEIRA, 2016)

A investigação deste artigo se deu por meio de revisão documental escrita por professores do curso de Educação do Campo em 2016 através da obra “Educação do Campo: Artes e Formação Docente” e observações em campo durante as etapas presenciais na UFT-Tocantinópolis.

Dentro de dois documentos importantes, trouxemos grandes contribuições para este artigo, um deles o próprio Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o livro Educação do Campo: Artes e Formação Docente.

Como incursões metodológicas procuramos primeiro estruturar um texto que apresentasse desde o histórico de demandas antes do início do curso de Educação do Campo em Tocantinópolis, até uma visão mais próxima ao contexto atual.

Em seguida procuramos as fundamentações teóricas evidenciando em que conceitos e argumentos que está sendo sustentada a visão referida e assim, a revisão bibliográfica.

E a revisão bibliográfica do que outros autores já escreveram sobre o assunto como Pianowski (2014), e os professores do curso: Miranda & Cover (2016). As observações e estudos aqui tomados não são definitivos, ao contrário, são pontos de início para que seja

ampliado as discussões sobre esta temática em torno da Educação do Campo, Arte e Tecnologia.

E como caminhos conceituais, separamos os principais conceitos utilizados ao longo deste trabalho, separamos autores que mais contribuíram para a fundamentação teórica voltadas à realidade da Educação do Campo em questão. São eles: Território, Cultura, Pedagogia da Alternância, Educação, Interdisciplinaridade, Formação Docente, Arte e Tecnologia

CAMINHOS CONCEITUAIS

Para Buzzetti (*apud* Saquet, 2007), o território envolve as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente. Compreende os ambientes natural e construído em sistema [...]. Assim, estuda os grupos, as comunidades e suas percepções/sentimentos do território, sua organização, seus signos. Para Vincenzo Vagaggini e Giuseppe Dematteis O conceito de território consta, na argumentação desses autores, como espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais de produção que se reproduzem na formação do território. E dentro dessa concepção de território observamos através da análise bibliográfica que existem discentes de várias comunidades e territórios principalmente por aspectos culturais dentro de seus respectivos territórios e que precisam ser consideradas uma vez que se tornarão educadores de seus territórios.

Além de fundamentar os aspectos territoriais encontrados para esse artigo, buscamos fundamentar cultura camponesa a um nível antropológico. Tomamos aqui o que pode ser entendido por Cultura referido por Clifford Geertz (1981) no livro “A interpretação das culturas” que faz parte de uma corrente da antropologia chamada antropologia simbólica. Cultura esta, que para ele não é possível ser definida em parágrafos, pois cultura é algo que deve ser percebido e não definido. Raymond Williams também trata a cultura como algo amplo e não restrito. Cultura no texto de Geertz texto é tratada como um sistema de produção significados e valores seja material ou imaterial. E cada grupo apropria-se desses significados e valores para exercer determinadas práticas e que não é algo localizável, é uma fábrica de mecanismos de produção de significados. Estes significados são compartilhados publicamente. E é com base nesses significados e valores que na licenciatura em Educação do Campo é desenvolvida através da Pedagogia da Alternância (FREIRE, 1993 e 1996).

Sabemos da necessidade de pesquisar e falar sobre a atuação atual das escolas do campo na universidade, e entrar na área da educação do campo exige um esforço em entender

características do espaço cultural, necessidades de tais estudantes levando em consideração os saberes como fonte de conhecimento para início do processo de aprendizagem. O artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996) propõe que na educação do campo e seus sistemas de ensino devem estar apropriadas às particularidades da vida no campo e de cada região. E dentro desse contexto é modelada a Pedagogia de Alternância.

Trata-se de um modo de promover a educação com características próprias para o atendimento da população (neste caso) do campo. A proposta educacional da pedagogia da alternância contempla, respeita e valoriza os saberes em contextos socioculturais, considerando escola-família-comunidade como espaços de produção, organização e articulação de conhecimentos, por meio dos instrumentos pedagógicos (AIRES, 2016).

E de acordo com Silva *et al*, (2016), o curso de licenciatura em educação do campo com habilitação em Artes e Música, atua inspirado na proposta formativa da Pedagogia da Alternância, o curso se mantém estruturado em dois tempos e dois espaços formativos diferentes: Tempo Universidade (período de aulas na universidade) e Tempo Comunidade (período de permanência no meio socioprofissional ou comunidade, espaço social em que os discentes desenvolvem suas pesquisas, isto é, estabelecem a relação teoria/prática). E nessa dinâmica é desenvolvida a interdisciplinaridade.

O curso de licenciatura em Educação do Campo do campus universitário de Tocantinópolis da UFT pratica o exercício da interdisciplinaridade, e semelhante ao conceito de Guattari (1992, *apud* POMBO, 2008, p. 30) quando trata a interdisciplinaridade como uma espécie de atravessamento de universos que sempre se pensaram como diferentes foram fundamentados no PPC do curso (UFT, 2016) as seguintes características para um projeto interdisciplinar:

- a formação contextualizada;
- a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- a pesquisa como princípio educativo;
- a indissociabilidade teoria-prática;
- o planejamento e ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- os/as alunos/as como sujeitos do conhecimento;
- a produção acadêmica para a transformação da realidade.

De acordo com Miranda & Cover (2016), o curso de Educação do Campo busca esforços para que se cumpra a interdisciplinaridade uma das formas de atender à essa organização é o formato de atividades em Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

O Tempo Universidade acontece é realizado na Universidade Federal do Tocantins onde os educandos participam das aulas em um período de 15 a 30 dias seguidos em cada etapa. São duas etapas do Tempo Universidade por semestre. E o Tempo Comunidade que os/as professores/as se dividem em núcleos, em várias partes do estado para que ocorram ações que conciliam o Tempo Universidade na comunidade e são desenvolvidas ações voltadas às demandas disciplinares sempre procurando manter o diálogo entre os conteúdos e a realidade vivenciadas da comunidade. E com esse diálogo, a formação docente é escrita de maneira a evidenciar o seu perfil como educador do campo.

No processo de formação docente da Educação do Campo, é salientado projetos educacionais voltados para a realidade do campo através da Arte e Música que devem ter a participação de todos os sujeitos sociais, mas que evidencie os saberes camponeses no processo de formação de tais docentes (SANTANNA & MARQUES, *apud* ARAÚJO, 2016). E discorremos sobre arte baseada na Obra de Araújo (2016), que fala sobre Arte/Sociedade na Educação do Campo. A arte é entendida como fenômeno estético, artístico e expressivo na educação do campo.

A arte é fundamental na educação do campo por se tratar de novas ideias, saberes que constroem conhecimento sendo fundamental para o currículo dos/as educandos/as por ser um meio de criação, socialização e produção do conhecimento a partir de uma linguagem artística. Vale destacar também que tal conhecimento pode ser ampliado por espaços culturais, museus, mídia, internet, dentre outras.

Nas aulas práticas em artes visuais é importante o professor ir além de pinturas, desenhos, gravuras e esculturas, mas também apresentar outras linguagens contemporâneas como o cinema e o grafite, entre tantas outras, para que o estudante camponês possa ampliar seu conhecimento cultural, podendo, inclusive, fazer uso dele em sua comunidade. (ARAÚJO, 2016).

O acesso as tecnologias digitais também podem contribuir para aprimorar os seus conhecimentos artísticos. A internet, por exemplo, possibilita visitas virtuais a diferentes museus do mundo (ARAÚJO, 2016), mas que devem sempre ser retornadas ao campo com forma de contribuição.

As tecnologias de informação e comunicação podem ser entendidas como Munarim (2014, p.19) quando trata a tecnologia como “[...] ferramentas formadoras e capacitadoras de sujeitos que tenderão, um dia, a se mudar para a cidade em busca de trabalho para, aí sim, se

tornarem efetivamente cidadãos”. E assim as Tecnologias Digitais chegam às escolas vistas como poderosas estratégias para ampliar a educação. Resta saber se estão sendo utilizadas da maneira pretendida e quais as condições de acesso de tais alunos do campo em relação às tecnologias.

Em suma, o livro *Educação do Campo Artes e Formação Docente* (SILVA *et al*, 2016), também discute a concepção de artes e música entendida como uma forma de linguagem que acessa a sensibilidade, a imaginação, o poético e o estético na luta política, no fortalecimento identitário e na ampliação das possibilidades de compreender o mundo. (2016). O papel do Educador do Campo apresenta as origens da Educação do Campo e como estrutura a maneira particular de pensar a educação através da arte e música?

De acordo com Silva *et al* (2016) o curso propôs uma temática formativa que provocou pelo menos duas ousadias. A primeira diz respeito ao direito de acesso, por parte da população tradicional, aos saberes e práticas de uma área do conhecimento que tem sido historicamente ocupada por um pequeno grupo de pessoas. E a segunda quando coloca a arte para além da distração, do lazer, da fruição ao reafirmar sua dimensão política, sua força como conhecimento criativo e transformador das estruturas instituídas.

Pimenta & Lima (2004) reforça que os/as educadores/as do campo devem ter a postura do/a professor/a crítico/a reflexivo/a. Assim, o ensino-aprendizagem sendo contextualizado pelos/as educadores/as do campo em suas linguagens são também, mediadores/as culturais levando em consideração os conhecimentos do tempo universidade, com a vida na comunidade e com seus próprios conhecimentos.

E com base nessas referências percorremos alguns caminhos através da observação e aproximação dentro do Campus de Tocantinópolis (UFT) e também de relatos dos professores através da obra (SILVA *et. al*, 2016) com os discentes do curso.

CAMINHOS TRILHADOS

Desde o início do curso, as aulas se estruturam conforme a pedagogia de alternância. As aulas se dividiam em Tempo Comunidade com 20 horas e Tempo Universidade com 40 horas, além do Seminário Integrador e das 30 horas por semestre para fins de seminários de socialização com base nas atividades de campo do Tempo Comunidade.

Na primeira turma, a diversidade esteve presente, entre os quais podemos citar o montante entre homens e mulheres, indígenas do grupo étnico Apinajé, quilombolas da comunidade Cocalinho situada no norte do Tocantins e Mumbuca no Jalapão, professores da

escola rural entre outros grupos fortemente representados no Tocantins, em especial na região do Bico do Papagaio.

Consideramos a Educação do Campo como uma preparação de sujeitos também para a cidadania, bem como a formação de sujeitos emancipados, críticos e capacitados para pensar e transformar a vida social. E para isso foi pensado entre educadores/as e educandos/as quatro processos de construção coletiva do conhecimento de acordo com Oliveira (2016, p.110):

a) da história de vida desses sujeitos e sujeitas; b) sobre o campo enquanto espaço social (político, cultural, natural) que se reproduz nas relações entre humanos e deles com a natureza; c) da luta coletiva e dos movimentos sociais do e no campo como forma de resistências e reexistências camponesas; d) do lugar dos povos do campo no mundo e de suas realidades diante da totalidade que os envolve, ou seja, o lugar no mundo e o mundo no lugar, por meio da construção coletiva de cartografias sociais.

O campo sofre intervenções e influência da sociedade contemporânea, seu modo de viver muitas vezes não é valorizado e isso contribui para que o campo procure alternativas para desconstruir a identidade considerada atrasada, retrograda, mal-educado pela sociedade urbana contemporânea, fato observado por Oliveira:

Diante das diversidades socioculturais da sociedade contemporânea hegemonicamente dominada por uma ideologia capitalista industrial, o campo não poderia deixar de sofrer suas influências: um campo atravessado por ideologias de uma sociedade industrial urbana e neoliberal que coloca em xeque valores e tradições da cultura de seus povos, e que ele, como espaço social, está suscetível às transformações da modernidade. (OLIVEIRA, 2016, p.111).

O que não deixa de ser natural de qualquer discente do século XXI e vale ressaltar que apesar do curso ter etapas que respeitam a diversidade cultural de cada grupo de licenciandos/as do campo, o curso é presencial localizado em um centro urbano que é Tocantinópolis na qual situa o campus da UFT. Mas o campo com pessoas tradicionais não deixará de ser campo por adquirir relevâncias da sociedade contemporânea.

Atentando que nos últimos anos considerados “modernos” os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm sido aproveitada cada vez mais em um sentido global, no campo também é presenciado e demandado. E percebemos no curso o interesse dos/as educandos/as de buscar nas tecnologias digitais, um apoio para o seu desenvolvimento acadêmico.

No curso na licenciatura em Educação do Campo da UFT – Campus Tocantinópolis, a maior parte das atividades de arte, estão voltadas para a arte confeccionadas de forma manual e algumas eletrônicas quando envolvem a música (teclado musical, vídeo).

O acesso ao uso integrado de mídias que são necessárias em suas respectivas atividades são possibilitadas pelo conjunto de TICs. Isso vem emparelhado com uma revolução na educação acadêmica de maneira a romper as barreiras de espaço e tempo. O impacto da utilização desses referidos recursos além de um maior acesso à informação - e posteriormente ao conhecimento - reduz a distância entre professor/a, aluno/a e o administrativo da universidade através de plataformas digitais como: o e-mail institucional, *Moodle*, redes sociais e o próprio aparelho celular.

Estando no tocante a formas diversas de acesso à informação de maneira digital presente na Universidade como a rede de internet disponível, biblioteca com máquinas em rede de boas qualidades e o Laboratório de Informática (LABIN) com livre acesso aos/as estudantes durante três turnos, o/a professor/a deixa de ser a única fonte do conhecimento, e alternando o papel do/a discente como intermediador/a do conhecimento e da informação. Possibilitando também que este/esta professor/a abstenha da aula padrão sendo partícipe de equipe multidisciplinar e interdisciplinar (roteirista, pedagogo, designer, técnico). Como exemplo disso podemos citar duas atividades importantes realizadas ao longo da trajetória do curso de Educação do Campo.

A primeira foi para extrair elementos que mostrariam em que momento do espaço e do tempo os/as discentes se encontravam independente de qual comunidade participavam. Para isso foi realizado uma atividade, onde foi proposto aos/as educandos/as, que no tempo comunidade, buscassem informações da sua comunidade como – Quem eram as pessoas mais antigas? Linguagens não formais locais ou modos de falar, quais os movimentos sociais? e a estrutura de suas produções? Quais as atividades artísticas, culturais, musicais, contadores de histórias etc.? Neste caso, a coleta de informações foi de uma forma tradicional.

De acordo com Oliveira, esse tipo de atividade extraiu informações importante sobre a história das comunidades do campo.

Muitos declararam que, apesar de viverem desde a infância em suas comunidades, não haviam percebido suas características socioculturais ou nunca haviam parado para pesquisar as raízes de suas famílias, de onde vieram, como chegaram e por que vieram para a região. Um fato importante e relevante a se considerar neste primeiro contato com a turma foi a dificuldade em levantar mais informações sobre os movimentos sociais e as lutas camponesas na região. (OLIVEIRA, 2016, p. 114).

Consideramos assim que o papel do/a docente - e também discente - foi cumprido sendo o/a aluno/a, aquele que contribuiu para revelar o papel do/a estudante no meio em que vive.

Outra atividade relevante nesse processo educativo foi através de práticas artístico-educativas com objetos cibernéticos. Um exemplo dessa experiência de produção está relatada no texto “Campo em vídeo: experiências artístico-educativas na produção de audiovisuais no norte do Tocantins” (DE PAULA *et al.*, 2016).

Uma produção audiovisual produz competências de criatividade envolvendo não somente som e imagem, mas movimentos, cores levando em consideração sempre a ordem artística. E no trabalho relatado a proposta que foi orientada para a turma de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em artes e música do Campus de Tocantinópolis constituiu-se na produção de um audiovisual sobre os diferentes enfoques dados à assuntos relacionados as suas comunidades através de uma investigação para a produção artística. A proposta sustentava-se na percepção pedagógica de que o “[...] um ser histórico-social e inconcluso, e a educação visa à libertação humana através da busca do ‘ser mais’, rompendo a relação de classes entendida pelo autor como enraizada e que imbrica oprimidos e opressores”(DE PAULA; BONILLA; & SILVA 2016, p.162). E como diz Freire (2014) a pedagogia deve trabalhar à reflexão dos envolvidos não sendo bancária ou desumanizadora, que atende os interesses das classes dominantes. Para que esta reflexão de Freire fosse contemplada, foi adotada algumas medidas e ações pelo colegiado do curso para libertação do engessamento disciplinar.

Para confecção do arquivo audiovisual, foi necessário a participação do corpo docente e discente das turmas envolvidas e contemplar uma produção que envolvesse “imagem + som + texto”. E seria necessário familiarizar-se com dispositivos de captação e edição de imagens áudio visuais e recursos como gravadores, câmeras, computadores, *software* de vídeo/áudio. Nesta experiência desenvolveram competências acerca de recursos (TICs) que poderiam estar distanciados em relação à eles. A proposta era dividir equipes que iriam relatar dentro de um determinado tema.

Dessa maneira, em ambas as turmas, as atividades tinham como objetivo principal a produção (individual ou em equipe) de um produto estético (neste caso, os vídeos de 1 minuto sobre o tema “A comunidade” na turma de 2014-2 e “Vida em imagem e som” para a turma de 2015-2). Os alunos das turmas colaboradoras são, em geral, professores de escolas do campo, filhos de camponeses, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e moradores de pequenas cidades e vilarejos de diferentes partes do Tocantins, em especial da região do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do Estado. (DE PAULA; BONILLA; & SILVA 2016, p. 173).

Esse tipo de atividade trouxe à reflexão da comunidade do campo (de cada grupo respectivamente) o que pode ser um estímulo para que desenvolva competências acerca da

compreensão dos recursos digitais. No tocante do desenvolvimento de tais competências por se tratar de uma realidade próxima do/a licenciando/a camponês/camponesa, pode ser considerada uma estratégia para que o/a acadêmico/a aproprie-se das TICs da universidade por um viés que o/a discente veja como necessário. Dentro da posição de Wurman (1991) os fatos só têm importância quando ligados a ideias, reforça a importância desse tipo de atividade para o desenvolvimento dos/as discentes ao encontro da Tecnologia da Informação. “Os fatos só têm importância quando ligados a ideias. Eles são de pouca utilidade para os alunos, a não ser que se ensine a estes um sistema para aprender ou processar informação” (WURMAN, 1991, p. 112). Os indicativos da competência como realização apresentaram-se como um processo criativo ao longo da produção do audiovisual desde a escolha do tema, enredo, execução e a própria orientação dos/as professores/as. E através do arquivo digital foram observadas as seções:

(1) a proposição da ideia principal do vídeo; (2) sobre o quê falar?; (3) argumento que justificasse a delimitação; (4) sinopse; (5) finalidade da produção; (6) público-alvo da produção; (7) perfil do público-alvo; (8) formato do audiovisual (videoclipe? documentário? animação? etc.); (9) roteiro da produção; (10) planilha de pré-produção (equipamentos; pessoas envolvidas na produção; objetos de cena; detalhamento das equipes de trabalho; deslocamento; seleção de atores; datas de ensaios; agendamento de gravações; autorizações; dentre outros.); (11) diário de produção (o que ocorreu durante as gravações? Quais problemas surgiram? Quais estratégias foram articuladas para a resolução dos problemas encontrados?); (12) diário de pós-produção (detalhamento do tratamento e montagem dos sons e imagens captados durante as gravações: quais equipamentos, mídias, programas de edição de audiovisual utilizados etc., critérios que embasaram as escolhas para a composição da produção). (DE PAULA; BONILLA; & SILVA 2016, p. 179)

De acordo com o relato sobre essa experiência com as ferramentas tecnológicas observa-se um esquema de tentativa e erro (ação-reflexão-ação). E apesar das dificuldades percebidas pela quase totalidade dos/as acadêmicos/as, articularam entre si estratégias para a resolução do produto artístico final.

Os grupos realizaram as propostas partilhando os saberes de maneira solidária e coletiva apropriando-se de um conhecimento talvez distante (objetos audiovisuais) e foram aplicadas TICs para o desenvolvimento do vídeo como recorte, colagem ou montagem sem deixar de confiscar-se como produto estético.

A atividade foi entendida como satisfatória sendo parte de um dos seminários integradores do curso levando ao empoderamento dos/as discentes pela confecção do vídeo através de técnicas em objetos da informática (DE PAULA; BONILLA; & SILVA 2016, p. 173), criando assim, vínculos com tais objetos alicerçados em uma ética com base na partilha. Consolidando assim como um exemplo da importância do empoderamento da Tecnologia da Informação (TIC) no cotidiano dos/as discentes de Educação do Campo.

Em suma, no lugar de um ambiente acadêmico em que o/a professor/a (como única fonte de saber), o/a acadêmico/a com o acesso à tecnologia da informação e comunicação disponíveis para ele/ela, passa a ter autonomia de acesso à informação em outras fontes de vários lugares do mundo. O educando passa a identificar suas necessidades e procurar informações demandadas no seu percurso acadêmico na qual podem ser atendidas de maneira digital. Tarefa muito importante dentro de sua atribuição como futuro educador/a (no caso de um curso em licenciatura) e que precisa manter-se adaptado frente às atualizações de sua futura profissão apesar das enormes dificuldades de acesso na educação do campo brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do Campo é a educação para a cidadania, da luta pela terra, pelas territorialidades, pelos direitos, pela cultura e saberes dos sujeitos do campo. Há fatores fundamentais no contexto da arte na Educação do Campo uma vez que sendo parte de práticas formativas através da produção de vídeos, músicas e reflexões teóricas sobre as artes na formação de educadores contribui na transformação social e emancipação do sujeito, no caso, do campo. E também da tecnologia que pode ampliar seu conhecimento tendo acesso ao mundo de forma autônoma que se trabalhe a educação através da arte e música e sendo articulado com as tecnologias necessárias

A tríade Arte, Educação e Tecnologia está sendo utilizada de maneira positiva e conquistando resultados satisfatórios ao realizar atividades não centradas em uma determinada área, mas conjugando os saberes maternos e conhecimentos do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade. Como continuação deste trabalho, pretendemos identificar como as tecnologias digitais estão sendo utilizadas pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

AIRES. Helena Quirino Porto. **A proposta da pedagogia da alternância:** uma possibilidade de construção de conhecimento. In: SILVA, Cícero da.; MIRANDA, Cássia Ferreira.; AIRES, Helena Quirino Porto.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (Orgs). Educação do campo, artes e formação docente. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

ARAÚJO. Gustavo. **Arte/Educação do Campo:** Algumas reflexões, (2016), p. 169. In: SILVA, Cícero da.; MIRANDA, Cássia Ferreira.; AIRES, Helena Quirino Porto.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (Orgs). Educação do campo, artes e formação docente. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Apresentação. MEC. **Procampo**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/tv-mec>>. Acesso em: 7 mai. 2016.

CALDART, Roseli Saete. **Caminhos para transformação da escola** (2015). Fonte: xanelaaberta: xanelaaberta.files.wordpress.com/2015/05/textocaminhostransformac3a7c3a3oescolarioseli-rev.pdf (03 de agosto de 2018)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GUATTARI, F. **Fondements Ethico-Politiques de l'Interdisciplinarité**. In POMBO, Olga. **A Epistemologia da Interdisciplinaridade**, 2008. Revista Unioeste p; 9-40

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura**. In.: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 13-41.

Ministério da Educação. **Edital de Seleção nº 02/2012 - SESU/ SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13300&Itemid=>>. Acesso em: 19 fev. 2016b.

MIRANDA, Cássia. COVER, Maciel. **Interdisciplinaridade e Licenciatura em Educação do Campo**, (2016), In: SILVA, Cícero da.; MIRANDA, Cássia Ferreira.; AIRES, Helena Quirino Porto.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (Orgs). **Educação do campo, artes e formação docente**. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

MUNARIM, Iracema. **As tecnologias digitais nas escolas do campo: Contextos, desafios e possibilidades** 2014 f. Tese (doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, SC, 2014

OLIVEIRA, U. F., & COVER, M. (2016). **Caminhos e “descaminhos” da educação do campo na uft de tocantinopolis: potencialidades e riscos**. Acesso em 15 de 08 de 2018, disponível em <https://uft.academia.edu/MacielCover>: [https:// www.academia.edu/ 36817328/caminhos_e_descaminhos_da_educa%3%87%3%83o_do_campo_na_uft_de_tocantin%3%93polis_potencialidades_e_riscos](https://www.academia.edu/36817328/caminhos_e_descaminhos_da_educa%3%87%3%83o_do_campo_na_uft_de_tocantin%3%93polis_potencialidades_e_riscos)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1º ed. – São Paulo: Expresso Popular, 2007

PAULA, Leon. De., BONILLA, Marcos. Faccin., SILVA, C. d. **Educação do Campo, Artes e Formação docente. Campo em vídeo: experiências artístico-educativas na produção de audiovisuais no norte do Tocantins**, (2016), p. 169. In: SILVA, Cícero da.; MIRANDA,

Cássia Ferreira.; AIREs, Helena Quirino Porto.; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (Orgs). Educação do campo, artes e formação docente. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

POMBO, Olga. A Epistemologia da Interdisciplinaridade. Revista Unioeste. 2008, vol. 10, n. 1, p. 9-40.

PIANOWSKI, P. **Educação do campo e o ensino de artes visuais: contexturas.** Invisibilidades:Revista Ibero-Americana de Pesquisa em Educação, Cultura e Artes, Porto, n. 6, p. 70-77,2014.

SANTANNA & MARQUES apud ARAÚJO, O. **Pibid, diversidade e a formação de educadores do campo.** Educação & Realidade, 2015 Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 725-744, jul. /set. 2015.

WURMAN, R. S. (1991). Ansiedade da Informação: como transformar a informação em compreensão. (V. Freire, Trad.) New York: Cultura Editores Associados.

ENTRE ÁGUAS E SABERES: O RIO TOCANTINS E TOCANTINÓPOLIS

Adriana Monteiro da Silva³
Kênia Gonçalves Costa⁴

RESUMO: A seguinte pesquisa busca entender por meio das relações territoriais, socioculturais e memoriais as distintas formas de resistência travadas no Rio Tocantins e no município de Tocantinópolis. Neste sentido, vale destacar que a ligação de Tocantinópolis com Rio Tocantins está relacionada com os povos tradicionais e indígenas. Anteriormente nesta região estabeleceu-se a consolidação de um núcleo urbano, criando uma ligação antes mesmo de a cidade ser nominada como Boa Vista do Tocantins, na região já existia uma relação entre os fazendeiros, os ribeirinhos e os indígenas. A pesquisa desenvolveu-se por meio de conhecimentos exploratórios e revisão bibliográfica articulando a construção de saberes/conhecimentos. A base teórica fundamenta-se nos estudos de Lysias Augusto Rodrigues (2001), Kátia Maia Flores (2009) e Clenan Renault de Melo Pereira (2012). Os estudos de Lysias Augusto Rodrigues (2001) expõe à formação continental, o nascimento, a origem do nome do Rio Tocantins, bem como, os povoamentos as margens do rio. Nos estudos de Kátia Maia Flores (2009), versa a história do Rio Tocantins juntamente com as dos povos, as entradas, a pecuária, o ouro, as embarcações, as navegações e o comércio. O autor Clenan Renault de Melo Pereira (2012), em seu livro “De Boa Vista a Tocantinópolis”, pretende lembrar o passado de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis), resgatando a memória da cidade centenária que está entre o Rio Tocantins e Araguaia. A partir de sua obra o leitor é instigado a conhecer de perto a história do lugar e de sua gente. Os autores supracitados apresentaram históricos vividos pelos povos tradicionais e indígenas, sendo narrativas necessárias para compreendemos às relações territoriais, socioculturais e memoriais, como forma de resistência entre o Rio Tocantins e o município de Tocantinópolis.

Palavras-chave: Rio Tocantins; Tocantinópolis; Indígenas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é a fase embrionária do Trabalho de Conclusão de Curso, e tem como tema “Águas e Histórias na relação entre Tocantinópolis e o Rio Tocantins (2017 - 2018)”, a pesquisa em si busca entender a ligação de Tocantinópolis (área urbana) com o Rio Tocantins, e que já existia a partir da relação do povo Apinajé nessa região. Vale ressaltar que, essa ligação foi se constituindo antes da cidade ser nominada como Boa Vista do Tocantins, já existia uma relação entre os fazendeiros e os indígenas, onde chegou-se a constituir um núcleo urbano.

A cidade de Tocantinópolis está localizada no extremo norte do estado do Tocantins, situada às margens do Rio Tocantins. No ano de 1852 a cidade passou a se chamar Boa Vista do Tocantins. Na década de 1943, a cidade passou a ser chamada de Tocantinópolis

3 Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Araguaína – TO. Graduada em Geografia., *E-mail:* adriana_s12@hotmail.com

4 Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Araguaína – TO. Docente do Curso de Geografia e PPGCult. *E-mail:* keniacost@uft.edu.br

(CLENAN PEREIRA, 2012). O objetivo da pesquisa é compreender os principais fatores obtidos na ligação histórica entre Tocantinópolis e o Rio Tocantins.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de conhecimentos exploratórios, buscando oferecer informações precisas sobre o tema em investigação. Sabemos que Tocantinópolis é uma cidade centenária, e que leva em seus traços a religiosidade de seus fiéis. Vale destacar, que a religiosidade da cidade é anterior ao Padre João, o vigário foi uns dos líderes da antiga Boa Vista (atual Tocantinópolis). O hino patriótico da cidade é chamado de “Cidade de Boa Vista”, e que foi escrito por Alfredo Maranhão e Cristóvão Lopes, como oferta de presente ao Padre João, colocaram no hino como homenagem “Terra do Padre João”. O vigário ficou muito satisfeito com o presente, e pouco tempo depois o hino da cidade se tornou oficial. (CLENAN PEREIRA, 2012).

A base teórica fundamenta-se aos estudos de Lysias A. Rodrigues (2001), que expõe em seu livro “*Rio dos Tocantins*” a formação continental, o nascimento, a origem do nome do Rio Tocantins, bem como, os povoamentos as margens do mesmo. Lysias A. Rodrigues, descreve que a problemática da descoberta Rio Tocantins divide-se em dois fragmentos distintos e separados. O autor traz em seu livro inúmeras informações sobre a descoberta da região norte e as “tribos” indígenas que habitaram as margens do Rio Tocantins durante os séculos XVI e XVII.

Utilizou-se como base teórica, os estudos de Kátia Maia Flores (2009), no qual seu livro “*Caminhos que andam*” traz em três capítulos a história do Rio Tocantins juntamente com as dos povos, as entradas, a pecuária, o ouro, as embarcações, as navegações e o comércio. A autora apresenta a história do Rio Tocantins como estrutura de uma sociedade que dele usufruiu, e que através dele construiu sua vida, lendas e mistificadas.

Baseou-se nos estudos de Laene R. P. Marinho (2011), sob o título “*O uso da memória dos navegadores do Rio Tocantins na abordagem do estudo da Urbanização de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, Brasil*”, a autora faz recortes sobre a memória dos navegadores do Rio Tocantins e descreve como ocorreu o processo de urbanização da cidade de Tocantinópolis.

Fundamentou-se aos estudos de Clenan Renault de Melo Pereira (2012), o autor por meio do seu livro “*De Boa Vista a Tocantinópolis*”, pretende lembrar o passado de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis). Pereira tenta resgatar a memória da cidade centenária que está entre o Rio Tocantins e Araguaia, a leitura do livro para o leitor é de suma importância, pois, por meio dela é possível conhecer a história do lugar e de sua gente. A cidade de Tocantinópolis foi marcada pelas lutas políticas, desavenças, crenças e descrenças,

durante seu desenvolvimento. Vale ressaltar, que as navegações tiveram presentes na cidade como principal atividade nos meados do século XX.

Apoiou-se também nos estudos de Robson Ferreira Borges (2013), que trata da narrativa ligação do rio com a cidade, com o título “*Das representações ao imaginário dos barqueiros do Rio Tocantins: rebojos de vida e luta nas corredeiras da memória (1889-1940)*”, sua obra retrata a vida e memória dos barqueiros do Rio Tocantins. Robson Ferreira Borges (2013) faz uma análise da relação dos navegadores com o rio.

A cidade de Tocantinópolis é considerada Patrimônio Cultural Estadual, por sua herança cultural, histórica e pela valorização da memória e da identidade de seus povos. Nas margens do rio carrega-se uma vida social e sociocultural de uma população ribeirinha. Observa-se que a beira-rio da cidade de Tocantinópolis é uma das áreas mais urbanizadas, tendo ali presentes o comércio, a área de lazer, o porto das voadeiras e o porto da balsa. Neste contexto, foram se constituindo os balneários e as áreas privadas.

O Rio Tocantins banha parte da cidade de Tocantinópolis, e traz na memória de seus habitantes as influências históricas trazidas pela antiga Boa Vista do Tocantins, e que se tornou cenário de muitos acontecimentos marcantes. Tocantinópolis é uma cidade urbanizada, porém, não deixou de lado sua característica fluvial, e que até hoje ainda preserva o cais no porto do Rio Tocantins, fazendo com que a relação entre a cidade e rio seja cada vez mais fortalecida através da cultura, da economia e das relações socioculturais⁵.

Nesse contexto, o trabalho apresenta a importância que a cidade tem em relação aos seus habitantes indígenas e não-indígenas, descrevendo também qual é sua ligação com o Rio Tocantins. A realização da pesquisa se dá pelo desejo de conhecer de perto a relação de Tocantinópolis com rio, e que merecem ser estudada pelo pouco conhecimento que temos sobre ambos.

As inquietações iniciaram-se no ano de 2017, por meio da construção do artigo⁶ referente à “*Tocantinópolis – TO, a economia da cidade durante as navegações nos meados do século XX*”, descrevendo os principais fatores econômicos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, a partir das navegações ocorridas durante o século XX.

A finalidade da pesquisa em si, é de resgatar os sentimentos ligados à identidade cultural da cidade Tocantinópolis e do Rio Tocantins. Assim, propicia-se uma diversidade de

⁵ Referir-se a qualquer processo ou fenômeno relacionado com os aspectos sociais e culturais de uma comunidade ou sociedade. Desta forma, um elemento sociocultural tem a ver exclusivamente com as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária como para dar-lhe significado (Disponível em <<http://queconceito.com.br/sociocultural>>. Acesso em: 02 de Maio de 2018).

⁶ Artigo não publicado, desenvolvido para aprovação da disciplina de Geografia Regional e Espaço Mundial.

informações acerca dos principais fatores que desenvolveram essa relação entre ambos. Vale lembrar que, foi através do Rio Tocantins que as navegações do século XX, permitiram as ligações comerciais por meio das comunicações fluviais. Neste sentido, a importância do transporte fluvial era essencial, visto que, o Rio Tocantins contribuiu com o processo de ocupação do território e deslocamento das populações indígenas, ou seja, os Apinajé que viviam nas proximidades do núcleo urbano de Tocantinópolis.

O Rio Tocantins compõe a segunda maior bacia hidrográfica (Araguaia-Tocantins), a região de Tocantinópolis fica bem próximo ao encontro do Rio Tocantins com o rio Araguaia, onde tudo se torna Tocantins, por isso é o maior em extensão. Portanto, a cidade é vista como um lugar para se perceber as relações humanas nelas contidas. Quando observamos a paisagem do rio, encontramos nela os elementos naturais, culturais e socioculturais que as pessoas ali desfrutaram no período das praias. Nesta perspectiva, percebe-se que as pessoas inseridas neste contexto, estão ligadas aos traços históricos e culturais do lugar.

A cidade de Tocantinópolis tem em sua trajetória uma ligação relacionada aos missionários religiosos. O século XIX foi marcado pelo transporte fluvial, tendo sucesso econômico através da exportação do babaçu, pele de animais e cereais. O município acolheu a missão jesuíta para catequizar os índios Apinajé, que até os dias atuais vivem numa aldeia local. Por volta do ano de 1818 os primeiros habitantes foram atraídos pelo rico cenário que contemplava o Rio Tocantins.

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se de uma pesquisa exploratória realizada entre 2017 e 2018, de acordo com as seguintes etapas: o lugar de estudo e levantamento bibliográfico. A metodologia proposta está associada a três momentos que foram de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, oferecendo uma melhor compreensão do tema.

A pesquisa bibliográfica, realizada em nível exploratório, buscou familiarizar-se sobre assunto e oferecer informações precisas para a investigação. Para a realização do trabalho, foram feitos os seguintes procedimentos:

O primeiro momento: foi dedicado para escolha do tema de pesquisa, e logo em seguida foram feitos os seguintes levantamentos:

- Visita *in lócus* na própria cidade;
- Visita à biblioteca da UFT do campus de Tocantinópolis - TO;
- Visita à biblioteca da UFT do campus de Araguaína – TO.

No segundo momento realizou-se uma pesquisa quantiquantitativa, foram realizados os levantamentos bibliográficos e documentais através de consultas em documentos, livros, trabalhos acadêmicos e fotografias referentes ao tema de investigação.

Ainda no segundo momento, o trabalho foi baseado na fenomenologia de Augusto Triviños (2009), e a categoria lugar a partir de Yi-Fu Tuan (1983). O procedimento metodológico foi por meio da história oral (MEIHY; HOLANDA, 2011).

Iniciou-se no ano de 2017 um artigo referente à “*Tocantinópolis – TO, a economia da cidade durante as navegações nos meados do século XX*”, descrevendo os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento da economia da cidade. Neste sentido, foram analisadas as perspectivas do progresso entre o século XX, e que contribuiu para o crescimento da cidade.

Foi através deste trabalho que se instigou a entender melhor essa relação do rio com a cidade, principalmente, por que na própria cidade foram entrevistadas pessoas que tinham essa relação com rio. Fazendo com que se entendessem essa relação entre os habitantes, à cidade e rio, levando-me a repensar e a desenvolver a segunda parte deste trabalho. No próximo item, discutiremos sobre as obras que argumentam a relação de Tocantinópolis com Rio Tocantins, e também a relação com povos indígenas.

ENTRE ÁGUAS E SABERES

Para entender a relação que a cidade de Tocantinópolis tem com o Rio Tocantins, foi necessário buscar na literatura, referências e autores que pudessem fundamentar-se em uma base bibliográfica para entender essa ligação entre ambos. Neste sentido, Lysias A. Rodrigues (2001) apresenta as seguintes considerações: “Os rios, como os seres humanos, têm um ciclo de vida, e conseqüentemente, uma história. Mesquinha grandiosa, simples ou complexa, curta ou longa, essa história é sempre interessante [...]” (LYSIAS RODRIGUES, 2001, p. 13). O autor faz uma reflexão a partir de sua obra, e que discute o Rio Tocantins desde a sua formação continental, nascimento, descoberta e povoamento. Nesta perspectiva, Lysias A. Rodrigues, descreve como ocorreram tais acontecimentos, e que estes fazem parte da história do Rio Tocantins.

Entre águas e saberes, os indígenas e ribeirinhos faziam parte das grandes navegações como tripulantes, mas em sua maioria eram conhecidos como canoeiros e remadores, pois detinham conhecimentos de navegação e de rio. Entretanto, os indígenas eram os especialistas na construção das embarcações, porém não era incomum carregar cargas juntamente com a

tripulação, o que acarretava no naufrágio a poucos metros das margens do rio. Vale destacar que, mesmo com os incidentes os indígenas tinham conhecimentos e experiências em navegar pelo rio.

Com relação à obra de Kátia M. Flores (2009), a autora faz referências as navegações e embarcações, que foram construídas a partir de memórias e trajetórias, criando uma relação com Rio Tocantins. A autora apresenta uma forma de pensar o rio a partir dos relatos de navegantes, comerciantes e viajantes do século XIX, ela também expõe informações sobre o rio e sua influência na formação dos tocantinenses, criando uma relação do rio com seus habitantes.

Outro trabalho que se dedica a relatar a ligação de Tocantinópolis com rio é de Laene R. P. Marinho (2011), a autora destaca que: “As cidades tornam-se visíveis, o aglomerado de pessoas em determinado pedaço de chão forma-se vilas, com o passar de sua existência tornaram-se cidades. O aumento da população é um aspecto da criação das cidades” (LAENE MARINHO, 2011, p. 6). Nessa linha de pensamento, percebe-se que a ligação do Rio Tocantins com a cidade se iniciou graças a aglomeração de pessoas em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis).

Com relação à urbanização da cidade de Tocantinópolis, foi a partir da primeira metade do século XX que suas transformações foram registradas na cidade. Os navegadores daquela época, através de depoimentos e explicações guardadas em suas memórias tiveram um papel importante na construção das histórias de um tempo passado, o que contribuiu para o desenvolvimento da cidade Tocantinópolis, descrevendo as etapas de sua urbanização (LAENE MARINHO, 2011).

Outro trabalho que se dedica a narrativa de experiências de vida num passado próximo, desde as trajetórias de lutas, desavenças, crenças e descrenças, ao longo do desenvolvimento da cidade de Tocantinópolis é o autor Clenan Renault de M. Pereira (2012). Neste trabalho, o autor evidencia que foi: “Sob os encantos do Rio Tocantins, à beira de um estuário de água cristalina, narro histórias instigadas pela minha curiosidade, estudos, pesquisas e, principalmente, pela minha memória” (CLENAN PEREIRA, 2012, p. 15), vale ressaltar que, o autor é filho da antiga Boa Vista, e que sua obra busca instigar o leitor a conhecer a história de um lugar e de sua gente através das memórias do passado.

O trabalho mais recente que trata da narrativa ligação do rio com a cidade é o do Robson Ferreira Borges (2013), sua obra reconstrói as dimensões da cultura dos barqueiros do Rio Tocantins, com base em narrativas de vários discursos, como é o da memória. Para

entender as relações entre as lutas do dia a dia desses navegantes e barqueiros do Rio Tocantins. Segundo Robson Ferreira Borges:

Apesar de todo o sacrifício de seu ofício, estes homens viajantes dos rios não deixavam de ver a vida com alegria. Quando paravam em algum povoado expressavam a sorte de estarem vivos, a despeito dos momentos angustiados que tenham passado (ROBSON BORGES, 2013, p. 46).

Nesta linha de entendimento, percebe-se que Robson Ferreira Borges (2013), narra à vida sofrida dos navegadores que mesmo no perigo das viagens pelo rio, tinham que honrar seu trabalho. O relato dos navegadores trata da relação que eles tinham com o rio, esses homens viviam a partir do rio sob as aventuras de suas águas criando assim, suas memórias baseadas entre os relatos de experiências vividas. Partindo para o próximo item, apresentaremos como as obras e os autores dialogam com a presença dos povos tradicionais e indígenas, e como os impactos na região atingiram esses povos.

O RIO TOCANTINS, OS POVOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS

Os registros do ano de 1774 mostram que os indígenas eram excelentes guerreiros e conhecidos como de índios da região Norte, os primeiros confrontos entre os índios e não indígenas acabaram em guerras e doenças, quando os povos indígenas descobriram que o seu território estava ameaçado para o povoamento da região (Figura 7). É importante ressaltar que, os indígenas provinham com o intuito de explorar a região na fase aurífera, o que provocou muitas guerras e também em doenças.

Em 1818, os índios Apinajé começaram a se sentirem seu território *ameaçado* pelos primeiros impactos, tendo suas terras transformadas em povoado de Boa Vista do Padre João, hoje, fundada como cidade de Tocantinópolis. Vale lembrar que, o povo Apinajé é classificado como Timbiras Ocidentais, e constituem-se de uma organização social construída a partir de cerimônias em suas aldeias. Na metade do século XX, os indígenas, sofreram uma grande depopulação e desestruturação social, tendo seu território invadido pelas famílias de migrantes, logo depois, parte desse território acabou sendo transformado em povoado. As estradas como a Belém-Brasília e a Transamazônica são exemplos de impactos territoriais sofridos pelos Apinajé. (ISA, 2014).

O território indígena Apinajé é explorado ilegalmente pelos caçadores, pescadores e extrativistas para fins comerciais. Os fazendeiros próximos das aldeias fazem uso de pastagens e de roçados. Os problemas aos redores do território Apinajé são muitos, pois vem sendo devastado com a implantação e exploração ilegal de carvoarias e plantio de eucaliptos.

Figura 2: Povos Apinajé no município de Tocantinópolis – TO.



Fonte: Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxà. Disponível em: <<http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2017/05/manifesto-do-povo-apinaje.html>> Acesso em: 03 de Novembro de 2018.

Para Lysias A. Rodrigues (2001), os indígenas sempre enfrentaram conflitos com os civilizados, a princípio os portugueses no início tratavam bem os indígenas, até conseguirem um bom relacionamento, mas que pouco tempo depois, os colonizadores começaram a agir com crueldade, levando os/as índios/as a fugirem através das embarcações. Percebe-se que os povos indígenas sempre foram induzidos a entregar seus recursos naturais aos exploradores.

O autor Lysias A. Rodrigues (2001), traz informações sobre as comunidades indígenas que habitaram as margens do Rio Tocantins. Neste sentido, o autor acrescentar-se que, mesmo não referindo a povo e/ou etnia e sim como tribos, o mesmo localiza essa presença:

Inúmeras eram as tribos indígenas que habitavam nos séculos XVI e XVII a região tocantina. Tocaiúnas (castanha preta), Tocantins, Pacajás, Guarajus, Tupinambás, Inhuaiguaras, Bilreiros, Guaiases, Parissós, etc., em número considerável, impossível de calcular, povoaram as margens do Tocantins, desde suas nascentes até à sua foz. (LYSIAS RODRIGUES, 2001, p. 117).

Esses povos indígenas que habitaram as margens do Tocantins, sempre viveram em constantes ataques pelas bandeiras e entradas, e merecem destaque pela sua trajetória de luta contra as crueldades advindas dos exploradores. Uma das principais comunidades merece algumas observações por ter dado origem ao nome do Rio Tocantins.

De acordo com Kátia M. Flores (2009), o Rio Tocantins era chamado pelos povos indígenas como o “grande rio”, esses povos relataram que durante a história do rio

enfrentaram grandes obstáculos, mas que também se viam ligados ao progresso, o que abriu novos caminhos pelo sertão, levando riquezas e integrando culturas.

Fantasia e poesia, imersas em muita imaginação, foram os pilares da construção pelos índios de uma bem amalgamada história de nascimento do rio Tocantins. Esta história de múltiplas e constantes intervenções humanas alicerçou uma sociedade que se serviu do rio para a construção de sua vida material e acabou por construir um imaginário lendário e mítico. (KÁTIA FLORES, 2006, p. 09).

A autora destaca que, os pilares da construção da história de nascimento do Rio Tocantins, foi a partir de fantasia e poesia, agregada a muita imaginação. A história do Tocantins é, portanto, a história do Rio Tocantins. Nesta perspectiva percebe-se que, o Rio Tocantins cumpre a tendência de celeiro do Tocantins.

Nos meados do século XX, chegaram os missionários com o intuito de catequizar os índios, os bandeirantes vieram com o objetivo de conquistar os saberes, as riquezas e território dos indígenas, bem como os estrangeiros e os comerciantes que também tinham seus interesses. Vale destacar, que o século XIX representou para o Tocantins uma importante fase em relação à navegação pelo Rio Tocantins, e que permitiu a integração do comércio com o Pará.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o Rio Tocantins era o principal meio de transporte, com isso, as regiões próximas ao rio deixaram de ser isoladas graças à prática das navegações. Com o avanço das navegações criaram-se novas cidades e povoados. A respeito disso, Kátia Flores (2009, p.79) argumenta: “Enfim, o rio Tocantins deu vida e movimento às novas cidades e povoados ribeirinhos, assim como, evidentemente, assim como, evidentemente, condenou ao quase abandono antigas povoações ligadas à mineração, sendo que, até os meados do século XX [...]”.

Na concepção de Kátia Flores, o rio deu origem ao processo de criação de cidades e povoados ribeirinhos, possibilitando e promovendo o desenvolvimento das regiões próximas ao rio. Com o passar dos anos alguns ribeirinhos passaram a desenvolver atividades ligadas à navegação, muitos deles seguiram com a profissão, sendo este um ofício de honra, respeito e reconhecimento social.

Retornando ao passado, vale lembrar que, cerca de 90% das terras de Tocantinópolis foram desagregadas, dando origem a novas cidades. Parte disso foi graças ao desenvolvimento da Rodovia Belém-Brasília, surgida no seio da mata, trazendo para as pessoas um meio de se locomover para outras regiões. A respeito da Rodovia Belém-Brasília, Clenan Renault M. Pereira (2012) complementa que: “Foi ela que transformou parte do sertão

boa-vistense em influentes centros comercial, industrial, do agronegócio, e exportador de relevo em nível nacional e internacional [...]” (PEREIRA, 2012, p. 41).

A Rodovia Belém Brasília, era vista como corredores e/ou artérias, por onde exportava alimentos (arroz, feijão, sal, bebidas, etc...). Foi graças à rodovia (Belém Brasília) que as pessoas podiam chegar a outras cidades ou povoados. Antes da rodovia havia outra opção de se chegar a outras regiões por via terrestre, através de picada aberta na mata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingirmos o objetivo pretendido, realizamos diversas pesquisas a respeito do tema: Entre Águas e Saberes: O Rio Tocantins e Tocantinópolis, fundamentando-nos em Lysias A. Rodrigues (2001), Kátia M. Flores (2009), Laene R. P. Marinho (2011), Clenan Renault M. Pereira (2012) e Robson F. Borges (2013). Os autores supracitados apresentaram histórico vivido pelos povos tradicionais e indígenas, e que são narrativas necessárias para compreender as relações territoriais, socioculturais e memoriais, como forma de resistência entre o Rio Tocantins e o município de Tocantinópolis.

Percebe-se, que o trabalho foi de suma importância para conhecermos de fato, como ocorreram às resistências as margens do Rio Tocantins. Visto que, o tema em estudo nos proporcionou a conhecer de fato a verdadeira história do Rio Tocantins, juntamente com as dos povos tradicionais e indígenas. Os estudos aqui articulados buscam a construção de saberes/conhecimentos relacionados à ligação desses povos as margens do Rio Tocantins.

Dessa forma, entende-se que os povos que habitaram a região de Tocantinópolis, traziam em suas gerações tradições importantes, relatando assim, como ocorrem os processos de resistências e manutenção dos saberes sobre águas, territórios e os impactos que os povos tradicionais e indígenas vêm sofrendo na região, e ambos estão correlacionados tanto com o Rio Tocantins quanto a cidade de Tocantinópolis.

REFERÊNCIAS

BORGES, Robson Ferreira. **Das representações ao imaginário dos barqueiros do rio Tocantins: rebojos de vida e luta nas corredeiras da memória (1889-1940)**. 2012. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2013.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6Y8LXR/tese_k_tia_maia_flores.pdf>. Acesso: 15 Agosto. 2018.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que Andam: O Rio e a Navegação Fluvial nos Sertões do Brasil*. Goiânia: Ed. UCG, 2009. V. 1. 151 p.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

MARINHO, Laene Rodrigues Pimental. *O uso da memória dos navegadores do Rio Tocantins na abordagem do estudo da Urbanização de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, Brasil*. 2011. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NIMUENDAJÚ, Curt. *OS APINAYÉ*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983. 146 p.

PEREIRA, Clenan Renaut de Melo. *De Boa Vista a Tocantinópolis*. Palmas: WR Gráfica e Editora, 2012, 318 p.

RODRIGUES, Lysias A. *O Rio dos Tocantins*. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2009.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

SITES:

ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ-PEMPXÁ. Disponível em: <<http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2017/05/manifesto-do-povo-apinaje.html>> Acesso em: 15 de Agosto de 2018.

ISA. Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil, 2014. TO. Disponível em: <<http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/PMGIRS.pdf><https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>>. Acessado em: 15 de Agosto de 2018.

POVO APINAJÉ: CULTURA E RESISTÊNCIA NO NORTE DO TOCANTINS. Disponível em: <<http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/2014/01/conheca-nossa-historia-e-cultura.html>>. Acessado em: 15 de Agosto de 2018.

O IMPACTO DO CULTIVO EXTENSIVO DE MONOCULTURAS NOS ARREDORES DA COMUNIDADE INDÍGENA KARAJÁ XAMBIOÁ

Bruno Lopes Pereira⁷
Giliana Zeferino Leal Mendes⁸
Gecilane Ferreira⁹
Thelma Pontes Borges¹⁰

RESUMO: As atividades do agronegócio estão entre as que mais crescem no Norte do Brasil, com o aumento das produções e elevações significativas das arrecadações monetárias desse tipo de cultivo. A demanda por espaços para sojicultura e cultura agropastoril, as quais ocupam grandes áreas de terra do Cerrado, o segundo maior e mais devastado dos biomas brasileiros, e tem avançado a extensão das plantações aos limites de áreas de conservação e de terras tradicionalmente e legalmente ocupadas por povos indígenas. Esse tipo de produção provoca muitos impactos ambientais nas áreas onde se localizam. Nesse contexto objetivou-se com o estudo, analisar os impactos do cultivo extensivo de monoculturas nos arredores da comunidade indígena Karajá Xambioá no Município de Santa Fé do Araguaia – TO, situada em área de transição entre floresta Amazônica e Cerrado, por isso mais sensível há grandes empreendimentos, como a monocultura, a exemplo da plantação de soja. Tendo como método a observação direta do local; análise documental de mapas, gráficos, entre outros tipos de documentos ilustrativos da região; embasamento teórico sobre a temática, dando assim sustentação as análises, e também as verbalizações do povo local, coletadas através de rodas de conversas, durante as visitas realizadas na aldeia. Observa-se na verbalização dos membros da comunidade indígena Karajá Xambioá que houve alterações na disponibilidade de caça e de pesca, e uma notória escassez de recursos naturais utilizados na subsistência da comunidade, a fragmentação do ambiente, diminuição no fluxo de vazão de seus rios e córregos, e o desmatamento da região, restringindo o acesso aos recursos locais e aumentando busca por soluções externas a aldeia, como, por exemplo, a aquisição de alimentos industrializados. Nesse aspecto, a busca por mais área para cultivo, como é o caso da plantação de soja na região da comunidade indígena Karajá Xambioá, tem colocado em risco os recursos naturais da região, e mesmo com a demarcação de terra pelas Políticas Públicas, delimitando os limites de plantação, paulatinamente este, tem sido desrespeitado e a comunidade tem visto suas terras sendo impactadas pelas mudanças no ambiente em função das atividades antrópicas em larga escala.

Palavras-chave: Povos tradicionais; Impactos socioambientais; Agronegócio.

⁷ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Licenciatura em Biologia. Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire. Avenida Paraguai, esquina com Uxíramas, s/nº, Araguaína – TO, (63)3416-5690. E-mail: biologouft@hotmail.com

⁸ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Licenciatura em Geografia Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire. Avenida Paraguai, esquina com Uxíramas, s/nº, Araguaína – TO, (63)3416-5690. E-mail: giliana-zl@hotmail.com

⁹ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutorado em Educação. Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire. Avenida Paraguai, esquina com Uxíramas, s/nº, Araguaína – TO, (63)3416-5690. E-mail: gecilaneferreira@uft.edu.br

¹⁰ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutorado em Psicologia. Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire. Avenida Paraguai, esquina com Uxíramas, s/nº, Araguaína – TO, (63)3416-5690. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A produção extensiva no Brasil, ou em grandes extensões territoriais é uma das principais práticas incentivadas pelas políticas públicas voltadas à agropecuária. A partir dos anos 70 houve uma maior oferta na infraestrutura com finalidade de atender o escoamento dos grãos produzidos, e com isso as monoculturas em grande escala ganharam mais espaços, angariando novos territórios produtivos. Nesse contexto, uma das atividades que obteve maior ênfase em diversos ecossistemas brasileiros, foi à produção de soja, seguido pelas monoculturas de eucalipto, teca, entre outras práticas, ressaltando a importância da pecuária nesse cenário. (QUEIROZ, 2009).

Essas atividades se agravam em proporções ambientais quando são analisadas nos biomas de cerrado, pois as pressões que causam e avanços sobre esse ecossistema tem apontado para grandes impactos a biodiversidade, suprimindo áreas outrora ricas em aspectos naturais.

Com o crescimento do agronegócio na Região Norte do Brasil, em especial o avanço das lavouras nas proximidades de área indígenas tem sido demandados estudos e análises, pois são atividades que tem suprimido cada dia mais espaços para o cultivo dos sojicultores e culturas agropastoril, devastando o cerrado e avançando sobre áreas de conservações e terras de comunidades indígenas.

Objetiva-se com o estudo analisar os impactos do cultivo extensivo de monoculturas nos arredores da comunidade indígena Karajá Xambioá no Município de Santa Fé do Araguaia – TO, a qual está localizada em uma área de transição entre o bioma amazônico e o cerrado, características que deixa o ecossistema sensível e mais susceptível a impactos que possam ser causados pelas produções de monoculturas extensivas.

Para que se chegasse ao objetivo proposto, foi utilizado como metodologia, levantamento teórico sobre o tema, observações diretas no local, com sistematização dos dados coletados em forma de textos, bem como apresentação de registros fotográficos, e ilustrações de fontes secundárias da região, como fundamentados local aos impactos sentidos na comunidade, utilizamos de rodas de conversas com os moradores locais, para análise das verbalizações de quem conheceu e conhece bem a região.

Observou-se nas falas dos moradores da comunidade indígena Karajá Xambioá, tristeza no olhar, ao falarem sobre como era e é hoje a região, e das mudanças que já ocorreu na região, da diminuição na caça, pesca, frutos nativos e na vazante dos rios e córregos, relatando que atualmente é muito difícil viverem da subsistência do local, razão pela qual buscam alternativas de sobrevivência fora, inclusive aquisição de alimentos industrializados,

mudando assim os seus hábitos alimentares. É uma realidade que merece ser analisada e pesquisada para que se busquem medidas que possam mitigar os impactos causados pela monocultura extensiva na região.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceituando o cultivo extensivo de monoculturas

A monocultura é conceituada como sendo uma espécie de atividade agrícola a qual se utiliza de única espécie na produção, a exemplo da soja, eucalipto, teca, sogo, milho, feijão entre outras, isso de forma intensiva e em grandes áreas territoriais. (ZIMMERMAMM, 2009).

Segundo Zimmermamm (2009) trata-se de uma prática muito conhecida no Brasil, tendo como gênese, as monoculturas de cana-de-açúcar e de café e atualmente a soja, em grande escala, tendo como finalidade a comercialização dos produtos.

A prática da produção utilizando o cultivo extensivo de monocultura no Brasil se remete a partir da década de 70, após os incentivos provindos com disponibilização de meios de escoamentos das produções. Com esse aumento produtivo no campo, veio também a conhecida expansão das fronteiras agrícolas, tendo na mecanização do campo uma alternativa para aumentar a produção, passando assim a fazer uso de maiores extensões territoriais. Populações locais e comunidades tradicionais como as indígenas puderam ver suas terras serem engolidas pelas grandes lavouras, a exemplo do cultivo de soja, despauverizando os solos, e paulatinamente diminuindo a capacidade da terra em prover a subsistência da comunidade, o que acaba por comprometer os hábitos do povo local, em especial no que se refere à alimentação. (DOMINGUES; BERMANN, 2012).

Na atualidade, observa-se que os espaços antes ocupados por culturas diversificadas de produção, as quais normalmente tinham como finalidade a subsistência da população local, passam a serem substituídos por extensivas lavouras, as quais não alimentam ninguém do local, servem apenas como meios de acúmulo de riquezas às grandes empresas. Mudanças essas que afetam diretamente a qualidade de vida de quem vive nesses espaços, como é o caso dos indígenas. Segundo Domingues e Bermann (2012):

Além desses impactos sociais, destacam-se impactos ambientais advindos das técnicas modernas de plantio, tais como: compactação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas; erosão; contaminação por agrotóxicos nas águas, alimentos e animais; impactos danosos da retirada da vegetação nativa de áreas contínuas extensas; assoreamento de rios e reservatórios;

aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas; risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido à expansão agrícola; e alterações no clima local. (DOMINGUES; BERMANN, 2012, p. 9 - 10).

As consequências causadas pelas monoculturas extensivas muitas vezes são irreversíveis, uma vez que pode ocasionar o desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais, em virtude do empobrecimento do solo utilizado para a prática. Para Zimmermann (2009):

A monocultura, portanto, poderia ser a escolha diante do seguinte confronto: sobrevivência temporária da espécie humana em detrimento da natureza ou preservação do meio ambiente em detrimento da espécie humana. O antropocentrismo natural do homem o faria optar pela primeira alternativa, lançando-o à monocultura. Mas, não estando nesse limite, a preferência pela monocultura jamais deveria prevalecer, já que se trata de um modo de produção afeto à lógica econômica tradicional, de curto prazo, que, por isso mesmo, nunca conseguirá incorporar a dimensão ambiental de maneira sustentável. (ZIMMERMANN, 2009, p. 80).

Os problemas trazidos pela monocultura por si já são barreiras que deveriam ter esse tipo de produção como prejudicial, são tantas mazelas sociais e ambientais causadas e tantos desequilíbrios que não há como vermos esse sistema produtivo como benéfico. Zimmermann (2009) explica que se trata de uma especialização altamente prejudicial ao solo, e que:

[...] acarreta significativo desequilíbrio ambiental, devido ao desgaste e empobrecimento nutricional causados pela produção contínua de uma mesma planta e a conseqüente contaminação, gerada pelo uso indiscriminado de fertilizantes, com o intuito de manter ou recuperar a produtividade da terra, e de agrotóxicos, indispensáveis para combater as pragas que surgem em razão da uniformização das culturas. (ZIMMERMANN, 2009, p. 80).

No entanto Domingues e Bermann (2012, p. 11) complementam as explicações de Zimmermann, expondo que “isso não impediu que houvesse abertura de novas áreas para a monocultura da soja, à custa do desmatamento de florestas, o que pode intensificar processos de erosão, perda de solo e lixiviação”, pois, o homem busca apenas a lucratividade em curto prazo, não pensando nas consequências e problemas que isso poderá gerar ao longo do tempo.

Porto-Gonçalves (2006) salienta que o cerrado brasileiro é um bioma riquíssimo em biodiversidade, no entanto, é frágil e de fácil empobrecimento. E explica que antes de toda essa expansão agrícola ocorrida no cerrado, o colono ou moradores locais, eram os proprietários legítimos de riquezas como o babaçu, buriti, pequi, porém, atualmente essa legitimidade não existe mais, passou a ser dos fazendeiros, detentores das terras e do poder de se apropriarem dos recursos naturais da região. Essa realidade é sentida pela população das

comunidades indígenas, as quais se veem obrigadas a se adaptarem as novas condições do ambiente em que vivem.

Comunidades indígenas

As comunidades indígenas são populações reconhecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, tendo como no Capítulo VIII seus direitos reconhecidos oficialmente. O censo de 2010 do IBGE mostrou que a população indígena brasileira era formada por aproximadamente 818 mil indivíduos os quais viviam em regiões distintas em todo território nacional.

Uma vertente que chama a atenção é que no Art. 231. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, mas, com os incentivos de expansão das fronteiras agrícolas não é bem isso que verifica, pois ao redor das comunidades indígenas, as lavouras estão cada vez mais próximas e em alguns casos já invadiram os limites territoriais disponíveis para a produção.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (BRASIL, 1988, Art. 231).

A legislação que assegura o direito das comunidades indígenas muitas vezes acaba sendo sucumbida pela ganancia dos grandes produtores os quais buscam lucrar acima de tudo e não respeitam os limites territoriais estabelecidos pela demarcação de terras, mesmo sabendo que se trata de terras destinadas a preservação dos recursos naturais e dos costumes indigenistas.

O perfil do agronegócio Tocantinense

O estado do Tocantins destaca-se na contribuição para o crescimento do PIB a partir de três setores: Indústria, Serviços e Agropecuária. A agropecuária representa cerca de 20%

das atividades rentáveis de larga escala que contribuem para o PIB dentro do estado, com crescimento de 8% entre os anos de 2009 e 2010. O destaque ficou para as atividades de agricultura intensiva, aquela que usa de práticas e equipamentos tecnológicos para o aumento da produtividade, e para as atividades de pecuária extensiva. Segundo a Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (SEPLAN/TO, 2016):

O perfil dos produtores de soja no Tocantins é composto por pequenos a médios agricultores, que cultivam entre 500 a 1.000 hectares de áreas plantadas. A nova cara da produção agrícola do estado é composta por famílias vindas principalmente, da Região Sul do país e por grupos empresariais. **Outra característica importante do Tocantins é que devido a existência de muitas manchas de solos aptos para cultivo de grãos e condições de precipitação variável conforme região, são bastante pulverizadas as regiões produtoras aptas para grãos.** (SEPLAN/TO, 2016, Grifo nosso, p. 40).

No gráfico 1 é apresentada a evolução do comércio exterior tocantinense, tendo como referência o período do ano de 2003 ao ano de 2012, apresentando um significativo crescimento ano após ano, chegando a + 32,45% no ano de 2012, nas exportações, o que significa dizer que a população local não é o foco para o consumo do que é produzido no Estado, ficando muitas vezes apenas com as consequência causadas pela produção em larga escala, a qual se utiliza do desmatamento de grandes áreas e no Estado usa principalmente da técnica de cultivo, denominada como monocultura.

Gráfico 1: Evolução do comércio exterior, Tocantins.



Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

O alto desempenho para a produtividade em terras tocantinenses, com áreas de cerrado e de floresta amazônica, tem incentivado a expansão das áreas destinadas ao plantio e a pastagens para pecuária no estado. A grande demanda agropastoril reverbera em derrubadas,

queimadas e grandes desmatamentos, principalmente para monoculturas de ciclo curto e longo há exemplos da produção de grãos, como soja, milho, arroz, feijão entre outros (gráfico 2), complementando a produção do Estado, temos também o cultivo de fruticulturas como a melancia, banana, cana-de-açúcar, maracujá, abacaxi, laranja, mandioca, dentre outros.

Gráfico 2: Principais produtos exportados, Tocantins.



Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

Quando nos reportamos ao Município de Santa Fé do Araguaia, observamos que entre as produções da região, a produção de soja tem ganhado destaque a uma área de 1.000 ha de área colhida no ano de 2015, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Produção Agrícola no Município de Santa Fé do Araguaia (Área Colhida) - 2010 a 2015.

Cultura	Área Colhida (ha)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abacaxi ¹	5	5	7	5	4	4
Arroz	500	500	550	400	250	200
Banana	12	25	20	25	28	30
Cana-de-açúcar	200	200	200	200	-	207
Coco-da-baia ¹	-	-	-	-	200	-
Feijão	380	380	420	350	200	145
Laranja	-	-	-	-	-	-
Mandioca	450	380	270	190	180	200
Maracujá	-	-	-	-	-	-
Melancia	-	-	-	-	-	-
Milho	450	480	500	450	360	340
Soja	-	-	-	-	-	1.000

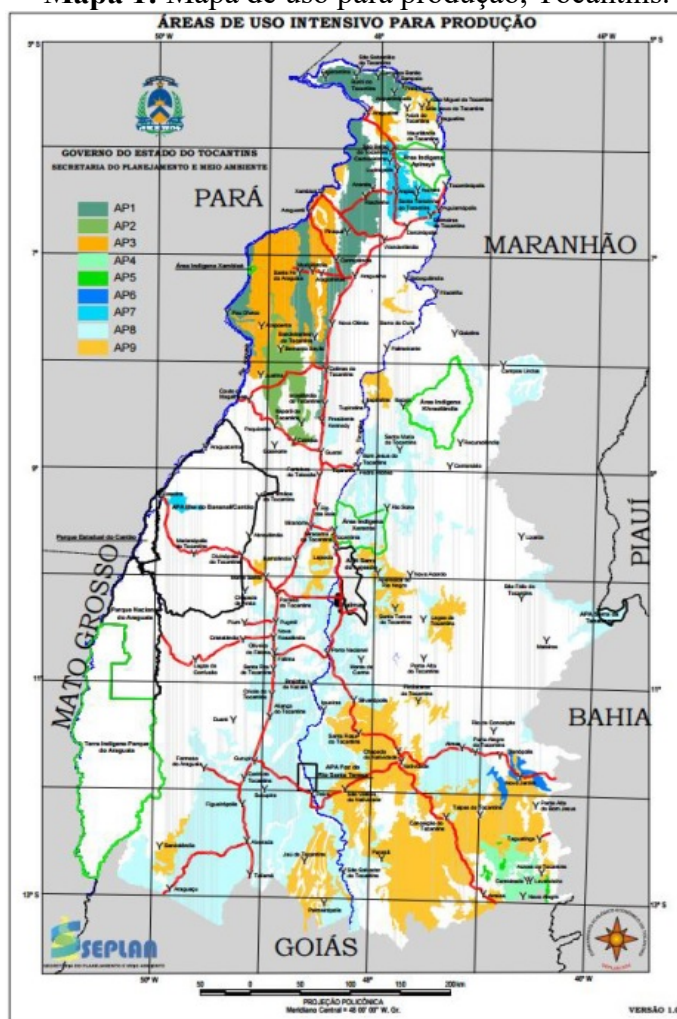
Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

O perfil do agronegócio tocantinense mostra uma tendência histórica no uso do desmatamento de grandes extensões territoriais para a produção, o que por se trata de uma região com bioma de cerrado deveria ser evitado, para que as espécies típicas da região

possam ser estudadas e aproveitadas de forma sustentável, podendo ser assim um contributo para o cotidiano das comunidades locais, como é o caso da comunidade Karajá Xambioá.

No mapa 1, pode-se observar as áreas com maiores intensões de uso no Tocantins, chamadas de polos de produção. Cabe ressaltar que a área onde situa-se a terra indígena Karajá-Xambioá e seu entorno está em destaque para uso e para pretensões de expansão para monoculturas e pastos, o que coloca as comunidades locais em alerta, para o que pode acontecer no futuro se essas pretensões se confirmarem.

Mapa 1: Mapa de uso para produção, Tocantins.



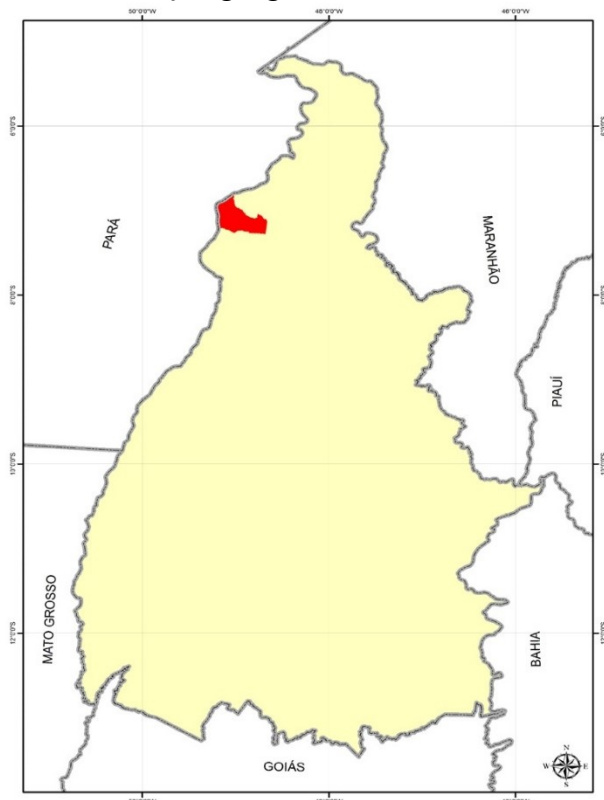
Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

O perfil do agronegócio tocantinense se mostra lucrativo para os grandes produtores e preocupante para quem vive do que terra disponibiliza e/ou necessidade do meio ambiente conservado, preservado e saudável para sobreviver. Entre essa população encontramos as comunidades indígenas, os quais dependem dos recursos naturais disponíveis para continuarem com suas praticas culturais e hábitos alimentares.

Caracterização da comunidade Karajá Xambioá

Com 3.326,3502 hectares, a Terra indígena (TI) Karajá Xambioá está localizada à margem do rio Araguaia na zona rural do município de Santa Fé do Araguaia – TO (FUNAI, 2018). Segundo o último censo do IBGE (2010), nessa área vivem cerca de mais de 268 pessoas indígenas das etnias Karajá e Guarani e não-indígenas casados com indígenas e que levam a vida como a população tradicional, distribuídas em 4 aldeias. Hoje estima-se mais de 500 pessoas entre moradores fixos e membros que moram fora das aldeias para estudar nas cidades de Araguaína, Tocantinópolis, Miracema, Gurupi e Palmas no Tocantins.

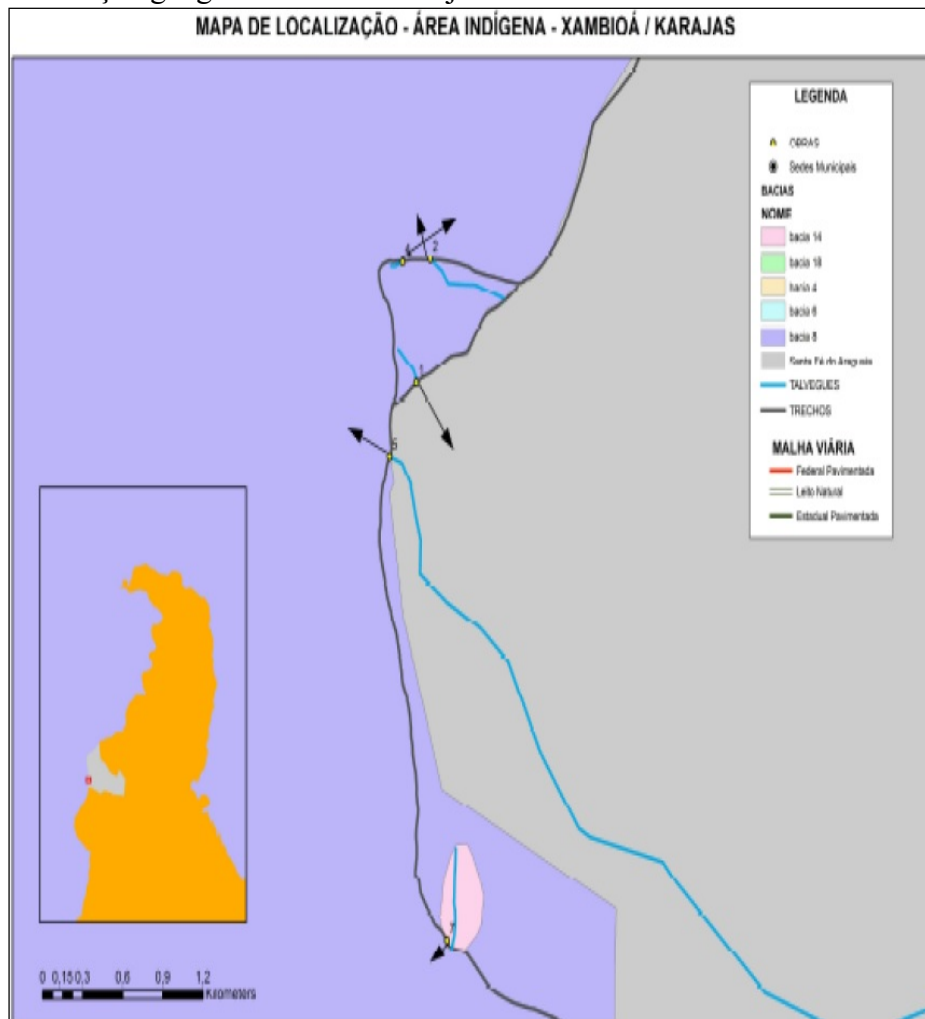
Mapa 2: Localização geográfica de Santa Fé do Araguaia.



Fonte: SEPLAN/TO, 2017.

A terra indígena em questão faz parte do município de Santa Fé do Araguaia (mapa 2), e tem seus limites delimitados à margem direita do Rio Araguaia, conforme mapa 3. O território abriga 4 aldeias do povo Karajá-Xambioá: Aldeia Xambioá, Aldeia Kurehê, Aldeia Wari-lyty e Aldeia Hawa-Tymara. No Mapa 3 a área correspondente a comunidade indígena em questão encontra-se marcada em vermelho.

Mapa 3: Localização geográfica da T.I. Karajá Xambioá.



Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

Uma descrição do povo Karajá-Xambioá pode ser verificada neste trecho do texto da dissertação de um morador da comunidade, Guarany (2017):

A área é relativamente pequena para garantir a sustentabilidade baseada apenas nos recursos naturais renováveis, principalmente dos recursos pesqueiros, da caça, das roças de mandioca, da coleta de frutas e do consumo das tartarugas. Os Karajá-Xambioá possuem a pesca de peixes como atividade principal, ao invés da caça e do plantio de mandioca, embora essas também sejam de extrema importância no hábito alimentar do povo. A cada ano verifica-se o crescimento da população, razão pelo qual a pressão sobre os recursos naturais se torna também cada vez maior, pois com o aumento da população há necessidade também de mais alimentos para o povo. Mas, a ação dos indígenas foi restrita apenas às áreas indígenas delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (GUARANY, 2017, p. 42).

Evidencia-se aqui a íntima relação das comunidades tradicionais com o ambiente e os recursos, necessitando assim que suas áreas e seus entornos sejam preservados, para que

possam continuar com seus hábitos, tanto com sua rotina cotidiana como seus usos e costumes, a exemplo da caça, pesca, festa das águas entre outras.

INCURSÕES METODOLÓGICAS

No que se refere às incursões metodológicas, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual teve no levantamento teórico a primeira parte de seu percurso metodológico, e na observação direta do local uma das principais fontes de coleta de dados.

Outro suporte metodológico foi à análise documental de mapas, gráficos, entre outros tipos ilustrativos da região os quais trouxeram suporte teórico para temática, tendo também sustentação nas verbalizações da população da comunidade, coletadas através de rodas de conversas, durante as visitas realizadas na aldeia no período de 19-22 de abril de 2018.

Para Angrosino (2009) alguns aspectos presentes nas pesquisas em comunidades exigem conhecimento aprofundado dos membros da comunidade, para isso convoca-se a observação participante, com imersão do pesquisador no contexto sociocultural do grupo pesquisado.

Nesse sentido, para a investigação das mudanças ambientais e dos impactos sobre a comunidade considerou-se aqui os diálogos informais entre os membros da comunidade, em especial entre um ancião e um dos pesquisadores desse estudo que morou 9 meses na aldeia, convivendo com os membros da aldeia. Essa proximidade permitiu diálogos mais íntimos, sem a condição de entrevistado para as pessoas da comunidade. Porém, os diálogos considerados nessa pesquisa ocorreram durante o ano de 2018, em visitas do pesquisador à aldeia.

O aporte documental foi realizado a partir da análise de mapas e gráficos relacionados à área da aldeia e do território circunvizinho no município de Santa Fé do Araguaia. Os mapas ilustram dados sobre o tipo de uso e ocupação do solo; dados de produtividade agropecuária no Tocantins e na região de Santa Fé do Araguaia; Mapas de desmatamento em terras indígenas no Tocantins. O material utilizado é de caráter de dados secundários elaborados a partir de dados de geoprocessamento e disponibilizados nos documentos do Perfil do Agronegócio Tocantinense, confeccionado em 2015 e disponibilizado em 2016 pela Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins.

DISCUSSÕES ANALÍTICAS

Uma análise pertinente sobre a área do entorno da comunidade é que o cerrado é uma área de grandes afloramentos hídricos, com muitas nascentes e com facilidade de se encontrar água. Para fundamentar as discussões sobre os impactos na comunidade indígena Karajá-Xambioá, partiremos de algumas informações evidenciadas no mapa 4:

Mapa 4: Desmatamento em terras indígenas de 2010-2012.



Fonte: SEPLAN/TO, 2018.

No mapa 4 é evidenciado um acentuado desmatamento (em cor laranja no mapa) na porção territorial onde se encontra o Terra Indígena Karajá-Xambioá. A priori, identifica-se os impactos sobre o ambiente, no que diz respeito à cobertura original do solo (vegetação) e as espécies que vivem no cerrado e na floresta amazônica, os dois biomas que se encontram nas proximidades da comunidade. Em função da demanda de grandes áreas para plantio, a cobertura vegetal original foi retirada para dar lugar as pastagens e as monoculturas, tendo como principal atividade a produção de soja.

Para Diegues (2000, p. 3) a biodiversidade é compreendida para além da concepção de produtos da natureza como a vegetação ou as espécies animais e a configuração de paisagem,

possui também valor social e cultural fornecendo possibilidades “[...] de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas”. Essa consideração propõe a existência de correlações estabelecidas entre o modo de vida das populações tradicionais e o ambiente e os recursos naturais. Nesse sentido, a comunidade assiste às mudanças na paisagem se aproximando dos limites da terra indígena, alterando a configuração ambiental por onde passa.

Em conversa com um ancião da comunidade Xambioá, ficou evidente a insatisfação, trata-se de senhor que há mais de 50 anos vive na região, ao relatar que tudo mudou muito rapidamente no ambiente. O ancião diz também que a cultura do povo Xambioá, assim como dos demais povos tradicionais, vêm do ambiente, daquilo que a natureza os oferece pedindo em troca apenas o zelo e o cuidado, de onde vem o peixe, de onde vem à água, a tartaruga, os frutos que os alimentam, e com as mudanças ambientais causadas por atividades antrópicas intensivas têm se tornado mais escassos, mais raro avistar os animais, mais raro encontrar espécies que estão diretamente ligadas à cultura do povo Xambioá, principalmente espécies da ictiofauna do Rio Araguaia.

Nesse contexto, avalia-se que o desmatamento, segundo o ancião, tem ocasionado à redução dos cursos hídricos próximos e dentro da terra indígena. Conseqüentemente, todo o ecossistema é alterado, fragmenta ou exclui totalmente os habitats, expondo os animais ameaçados como a Anta e a Onça-pintada, flagrados atravessando pastagens e as plantações de soja ou concentrando as populações de animais dentro da mata preservada da terra indígena, o que pode expor a comunidade às doenças infectocontagiosas carregadas por vetores como os carrapatos das capivaras e de outros mamíferos caso sejam agrupados muito próximos aos humanos; diminui a cobertura vegetal nativa através das queimadas e derrubadas, e com isso diminui o sequestro de carbono e a evapotranspiração feitos pelas florestas (serviços ecossistêmicos que regulam os níveis pluviométricos e influenciam no clima).

Mesmo com a regulamentação legal das comunidades indígenas, é perceptível que a produção de monoculturas pode estar afetando diretamente o seu habitat natural, diminuindo a disponibilização de recursos naturais de onde retiravam o sustento, os forçando a se adaptarem ao “desenvolvimento” promovido pelo agronegócio, e os fazendo buscar alternativas para sobreviverem ilhados pelas produções de monoculturas extensivas, a exemplo do que ocorre na comunidade Karajá-Xambioá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alto desempenho na produtividade em terras tocantinenses, com áreas de cerrado e de floresta amazônica, tem incentivado a expansão das áreas destinadas ao plantio e a pastagens para pecuária no estado. A grande demanda para áreas agricultáveis, mesmo em ecossistemas como as áreas de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, tem levado a uma devastação irreversível nesses biomas, e as perdas são imensuráveis, tanto de espécies como hábitos de comunidades locais.

Observou-se que as derrubadas, queimadas e grandes desmatamentos, tendo por finalidade a produção extensiva de monoculturas com ciclos curtos e em longo prazo, a exemplo da produção de grãos e espécies como o eucalipto, tem sido destaque, em especial nas pretensões de expansão, para o aumento da produção. Nessa vertente a terra indígena Karajá-Xambioá e seu entorno está sendo sucumbida entre as áreas com pretensões de uso e expansão para monoculturas e pastos.

Os espaços antes ocupados por culturas diversificadas de produção, as quais tinham como finalidade a subsistência da população local, estão sendo pouco a pouco sendo substituídos por extensivas lavouras, as quais não alimentam ninguém do local, servem apenas como meios de acumulo de riquezas as grandes empresas, que exportam o que aqui se produziu. Mudanças essas que afetam diretamente a qualidade de vida de quem vive nesses espaços, como é o caso dos povos indígenas.

As alterações ambientais em função do crescimento do agronegócio têm reverberado sobre as populações que vivem próximas às áreas de plantio e pecuária. Alterando os ecossistemas, e fragmentando o cotidiano da vida das espécies, expondo os animais ameaçados de extinção, como é o caso a Anta e Onça-Pintada, facilmente flagrada atravessando as pastagens e plantações de soja a procura de alimento ou um lugar que possam sobreviver. Algumas vezes os animais sem terem para onde ir, acabam por se concentrarem nas terras indígenas como forma de fugir das monoculturas, tornando a comunidade indígena exposta a doenças infectocontagiosas, uma vez que esses animais carregam vetores como os carrapatos, piolhos e pulgas.

A diminuição da cobertura vegetal ocasionada pelas queimadas e desmatamento trás consigo consequências ainda não mensuráveis pelo homem. Sendo necessária uma maior discussão e pesquisas sobre o tema, bem como mais diálogos com os membros das comunidades locais, a fim de averiguar se as informações apresentadas em mapas, gráficos, quadros e tabelas condizem ou mascaram a realidade vivenciada.

Sendo assim, a partir de diálogos com membros da comunidade, e da análise de mapas de cobertura vegetal e de desmatamento na região circunvizinha a aldeia Karajá-Xambioá, percebe-se grandes mudanças negativas para a comunidade tradicional, que, vale ressaltar aqui, têm relações íntimas com o ambiente e dependem dele, não apenas dos recursos naturais, como a biodiversidade, mas da paisagem que compõe o seu histórico e sua cultura.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy – Porto Alegre: Artmed, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana (Org.). **Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XV, n. 2, p. 1 -22, mai.-ago. 2012.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **O Brasil indígena**. Distribuição Espacial da População Indígena. Mapas. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN. **Perfil do Agronegócio Tocantinense**. Relatório Final, Contrato nº 034/ 2015, Palmas – TO, 2015.

GUARANY, Edvan Silva. **Aspectos históricos e culturais do povo Karajá-Xambioá: Uma Contribuição para a Educação Escolar Indígena**. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCult em Universidade Federal do Tocantins –UFT, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Impactos da sojicultura de exportação sobre a biodiversidade do Cerrado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 193-209, ago. 2009.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6 n. 12 p. 79-100, Jul-Dez de 2009.

CRIANÇA XETÁ: DA MEMÓRIA DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO¹¹

Fabício Carlos Zanin¹²
Maria Angelita da Silva¹³

RESUMO: O tema é a resistência das comunidades tradicionais e indígenas à violência. A reflexão se dá a partir da etnografia Xetá – último povo de origem pré-colombiana a sofrer os efeitos do contato com o mundo dos não-indígenas no Paraná – e da análise dos registros da Memória da Infância Xetá. O método de abordagem qualitativa tem na investigação participativa ativa sua base instrumental. A memória e a identidade Xetá são capturadas do entrelaçamento entre ancestralidade e atualidade. No presente (2012-2018), a participação em movimentos sociais, tais como o Pró-Ivaí/Piquiri, representa resistência, inclusive para desmentir estatutos de verdade amplamente construídos. Um deles é o de que o Povo Xetá não existe, como sugerido em Livros Didáticos de História e Geografia do Paraná. A relação entre memória ancestral e atual promove resistência e a possibilidade de lutar contra a tese de extinção em diversas mídias, a pronunciar o extermínio do povo Xetá. A invisibilidade imposta, enquanto violência, é confrontada com estratégias de sobrevivência e existência que podem avançar na luta e defesa de seus direitos à existência oficial e seus desdobramentos: luta pelo território, direito à saúde, à aposentadoria como Xetá, à educação bilíngue Xetá, à preservação e manutenção de sua cultura e patrimônio intelectual e, finalmente, à preservação e manutenção de suas riquezas naturais e ancestrais. Um resultado significativo se deu em 5 de junho último, Dia Mundial do Meio Ambiente, na Assembleia Legislativa do Paraná, com a emenda aditiva, da deputada Claudia Pereira, ao PL 269/2018 – *excluindo* de exploração de empreendimentos hidrelétricos rios da Bacia do Rio Ivaí - e a elaboração do Projeto de Lei 230/2018, também de autoria da mesma deputada, que dispõe sobre a preservação permanente do rio Ivaí e seus afluentes, território tradicional do povo Xetá que, há anos está em processo judicial para que o povo Xetá possa retornar ao seu território ancestral.

Palavras-chave: Memória; Memória da Infância; Identidade; Resistências.

INTRODUÇÃO

O último povo de origem pré-colombiana a sofrer os efeitos do contato com o mundo dos não-indígenas no Estado do Paraná foi o povo Xetá¹⁴. Os primeiros registros da presença de grupos com as características étnico-culturais de Xetá, ao longo da bacia do rio Ivaí, datam de meados do séc. XIX, (MOTA, 2008; 2013) no entanto, notícias dos Xetá na região da Serra dos Dourados ocorreram com maior intensidade, no final da década de 1940.

¹¹ Esse artigo é um esforço de síntese do livro lançado em 2017 “CRIANÇA XETÁ: da memória da Infância à resistência de um povo” ISBN: 978-85-8017-171-6/ Primeira edição. (CIP) Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Biblioteca Central – UEM, Maringá, PR, Brasil). É também um registro dos acontecimentos mais atuais – depois de sua publicação – mas que compõe um quadro de trabalho da memória atual e militância política por existência, do Povo Xetá.

¹² Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Tocantinópolis, Professor nos Cursos de Direito, Pedagogia e Ciências Sociais. Av. Nossa Senhora de Fátima, Setor Céu Azul, nº 1558, (63) 3471-6001. Doutorando em Direito na UFPA. *E-mail:* fabriciozanin@gmail.com

¹³ Universidade Estadual de Maringá – UEM, Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEM. Av. Colombo, 5790, (44) 3011-4853. Doutoranda e Educadora Social. *E-mail:* mariaangelitad@gmail.com

¹⁴ Para saber mais consultar SILVA (1998; 2003); MOTA (2008; 2013); SILVA (2013; 2017).

A trajetória desse povo tem muito a nos comunicar, porque os sobreviventes do seu (quase) extermínio, oficialmente registrado pela etnografia brasileira (SILVA, 1998; 2003), foram crianças: cinco meninos e três meninas. Essas crianças são responsáveis por uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá e pela construção da memória da infância Xetá (SILVA, 2013; 2017).

Assim, a resistência do povo Xetá à violência tem muito a nos oferecer para o debate; as análises dos registros da Memória Xetá, Memória da Infância – antes e agora – são ilustrações robustas para a possibilidade de compreensão do processo de colonização no Estado do Paraná, também em relação com os demais casos nacionais e internacionais.

Na antropologia brasileira a narrativa transcorre a partir das lembranças de três narradores, considerados os guardiões da memória Xetá (Tuca, TiKuein e Kuein), que, quando viveram as experiências - narradas muito tempo depois, já na década de 1990, na dissertação e na tese da antropóloga Carmem Lúcia Silva (1998/2003) – eram crianças.

Busca-se, portanto, problematizar, por um lado, a forma como essas crianças, ontem e hoje - sobreviventes à tentativa de extermínio - resistiram/resistem à violência que a sociedade nacional promoveu e promove a essa sociedade tradicional e, por outro, os desdobramentos de uma dinâmica de participação política em temas como: território tradicional, identidade, memória e luta pela preservação desse território e seu patrimônio cultural e ambiental. Nesse sentido, o rio Ivaí torna-se cenário fundamental dessa ação histórica, construída a partir da relação de pertença e de ancestralidade com o rio.

A partir da memória ancestral e atual, os indicadores que apontam para um trabalho de resistência amplamente difundido e organizado dentro da cultura Xetá é tema da nossa discussão e problematização. A participação política de seus membros, as estratégias de sobrevivência na invisibilidade antes e agora, são apenas alguns dos aspectos que sinalizam um trabalho de resistência organizado na Educação Xetá e manutenção da cultura. A luta por existência se manifesta e é promovida de forma a apresentar os vários temas que compõem o mosaico antropológico e histórico de resistência e conquista da visibilidade.

Nesse aspecto, a investigação transcorre em temas de grande importância e impacto, não apenas para sociedades tradicionais, mas à sociedade nacional e suas relações. Um tema significativo a essa reflexão é o fato da bacia hidrográfica do rio Ivaí ser território tradicional Xetá e, mais ainda, na Cultura da Infância e Memória da Infância Xetá esse rio compor as lembranças e brincadeiras das crianças e jovens Xetá, no gozo e exercício de sua liberdade antes e concomitante à chegada do colonizador; e por ser, a partir desse contato, cenário do raptó de suas crianças nas décadas de 1940/1960. Assim, os temas sobre ocupação do

território tradicional e preservação de seu patrimônio cultural e ambiental são a força motriz que move a luta para o retorno do povo Xetá ao seu território tradicional, e corrobora o debate mais amplo de sustentabilidade e impactos ambientais que afetam a humanidade como um todo, e não apenas um povo.

Abordaremos também um dos resultados atuais desse movimento social, o de 5 de junho último - Dia Mundial do Meio Ambiente. Outros capítulos dessa luta coletiva serão possíveis vislumbrar, mais adiante, na seção *DISCUSSÕES ANALÍTICAS*, não apenas no contexto estadual, com alguns/algumas representantes de movimentos sociais e da Assembleia Legislativa do Paraná, mas federal, por representantes do Senado Federal: observa-se reação e resistência aos desmandos do sistema capitalista, que, para o debate sociológico progressista, se configura crime contra humanidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história mais recente – 1940/1960 - registrada do Povo Xetá, mostra a Memória da Infância como sendo elemento chave para a resistência. No campo da Antropologia da Infância esses registros são ainda mais contundentes, uma vez que é sabido que estudos antropológicos das Infâncias são recentes na antropologia brasileira (SILVA, 2017).

O fato é que oito crianças raptadas de seu cenário cultural e social, *roubadas* e suas famílias, *furtadas* de sua condição mais genuína – a língua – e todos os demais aspectos identitários, resistiram e, ao se reunirem anos mais tarde, no ano de 1997 (SILVA, 1998), demonstraram capacidade de existência e resistência na invisibilidade oficialmente constituída. Esse fato merece ser ressaltado e compartilhado por investigadores científicos e movimentos sociais/ambientais, para que haja a possibilidade de desmonte de verdades dadas oficiais: a *História dos Vencidos* torna-se mais e mais uma alternativa de *Estatuto de Verdade* em detrimento de outras versões já oficializadas.

A história atual das crianças, adolescentes e jovens Xetá se desenvolve num esforço coletivo do registro sistemático oral e escrito, potencializado pela parceria teórica capaz de promover repertório para análise, trazendo novas nuances ao processo que agora, todos nós, indígenas e não indígenas, estamos inseridos. É nesse contexto que a investigação passa por um processo doloroso de desilusão, de paciência impaciente, de denúncia sistematizada, mas também anúncio de novas potencialidades (FREIRE, 1982).

No passado, esse registro foi feito na dissertação de mestrado da antropóloga Carmem Lucia da Silva, que, no capítulo 2 da dissertação *Sobreviventes do Extermínio* (1998) dedica

sua atenção à *História e vida das crianças de ontem e adultos de hoje: os sobreviventes Xetá* (SILVA, 2017, p. 276). Pode-se, portanto, observar como a Cultura da Infância¹⁵ se apresenta protagonista no ato de compor as lembranças do trabalho de memória Xetá e o quanto sua condição – de ser criança - é expressão de identidade, no cenário em que se dava as relações com a sociedade não indígena; mais ainda, no subitem do livro *CRIANÇA XETÁ (2017)* 4.2.1. *Liberdade como condição da alegria e do sequestro das crianças* (Silva, 2017, p. 281), oferece uma ilustração da dramaticidade contida na fronteira simbólica de dois mundos simultâneos e tão distintos.

Eu era pequeno, nós íamos brincar longe, num rio. Um dia, eu, Geraldo meu irmão, ã e outras crianças iguais a nós fomos brincar no rio. Morávamos no mato, não conhecíamos ainda os brancos, apesar de vivermos correndo deles de um lado para o outro. Nesse dia, nós estávamos brincando dentro d'água, quando eu acho que os brancos ouviram a gente conversando... (SILVA, p.79, 1998 apud SILVA, p.284, 2017)

O processo de construção do conhecimento científico e desconstrução da concepção de história concebida anteriormente é um processo esperançoso e criativo, é um *ato político* desenvolvido com os sujeitos, nunca para eles ou “fazer” por eles, um esforço mútuo no enfrentamento e superação do *conceito de tutela*.

Nesse sentido, o conceito de tutela se configura, igualmente como *ato político* (FREIRE, 1975) – dos representantes do sistema capitalista - que alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 1996, p.128) - no entanto, denunciemos essa ética: para assim, em comunhão, construir uma nova concepção, tendo por alicerces o rigor científico¹⁶ e a ética que diz que a liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano (FREIRE, 1996, p.129) - fundamentada na solidariedade e equidade. Por essa ética lutamos, essa ética anunciamos.

¹⁵ A infância é historicamente construída a partir de um processo de longa duração que lhe atribui um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e intensamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e adultos (SARMENTO, 2005, p. 365).

¹⁶ O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação (FREIRE, 1996, p.130). É com esse pressuposto científico que nos identificamos, e com a luta e conquista pelo direito à existência dos povos tradicionais que convivem com outra racionalidade, que não essa neoliberal – que esconde no discurso da globalização uma *ética de mercado*, que nem de longe corresponde a *ética universal* do ser humano – pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por *um mundo de gente*, de todas as gentes, e não de uma minoria abastada que cria o conceito de minoria, *minoria de direitos*, para justificar sua malvadez.

Corroborando com a reflexão, Colaço nos indica, no seu livro *Incapacidade Indígena - Tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuítas* (1999), que:

(...) o direito originário dos povos indígenas não foi reconhecido pelos conquistadores que, amparados por teorias teológico-jurídicas, criaram o conceito de ‘incapacidade indígena’ e a figura da ‘tutela indígena’ legitimando a intervenção e o etnocídio das populações nativas americanas. (COLAÇO, 1999, p.11)

E a tutela proposta convencionalmente às crianças, idosos, mulheres, na sociedade nacional, também se torna arma ideológica de imposição de regras de poder, a condenar categorias de sujeitos - grupos étnicos - à invisibilidade e mudez. Para ilustrar isso, a fala de um líder Kaingang ligado ao CAIK– Conselho de Articulação Kaingang/Região Sul, em 2011, Augusto Opê (*in memoriam*), no III Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná é flagrante:

Tema: Saúde e Educação – Kaingang – Sul de São Paulo, PR, SC, RS Habitação original _ No sul do Brasil as terras eram mais produtivas, por isso avançou a colonização – 1850 criou-se a lei da Terra (o governo criou). Trouxeram todos os modelos culturais diferentes, desrespeitando a cultura indígena, 1910 foi criada a SPI – Serviço de Proteção ao Índio – cria-se um órgão para entrar no sistema capitalista – trabalho forçado no SPI por muito tempo [...] nossos velhos plantavam soja nas terras indígenas [...] sete constituições na história do Brasil, mas não garantiu direitos aos indígenas, SEMPRE O COLOCANDO COMO INCAPAZES: NÓS NÃO PODIA FAZER NADA, NÓS ERA QUE NEM CRIANÇA. Em quinhentos e onze anos, só na constituição de 1988 é que foi colocado alguns direitos: demarcação de Terras Indígenas, diferenciação de Políticas Públicas: saúde, educação e agricultura. Educação diferenciada, mas muitas vezes trazem prontas, nunca deram espaço para discutir o que nós queremos o Direito garantido na Constituição de 88. [...] Mexer com o governo é que nem cozinhar feijão velho, só cozinha na base da pressão. [...] O Nosso objetivo é incluir nossa Cultura na Universidade. A preocupação com a Cultura e o que vai aprender lá dentro. Nós tem outro jeito de PENSAR. [...] PAZ é uma palavra boa, mas a PAZ vai chegar quando a gente tiver organizado: dar as mãos, um respeito pela diferença da Cultura. [...] Civilização: O governo achou que não éramos civilizados. O jeito de viver, a organização social é Cultura. [...] Não é só abrir as portas da Universidade, é dizer [...] sim ao índio. O índio tem que ter condições, estrutura. [...] Comissão afirmativa: na universidade de Santa Maria RS. [...] Para nós o Passado está Vivo! O passado nunca vai morrer! É assim que nós pensamos! [...] Palavra pesada: Específica – fazer proposta para o governo. A nossa língua nunca foi escrita por nós. Ex: a palavra PAJÉ, não representa para nós. (SILVA, 2017, p.82)

Por isso, problematizar com os parceiros e parceiras teóricas que atribuem à infância e à Cultura da Infância um novo *status quo*, no qual a criança é percebida não na condição de *negatividade*, mas enquanto conceito socialmente variável no espaço e no tempo, é indispensável à superação desses *pré-conceitos* e modificação desses códigos de poder. Porque nessa racionalidade ocidental

(...) A criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registra especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano “completo”. A *infância como idade do não* está inscrita desde o etmo da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* – o que não fala. (SARMENTO, 2007, p.33));

Não é de se estranhar que para outras categorias sociais se mantenha a ideia de tutela baseada na *infância*. E com isso a licença para decidir por elas, falar por elas e assim condená-las ao pressuposto de inferioridade e mudez. Entretanto, há de se reivindicar, por meio dessa mesma gramática científica, conceitos que ampliem nosso entendimento do que sejam infâncias, do que sejam outras culturas e visões de mundo. Se considerarmos, por exemplo, outras modalidades de saberes, concluiremos que a *criança* se revela em sua “completude”, singularidade e sabedoria, em sua criatividade e liberdade, de modo a contribuir para uma nova formulação de bem viver.

É o que podemos constatar na *memória Xetá*, que sendo a base da resistência e luta pela existência, é formada a partir do trabalho de Memória da Infância, pois aqueles considerados, na vida adulta, *guardiões da memória Xetá* - Tuca, Tikuein e Kuein - (SILVA, 1998; 2003) o fizeram lançando mão de suas lembranças de infância.

Em nome dessa memória e dos pressupostos dela é que chegamos ao rio Ivaí, cenário da infância Xetá, onde essa se expressava em sua intensidade e identidade, como expressão maior do que era ser criança indígena – sua liberdade - e ainda o é: o rio, a cachoeira, as brincadeiras na água, o cheiro da mata, o barulho dos pássaros e animais silvestres a revelar a cosmovisão desse povo, suas crenças, rotina, costumes e tradições. O rio como gramática a expressar quem eles/elas são, quem são suas crianças.

Foi nesse contexto, no contexto dessa infância diferente, com valores distintos da sociedade nacional e por conta da liberdade desta infância (SILVA, 2013; 2017), baseado na *negatividade* de outra cultura, na “certeza” de que os seus representantes não tinham condições de cuidar de seus filhos é que os raptos de crianças Xetá ocorreram. E ainda ocorrem atualmente, haja visto os casos mais recentes de denúncia que envolvem mães Guarani, “Esquece do seu filho”. O Brasil está tirando crianças indígenas de suas mães e colocando para adoção¹⁷, uma forma de genocídio, que tem no rapto de suas crianças a negação da identidade e cultura desses povos.

¹⁷ Para saber mais: <https://theintercept.com/2018/07/28/kaiowaa-maes-filhos>

Pode-se supor que a tese da extinção, promovida nas mídias¹⁸, pesquisas acadêmicas¹⁹ e livros didáticos de História e Geografia do Paraná²⁰, além de não considerar conceitos como: transfiguração étnica (RIBEIRO, 1989), culturas híbridas (CANCLINI, 2008) ou índios misturados (FILHO PACHECO, 1999) possa se valer da concepção de infância baseado na *negatividade*, como apontamos acima com Sarmento (2007), para a afirmação de extinção desse povo.

Novamente, o rio Ivaí é cenário dos conflitos instaurados por essa fronteira simbólica, onde o colonizador, dotado de sua visão adultocêntrica, invade, mata, rapta crianças e mulheres com o discurso do bom cristão e homem civilizado. É o que podemos observar nesta narrativa:

¹⁸ **Nas mídias, a tese da extinção do povo Xetá se impõe:** RPCTV (filiada da Rede Globo), programa Televisando – publicado em 9 de março de 2016: Conheça um pouco mais sobre a história dos índios Xetá. disponível: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/paranativ-1edicao/videos/t/edicoes/v/televisando-conheca-um-pouco-mais-sobre-a-historia-dos-indios-xeta/4870765/> acesso: 19/08/2018. A reportagem aponta o Povo Xetá como considerado extinto pela FUNAI. Programa Ciranda Literária com Railda Masson, que entrevista o ex-deputado, escritor e professor Tadeu França **CscTv Publicado em 11 de abr de 2018.** Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=TXM6Yr2l0LI> acesso: 19/08/2018. O entrevistado afirma que o último Xetá – Tuca – faleceu anos atrás.

Nas mídias a luta por existência Xetá resiste: TVUEM Portal UEM: Ministério Público Federal estuda criação de uma Reserva para o Povo Xetá, UEM TV Publicado em 11 de abr de 2016. Representantes do Povo Xetá confirmam sua existência em resposta à reportagem da filiada da Rede Globo.

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JwueOX-QLSo> acesso: 19/08/2018.

Programa Ciranda Literária Entrevista Angelita Silva, autora do livro CRIANÇA XETÁ: da memória da infância à resistência de um povo. **CscTv Publicado em 17 de nov de 2017.**

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=eAY3mXP8AXo&t=549s> acesso: 19/08/2018.

Lançamento de livros da Coleção Memória Xetá na Biblioteca do Senado Federal em 19 de abril de 2018. Disponível: <https://www.facebook.com/mariarachelcoelho.pereira/videos/2030639783617224/UzpfSTewMDAxMjYwMjU4NDIzNDZMDYwNjExMjk0OTk0MTQ6NzU6MDoxNTM1Nzg1MTk5OjMwMzc3NzI0MzEwMDEzMTY5MDk/?id=100012602584234> acesso: 19/08/2018.

Sessão de Homenagem Plenário do Senado Federal dia 19 de abril de 2018 (na íntegra), líder Xetá discursando sobre a tese da extinção de seu povo e sobre a luta por existência do seu povo. Atualmente, de 10 crianças sobreviventes, só da família Tikuein, uma das crianças sobreviventes da tentativa de extermínio, são mais de 87 pessoas Xetá. Disponível <https://www.facebook.com/telmariomotarr/videos/803760439815014/> acesso: 19/08/2018.

¹⁹ O Povo Xetá foi considerado como **sociedade desaparecida** do cenário da etnologia brasileira, por **sua extinção** (SILVA, 1998) - dissertação de mestrado; Silva propôs, na sequência, em sua tese, uma *etnografia das sociedades exterminadas* (SILVA, 2003).

FAUSTINO, R. C. em “*Política Educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*” Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, (2006). Faustino (2006, p.161) também aponta os Xetá como grupo extinto em “Breve histórico das populações indígenas no Paraná”, em nota de rodapé.

YOKOO, E. N. *A dinâmica das frentes de ocupação territorial na mesorregião centro-ocidental paranaense* (2013) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental, Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais, da Universidade Estadual de Maringá. (2013); apresenta a tese de extinção do Povo Xetá.

²⁰ A editora Ática tem publicações de livros didáticos de 2010 a 2016 – 1ª edição, 1ª, 2ª e 3ª impressão com o mesmo conteúdo em que se expressa a extinção, quando afirma que a população Xetá foi reduzida para apenas **sete pessoas**. A editora Positivo em livros didáticos de Geografia, História, Arte e Cultura do Paraná (2014), adotado pela Secretaria de Educação no município de Maringá-PR, o conteúdo é o mesmo da extinção do Povo Xetá. No livro de Geografia do Paraná/ 2011, 1ª edição, 2ª impressão na p. 111 também há informação de que restaram apenas **dez pessoas** sobreviventes, confirmando, portanto, a tese da extinção do Povo Xetá.

Boa noite a todos! Então o finado meu pai [ele é enteado de Tikuein] contava que levaram ele, e deram banho nele e usaram sabonete e colocaram roupa nele. Mas quando seu pai Mã o encontrou o trouxe de volta, tirou aquelas roupas e pendurou numa árvore bem alta e sua mãe não conseguia abraçá-lo pois “fedía” sabonete, então o levaram até o rio e deram banho nele e passaram areia em seu corpo para tirar aquele cheiro. Só depois sua mãe pode abraçá-lo. Depois o branco roubou ele de novo e levou para cidade, e ele não conhecia sal, eles não usavam sal, e então ele começou a ser criado por branco, e não comia comida com sal [...]. (SILVA, 2017, p.93)

A narrativa de Tikuein [Mã] – expressa por seu filho acima, foi apresentada no registro da professora e educadora social Maria Angelita da Silva, em 2011, – mas, também pode ser observada no registro feito pela antropóloga Carmem Lúcia da Silva (1998, p.79)²¹ anos antes; nesse sentido, é possível comparar e observar a força da memória ancestral e atual Xetá: tradição oral (indígena) a compor a tradição escrita (não indígena):

Eu era pequeno, nós íamos brincar longe, num rio. Um dia, eu, Geraldo meu irmão, ã e outras crianças iguais a nós fomos brincar no rio. Morávamos no mato, não conhecíamos ainda o branco, apesar de vivermos correndo deles de um lado para o outro. Nesse dia, nós estávamos brincando dentro d’água, quando eu acho que os brancos ouviram a gente conversando. Um dos homens saltou no rio e me pegou. Eu e o finado meu irmão, Geraldo. A ã e os outros escaparam. Ela correu e foi no acampamento pra avisar o meu pai que nós havíamos sido pegos. (Tikuein (Mã), PIN São Jerônimo, 1996) (SILVA, 1998, p.79)

E, para dar atenção e atualizar o problema da identidade e resistência de seu patrimônio cultural, podemos recorrer às entrevistas com crianças Xetá – e também adolescentes e adultos – em 2011 (SILVA, 2017, p.278), mais especificamente a discussão sobre práticas que revelam questões da identidade, atemporais, próprias desse povo - do ser indígena - apesar do processo de colonização contínuo e ininterrupto.

As vezes a gente reúne toda a família, a gente vai para a cachoeira brincar... Somos acostumados a brincar, tem vez que a mãe não deixa sair, tem que ficar dentro de casa... A gente joga bola para valer... Qualquer coisa, a gente joga por boné, short, camisa, refrigerante... Têm três campos na reserva, no campo do abacateiro não é bom não, dá muita briga... a gente arruma cipó para balangar na árvore... Quem tem time é os Kaingang e os Guarani, só nós que não têm... a gente quer o time com nossos primos...Quando não tem bola, a gente junta uma sacola, um pano velho e faz a bola. (crianças e adolescentes Xetá da T.I. São Jerônimo em entrevista/set.2011 – Acervo LAEE). (SILVA, 2017, p.278)

E um dos filhos de Tikuein, atualmente, afirma:

As crianças Xetá brincavam com filhotes de passarinho vivos, além de fazer miniaturas de cera, de animais da mata, no entanto, o maior divertimento de todos

²¹ SILVA (1998,2003) trata-se da antropóloga Carmem Lucia Silva, já SILVA (2013;2017) trata-se da educadora social e professora Maria Angelita da Silva.

estava ligado a banhar-se no rio com brincadeiras e peripécias, sendo o rio o lar dessas crianças²². (SILVA, 2017, p.286)

Enfim, para demonstrar a força da narrativa, onde rio configura o cenário e patrimônio Xetá, pode-se lançar mão dessa narrativa do trabalho de memória realizado por seus guardiões:

(...)Tuca e Kuein, guardam lembranças memoráveis sobre o rio Ivaí. Tikuen relata: Nós andávamos por ali tudo. Nesse córrego do Veado, a gente caçava, nossa, tinha muito bicho. A gente ia até, acho que é o Piquiri que chamam, até lá. Eu me lembro direitinho, que nós andávamos por aquilo tudo, até nesse tal de Piquiri. Eu já andei ali muito com o meu pai, quando ele ia caçar, a gente sempre escapava de ser visto. Ali os brancos chamam de Piquiri. Foi ali que meu irmão, o Geraldo, aquele que o Antônio tomou do meu pai, foi pego por um outro fazendeiro, que atravessou o rio de barco, foi onde a gente estava, roubou ele, porque a gente estava brincando no rio, e ele levou ele pra casa dele. Daí o Antônio foi com o meu pai e o prof. Loureiro buscar ele. O fazendeiro devolveu, mas o Antônio acabou ficando com ele. O pai e a mãe tentaram em vão pegá-lo novamente, mas ele não deixou(...). Nós ficávamos pelo 215, mas pra perto do Ivaí, ali no Tiradentes, naquele lugar onde a gente foi, ia por aqui, aqui, até lá no adjo ‘grande moradia abandonada’ do pai de Kuein, ali a gente andava por tudo, caçando, melando, colhendo fruta, por ali, onde a gente do Kuein parava antigamente [rio Indoivaí]. Tikuen (2001) (SILVA, 2003, p.116 apud SILVA, 2017, p. 286)

São abundantes no trabalho etnográfico os registros da *Memória da Infância Xetá*, o protagonismo da *infância* como condição de resistência e o rio se faz presente, também protagonizando essa história de luta pelo direito de existir.

No livro *ÑANDERETÁ!* (2017) o autor Wagner Djagoj Candido revela o rio não apenas como cenário do contexto literário, onde as aventuras se dão, mas enquanto espaço/tempo ininterrupto na saga de resistência e sobrevivência ao invasor:

Você julga que é o ódio que nos²³ move contra os ñanderetá [povo Xetá]. Mas somos apenas a resposta da natureza à sua ignorância e à sua obstinação. – e, voltando-se para o índio coxo – Um dia os seres humanos se voltarão contra a floresta. Vão destruí-la, matar os animais, envenenar os rios. E para isso, destruirão a si próprios, seres humanos contra seres humanos. Falarão línguas diferentes, se desconhecirão. Invadirão as aldeias de seus semelhantes, e, como as ñagwa [onça] que atacam seus irmãos em bando, os destruirão, rasgarão sua carne. Por isso, agora, todos são culpados de trazerem, em sua ignorância, o germe da própria destruição (CANDIDO, 2017, p. 149)

Poderíamos citar tantos exemplos, não apenas do povo Xetá, mas de tantos povos tradicionais que têm no rio, na mata, nos animais, seu modelo de existência e representações, outra racionalidade.

²² Relato do vice-cacique Claudemir da Silva em 26/06/2017, quando o educador social Wagner Cândido apresentava um livro de contos, baseado na mitologia Xetá, recém produzido e em fase de revisão. (SILVA, 2017, p.286)

²³ Discurso do Moëw [na mitologia Xetá, espírito da floresta, inimigo dos ñanderetá (SILVA, 2003)].

Por ora, serve-nos de ilustração essas poucas páginas, entretanto, significativas na labuta que é lutar pela conquista do direito de preservar a cultura ancestral e atual, responsável pela formação da identidade de uma gente que, com seu modelo de vida, pode ser uma resposta aos problemas e dificuldades que a sociedade nacional impõe e agoniza: a proteção do meio ambiente é uma delas.

INCURSÕES METODOLÓGICAS

O método qualitativo tem na investigação participativa ativa sua base instrumental. A memória e a identidade Xetá são capturadas do entrelaçamento entre ancestralidade e atualidade, do processo histórico e desvelamento da existência Xetá. A observação de registros antigos e atuais da memória Xetá na antropologia e etnografia, na educação e educação social trazem elementos significativos ao processo de capturar o mundo e suas realidades na sua diversidade.

DISCUSSÕES ANALÍTICAS

A partir da memória ancestral e atual, propõe-se a discussão sobre os indicadores que apontam para um trabalho de resistência amplamente difundido e organizado no interior da cultura Xetá²⁴. A participação política de seus membros, as estratégias de sobrevivência na invisibilidade, antes e agora, são apenas alguns dos aspectos que sinalizam um trabalho de resistência, organizado na Educação Xetá e manutenção da cultura. A luta por existência se manifesta e é promovida de forma a apresentar os vários temas que compõem o mosaico antropológico e histórico de resistência e luta por visibilidade.

A bacia hidrográfica do rio Ivaí, trecho do baixo Ivaí, margem esquerda, é território tradicional Xetá. O fato de, no passado, na Cultura da Infância e Memória da Infância Xetá esse rio compor as lembranças e brincadeiras das crianças e jovens Xetá antes da chegada do colonizador; e, no presente, observarmos a participação Xetá em movimentos sociais, como

²⁴ Atualmente, os Xetá são mais de 100 pessoas, em torno de 25 famílias e estão em processo de luta para terem seu território tradicional reconhecido junto à FUNAI, para terem seus direitos reconhecidos, reconstituírem-se enquanto **povo** e revitalizarem a sua cultura. (MOTA, 2013, p.10)

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em 2017, em que se discutiu o genocídio e as remoções forçadas de indígenas durante a Ditadura Militar, Clau, filho de Tikuien (in memoriam) salientou que a ditadura permanece de diversas formas e que o dia do índio são todos os dias. Mencionou a grande violência que seu povo viveu no contato com a sociedade nacional entre 1946-1956, e que uma população de mais de 2.500 pessoas, foi reduzida a apenas 10 crianças sobreviventes. (SILVA, 2017, p.263)

por exemplo, Pró-Ivaí/Piquiri²⁵, faz saltar aos olhos a mobilização histórica por visibilidade e luta por existência.

Na *Coleção Memória Xetá*²⁶, no livro *Criança Xetá (2017)*, temos registros da mobilização política Xetá com o movimento Pró Ivaí/Piquiri quando no 10º relatório, *Viagem a Fênix e Porto Ubá- PR- 07 de julho de 2012*, com a convocação *Rio Ivaí Urgente*²⁷, fica expressa a seguinte citação:

Foi essa a chamada à mobilização realizada via internet e outros meios para a convocação aos participantes do movimento Pró Ivaí/Piquiri. Além da população em geral e a mídia local, compareceram à reunião do dia sete de julho, em Fênix e Porto Ubá, representantes das populações tradicionais do Estado do Paraná. (SILVA, 2017, p. 113)

Era urgente aproveitar a possibilidade de que o defensor público que representava as demandas Xetá na justiça pudesse compor o quadro da rede social e legal, de defesa dos rios Ivaí e Piquiri, essencialmente porque o rio Ivaí compõe o território tradicional Xetá. Não poderiam ser concebidas audiências públicas, encontros e propostas de empresas barrageiras e empreendimentos hidrelétricos, sem que se condicionasse esse debate ao fato de a região da Bacia do Rio Ivaí ser matéria de disputa judicial há anos, e em consequência do esbulho sofrido pelo povo Xetá, em especial. Por isso, houve a proposta para um agente do movimento Pró Ivaí/Piquiri, o promotor de justiça Robertson Fonseca de Azevedo, que fizesse um convite ao procurador da república em Umuarama-PR²⁸ a participar dessa demanda.

No 12º relatório, *Viagem a São João do Ivaí e Itambé- PR – 22 de setembro de 2012*, temos a seguinte narrativa:

²⁵ Por iniciativa de acadêmicas do PEA-UEM, envolvidas nas discussões, criou-se página nas redes sociais, visando dar alguma organicidade ao autodenominado “movimento Pró Ivaí/Piquiri”, tratando-se de espaço de documentação e divulgação das atividades do grupo - Vide Pró Ivaí/Piquiri, comunidade, em: <https://pt-br.facebook.com/proivaipiquiri>. (AZEVEDO, 2015, p. 30)

²⁶ *Coleção Memória Xetá: SILVA, M.A. D. CRIANÇA XETÁ: da memória da infância à resistência de um povo (2017) e CANDIDO, W. D. ÑANDERETÁ! Contos inspirados na História, Cultura e Mitologia do Povo Xetá (2017)*

²⁷ Disponível em: <<http://www.facebook.com/proivaipiquiri> acesso:07/07/2012 (SILVA, 2017, p.112)

²⁸ Processo Administrativo Funai/BSB nº 08620.003478/199-10; Inquérito Civil nº 1.25.009.000229/2012-81; Medida Cautelar de Produção Antecipada de Prova nº 5000017-53.2011.4.04.7004, em trâmite perante a 2ª Vara federal de Umuarama; Ação Ordinária (Procedimento Comum Ordinário) nº 5000382-10.2011.4.04.7004, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Umuarama; Ação Civil Pública nº 5001266-73.2010.4.04.7004, em trâmite pela 2ª Vara Federal de Umuarama; Apelação/Reexame Necessário nº 500126673.2010.4.04.7004, em trâmite perante a TRF da 4ª Região; Recurso Especial nº 5001266-73.2010.4.04.7004, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça; Agravo de Instrumentos nº 5009006-69.2015.4.04.0000 em trâmite perante a TRF da 4ª Região (**informações do MPF em 2016**)

Assim, ao ser convidada²⁹ a participar da reunião que ocorreria à 22 de setembro no município de São João do Ivaí-PR, na qual o Procurador da República de Umuarama-PR se faria presente, aceitei, pois, a partir da instauração de Procedimento Administrativo (de 28 de agosto de 2012), o MPF estava formalmente atuando na rede em prol do Movimento Pró Ivaí/Piquiri e, simultaneamente, do povo Xetá. (SILVA, 2017, p.130)

Atualmente, o povo Xetá tem participado das discussões e desdobramentos, no legislativo estadual, das ações relacionadas ao movimento Pró-Ivaí/Piquiri. Um dos resultados mais significativos desse movimento social, também do MPPR³⁰, demonstrando sua robustez e resistência, se deu em 5 de junho último, Dia Mundial do Meio Ambiente, na Assembleia Legislativa do Paraná, que através de uma *emenda* (da deputada Claudia Pereira) modificou o Projeto de Lei (269/2018)³¹, do poder executivo, que *aprova a construção de empreendimentos hidrelétricos e geração de energia* – excluindo desse projeto empreendimentos hidrelétricos de rios da Bacia Ivaí/Piquiri. O Projeto foi recolocado em pauta pelo Governo do Estado com uma nova numeração – o que aponta para a necessidade de renovação constante da luta.

Iniciativas importantes, no contexto estadual, foram: a Lei nº 15.622/2017, que *Institui o “Dia do Rio Ivaí”* e a Lei nº 17.794/2013, que *Institui a “Semana do Rio Ivaí”*, a Lei nº 19.067/2017, que *Institui a Região Turística oficial do Estado do Paraná* a Lei e, finalmente, o Projeto de Lei 230/2018 (de autoria da deputada Claudia Pereira) que *dispõe sobre a preservação permanente do rio Ivaí e seus afluentes*.

²⁹ Na ocasião, o procurador da república, ao ser informado que eu era pesquisadora e mestrande da UEM, propôs que compuséssemos um GT Xetá em parceria institucional, convite que condicionei a ele propor ao povo Xetá, e esse, aceitando, nossa participação institucional se realizaria. O que ocorreu meses mais tarde.

³⁰ O promotor de justiça Robertson Fonseca de Azevedo vem desenvolvendo, há anos, esforços na preservação ambiental no Estado do Paraná. Rio Ivaí e Rio Piquiri // DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. 05/06/2018 Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=6TQnPIjsJ9E> acesso: 19/08/2018

³¹ Contudo, no dia 07/08/2018, novamente o Governo do Estado do Paraná envia Projeto de Lei sobre PCHS e CGHS em rios nas Bacias do Ivaí e Piquiri, uma afronta do Poder Executivo ao Poder Legislativo que, dois meses antes, já havia, com o PL 269, de autoria Poder Executivo, acrescentado uma emenda, que foi aprovada. Disponível: <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/689> acesso: 19/08/2018.

A deputada Claudia Pereira, pediu vista ao PL 403/2018 e foi adiada a votação. Quarta-feira, dia 08/08/2018, requerimento pede urgência na votação do PL e, novamente a deputada solicitou aos demais que votassem contra ao regime de urgência, pois a ALEP já havia votado contra a construção de PCHS, ela solicitou tempo para discutir o assunto em audiências públicas, em regiões do Estado do Paraná que podem ser impactadas por esses PLs. A votação foi 11 ‘SIM’, 34 ‘NÃO’ e uma abstenção, e assim foi rejeitado o regime de urgência. Terça-feira, 14/08/2018, o Projeto de lei volta à CCJ. Mesmo com a votação da deputada pela inconstitucionalidade do PL 403/2018, ele volta à CCJ na próxima Terça-feira 21/08/2018. O deputado relator desses PLs é nada menos que Pedro Lupion. Disponível: <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/719> acesso: 19/08/2018. No passado, foi o Governador Moisés Lupion que, com o mito do vazio demográfico, loteou e negociou o Território Tradicional Xetá. (SILVA, 1998; 2003), (REBECCHI, 2014), (SILVA, 2013; 2017). Na CCJ o PL 403/2018 foi aprovada e vai para a comissão do meio ambiente, no entanto, uma Audiência Pública sobre “O projeto de Lei nº 403/18, de autoria do Poder Executivo, que aprova a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica – CGH Perbone e PCH Boa Vista II” ocorrerá no Vale do Rio Ivaí em 14/09/2018 para problematizar a questão junto à opinião pública.

Outra iniciativa, que envolve *direito difuso*³², no contexto federal, aconteceu em 2017, com a proposta de PLS³³ que, referindo-se à STC nº 2017-02700, que:

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente. (MOTA, T. SENADO FEDERAL, Projeto de Lei do Senado Nº 159, DE 2017).

Como resposta, a Consultoria Legislativa do Senado Federal, em NOTA INFORMATIVA Nº 1.004, DE 2017 referente à STC nº 2017-02700, do Senador TELMÁRIO MOTA - que *requer estudo sobre a viabilidade de alteração na legislação brasileira para conferir à Natureza a condição de sujeito de direitos* - o Consultor Legislativo Joaquim Maia Neto, concluiu em 3 de maio de 2017

... estamos à disposição do Senador Telmário Mota para, se for entendido como conveniente, elaborar a proposição de modo a se alcançar a situação defendida pelo artigo indutor da discussão, qual seja a previsão expressa de personalidade jurídica à Natureza, ou ainda para prestar qualquer informação ou assessoramento necessários à formação de convicção de Sua Excelência.³⁴

Assim, para além dos interesses de mercado, ditos globalizantes/globalizados, os temas sobre ocupação do território tradicional e preservação de seu patrimônio cultural e ambiental são a força motriz que move a luta de diversos segmentos da sociedade, e pressupõe resistência.

Nesse contexto, a luta para o retorno do povo Xetá ao seu território tradicional está na ordem do dia. Essa demanda está na justiça há anos e nesse momento, encontra-se em poder do TRF/4, que julgará as apelações cíveis interpostas contra a sentença. O TRF/4 julgou procedente o pedido dos que ocupam o território tradicional atualmente, declarando a nulidade de todos os Atos relativos ao PA-FUNAI e a inexistência de terras tradicionalmente

³² Definição de direito difuso encontrada no Dicionário Acadêmico de Direito / Marcus Cláudio Acquaviva - São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1999, p. 286: "Prerrogativa jurídica cujos titulares são indeterminados, difusos. Um direito difuso é exercido por um e por todos, indistintamente, sendo seus maiores atributos a indeterminação e a indivisibilidade. É difuso, por exemplo, o direito a um meio ambiente sadio, qualidade de vida, qualidade do ar, dos rios, dentre outros bens da vida que pertencem à massa de indivíduos e cujos prejuízos de uma eventual reparação de dano não podem ser individualmente calculados." Disponível: <https://jus.com.br/duvidas/4818/o-que-e-direito-difuso> Acesso: 13/08/2018

³³ PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2017, do Senador Telmário Mota baseado na STC nº 2017-02700. Para saber mais: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1º-lugar-.pdf> - "A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador: considerações a partir do caso Vilacamba" - Artigo Classificado em 1º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014.

³⁴ Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017 - Pesquisas - Senado Federal Disponível em: Vote essa matéria <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/129298> acesso: 19/08/2018

ocupadas pelo povo Xetá; a luta pela NULIDADE DA SENTENÇA e a INAPLICABILIDADE DO MARCO TEMPORAL, dado que a tradicionalidade da posse nativa não pode ser descaracterizada, frente a ocorrência de esbulho renitente por parte de não índios, compõe o cenário de resistência atual do povo Xetá e se traduz no maior desafio desse povo, na atualidade.

Nesse sentido, algumas perguntas podem servir de provocação à problematização do tema da resistência à violência: Quem é a criança Xetá? O Povo Xetá existe? Como o Povo Xetá estabelece estratégias de resistência e sobrevivência a invisibilidade imposta? Quais as contribuições que a História de resistência Xetá pode oferecer às diversas áreas de conhecimento que desenvolvem investigação sobre o tema da resistência das comunidades tradicionais e indígenas à violência? Qual o papel das mídias na construção de estatutos de verdade sobre a existência atual Xetá? A luta pelo patrimônio cultural e ambiental pode fortalecer a luta pela ocupação do território tradicional Xetá? A memória da infância Xetá é um recurso para a preservação e manutenção da cultura Xetá atualmente? A memória e identidade Xetá podem ser destacadas para a inaplicabilidade do marco temporal? A Cultura Xetá pode ser uma resposta aos desafios de preservação ambiental e promoção de desenvolvimento econômico sustentável? Enquanto palco da memória ancestral e cultura material Xetá, a Bacia do rio Ivaí deve ser preservada às futuras gerações para a manutenção da identidade Xetá?

Portanto, a compreensão das violências sofridas pelo povo Xetá e suas crianças; suas relações com a sociedade nacional em termos históricos e políticos; sua superação, reflexão de novas possibilidades inclusivas para os fundamentos dessas relações, do desenvolvimento de outra racionalidade e de convivência, se faz urgente e necessário.

A luta por existência e visibilidade, preservação do patrimônio cultural e ambiental Xetá e promoção do sentido de pertencimento dos paranaenses em relação aos seus pais ancestrais e, portanto, atualizar esse sentido de pertença, é outra demanda nesse conjunto de urgências históricas e ambientais.

É necessário, nesse contexto, *caracterizar* os aspectos históricos e políticos na construção de um modelo de processo civilizatório que provocou o quase extermínio de uma sociedade tradicional; *compreender* as condições e estratégias de sobrevivência e resistência das oito crianças sobreviventes à tentativa de extermínio; *comparar* as violências e as resistências indígenas num processo violento, contínuo e ininterrupto de colonização, e, atualmente, *perceber* como se dá o movimento de resistência e manutenção do patrimônio cultural e identitário do povo Xetá e suas crianças. Mais ainda, em comparação com outros

povos da sociedade tradicional, como isso se dá? Quais semelhanças, que diferenças coexistem nesse complexo etnográfico, ambiental, cultural, econômico e político e, finalmente, jurídico, em que essas populações estão inseridas e quais implicações são coletivas, universais?

Pensando nisso, é possível destacar as iniciativas que correspondem a essa demanda, qual seja, a de buscar instrumental oficialmente legitimado para vir ao encontro dos desafios que configuram a questão ambiental, mais geral, e a questão da preservação do patrimônio cultural, intelectual e ancestral das populações tradicionais. Iniciativas como o movimento Pró-Ivaí/Piquiri, através de audiências públicas tem despertado a reflexão e debate sobre os impactos socioeconômicos e ambientais³⁵; Azevedo (p.23, 2015) aponta que o movimento Pró Ivaí/Piquiri funciona como uma rede, na qual:

... existe una relación articulada que desarrolla la práctica de la intersectorialidad e integralidad y pertenecer a ella significa trabajar con otros, formando parte de un proceso donde se intercambia información, se generan nuevos conocimientos, se potencian las experiencias, se intercambian recursos, se hacen prácticas integradas y se construyen modelos replicables para otros proyectos (apud DELGADO, 2010).

Nesse sentido, dia 14 de junho último, unindo esforços, na Assembleia Legislativa do Paraná, o cacique Dival Xetá e o vice-cacique Claudemir Xetá se juntaram ao debate, iniciado em 2012³⁶, com participação em reunião pública³⁷. Ambas lideranças Xetá buscaram problematizar o tema da proteção permanente de seu território tradicional e ancestral: patrimônio do povo Xetá, do povo do Estado do Paraná, patrimônio da humanidade, enfim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar que o eixo organizador de nossa reflexão foram três: o primeiro afirma que a memória e identidade Xetá compõem um instrumental de legitimação de sua existência ancestral e atual; o segundo é de que as crianças Xetá são a categoria geracional que providenciou a possibilidade da existência atual Xetá, portanto, sua atuação é

³⁵ Para saber mais: *Tradução entre ciências e proteção de bacias hidrográficas de importância para conservação: Ivaí e Piquiri, remanescentes fluviais do alto rio Paraná*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais do Departamento de Biologia, Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Maringá. (AZEVEDO, 2015)

³⁶ Vídeo da reunião pública no Vale do Ivaí em que a uma liderança Xetá faz uso da palavra. disponível em: <https://www.facebook.com/proivaipiquiri/videos/453913914648590/> acesso: 15/08/2018.

³⁷ Agendada por João Florentino, servidor público e assessor da equipe da deputada Claudia Pereira. Na ocasião um grupo da UFPR, UEM, Educador Social e escritor Wagner Djagoj Candido e lideranças Xetá ofereceram exemplares dos livros da Coleção Memória Xetá (2017). Disponível <https://www.facebook.com/430005163736005/posts/1629878520415324/> acesso: 20/08/2018.

essencialmente marcante na etnografia desse povo tradicional; e, por último, o terceiro eixo organizador de nossa reflexão é a de que a existência e a presença indígenas, tanto em locais considerados indígenas (“reservas”, terras indígenas...) como os considerados não indígenas (espaço urbano, universidades...), e a manutenção de sua cultura, em suas dimensões territorial, comunitária e individual, tem repercussão ambiental, territorial, política e histórica – mesmo com a violência colonizadora, do contato agressivo e hostil com a sociedade nacional – e são um sinal indicador da potência e da fecundidade de tais culturas e do protagonismo indígena para a construção de uma identidade plural.

Conclui-se, portanto, que a relação entre memória ancestral e atual constrói a possibilidade de resistir a estatutos de verdade impostos pelas diversas mídias, a pronunciar o extermínio e extinção do povo Xetá. A invisibilidade, igualmente imposta, é confrontada com estratégias de sobrevivência e existência que, da invisibilidade (não que isso seja benefício, mas funciona como estratégia, já que não se pode superar instantaneamente) pode se proteger e avançar na defesa de seus direitos à existência oficial e seus desdobramentos: luta pelo território, à saúde, à aposentadoria como Xetá, à educação bilíngue Xetá, à preservação e manutenção de sua cultura e patrimônio intelectual e, finalmente, à preservação de suas riquezas naturais, tendo na Bacia do rio Ivaí uma expressão fundamental desse direito. Também é reconhecida a invisibilidade como violência à sua existência atual, que tem em suas crianças a categoria geracional por excelência no registro e fundamento da luta por seus direitos ontem e hoje.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. F. **Tradução entre ciências e proteção de bacias hidrográficas de importância para conservação: Ivaí e Piquiri, remanescentes fluviais do alto rio Paraná**, 2015. 217f. Tese (Doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

CANDIDO, W.D. **NANDERETÁ! Contos inspirados na História, Cultura e Mitologia Xetá**. 1. Ed. Maringá: Massoni, 2017. 288 p. : il. Coleção memória Xetá.

COLAÇO, T. L. **“INCAPACIDADE” INDÍGENA :Tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuítas**. Curitiba: Juruá, 1999.

FAUSTINO, R. C. **Políticas educacionais nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. 2006. Xx f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____, P. **Ação Cultural para a Liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOTA, L. T. & NOVAK, E.S. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí – PR: Histórias e Relações Interculturais**. Maringá: Eduem, 2008.

_____. **Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: Eduem, 2013.

REBECCHI, M. **Entre A Colonização do Noroeste do Paraná e a Preservação da Memória de um Povo Esquecido: Os Xetá**. 2014. 97 fls. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá. Maringá PR, 2014.

SILVA, C. L., **Sobreviventes do Extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá**. 1998. 289f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

_____. **Em Busca da Sociedade Perdida: O trabalho da memória Xetá**. 2003. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SILVA, M. A. **Criança Xetá: das memórias da infância à resistência de um Povo**. 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR, 2013.

_____, M. A. D. **Criança Xetá: da Memória da Infância à Resistência de um Povo**. 1. ed. Maringá-PR: Massoni, 2017. 326 p.: Il. Coleção Memória Xetá.

TRIVIÑOS, A. N. S.; NETO, Vicente M. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SARMENTO, M.J. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. **Infância (In)Visível**. Araraquara: Ed. Junqueira e Marin, 2007.

YOKOO, E. N. **A Dinâmica das Frentes de Ocupação Territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR, 2013.

SABERES TRADICIONAIS KRAHÔ: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO FÍSICA INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL

Francisco Edviges Albuquerque³⁸
Francinaldo Freitas Leite³⁹

RESUMO: O povo indígena Krahô ocupa um território da região nordeste do estado do Tocantins. No patrimônio imaterial Krahô estão contidos saberes tradicionais que estão enraizados no universo lúdico e na sua corporalidade e que se revelam em seus ritos, suas danças, nos mitos e na sua cosmologia. O objetivo deste estudo é propor uma abordagem pedagógica para o ensino da Educação Física no contexto escolar indígena Krahô adequada a um currículo intercultural e bilíngue. Este estudo é classificado metodologicamente como de base etnográfica. Fizeram parte desta pesquisa, na qualidade auxiliares de pesquisa, professores da Escola Estadual Indígena 19 de Abril, lideranças indígenas e membros da comunidade da aldeia Manoel Alves Pequeno. De acordo com os resultados encontrados, constatamos que a educação indígena se apresenta como uma estratégia de fortalecimento da cultura Krahô. No mesmo sentido, a Educação Física escolar indígena pode atuar no contexto Krahô e, a partir de uma abordagem pedagógica que contemple o elemento lúdico, a cultura e a corporalidade, contribuir para manutenção, preservação e resgate de saberes tradicionais do povo Krahô. Dessa maneira, a realização dos Jogos Tradicionais do Povo Krahô, enquanto práticas da cultura corporal de movimento, podem ser inseridos como temáticas a serem estudados no contexto escolar.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais; Interculturalidade; Educação Física.

INTRODUÇÃO

Os saberes tradicionais que orientam toda a organização social e manifestações culturais do Povo Krahô, encontram uma ameaça moderna que tende a enfraquecê-los, descaracterizá-los e extingui-los, é o processo de globalização, que provoca transformações econômicas, políticas, sociais e culturais nas sociedades, que está afetando os povos indígenas do Brasil e que já exerce influência sobre a cultura Krahô.

Como estratégia de combater o etnocídio dos povos indígenas, a educação escolar se apresenta como uma das possibilidades de fortalecer, preservar e resgatar aspectos da cultura. É o caso que podemos observar na Aldeia Manoel Alves Pequeno, onde a Escola Estadual Indígena 19 de Abril oferece o ensino escolar para a comunidade, se apoiando em conceitos de interculturalidade e bilinguismo, a escola se organiza em torno de um projeto político pedagógico que favorece o desenvolvimento dos jovens Krahô no contexto educacional. (ALBUQUERQUE, LEITE & CASTRO, 2016)

³⁸ Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutorado em Letras e Linguística - UNB. Doutorado em Letras – UFF. Mestrado em Letras e Linguística – UFG. *E-mail:* fedviges@uol.com

³⁹ Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC). Mestre em Estudos de Cultura e Território – UFT. Especialista em Educação Especial - IBEPEX. Graduado em Educação Física– UEPB. *E-mail:* francinaldoedf@gmail.com

Diante dessa situação, pretendemos com este estudo, discutir sobre a importância de preservar os saberes tradicionais do povo Krahô, tendo como estratégia a educação escolar indígena. Visto que, os processos educativos próprios das sociedades indígenas vieram somar a experiência escolar, permitindo a projeção de ideais de relações igualitárias entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado, e dessa forma, a educação escolar pode contribuir para o exercício da cidadania indígena. (RCNEI, 1998)

De acordo com o RCNEI (1998), ao se pensar o ensino escolar no contexto indígena, os modos próprios desses povos produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar os conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural, devem ser respeitados. Dessa forma o currículo escolar e suas disciplinas deve dialogar com a diversidade de conhecimento numa perspectiva intercultural e bilíngue.

Para a realização deste estudo, consideramos que o universo da ludicidade e do corpo Krahô devem estar presentes no currículo escolar, aparecendo como conteúdo da disciplina Educação Física. Porque acreditamos que é considerando o elemento lúdico e a corporeidade como ferramentas das manifestações e das representações da cultura, que nos propomos a contribuir para a construção de um referencial pedagógico que promova o fortalecimento dos saberes tradicionais Krahô.

Com base neste entendimento, tivemos como objetivo principal propor uma abordagem pedagógica apropriada para o ensino da Educação Física escolar para o contexto indígena Krahô. E como os objetivos: registrar as atividades lúdicas do povo Krahô, desde aquelas que já não são conhecidas pela juventude da aldeia, até as praticadas atualmente na comunidade; analisar as atividades corporais e culturais do cotidiano Krahô, seus significados e sua aplicabilidade ao contexto educacional; verificar os conteúdos ensinados nas aulas de Educação Física da educação escolar indígena Krahô; descobrir qual a contribuição do evento etno desportivo, realizado anualmente pelos Krahô: “Jogos Tradicionais do Povo Krahô” para a valorização, preservação e resgate da identidade cultural deste povo, assim como sua possível contextualização no ensino escolar indígena.

Este estudo caracteriza-se, do ponto de vista metodológico, como etnografia, uma modalidade de investigação das ciências sociais que surgiu a partir da antropologia cultural e sociologia qualitativa e se encontra na família da metodologia interpretativa/qualitativa (LÓPEZ, 2013).

A pesquisa etnográfica procura descrever, interpretar e compreender as relações de um determinado grupo de pessoas em seu contexto cultural. Numa pesquisa etnográfica, os dados são obtidos pela intensa pesquisa de campo, através de variados instrumentos de pesquisa,

onde a observação participante e as entrevistas são os principais. Na análise dos dados, a codificação e construção de padrões que reflitam a cultura dos participantes em consonância com o tema estudado. De acordo com Geertz (2002), a antropologia interpretativa apresenta a cultura como seu objeto de estudo, por meio da interpretação dos significados apresentados pelos diversos sujeitos nas práticas sociais de determinada realidade, onde a vida social é organizada por meio de símbolos, sinais, representações que demonstram as várias maneiras que os seres humanos apresentam para construção de suas vidas.

Durante nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar o cotidiano da aldeia Manoel Alves Pequeno, como também as atividades educacionais da Escola Estadual Indígena 19 de Abril. Nas oportunidades, observamos em especial as atividades do universo lúdico-corporal, procurando estabelecer uma convivência intercultural como mediadora das interações sociais.

A observação da linguagem não-verbal, possibilitou a coleta de dados etnográficos imprescindíveis para o alcance dos objetivos desta pesquisa, uma vez que nas sociedades indígenas a transmissão de técnicas corporais ou “educação do corpo”, tem o papel de transformar o corpo, enquanto unidade biológica, em um corpo social, possibilitando que a pessoa se identifique com seu corpo e por ele seja identificado. Os símbolos do andar, da postura, das técnicas esportivas, são do mesmo gênero dos símbolos religiosos e dos ritos, e é por estes símbolos que as tradições vão sendo passadas de geração para geração. (MAUSS apud DAOLIO, 1995)

É importante explicar que a linguagem corporal expressada pelo povo Krahô, nas atividades do cotidiano, nas festas e nas atividades escolares, é nossa principal fonte de dados etnográficos, é a partir da interpretação desses valores simbólicos que estabelecemos resultados e discussões deste estudo.

Para melhor compreender os dados e coletar informações relevantes para pesquisa, realizamos também entrevistas-abertas com membros da comunidade, professores indígenas e profissionais da educação não-indígenas ligados à Escola Estadual Indígena 19 de Abril e lideranças indígenas da aldeia Manoel Alves Pequeno. A aplicação deste instrumento, tornou possível a compreensão e a interpretação de itens como ritos, jogos, brinquedos e conteúdos escolares.

O POVO INDÍGENA DO KRAHÔ E SEU TERRITÓRIO

Na comunidade científica existem teorias amplamente discutidas a respeito da chegada dos primeiros grupos humanos no continente americano. De acordo como Guidon (1992),

umas das teorias seria que o homem pré-histórico só poderia ter chegado nesta região por via terrestre e que o caminho utilizado para estas migrações foi o Estreito de Bering, que fica situado entre o Cabo Dezhnev, na Rússia, e o Alasca, nos Estados Unidos, tendo acontecido há cerca de 30 mil anos.

De acordo com Melatti (2007), outras teorias afirmam que a chegada dos seres humanos no continente americano teria ocorrido por diferentes vias de acesso, incluindo a marítima, existindo um número crescente de evidências do período pleistoceno (na escala de tempo geológico, o período pleistoceno, está compreendido entre 2,588 milhões e 11,5 mil anos atrás), que confirmam existência de grupos humanos, inclusive no Brasil. A exemplo de sítios arqueológicos, como os encontrados no sudeste do Piauí, que obtiveram cálculos de datas que vão de 60 mil anos atrás. Confirmadas com os resultados de estudos de antigos esqueletos humanos, como o crânio de uma mulher, com características morfológicas que diferem dos indígenas da região, mas que se assemelha às populações mongólicas, sugerindo um povoamento ainda mais antigo do que a teoria do estreito de Bering.

Segundo o antropólogo Darcy Riberio (RIBEIRO, 1995), ao longo dos milênios a costa atlântica foi sendo povoada por indígenas que disputavam os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam incessantemente, e ao realizar este processo, foram configurando aos poucos o que viria a ser a América do Sul e o Brasil. Eram comunidades que se comunicavam em um mesmo tronco linguístico, que ao aumentar suas populações em um mesmo território, se repartiam em grupos menores, formando outros aldeamentos, que com o passar dos tempos, começavam a diferenciar os dialetos da mesma língua, se desconheciam e iniciavam as hostilizações que lhes repeliam a outras terras longínquas. E dessa maneira foram povoando as entranhas do continente e ocupando todos os territórios do país.

As estimativas da população indígena na América do Sul e no Brasil em 1500, ano da chegada dos portugueses no território brasileiro, variam de acordo com autores. Julian Steward (Steward, 1949 apud Azevedo 2005), a partir de metodologia influenciada pelo evolucionismo cultural, estimou que na América do Sul habitavam cerca de 9,1 milhões de pessoas, se aproximando a 1,1 milhões no território que encontramos hoje o Brasil. Enquanto William Denevan (Denevan, 1976 apud Azevedo 2005), considera, estes números estimados por Steward, conservadores e defendeu que na região da Grande Amazônia (considerado por ele, a área a leste e sul dos Andes, ao norte do Trópico de Capricórnio, excetuando a região do Chaco) a população atingiria 6,9 milhões de pessoas consideradas nativas e descendentes dos primeiros povos a se estabelecerem na região. (AZEVEDO, 2005)

A partir de estudos sobre as línguas, é possível formular hipóteses sobre a possível localização dos povos indígenas em diferentes momentos do passado, para tanto é utilizado o estudo das línguas, que pode fornecer dados sobre a história pré-colombiana do ameríndio brasileiro.

De acordo com Urban (1992) e Rodrigues (1986), com base nos estudos das línguas indígenas, é possível se afirmar, por exemplo, que os índios Tupi, primeiros a serem encontrados pelos descobridores portugueses na costa brasileira, teria seguido a rota de migração a partir da Bolívia, passando pelo Paraguai, e que esta movimentação era razoavelmente recente na época do descobrimento. Esta suposição foi possível quando observada a proximidade, comparável a um dialeto das línguas faladas (Chiriguano, Guarani e Tupinambá) ao longo desta rota. (URBAN, 1992)

As línguas são classificadas em famílias, de acordo com este critério, é possível formular hipóteses de que existe uma origem em comum entre duas línguas, explica Rodrigues (1986).

Já Urban (1992) afirma que existem quatro grandes grupos linguísticos entre as etnias indígenas do Brasil, são eles: Akawak, Karib, Tupi e Jê; e vários outros grupos espalhados em diferentes áreas geográficas: Chapakura, Guaykuru, Katukina, Maku, Mura, Nambikwara, Pano, Tukano e Yanomani.

Nesta pesquisa, nos delimitamos a estudar o povo indígena Krahô, linguisticamente e culturalmente caracterizado como da família Jê, que de acordo com Nimuendajú (2001), são pertencentes aos povos Timbira orientais. Os Timbiras orientais abrangem as tribos Gavião do estado do Pará; Pucobiê, Cricati, Ramcocamecrá (Canela) e Apaniecrá (Canela) do Maranhão; e os Krahô do Tocantins. Enquanto os Timbira ocidentais seriam representados apenas pelos Apinajé do Tocantins. (MELATTI, 2009a)

De acordo com Melatti (2009a), a história do povo Krahô começa quando entram em contato pacífico com os não-indígenas, na região de fronteira interestadual entre o Maranhão e o Tocantins, nas áreas adjacentes aos rios Tocantins, Farinha, Alto-Itapecuru, Parnaíba, Perdido e Sono. Dentro desta área, durante 200 anos os Krahô vêm sendo submetido a um processo de desterritorialização e reterritorialização constante.

No ano de 1940 um massacre foi orquestrado por dois fazendeiros, que atacaram duas aldeias Krahô e assassinaram 23 (vinte três) indígenas. Um deles chegou a relatar que ofereceu uma rês para que eles realizassem suas festividades, com o objetivo de que muitos estivessem reunidos na emboscada. A notícia desta chacina provocou comoção e indignação por parte daqueles que não se beneficiavam da exploração dos povos tradicionais do país, e

culminou na condenação dos acusados, na instalação do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I) na comunidade e em 1944 um decreto de lei que cedeu uma área de 302 hectares para o povo Krahô. Entretanto, estes benefícios, “não significou, como se era de esperar, o fim da tensão entre índios e criadores”. (MELATTI, 2009a. p. 28).

Os movimentos migratórios utilizados pelos povos nativos das Américas são muito presentes historicamente e continuam a acontecer nos dias atuais nas sociedades modernas, estas iniciativas sempre tiveram objetivos políticos, econômicos, naturais e culturais, e são definidos por fatores relacionados ao conceito de território. Para compreender melhor esta temática, alguns autores problematizam os termos territorialidade, des-territorialidade e re-territorialidade (T-D-R), a exemplo de Saquet (2009), que refletindo sobre diferentes “Abordagens e Concepções de Território”, utilizou Rasffestin (1993) para distinguir espaço geográfico e território: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana. Neste sentido equivale a espaço” (RAFFESTIN, citado por SAQUET, 2009, p. 78). O conceito de espaço dessa maneira é superficial, uma vez que ele passa a ser apenas palco, receptor de ações, substrato. Saquet (2009), acrescenta que a natureza seja entendida como elemento presente no território, porque quando um espaço geográfico é palco de interações sociais, ele também ganha status de território: “A dimensão de uma malha nunca é – ou quase nunca – aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais” (2009, p.78).

Dando continuidade a seus argumentos, agora com base nas reflexões de Deleuze, Guattari e Muñoz (apud Saquet, 2009), onde afirmam que “o homínideo, ao arrancar sua pata para anterior do chão, está desterritorializando-a e, ao fazer dela sua mão, a reterritorializa sobre galhos” (DELEUZE; GUATTARI & MUÑOZ apud SAQUET 2009 p. 109), é uma afirmação que explana o entendimento de que o território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação, natureza não transformada e a reterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento:

O território também significa pensamento, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais, psicossociais, desterritorialização e territorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspirará outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de T-D-R e manifestações simbólico-culturais e políticas efetivadas na vida cotidiana. (SAQUET, 2009, p.120)

Destarte, ao analisarmos o vínculo afetivo que o povo Krahô construiu com seu território ao longo dos séculos, podemos constatar que a relação entre o ser humano e o seu território explanada por Tuan (1983), foi determinante para o seu modo de viver. E foi por intermédio desta relação entre os Krahô e seu lugar, que foram estabelecidas as redes de comunicação e que foram descobertos significados que ampliaram o horizonte intelectual que concebeu seus saberes e seu patrimônio cultural.

OS SABERES TRADICIONAIS DO POVO KRAHÔ

Para iniciar nossa discussão neste tópico, vamos entender o que seria estes “saberes”, antes tomando-se como base o que podemos compreender como “povos tradicionais”.

O artigo 3º, do decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007, art. 3), dispõe que povos ou comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Ao longo de seu prosseguimento enquanto grupo social, os povos tradicionais acumularam um vasto conhecimento, geralmente adquirido mediante a sua interação com o meio ambiente, com os recursos naturais e com o patrimônio cultural que construíram ao longo dos tempos.

Ao se valer do termo “saberes tradicionais”, é importante ressaltar que este conhecimento a qual nos referimos, não pode ser entendido como um conhecimento “primitivo”, no sentido de ultrapassado ou de inferior qualidade, mas devemos reconhecer o legado deste patrimônio para as futuras gerações, que apenas quando considerada sua função em relação aos valores sociais da comunidade que o desenvolveu, podemos observar com clareza seu alto grau de desenvolvimento tecnológico.

Se compreendermos o patrimônio cultural de um povo como a representação de sua riqueza imaterial e de seu modo de existir, poderíamos então afirmar que os saberes dos povos tradicionais são a representação da identidade de sua cultura? Refletindo sobre esta indagação, chegamos a introdução na discussão do termo “identidade cultural”, o que ressalta a necessidade de compreender melhor a palavra “cultura”, que viemos usando desde o início do

texto, mas que ainda não discutimos seu significado e, concomitantemente, a sua relação com a “identidade”.

Com relação ao termo cultura, o qual sofre variações de significados de acordo com o tempo, Schneider (2016), explica que o iluminismo se baseava no conceito de cultura do capitalismo europeu, o qual entende que “cultura” está relacionado ao grau de “civilização” de uma sociedade. Neste sentido, cultura está sendo usado como instrumento de avaliação e hierarquização dos regimes e classes sociais, esclarece Chaui (2008 apud Schneider, 2016). Portanto um conceito etnocêntrico que delimita o tempo como padrão de definição, no qual o “moderno” e o “primitivo” são imposições colonialistas.

Contrapondo este conceito, a antropologia compreende a cultura como resultado do processo acumulativo resultante de toda a experiência histórica, que inclui o “presente” como integrante.

Segundo Barrio (2005), a palavra “cultura” foi utilizada pela primeira vez numa concepção etnológica por Edward Tyler, que afirma que “é todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade”. (TYLER apud BARRIO, 2005. p. 28).

Para explicar a origem da cultura, o antropólogo americano Leslie White (1955), citado por Laraia (2001), observa que a passagem do estado animal para o humano ocorre quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos: É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano. “O comportamento humano é o comportamento simbólico.” (LARAIA, 2001. p.29)

De acordo com Barrio (2005) os animais irracionais aprendem por tentativa-erro ou por imitação, com esta forma de aprendizagem, não podem ampliar muitas experiências que possam ser compartilhadas com seus descendentes. O ser humano pelo o contrário, conta com a capacidade de simbolização que lhe permite evocar ações e objetos através da substituição da realidade em significantes e dessa maneira, mediante o símbolo, acumula saberes, experiências, normas, etc. Barrio ainda generaliza o conceito de cultura baseado no pensamento de Kluckhohn e Hoebel, em seus tratados de antropologia: “um sistema integrado de padrões de conduta aprendidos e transmitidos de uma geração a outra, característicos de um grupo humano ou sociedade.” (KLUCKHOHN & HOEBEL apud BARRIO, 2005, p.28-29).

De certa maneira, os conceitos de Laraia (2001) e Barrio (2005) dialogam com as discursões de Geertz (2009), que analisa cultura sob o viés interpretativo do comportamento

social dos seres humanos. Discutindo sobre o conceito de cultura de Clyde Kluckhohn, Geertz (1989), conseguiu encontrar onze definições passíveis de reflexão, seria portanto cultura: o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; o comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; um precipitado da história. O próprio Geertz, finaliza esta reflexão com a concepção de cultura com um conceito estritamente semiótico proposto por Max Weber: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (WEBER citado por GEERTZ, 1989, p.4).

De acordo com Geertz (2009), a cultura refere-se a interpretação de significados, e em outro momento, ele afirma que o estudo interpretativo da cultura representa um esforço em aceitar a diversidade presente nas diferentes maneiras que os seres humanos utilizam para estruturar suas vidas e estabelecer o processo de vivê-las.

Bezerra de Freitas (2001), em seu artigo “Ser ou não ser Mehin”, explica o porquê dos Krahô se autodenominarem “*Mehin*”, que significaria “nós mesmos” ou “nossa carne” na língua portuguesa. Para a nomenclatura “Krahô”, que teria surgido mediante o contato com outras etnias indígenas, tem duas possíveis traduções: *Krá* (paca) e *Hõ* (pelo), ou seja, “Cabelo de paca” e, *Ikrá* (filho) e *Hõ* (folha), “Filhos das folhas”.

Para Hall (2006) “as culturas nacionais, não são compostas apenas por instituições culturais, mas também de símbolos e representações.” (2006, p.50).

Analisando esta afirmação, podemos relacioná-la ao universo simbólico Krahô, constatando que a maneira como o povo Krahô se auto nomina “*Mehin*” seja o reconhecimento de sua própria identidade, estes sentidos de nação estão presentes na organização social, na educação indígena tradicional, nas suas narrativas, nas memórias que conectam o presente ao seu passado e nas imagens que delas foram construídas.

Rememorando os conceitos de identidade cultural discutidos nesta seção, podemos afirmar que todos os elementos que se interligam em uma rede de representações simbólicas que dão aos indígenas Krahô o sentido de pertencimento à um povo, são o que compreende sua identidade cultural, dessa forma, qualquer situação que implique na descaracterização

destes elementos é uma ameaça à identidade cultural Krahô, o que se consolida em um incômodo aos órgãos e pessoas interessadas na preservação da cultura indígena do Brasil.

SABERES ESCOLARES NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA 19 DE ABRIL

A globalização está conduzindo o mundo a uma colisão cultural e étnica generalizada, de maneira que as multiculturas se aproximam por movimentos migratórios, relações cibernéticas, disputas de minorias versus exploradores e tentativas de hegemonia.

De acordo com Hall (2006), na medida em que as culturas nacionais se tornam mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através da influência de outras identidades culturais que se infiltram trazendo um universo de informações.

As relações entre a identidade não-indígena capitalista e a identidade cultural indígena Krahô, verificamos uma relação de poder econômico e político desproporcional, que em muitos momentos da história, se apresentou como um cenário de desigualdade, intolerância, preconceitos e opressão. Isto pode ser compreendido como um indício de que o povo Krahô já vem enfrentando as consequências do processo de globalização, que geralmente tem como consequências a desintegração de características culturais de um povo pela homogeneização, em virtude de uma cultura ocidentalizada e dominadora.

As aldeias Krahô, também sofrem com as consequências da globalização mesmo nas interações necessárias para que se efetue serviços de assistência social, saúde e educação, mas que são realizadas por não-indígenas, que de uma forma ou de outra exerce influência sobre a comunidade.

Também observamos a chegada de energia elétrica na aldeia Manoel Alves Pequeno, que oportuniza recursos tecnológicos necessários à comunidade, mas que aos poucos vai atraindo o interesse dos jovens que, conseqüentemente, vão deixando de lado atividades tradicionais de seu povo em função da utilização de novas atividades de uma outra identidade cultural.

Entretanto, a educação escolar surge como uma possibilidade de se impor contra a descaracterização cultural dos povos indígenas. É o caso da Aldeia Manoel Alves Pequeno, onde a Escola Estadual Indígena 19 de Abril, oferece ensino escolar para a comunidade, se apoiando em conceitos de interculturalidade, a escola se organiza em torno de um projeto político pedagógico que favorece o desenvolvimento dos jovens Krahô no contexto educacional.

De acordo com Araújo (2015), a Escola Indígena 19 de Abril, foi instalado em 1987 por Dodanin Piikên Krahô. Em 1990, a FUNAI construiu duas salas nas quais o monitor bilíngue contratado pela FUNAI, o próprio Dodanin Piikên Krahô (atualmente Cacique da aldeia Manoel Alves Pequeno) e dois professores iniciaram com a primeira fase do Ensino Fundamental. Foi somente em 2001, por meio do Decreto nº 1.196, que a escola foi reconhecida e passou a ser responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO).

Atualmente, especificamente no ano letivo de 2016, a Escola Estadual Indígena 19 de Abril oferece do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. As aulas acontecem pela manhã para os alunos do 6º ao 9º ano, pela tarde é a vez dos alunos da primeira fase do Ensino Fundamental, que vai do 1º ao 5º ano, o Ensino Médio é oferecido no período noturno.

Ao analisar o diálogo entre os saberes tradicionais Krahô e os saberes escolares, Macedo (2015), afirma que os professores indígenas da Escola 19 de abril tem se esforçado para proporcionar a interdisciplinaridade necessária para o processo de ensino. Esta intenção fica clara ao associar as narrativas locais com as narrativas universais, quando se enfatiza que as duas formas de narrativas têm sua relevância para a constituição do imaginário humano.

Na educação tradicional Krahô, existe o a figura do Mē hahkreatê ou Ihkrâri catê (instrutor ou professor na língua Krahô), responsável pelo ensino dos saberes indígenas para as crianças. Os alunos acompanham o seu instrutor pela aldeia e pela mata, aprendendo conteúdos básicos sobre seu território, sua cultura e para sua sobrevivência. O processo educacional acontece de forma peculiar, o ensino é livre de qualquer determinação burocrática e a aprendizagem é coletiva e colaborativa.

Esta foto mostra um grupo de crianças contemplando a paisagem de uma aldeia Krahô nos anos 80, é possível que este seja um momento de aprendizagem nos moldes da educação tradicional, pode também ser um momento de descanso depois de uma caminhada de novas descobertas, pois se trata de uma visão panorâmica do território onde vivem e da estrutura circular da aldeia, com suas casas, ruas e pátio. São nestes lugares que se desenvolve o universo lúdico e a corporalidade Krahô.

Pelo que observamos em nossa pesquisa, as atividades em grupo é uma característica da infância Krahô, na educação tradicional, os momentos de estudo e de aprendizagem dependem da interação entre as crianças, mas também da intervenção dos adultos.

Quando perguntado sobre como lhe foi ensinado a correr com a tora, o membro da comunidade Reinaldo Krahô (2015) informou que brincava de corrida com tora desde criança, mas somente com cerca de 10 anos que começou a participar junto com o grupo de

adolescentes, quando completou 15 anos, já corria com os adultos. Sobre o processo de educação tradicional Krahô, ele evidenciou como era o relacionamento com o instrutor:

O instrutor ensinava os *crare* a correr com a tora, ensina também corridas, danças, cantoria, caçada (...) As crianças escolhem o que querem ser, correr, cantar, ser chamador, eu escolhi ser corredor, queria correr com tora pesada. (...) Alguns não queriam participar porque não gostam, então ficavam assistindo (...) Eu participo porque gosto e levo meu filho. (...) Hoje em dia as crianças participam de atividades indígenas e de outras. Reinaldo Krahô (2015)

Além de informações sobre o processo histórico da educação Krahô, a fala acima elucida a visão de um membro da comunidade sobre as duas formas de ensinar (a educação tradicional e a educação escolar), o reconhecimento de conteúdos educacionais, o papel do professor para o processo educacional e sua interação com os educandos, assim como a presença da interculturalidade como um novo saber da aldeia.

A interação dos saberes tradicionais e com os saberes escolares, é aceita dentro de uma perspectiva intercultural, que acontece na propedêutica dos conteúdos da educação indígena, como por exemplo, ao abordar temas como desenvolvimento sustentável e globalização, os assuntos podem ser discutidos e relacionados com a cosmologia Krahô, “para este povo, todos os elementos do universo estão interligados, uma realização do hoje será refletido no amanhã” (MACEDO, 2015. p.84), esta concepção pode ser entendida como uma ideia aprofundada de globalização.

Segundo Macedo (2015), as ações da Escola 19 de Abril tem procurado estabelecer interações entre escola e sociedade. Entretanto, a efetivação de uma escola indígena diferenciada enfrenta algumas inviabilidades quando deparada com a forma não-indígena ocidentalizada de conceber a “educação”.

Esta realidade é claramente observada quando a relação tempo e espaço indígena é confrontada com as normas e exigências da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO), que estabelece prazos para concluir relatórios, preencher diários e outras formalidades da instituição educacional. Esta dinâmica não é compreendida pelos alunos indígenas e, por este motivo, muitas vezes é ignorada. (MACEDO, 2015)

Outro exemplo de impasse do contexto intercultural escolar Krahô é a noção de lugar, espaço e território. Na escola, o ambiente é formal e fechado, os limites são estabelecidos pelas paredes e portas das salas de aula. Porém a noção de espaço para os indígenas Krahô é expandida, o território Krahô não tem estes limites, porque este lugar faz parte de sua casa, portanto, sendo a escola dentro da aldeia, a circulação de outros membros da comunidade nos locais onde são desenvolvidas as aulas e outras ocorrências da escola é aceita com

naturalidade, esta situação é impensável nas escolas não-indígenas das grandes cidades, até mesmo por uma questão de segurança.

Estas características observáveis na educação escolar indígena Krahô, demonstra a importância da abordagem intercultural para promover a integração entre os povos, se opondo ao aparecimento de qualquer tipo de supremacia de uma cultura sobre a outra, ao mesmo tempo que favorece a um ambiente de respeito às diferenças, de solidariedade e de justiça social.

Para planejamento de ensino e projeto político pedagógico embasado em princípios que articulam os saberes tradicionais indígenas aos saberes escolares, a Escola Estadual Indígena 19 de Abril, utiliza o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) e a Proposta Pedagógica da Educação Indígena do estado Tocantins (SEDUC, 2013), que sugerem como referencial pedagógico para educação indígena, os saberes próprios indígenas e os saberes escolares.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Educação Indígena (SEDUC, 2013), os saberes próprios indígenas estão divididos em: Manifestações culturais; Contação de histórias e Produção textual; Saúde Indígena; e, Educação Indígena. Enquanto que os saberes escolares, que se constituem nas habilidades, procedimentos e práticas imanentes dos conteúdos das disciplinas escolares, que são organizadas nas seguintes áreas:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua portuguesa, Língua indígena, Arte e Cultura e Educação Física;
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: Química, Física, Biologia, Ciências e Matemática;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso;
- Parte Diversificada: Histórica e Cultura Indígena, Esporte e Lazer, Língua Estrangeira Moderna.
- É importante ressaltar que na Escola Estadual Indígena 19 de Abril, a disciplina Língua indígena ensina *Méhĩ Jarkwa*, a língua materna do povo Krahô.

Relacionando o elemento lúdico-corporal do povo Krahô enquanto saber indígena com os saberes escolares que tratam da cultura corporal de movimento, podemos constatar que diferentes disciplinas podem abordar esta temática. Vejamos as disciplinas da Proposta Pedagógica da Educação Indígena (SEDUC, 2013) citadas acima, a corporalidade Krahô pode

aparecer como conteúdo pedagógico tanto na Educação Física, como no Esporte e Lazer e em Arte e Cultura, vai depender do enfoque que o professor pretende atribuir ao assunto.

Em reunião com os professores indígenas Cahxê Krahô (2016), Kônry Krahô (2016), Côtât Krahô (2016), e Tupên Krahô (2016), onde dialogamos sobre jogos, esportes, brinquedos e Jogos Krahô, os participantes informaram que na Escola Indígena 19 de Abril, semanalmente eram ensinados aos alunos conteúdos da cultura corporal de movimento, foram mencionadas aulas de danças, corridas, corridas com tora, peteca, arco e flecha e futebol. Também foi citada a confecção artesanal de canoinhas de madeira, jogos de quebra-cabeça, carrinhos de buriti, um tipo de “yo-yo” Krahô (não foram precisos no nome indígena), brinquedos de instrumentos de som, brinquedos com linhas como um tipo de cama-de-gato (de acordo com sua descrição), todos brinquedos e brincadeiras ensinados como conteúdo das aulas de Educação Física.

Dessa forma, tivemos a pretensão de abranger aspectos que estão diretamente relacionados com o processo identitário do povo indígena Krahô, para tanto, procuramos fazer uma explanação que relacionasse a historicidade e a territorialidade Krahô com a construção dos seus saberes tradicionais. A compreensão destes fatores é relevante para o nosso objetivo de discutir o universo lúdico-corporal do povo Krahô e as possibilidades de introduzi-los no currículo escolar indígena, considerando tanto os saberes tradicionais do povo Krahô como os que fazem parte dos saberes escolares, mas nos delimitamos a explorar apenas no âmbito da disciplina Educação Física.

REFLEXÕES FINAIS

Em conformidade com os resultados obtidos pelos procedimentos metodológicos realizados neste estudo etnográfico através dos instrumentos de pesquisa, e fundamentado pelo referencial teórico bibliográfico discorrido em cada tópico, podemos afirmar que os saberes tradicionais do povo Krahô fazem parte de seu patrimônio cultural e que se manifestam a partir dos ritos, dos mitos, dos produtos artesanais, da organização social, da cosmologia e do elemento lúdico, presente no cotidiano e nos eventos festivos das aldeias Krahô.

Constatamos que a educação indígena sobrechega como uma estratégia de contribuir para a preservação e fortalecimento da cultura Krahô, com o propósito de fomentar o diálogo intercultural entre este povo indígena e outros grupos étnicos. Desse modo, a interculturalidade, surge como um conceito que busca a interação entre as áreas de

conhecimento, no âmbito da educação para os povos tradicionais, tem o propósito de aproximar os saberes tradicionais dos saberes escolares, sendo o elemento lúdico um componente que está presente nas duas formas de saberes, podendo cumprir o papel de instrumento da intercultural.

Sendo a corporalidade uma característica humana que está presente em todas as circunstâncias, por consequência, faz parte tanto dos saberes tradicionais Krahô como dos saberes escolares.

É através do corpo que é expressado os saberes e o elemento lúdico. Sendo assim, a compreensão do universo lúdico e corporal Krahô, é um fator decisivo para que a escola possa organizar um currículo e promover ações pedagógicas.

Portanto, cabe à Educação Física, enquanto disciplina escolar ou enquanto área de conhecimento e atuação, desenvolver um currículo escolar para o contexto indígena Krahô, que contemple cultura, corporalidade e ludicidade. Por conseguinte, é uma disciplina escolar que pode contribuir para a preservação e resgate de saberes tradicionais do povo Krahô, a partir dessa premissa, alcançamos uma das questões norteadoras desta pesquisa, a qual questionou quais eram as possíveis contribuições da Educação Física escolar indígena para o processo educacional do povo Krahô.

Utilizamos referências oficiais e leis que tratam da educação indígena, como também autores que discutiram as temáticas relacionadas a este estudo, com intuito de responder à pergunta da pesquisa: Quais conteúdos devem fazer parte do currículo da Educação Física escolar Krahô numa perspectiva bilíngue e intercultural? Com base nessas referências, constatamos que os conteúdos para a Educação Física escolar no contexto Krahô, são os jogos, as danças, as lutas, as ginásticas, a pintura corporal, os ritos envolvendo o elemento lúdico-corporal, as atividades laborativas tradicionais como a caça, a pesca e a confecção artesanal de brinquedos ou outros artefatos lúdicos.

De acordo com as asserções acima, encontramos como impulsionadora dessa discussão, a realização dos Jogos Tradicionais do Povo Krahô, assim como os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Uma vez que as provas e modalidades destes eventos são práticas da cultura corporal de movimento e podem ser inseridas como conteúdo a serem estudados no contexto escolar, tanto na Educação Física como em outras disciplinas e em atividades interculturais.

Ao registrar as atividades lúdicas, os brinquedos, os Jogos Indígenas Krahô e os conteúdos ensinados nas aulas da Escola Indígena 19 de Abril, procuramos interpretar os significados culturais e as possibilidades educativas destes conteúdos, uma vez que

entendemos esses rudimentos do universo lúdico-corpóreo, como parte do patrimônio cultural que precisam ser valorizados, preservados e, em alguns casos, resgatados. É na escola que conseguimos enxergar a estratégia mais provável para que isto aconteça, e é nas aulas de Educação Física que esses assuntos são contemplados.

Diante dos recortes teóricos discutidos nesta dissertação, acreditamos que essas reflexões acrescentam pressupostos para a intervenção pedagógica da Educação Física para o contexto indígena Krahô e que a abordagem cultural que nos propomos a desenvolver, é uma perspectiva pedagógica apropriada para a educação escolar indígena, não somente Krahô, mas para qualquer povo indígena brasileiro, não seria pretensão nossa afirmar que, diante dos fundamentos teóricos revisados neste trabalho, a abordagem cultural da Educação Física e a visão holística que percebe o ser humano, é uma concepção adequada também para outras situações do ensino escolar brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; LEITE, Francinaldo Freitas; CASTRO, Hiasmym de Carvalho. Saberes Tradicionais e Relações Interculturais do Povo Indígena Krahô. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.20, p. 431 a 455 – Ago./Dez. 2016.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; LEITE, Francinaldo F. Cultura Corporal de Movimento e Educação Psicomora: Os Conteúdos da Educação Física Escolar e Suas Contribuições para o Exercício da Cidadania. In.: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges et al. **Ensino das Línguas numa Perspectiva Intercultural**. ed. Pontes. Campinas-SP, 2016. Cap. 9, p. 121-137.

ARAÚJO, Marcilene de Assis Alves. Eventos de Interação nos Rituais Krahô (Jê): Contribuições para o Ensino Bilingue na Aldeia Manoel Alves Pequeno. 2015. 276 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Tocantins, 2015.

AZEVEDO, M. M. (2005). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BARRIO, Angel-B. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Massangana, 2005.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Ser ou Não Ser Mehin: A Etno-História Krahô. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 23. 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10721>

BRASIL et al. Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). 454 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 29/12/2015

BRASIL et al. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAHXÊT KRAHÔ, Roberto. **Professor da Escola Indígena 19 de Abril/Auxiliar de pesquisa**. Entrevistas concedidas em setembro/2015 e agosto/2016.

CÔHTÀT KRAHÔ, André. **Professor da Escola Indígena 19 de Abril/Auxiliar de pesquisa**. Entrevista concedida em agosto/2016.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do Corpo**. 7.ed. Campinas-SP: Papiros, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1989.

GEERTZ, Clifford; JOSCELYNE, Vera Mello. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Vozes, 2002.

GLOBALIZAÇÃO. In: Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/globalizacao/> Acesso em: 26/09/2016

GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1992: p. 37-52.

HÀKHÀK KRAHÔ, Secundo Tòrtòtwaher Tenanku. **Liderança Indígena da aldeia Manoel Alves Pequeno**. Entrevistas concedidas em setembro/2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAHAJ KRAHÔ, Reinaldo Pereira. **Membro da aldeia indígena Manoel Alves/Auxiliar de pesquisa**. Entrevista concedida em setembro/2015.

KÔNRU KRAHÔ, Ovídio. **Professor da Escola Indígena 19 de Abril/Auxiliar de pesquisa**. Entrevista concedida em agosto/2016.

KRAHÔ, Tais Põcuhtô; KRAHÔ, Joel Cuxy; KRAHÔ, Cahxê Roberto; KRAHÔ, Ovídio Kõnry; KRAHÔ, André Cõtât. **Jogos e Brincadeiras Krahô**. Goiatins-TO, 2010. f. 25. Apostila.

KRUWAKRAIA KRAHÔ, Getúlio Orlando Pinto. **Liderança Indígena da Aldeia Manoel Alves/Auxiliar de pesquisa**. Entrevista concedida em setembro/2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 2001.

LÓPEZ, Graciela. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. **TEXTURA-ULBRA**, v. 1, n. 1, 2013.

MACEDO, Aurinete Macedo. **Saberes tradicionais Krahô e educação escolar indígena: um diálogo possível na Escola Indígena 19 de abril**. 2015. 133 f. Tese de Doutorado (Doutorado). Universidade Federal do Tocantins.

MELATTI, Julio Cezar. **O Messianismo Craô**. Brasília. 2009a.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Linguas Brasileiras: Para conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola. 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ªEd. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **Política indigenista no Brasil: direito ao território**. São Leopoldo, Casa Leiria, 2016.

SEDUC. Povos Indígenas do Tocantins. 2016. Disponível em: <http://seduc.to.gov.br/programas-e-projetos/programas/programa-vamos-ler/povos-indigenas-do-tocantins/> Acesso em 24/10/2016.

SEDUC. **Proposta Pedagógica da Educação Escolar Indígena**. Palmas: SEDUC-TO, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUPÊN KRAHÔ, Leonardo. **Professor da Escola Indígena 19 de Abril/Auxiliar de pesquisa**. Entrevista concedida em setembro/2015.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. **História dos índios no Brasil**, v. 2, p. 87-102, 1992.

SAÚDE BUCAL DOS ADOLESCENTES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE COCALINHO, SANTA FÉ DO ARAGUAIA- TO

Jéssica Guimarães Dias⁴⁰

Adolfo da Silva-Melo⁴¹

Priciane Correa Ribeiro⁴²

RESUMO: As comunidades remanescentes quilombolas são reconhecidas como grupos tradicionais pela manifestação cultural e pelas formas próprias de organização social. Ainda que o direito à terra para estas comunidades esteja previsto na legislação brasileira, muitas populações de remanescentes quilombolas ainda lutam por seus territórios e encontram-se vulneráveis em vários aspectos, entre eles, podemos destacar, as baixas taxas de escolaridade, as altas taxas de desemprego e as más condições de saúde. É evidente na trajetória do SUS no Brasil, grandes falhas na inclusão de pessoas historicamente marginalizadas, oriundas do processo de crescimento humano e social. As políticas públicas em saúde devem buscar a equidade por meio da atenção inclusiva a grupos tradicionais, de maneira especial à comunidades quilombolas brasileiras. Alguns estudos comprovam um alto índice de cárie na região norte quando comparado com regiões brasileiras como sul e sudeste. Tendo por base tal premissa, 29 adolescentes (aprox. 60% do total dos estudantes), com faixa etária de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, foram avaliados quanto às condições odontológicas prévias, com a finalidade de identificar além dos aspectos gerais da sua saúde bucal, como presença de cárie e má oclusão, a percepção dos próprios estudantes destes problemas dentários. A referida amostra consta de indivíduos matriculados em uma escola municipal em Cocalinho, um povoado de remanescentes quilombolas, no município de Santa Fé do Araguaia-TO. Após as avaliações constatou-se que 72,41% dos examinados estavam com a doença cárie; 31,04% com dentes perdidos apesar da pouca idade; 72,41% com necessidade de tratamento ortodôntico. Mesmo com altas taxas de problemas odontológicos encontrados, 79,31% dos estudantes não relataram queixa principal, o que pode ser um indicativo da ausência de percepção de problemas bucais dos escolares. Diante do exposto é necessário proporcionar aos municípios maior acesso à saúde e às ações efetivas no que tange a educação e saúde bucal, a fim do indivíduo se valer da odontologia preventiva.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Vulnerabilidade; Odontologia.

INTRODUÇÃO

Povos e Comunidades tradicionais são grupos que se reconhecem culturalmente diferenciados, se organizam socialmente de forma própria, vivem e usam a terra e os recursos naturais para sua vida cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

40 Universidade Federal do Tocantins. Cirurgiã Dentista, Especialista em Ortodontia e Ortopedia dos maxilares. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. *E-mail:* jessica-guidias@hotmail.com

41 . Faculdade de Ciência do Tocantins – FACIT, Unidade II – TO 222, Gleba Haras, Bairro Barra da Grota – Araguaína/TO – Tel. (63) 81170692. *E-mail:* adolfoants@gmail.com.

42 Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Av. Paraguai, esq. c/Rua Uxiramas, s/nº, Setor CIMBA - CEP: 77.824-838 - Araguaína, TO. *E-mail:* priciane.ribeiro@uft.edu.br

conhecimentos transmitidos pela sua tradição (TOCANTINS, 2016). São classificados como Comunidades Tradicionais os povos indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, sertanejos, caipiras e roceiros (SAWYER, 2009).

O presente estudo, foi realizado em uma comunidade de Remanescente de Quilombos, a qual se configura como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” de acordo com o decreto 4.887, artigo 2º, de 20 de Novembro de 2003.

As Comunidades Quilombolas possuem alguns direitos constitucionais específicos, dentre eles o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais transitórias, é um dos mais marcantes. O artigo relata que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, n 92, pág 160). Essa garantia é fundamental, uma vez que as populações quilombolas, dependem da terra para subsistência enquanto lutam por acesso e políticas inclusivas para suas populações (FREITAS et al, 2011). No entanto, essas comunidades ainda possuem muitas necessidades, sobretudo ao acesso a melhores condições de saneamento, habitação, alimentação e saúde, condições essas essenciais para uma boa qualidade de vida (SILVA, 2011). Na comunidade onde foi realizado o estudo, O processo de terras ainda está sob avaliação por antropólogos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém foi reconhecida em 2006 pela Fundação Zumbi dos Palmares.

Em relação a saúde, os Quilombolas encontram-se em vulnerabilidade como menor acesso a serviços saúde geral (KASSOLF, 2005) e maior risco de agravos em relação saúde bucal (MELLO, 2005) além de condições sanitárias e ambientais deficientes (SILVA, 2007). Neste cenário de vulnerabilidade, a autopercepção em saúde bucal torna-se relevante pois além de constatar a saúde como um todo, possui forte influência que marca um perfil sociodemográfico (BORRELL, 2004).

É notório uma carência de estudos a respeito da situação de saúde bucal nessas comunidades (BIDINOTTO, 2017). Não há estudos sobre saúde bucal realizados em populações quilombolas do Estado do Tocantins. Tendo em vista essa lacuna, o presente estudo teve por objetivo identificar além dos aspectos gerais da sua saúde bucal, como má oclusão e presença de cárie, a percepção dos próprios estudantes destes problemas dentários e

promover uma discussão sobre as implicações da falta de acesso aos serviços de saúde e assistenciais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ainda que o direito à terra para estas comunidades tradicionais esteja previsto nas leis brasileiras muitas populações de remanescentes quilombolas ainda lutam por seus territórios e encontram-se vulneráveis em vários aspectos, entre os quais podemos destacar, além das baixas taxas de escolaridade e altas de desemprego, às más condições de saúde (FREITAS et al, 2011). Nesse caso, a vulnerabilidade perpassa não somente o socioeconômico, mas também pela questão étnico racial, uma vez que sua trajetória inclui fortes questões históricas, tradicionais e culturais. Nesse sentido, o Governo Federal também organizou políticas públicas voltadas para a educação dos quilombolas, o programa intitulado “Programa Brasil Quilombola” está coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e integra-se a outros ministérios com ações na educação, cultura, saúde, agricultura e segurança alimentar, entre outros (MORAIS, 2012).

O conceito de saúde engloba muitos aspectos como a condição social, econômica, política e cultural. Ou seja, saúde não significa o mesmo para todas as pessoas. Depende de vários fatores como a época, o lugar, a classe social, valores individuais, concepções científicas, religiosas, filosóficas, enfim. Ao seu oposto, a doença também sofre variações. Como exemplo, na escravidão o desejo de fuga dos escravos era considerado enfermidade mental e tinha nome, a drapetomania cujo tratamento proposto era o açoite (BUSS, 2007).

Após o reconhecimento constitucional da saúde (1988) e implantação do SUS, a expansão de políticas públicas sociais e universais sofreram um contexto desfavorável com a unificação do sistema, apesar da gestão ser nas três esferas do governo o Ministério da Saúde tinha um plano de saúde nacional que explicitasse o diagnóstico situacional de forma abrangente (MACHADO, 2007). Assim as populações vulneráveis continuaram à margem desse grande feito para a saúde no Brasil.

Nos dias atuais, um grande número de profissionais tentam debater a necessidade de políticas especiais para comunidade quilombolas por exemplo. E as questões discutidas quase sempre são densidade populacional ou mesmo de dispersão territorial, e a indicação numérica do movimento quilombola (CALHEIROS, 2010). O Governo Federal incluiu em suas ações e propostas futuras algumas iniciativas que estão concentradas Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004. O objetivo é consolidar a política de Estado para as áreas

quilombolas. A partir deste surgiu Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas que são acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania (BRASIL, 2013). Ou seja, mais concentradas saneamento e infraestrutura. O guia de Políticas Públicas para comunidades Quilombolas cita que,

“O programa Brasil quilombola também contribuiu de forma significativa para o alcance dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria. Isso porque parte significativa das comunidades quilombolas é o público alvo do Brasil sem miséria: segundo dados do MDS, pelo menos 74,7% famílias quilombolas situam-se abaixo da linha da extrema pobreza” (BRASIL, 2013, pág. 12).

No relatório do Ministério da Saúde, ações voltadas à população quilombola são geralmente levadas pelo princípio de “incentivo à equidade”, por meio da extensão da cobertura de ações que já existem, como o Programa de Habitação e Saneamento, as ações de segurança alimentar e nutricional e a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Além de “realização de oficinas de mobilização social e educação em saúde” específicas e na inclusão de financiamento e execução de projetos de saneamento em municípios com população inferior a 30 mil habitantes (CALHEIROS, 2010). Portaria do Ministério da Saúde (GM/MS nº 1.434) com a finalidade de atingir um financiamento mais equitativo, estabeleceu um adicional de 50% no valor dos incentivos de Saúde da Família e Saúde Bucal para municípios com menos de 30.000 habitantes (menos de 50.000 na Amazônia Legal) e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor ou igual a 0,7. E para as que não se enquadravam nesses requisitos, diferencial foi implantado para as equipes que atuam em áreas de assentamentos rurais e de quilombolas. Pela primeira vez usou-se indicadores de condições sociais como critério para o financiamento do SUS aos municípios (MACHADO et al, 2010).

No que tange a política governamental brasileira para a Saúde Bucal, foi ampliado e qualificado o acesso ao atendimento básico, garantindo serviços odontológicos em unidades básicas de saúde, inclusive áreas rurais. Houve também a implantação, de laboratórios de próteses dentárias de âmbito regional ou municipal. A implantação de ações de saúde bucal para as populações remanescentes de quilombos, foi discutido juntamente com suas organizações a fim de garantir o estabelecimento de um programa de atendimento não-mutilador, universal, integral e com equidade. Considerando sua cultura com práticas higiênicas e dietéticas de cada povo quilombola. Apesar disso as comunidades quilombolas enfrentam a dificuldade de acesso às políticas de saúde com condições sanitárias insuficientes, boa parte não possui água tratada e nem esgoto sanitário. Além disso, muitas não possuem

serviços de saúde local, fazendo com que seus habitantes percorram grandes distâncias em busca de atendimento (BRASIL, 2005).

Contudo, é dever do SUS assegurar a universalidade aos recursos disponibilizados pelo sistema. No entanto, a saúde brasileira ainda está em construção o que torna os levantamentos epidemiológicos mais essenciais ainda pois a partir destes, é possível planejar e executar ações que promovam saúde (SILVA, 2011).

Em relação à saúde bucal, princípio da universalidade desde o início do século XXI, deve ser garantido com ações que permitam atender as necessidades de todas as pessoas incluindo o acesso a todos os recursos odontológicos. O princípio da integralidade, garante o atendimento da pessoa como um todo e na equidade deve ser ofertado mais a quem mais precisa (NARVAI, 2006). A saúde bucal, é primordial para promover e manter a saúde e o bem-estar de qualquer indivíduo garantindo benefícios preventivos básicos e educacionais.

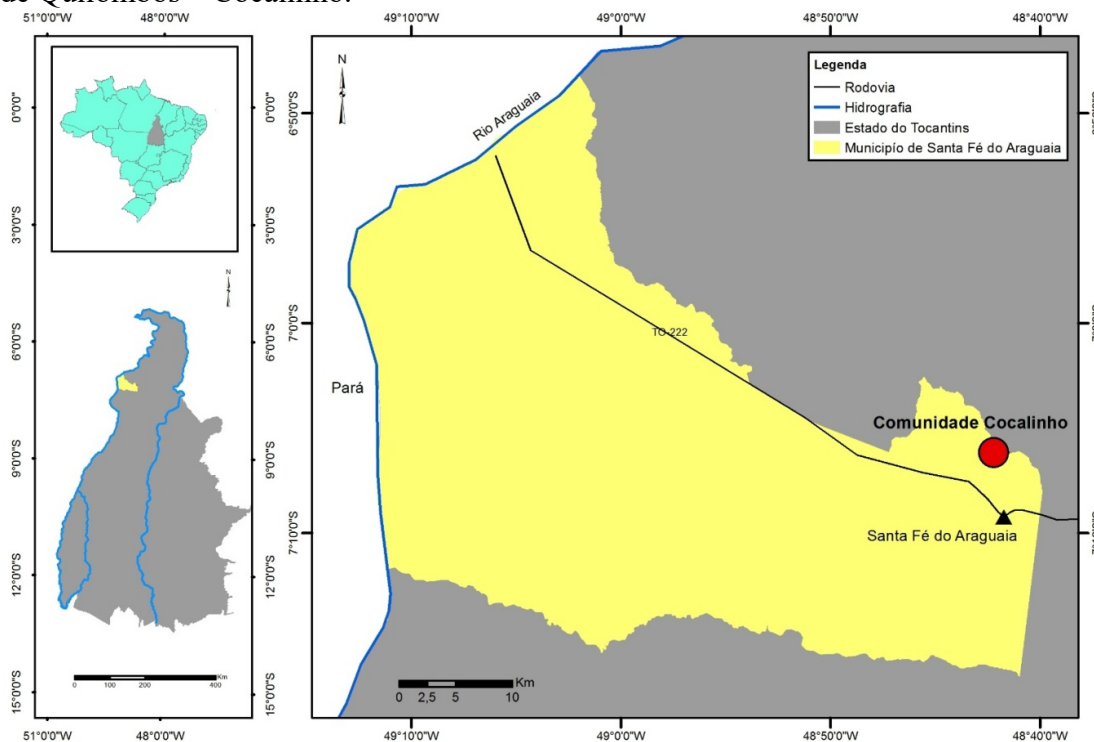
Dentre os problemas de saúde bucal temos as más oclusões dentárias, que podem ser definidas como anomalias do crescimento e do desenvolvimento que afetam músculos, ossos maxilares, e disposição dos dentes nos ossos alveolares. Interferindo na qualidade de vida das pessoas. Sua etiologia está relacionada a variáveis genética, comportamento e meio ambiente onde incluem estímulos que podem ser positivos e nocivos durante a formação e desenvolvimento do complexo orofacial na infância e na adolescência (PINTO, 2015). Contudo, problemas bucais como a cárie que é o maior problema de saúde bucal pública e a má oclusão que é o terceiro (CASTRO, 2008), podem ser identificadas como um aspecto recorrente de vulnerabilidade social, considerando que a maior incidência acomete populações que possuem pouco ou nenhum acesso têm à uma medicina bucal preventiva.

INCURSÕES METODOLÓGICAS

Área de estudo

O presente estudo desenvolveu-se em uma comunidade de Remanescentes Quilombolas intitulada Cocalinho, uma vila na zona rural localizada aproximadamente sete quilômetros da cidade de Santa Fé do Araguaia Estado do Tocantins (Fig. 1), o município possui 7.054 habitantes (IBGE, 2017) e localiza-se a aproximadamente 450 km da capital, Palmas. Cocalinho possui aproximadamente 600 habitantes e com cerca de 200 famílias que fazem parte da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC).

Figura 1 – Mapa de localização de Santa Fé do Araguaia (TO) e a comunidade Remanescente de Quilombos – Cocalinho.



Fonte: Mapa elaborado e cedido pelo Geógrafo Benilson Pereira Sousa.

Coleta e análise de dados

Os dados foram coletados durante um evento de saúde, decorrente de uma atividade de extensão universitária interdisciplinar desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE). Durante a ação, além da análise de dados, os participantes receberam orientações sobre as práticas que podem evitar ou minimizar problemas odontológicos.

A presente pesquisa de caráter exploratório, descritivo e transversal, selecionou uma amostra aleatória e intencional de 29 adolescentes, na faixa etária entre 10 e 17 anos, sem distinção de raça ou sexo, em uma escola municipal de educação básica.

A coleta dos dados foi realizada por meio de anamnese e exame clínico. Para a avaliação das condições de saúde bucal dos escolares, utilizou-se os critérios de exame clínico para oclusopatias em que foram examinados os fatores de A a S, descritos a seguir:

- A. A queixa principal – para esse critério foi feita a seguinte pergunta “o que te incomoda na sua boca?”. E foi analisado com as próprias palavras dos estudantes;
- B. Perfil – neste foram avaliadas três características: plano, côncavo ou convexo;

- C. Lábio superior e Inferior – se eram dentro do padrão de normalidade, hipertônico ou hipotônico;
- D. Higiene – classificamos de acordo com a quantidade de placa visível em boa, regular ou péssima;
- E. Classe molar – de acordo com a Classificação de Angle (ANGLE, 1899), em classe I, II, III;
- F. Classe canino – Classe do canino também em classe I, II, e III. Sendo que a classe I é considerada normal e a II e III alteradas;
- G. Sobremordida – foi caracterizada pelos dentes maxilares cobrindo mais de 2 mm da superfície vestibular dos dentes inferiores (BRASIL, 2010).
- H. Mordida aberta – quando há falta de ultrapassagem vertical entre os dentes incisivos opostos (BRASIL, 2010);
- I. Mordida cruzada anterior e posterior - ou **articulação reversa**, consideramos a relação oclusal na qual os dentes inferiores estão localizados vestibularmente aos superiores antagonistas podendo as cúspides vestibulares superiores posicionadas nas fôssulas centrais dos dentes inferiores; pode ocorrer tanto nos dentes anteriores como posteriores (PAIVA et al, 2008).
- J. Linha média superior e inferior – classificamos a partir do plano sagital em coincidente ou não coincidente. Essa última com desvio para direita ou esquerda;
- K. Dentição – se haviam dentes decíduos e permanentes: mista. Ou somente permanente ou decídua;
- L. Presença de cáries – classificamos a presença de cárie ou ausência;
- M. Dentes perdidos – algum dente permanente perdido. Não contabilizamos as indicações indicadas pela ortodontia ou prótese;
- N. Apinhamento – presença ou ausência. Onde há falta de espaço para acomodação de todos os dentes na arcada, tornado os dentes apinhados;
- O. Diastemas – presença ou ausência. Excesso espaços na arcada que formam os diastemas entre os dentes;
- P. Curva de Spee – tomamos como base a classificação de Andrews que diz que a curva pode ser plana, côncava ou convexa.
- Q. Palato – classificamos em elíptico, quando normal e atrésico quando a largura é inferior a 38mm.
- R. Anomalias – alguma característica anatômica fora dos padrões de normalidade.

S. Diagnóstico – os participantes receberam um diagnóstico a respeito de sua oclusão com base nos critérios, mordida cruzada anterior e posterior, mordida profunda, mordida aberta anterior (OLIVEIRA, 2008). Além das classificações de molar e canino.

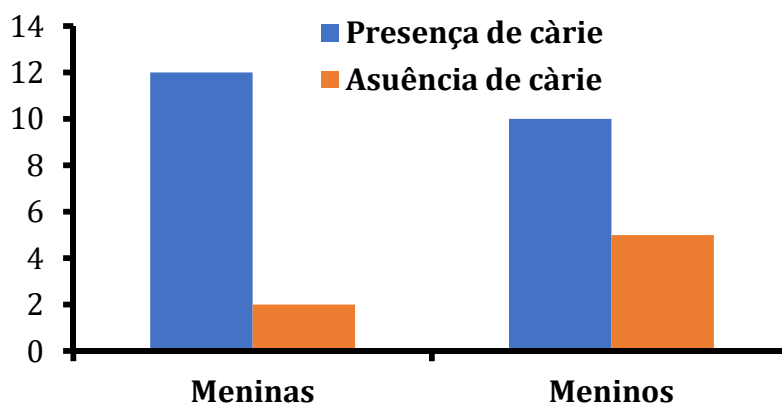
Esses exames foram realizados por Cirurgiã Dentista especialista em Ortodontia e Ortopedia dos maxilares, utilizando uma sonda de Índice periodontal comunitário - CPI, com auxílio de uma anotadora, mediante a luz natural em ambiente claro e ventilado em cadeiras escolares, sendo o examinador sentado de frente para o participante, conforme normas do SB BRASIL (BRASIL, 2010). Os procedimentos de biossegurança foram respeitados como lavagem de mãos a cada paciente, materiais esterilizados e descartáveis e uso de Equipamento de proteção Individual. Os materiais utilizados foram espátulas de madeira, sonda CPI (Índice periodontal comunitário), luvas de procedimento, jaleco, gorro, e máscara cirúrgica. Além das fichas de anotações e canetas. Os dados obtidos foram analisados com auxílio de estatística a fim de estimar a prevalência da necessidade de tratamento ortodôntico e da doença cárie.

RESULTADOS

A amostra estuda foi constituída por 29 escolares onde 14 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, sendo que não identificamos discrepâncias ($X^2 = 6,0294$, $p = 0,30337$) dos problemas bucais entre os sexos. Apenas um dos adolescentes possuía dentição mista.

Referente a Higiene, constatamos que variou entre regular com 93,10% e péssima 6,98%. A doença cárie esteve presente em 72,41% dos escolares. A maior prevalência desta doença foi observada em meninas, mas em neninos observa-se que a qualidade da higiene bucal ainda é insatisfatória (Fig. 1). Sobre dentes perdidos (somente dentes permanentes), 31,03% dos adolescentes já haviam perdido algum elemento dentário.

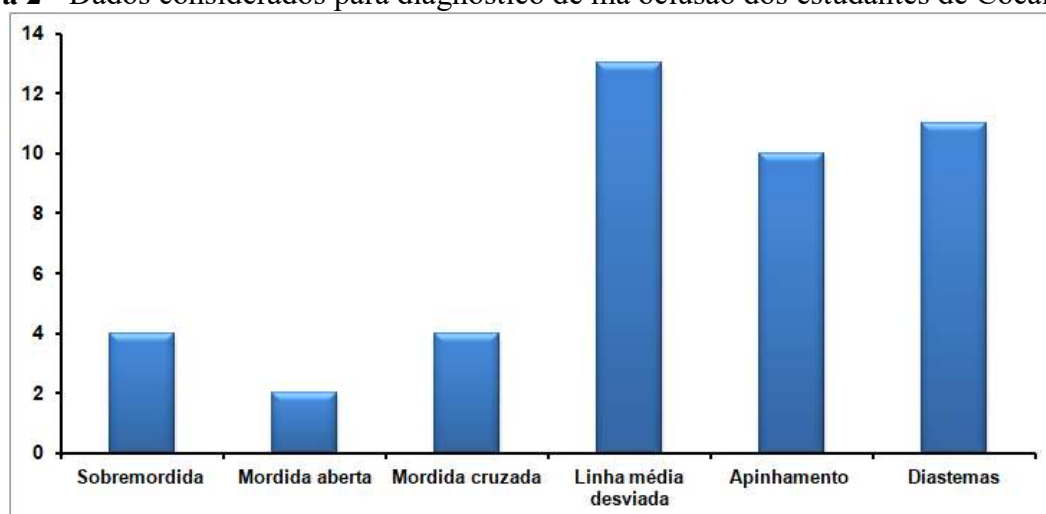
Figura 1 – Gráfico de prevalência de cárie entre meninas e meninos.



Sobre o perfil, identificamos 48,27% reto, 6,98% côncavo e 44,82% convexo. Lábio superior normal 75,86%, hipertônico 13,79% e hipotônico 10,34%. Para o lábio inferior encontramos 51,72% normal, 34,48% hipertônico e 13,79% hipotônico. A curva de Spee encontramos 10,34% plana, 6,89% convexa e 82,75% côncava. Sobre o formato do palato 82,75% elíptico, característica de normalidade e 6,98% atrésico. Apenas um adolescente possui assimetria facial.

Diante desses resultados, foram diagnosticados 72,41% dos estudantes com necessidade de tratamento Ortodôntico deste modo é importante ressaltar que apenas um do total da amostra teve acesso a esse serviço. No gráfico abaixo estão as principais características relacionadas a esse diagnóstico (figura 2).

Figura 2 - Dados considerados para diagnóstico de má oclusão dos estudantes de Cocalinho.



Não foi possível a verificar um adolescente da referente a classe de molar, e de um adolescente da classe dos caninos por motivo de ausências dos elementos chave para classificação (1º molar superior e canino superior). Sobre a classificação de molar e canino

encontramos a maior prevalência de classe I que está dentro dos padrões de normalidade (quadro 1).

É importante informar que sobre a autopercepção dos problemas de saúde bucal e Queixa principal 72,41% não relataram ou não souberam responder.

Quadro 1 – Relação das classes de molar de acordo com o indicado por Angle (1899) e canino indicado ANDREWS (1972) dividida por sexo.

Classificação em relação ao 1º molar	Feminino	Masculino	Total
Classe I	12	10	22
Classe II	2	2	4
Classe III		2	2
Classificação em relação ao canino	Feminino	Masculino	Total
Classe I	10	11	21
Classe II	4	1	5
Classe III		2	2

DISCUSSÕES ANALÍTICAS

A partir desses resultados podemos observar uma alta necessidade de tratamento odontológico nesse grupo. Informações obtidas durante a coleta de dados indicou que havia apenas um profissional de Odontologia uma vez por semana na região. Foi relatado ainda dificuldade no acesso a esse serviço. De fato, existe apenas dois profissionais de saúde bucal para todo o município de Santa Fé do Araguaia, sendo um para zona rural e um para a zona urbana DATASUS (2009), uma proporção de 0,3 por 1.000 habitantes. O que está abaixo do número de cirurgiões-dentistas por quantidade de população preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 1 (um) cirurgião-dentista (CD) para cada 1.500 (mil e quinhentos) habitantes e também do que é preconizado pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), que sugere uma proporção de 1 (um) cirurgião-dentista para cada 2.000 (dois mil) habitantes. (JEUNON; SANTIAGO, 1999, p. 81-82). Se consideramos o CFO, Santa Fé deveria ter no mínimo 3 profissionais ou até mais se tivermos como base os dados da OMS, uma vez que sua população é de 7.402 habitantes (IBGE, 2017).

Essas informações apontam para uma situação de vulnerabilidade social na região, em que envolve a condição de pessoas ou grupos em situação de fragilidade, as quais estão expostas a riscos e a níveis significativos de degradação social (XIMENES, 2010). Ademais dessa vulnerabilidade em saúde, o município de Santa Fé – TO apresenta em seu panorama social os seguintes dados:

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e encargos especiais foram responsáveis por 85,50% das despesas municipais. **Em assistência social, as despesas alcançaram 1,70% do orçamento total**, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,86% (BRASIL, 2010, pág. 3, grifo nosso).

O alto índice de cárie dos estudantes de Cocalinho demonstra que há uma fragilidade de ações e atividades sociais voltadas para o atendimento da população quilombola. Conseqüentemente há uma grande chance de perda precoce dos elementos dentais, que poderá interferir na oclusão desses indivíduos.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2010), o município de Santa Fé tem 149 famílias quilombolas cadastradas, sendo que apenas 31 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Santa Fé do Araguaia é de 0,616 e o do Estado do Tocantins nesse mesmo ano era de 0,699. Esse valor indica um IDH médio para a região. Apesar de termos dados mais recentes sobre o IDH do Tocantins (0,732) ainda continuamos dentro do resultado médio (IPEA, 2015). Sobre o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), o município apresenta 0,435 o que demonstra alta vulnerabilidade, neste mesmo ano o do Estado era de 0,336 que indica média vulnerabilidade (IPEA, 2010). O Tocantins já possui dados de 2015 que o colocam em baixa vulnerabilidade (IPEA, 2015).

Portanto o município de Santa Fé do Araguaia encontra-se em situação de vulnerabilidade, em muitos aspectos. Estudos relatam que famílias dependentes de benefícios sociais do governo, com menor produto interno bruto e pior desempenho nos cuidados em saúde da população, apresentavam maiores prevalências de má oclusão (BRIZON et al, 2013).

Para que estudantes de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO não venham a apresentar quadro de Oclusopatias, faz-se necessário que o direito à saúde seja efetivado, pois esse direito está dentro da carta magna, conforme artigo descrito abaixo:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Neste sentido, essas crianças são essencialmente cidadãos que precisam ter garantidos o atendimento em saúde bucal. Estes grupos, no que tange à saúde bucal, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, quando lhes são negados os direitos mais elementares instituídos pelo Estado, efetivação ou garantia dos mesmos, o que requer maior atuação dos gestores públicos, da sociedade e das instituições de pesquisas, para que possamos enfrentar

esse impasse. Segundo Amartya Sen (2010), para que haja desenvolvimento faz se necessário a expansão da liberdade, mas para que tal feito seja alcançado, é preciso que as pessoas apresentem ativos sociais para saírem da situação de vulnerabilidade e passem a ter liberdade de ação, e esta liberdade de ação está vinculada às oportunidades políticas, sociais e econômicas.

Estudos sobre ancestralidade e saúde cardiovascular foram realizados em Cocalinho, onde apontam a comunidade como quilombola resultado de migração recente de comunidades negras, caracterizando-se assim na definição ampliada de quilombo (PAIVA, 2017). O estudo sugere ainda que há uma taxa significativa de miscigenação na comunidade. De fato que a miscigenação um dos principais fatores etiológicos da má oclusão (ALMEIDA, 2000), o resultado elevado para as oclusopatias era esperado. Porém dos 29 adolescentes examinados apenas 1 havia acessado a Odontologia especializada em Ortodontia e Ortopedia dos Maxilares. Sendo que 72,41% necessitavam do serviço. Apesar desses resultados, segundo a SEPLAN (2017) a população preta e parda predomina na cidade de Santa Fé do Araguaia representada por 66,38% do total. uma porcentagem um pouco menor que a do Estado onde pretos e pardos representam 72,25% da população (IBGE, 2010).

Apesar dos serviços de saúde públicos para as populações quilombolas, muitos estudos revelam vulnerabilidade no que tange a saúde bucal. Pesquisas sobre Iniquidades raciais em saúde bucal no Brasil revelam para indicadores como cárie, perda dentária, dor e necessidade de prótese estão associados com maior vulnerabilidade da população negra (pretos e pardos) em relação aos brancos. E que fatores relacionados ao desenvolvimento humano, à distribuição de renda e ao acesso a políticas públicas em saúde caracterizam a vulnerabilidade de grupos populacionais a agravos em saúde bucal (GUIOTOKU, 2012).

Um estudo a partir do levantamento das condições de acesso e de saúde bucal de uma população quilombola no Brasil, revelou que há dificuldade no acesso ao serviço odontológico e que quando há o acesso, na maioria das vezes é motivado pela dor (SILVA, et al, 2011) que evidencia a falta de prevenção para esse grupo.

Em uma pesquisa sobre saúde bucal que teve como objetivo comparar duas comunidades Quilombolas, sendo uma rural e uma urbana, foi concluído que ambas apresentaram um baixo nível socioeconômico e viviam abaixo da linha da pobreza. Porém a comunidade quilombola rural apresentou um percentual maior de dentes cariados e perdas dentárias (FIGUEIREDO, 2016). Vale ressaltar que a comunidade de Cocalinho além que Quilombola é localizada na zona rural, e isso pode estar maximizando sua vulnerabilidade em saúde bucal.

Em uma revisão de literatura sobre saúde e comunidades Quilombolas, evidenciou-se quão evidente na trajetória do SUS grandes falhas na inclusão de pessoas historicamente marginalizadas. Concluiu-se ainda que as políticas públicas em saúde devem buscar a equidade para atender grupos especiais, inclusive comunidades quilombolas brasileiras (FREITAS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste levantamento foi possível identificar um perfil carente de saúde bucal nessa população quilombola e que não é uma realidade isolada, pois como foi mostrado nos poucos estudos encontrados sobre saúde bucal de comunidades quilombolas, evidenciam uma vulnerabilidade nesse sentido. Contudo é necessário um acesso mais amplo de saúde bucal com a melhoria de Políticas Públicas que possam garantir a universalização desses serviços. Pois de acordo com as considerações de Amartya Sen, as populações devem possuir liberdade para saírem de uma situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Renato et al. **Etiologia das más oclusões - Causas hereditárias e congênitas, adquiridas, locais e proximais (hábitos bucais)**. R. Dental Press Ortodon Ortop Facial. 2000. 5(6):107-29.
- ANDREWS, L. F. **The six keys to normal occlusion**. Am J Orthod Dentofacial Orthop, St. Louis, v. 62, no. 3, p. 296-309, Sept. 1972.
- ANGLE, E.H. **Classification of malocclusion**. Dental Cosmos 1 (41) 248-357, 1899.
- BIDINOTTO, A. B. et al. **Oral health self-perception in quilombola communities in Rio Grande do Sul: a cross-sectional exploratory study**. Rev BRas epidemiol JaN-maR 2017; 20(1): 91-101
- Borrell, L.N. et al. **Perception of general and oral health in White and African American adults: assessing the effect of neighborhood socioeconomic conditions**. Community Dent Oral Epidemiol 2004; 32(5): 363-73.
- BRASIL, Secretaria De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial Secretaria De Políticas Para Comunidades Tradicionais. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional, n 92, de 12 de agosto de 2016. Art. 68 do **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Pág. 160.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Cadernos de Informações de Saúde do Tocantins, 2009**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/to.htm>. Acesso em: 24/07/2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto SB Brasil. Manual da Equipe de Campo, 2010**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Panorama municipal**. Município de Santa Fé do Araguaia. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/1718865%20-%20Santa%20Fé%20do%20Araguaia%20-%20TO.pdf>. Acesso 17 jul. 2018.

BRASIL. Poder Executivo. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. Ementa: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/11/2003, Página 4.

BRASIL. Poder Executivo. **DECRETO Nº 6.261, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007**. Ementa: Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/11/2007, Página 21.

BRIZON, Valeria Silva Candido, et al. **Fatores individuais e contextuais associados à má oclusão em crianças brasileiras**. Rev Saude Publica 2013; 47(3):1-11.

BUSS PM, P. F. A. **A saúde e seus determinantes sociais**. Physis 2007;17(1):77-93. 19. Scliar M. História do conceito de saúde. Physis 2007;17(1):29-41.

CALHEIROS, F.P. STADTLER, H.H.C. **Ethnic identity and power: quilombos in Brazilian public policy**. Rev. Katálysis 2010;13(1):133-9.

CASTRO, M. S. P. **Prevalência de oclusão normal e má-oclusão em escolares entre 7 e 11 anos na região da grande Santa Luzia, Criciúma. 2008**. Monografia (Especialização em saúde coletiva), Diretoria De Pós-Graduação Curso De Especialização Em Saúde Coletiva - Saúde Da Família. UNESC - Universidade do extremo Sul Catarinense.

FIGUEIREDO, M. C. et al. **Oral Health and socioeconomic indicators in rural and Urban Maroon communities in the state Of**. Rio grande do sul, Brazil. Faculdade de Odontologia de Lins/Unimep. 26(2) 61-73. jul.-dez. 2016 ISSN Impresso: 0104-7582. ISSN Eletrônico: 2238-1236.

FREITAS, D. A. *et al.* **Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura**. Revista CEFAC, v. 13, n. 5, p. 937-943, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462011000500019&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 14/09/2017.

FREITAS, Daniel Antunes et al. **Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura**. Rev. CEFAC. 2011 Set-Out; 13(5):937-943.

GUIOTOKU S.K. et al. **Iniquidades raciais em saúde bucal no Brasil**. Rev Panam Salud Publica. 2012;31(2):135-41

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017**. IBGE: [s.n.], 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 09/07/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA – IPEA. **Atlas de vulnerabilidade social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 15/07/2018.

JEUNON, Franca Arenade; SANTIAGO, Mônica Oliveira. **A Formação de Recursos Humanos e o Mercado de Trabalho em Odontologia**. Rev. do CROMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 79-94, maio/jun. 1999.

KASSOUF, A. L. **Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil**. Rev Econ e Sociol Rural 2005; 43(1); 29-44. 4.

MACHADO, C.V. **O modelo de intervenção do Ministério da Saúde nos anos 90**. Cad Saúde Pública 2007;23(9):2113-26.

MACHADO, C.V.; BAPTISTA, T.W.F; LIMA, L.D. **O planejamento nacional da política de saúde no Brasil: estratégias e instrumentos nos anos 2000**. Ciência & Saúde Coletiva 2010;15(5):2367-82.

MELLO, T. R. C.; ANTUNES, J. L. F.; WALDMAN, E. A. **Áreas rurais: pólos de concentração de agravos à saúde bucal ?** Arq Med 2005; 19(1-2): 67-74. 6

MORAIS, M. R. **Políticas Públicas e a fé afro-brasileira: uma reflexão sobre ações de um Estado laico**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, v. 14, n. 16, p. 39–59, 2012.

NARVAI, P.C. **Saúde bucal coletiva: caminhos da odontologia sanitária à bucalidade**. Rev Saúde Pública. 2006;40(N Esp):141-7.

OLIVEIRA, A.C. et al. **Factors associated with malocclusions in children and adolescents with Down syndrome**. Am J Orthod Dentofacial Orthop 2008;133:489.e1-e8.

PAIVA, H. J. et al. **Noções e Conceitos Básicos em Oclusão, Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial**. Livraria Santos Editora, 2008.

PAIVA, S. G. **Fatores de risco para doenças cardiovasculares em quilombos contemporâneos do Brasil central: parâmetros demográficos, socioeconômicos, ancestralidade genética e saúde**. 2017. Tese (Doutorado em Biologia animal), Instituto de ciências biológicas da universidade de Brasília.

PINTO, R. M. S. **Maloclusão e necessidade de tratamento ortodôntico**. 2015. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina), Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

SAWYER, D. Políticas públicas, conservação e movimentos sociais. Brasília: UnB, 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. SEPLAN. Governo do estado do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Palmas, 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Antonio Novaes. **Condições Sanitárias e de Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba**. Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.2, p.111-124, 2007.

SILVA, M. E. de A. et al. **Necessidade protética da população quilombola de Santo Antônio do Guaporé-Rondônia-Brasil**. Braz Dent Sci 2011 jul./dez.; 14 (1-2) 62-66.

TOCANTINS, Secretaria do Planejamento e Orçamento. Zoneamento Ecológico-Econômico. **Diagnóstico da dinâmica social e econômica do estado do Tocantins: Populações tradicionais**. Palmas, 2016.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Vulnerabilidade social**. Disponível: <http://www.gestrado.net.br>. UFMG. Acesso em: 09-jan-2018.

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DAS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFT – CAMPUS DE ARAGUAÍNA

Marcela Pereira Lima Arcanjo⁴³
Kênia Gonçalves Costa⁴⁴

RESUMO: A presente pesquisa vem ao encontro das trajetórias socioespaciais das acadêmicas indígenas do campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atualmente, temos matriculadas vinte e oito (28) estudantes, no primeiro semestre de 2018, sendo 19 (dezenove) da etnia Karajá-Xambioá, 04 (quatro) Guarani, 01 (uma) Krahô, 01 (uma) Krahô-Kanela, 01 (uma) Guajajara do estado do Tocantins e 02 (duas) Atikum oriundas da região da Serra das Crioulas e Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha localizado no sertão de Pernambuco. Propõe-se analisar como se dá a trajetória socioespacial destas estudantes indígenas, da aldeia à universidade, os avanços e desafios, matriculadas no primeiro semestre de 2018. Entende-se como trajetória socioespacial a história de vida de cada indivíduo, as experiências vividas dentro de uma temporalidade e uma espacialidade, sendo que não possui uma constituição linear e/ou contínua. Para atender os objetivos da pesquisa efetuou-se o recorte de gênero, por reconhecer que as mulheres, em geral, ainda sofrem os efeitos de viverem em uma cultura patriarcalista e androcêntrica e, no caso das mulheres indígenas, as diferenças, quando em contato ou no caso da vivência na cultura dos não indígenas, o fosso tende a se acentuar e, nesse sentido, podemos citar uma tríplice condição que a coloca em situação de fragilidade: ser mulher, ser indígena e ser vulnerável economicamente. Para analisar as trajetórias no âmbito educacional utilizou-se da fenomenologia, subsidiada pela história oral, com uso dos procedimentos análise documental, oficinas e entrevistas semiestruturadas. Pretende-se, a partir das narrativas destas estudantes, trazer sua voz e conhecê-las melhor, ouvir das protagonistas como ocorre a saída da aldeia para a Universidade, identificar quais são suas dificuldades e sucessos neste processo.

Palavras-chave: Acadêmicas Indígenas; Trajetórias Socioespaciais; Universidade.

INTRODUÇÃO

Os indígenas estão sentindo, cada vez mais, a necessidade de chegar à Universidade, a maioria deles com o intuito de voltar à aldeia e contribuir com os conhecimentos acadêmicos em prol de melhorias para seu povo. Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo de indígenas nas universidades brasileiras, essa inserção é, em parte, reflexo das políticas públicas no campo das ações afirmativas da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Neste contexto de inserção do âmbito acadêmico de parte da população brasileira como: quilombolas, negros e os indígenas, é que sentimos a necessidade de nos aproximar e refletir sobre algumas questões. Faremos o recorte de gênero, por reconhecer que as mulheres,

⁴³ UFT-Araguaína. Discente do Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). *E-mail:* marcelalima@uft.edu.br

⁴⁴ UFT-Araguaína. Doutora. Professora da Graduação em Geografia e do Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). *E-mail:* keniacost@uft.edu.br

em geral, ainda sofrem os efeitos de viverem em uma cultura patriarcalista e androcêntrica. No caso das mulheres indígenas, as diferenças, quando em contato ou no caso da vivência na cultura dos não indígenas, o fosso tende a se acentuar e, nesse sentido, podemos citar uma tríplice condição que a coloca em situação de fragilidade: ser mulher, ser indígena e ser pobre. Hoje, contudo, as mulheres indígenas estão mais organizadas e acessando posições e respeito em suas aldeias e direitos fora delas, com a educação formal nos níveis básico e superior em instituições públicas, como universidades federais.

Nossa pesquisa, ainda embrionária, se dá na perspectiva de analisar as trajetórias socioespaciais das acadêmicas indígenas da UFT – Campus de Araguaína. Entendemos como trajetória socioespacial a história de vida de cada indivíduo, as experiências vividas dentro de uma temporalidade e uma espacialidade, sendo que não possui uma constituição linear e/ou contínua. (CIRQUEIRA, 2010).

Considerando que as espacialidades dos indivíduos são amplas, vamos nos ater às trajetórias socioespaciais na educação formal. Buscaremos entender como se dá a inserção dessas estudantes na Universidade e quais são suas perspectivas acerca desse lugar.

No primeiro semestre de 2018 estavam matriculadas vinte e oito estudantes (28), sendo 19 (dezenove) da etnia Karajá-Xambioá, 04 (quatro) Guarani, 01 (uma) Krahô, 01 (uma) Krahô-Kanela do estado do Tocantins, 01 (uma) Guajajara no sul do estado do Maranhão e 02 (duas) Atikum oriundas da região da Serra das Crioulas e Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha localizado no sertão de Pernambuco. Nos propomos a analisar como se dá a trajetória socioespacial destas estudantes indígenas, da “Aldeia à Universidade”, os avanços e desafios. Vale salientar que esta pesquisa se inicia ao observar dados e experiências dos últimos dez anos das relações e trajetórias das acadêmicas indígenas destas etnias e outras que cursaram as graduações na instituição.

Os caminhos para essas discussões permearão os conceitos de Trajetória Socioespacial, Cultura e Território, por entendermos que tais conceitos estão relacionados, principalmente por se tratar de um grupo étnico, como os indígenas.

Para compreender a diversidade e nos aproximarmos melhor dessas mulheres, construiremos um caminho metodológico a partir da fenomenologia, pelo viés da história oral e estudo de caso. Pela metodologia da história oral, enfatizaremos a história oral de vida e a história oral temática.

Para este trabalho, faremos revisão bibliográfica, observações e conversas informais, tendo em vista que ainda não podemos realizar as entrevistas gravadas, pois estamos aguardando parecer da Plataforma Brasil.

Pretendemos com nossa pesquisa, nos aproximar destas estudantes, entender suas dificuldades e anseios, tentar diminuir as distâncias existentes no âmbito acadêmico, contribuindo para que este seja um ambiente mais justo e igualitário.

ACADÊMICAS INDÍGENAS: CAMINHOS A SER DIALOGADOS E ESPACIALIZADOS

As estudantes indígenas ao realizar o trajeto da “Aldeia à Universidade”, trajeto este não físico, mas simbólico, passam a vivenciar um mundo muito distante até então, essa distância provoca alguns problemas e inquietações. Portanto, precisamos dar voz a estas estudantes, fazer com que o espaço acadêmico seja um espaço a qual elas se sintam representadas.

Diante do exposto, entendemos que as trajetórias socioespaciais é o meio que mais nos aproximará da compreensão, de forma relacional, do contexto social, histórico e espacial das acadêmicas indígenas. O autor Diogo Cirqueira (2008, p. 21-22), nos ajuda na compreensão do conceito:

Em linhas gerais, trajetória socioespacial envolve a história de vida dos indivíduos, suas experiências dentro de uma temporalidade e uma espacialidade que não possuem uma constituição linear ou contínua. A importância da espacialidade se dá na medida em que as experiências não se dão no nada e, muitas vezes, os lugares, como “nós”, demarcam momentos e limites dessas trajetórias, firmando-se como referência simbólica e experimental para o indivíduo.

Continua o autor:

Entendemos, assim, que as trajetórias possuem uma dimensão espaço-temporal, pois pressupõe em que os indivíduos perpassam por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, os quais, como dito anteriormente, são experienciados, significados, interpretados e construídos. (CIRQUEIRA, 2008, p.21)

Bourdier (1996), nos alerta que, não se deve confundir trajetórias com histórias de vida ou biografias, devemos entender a vida como um caminho ou um trajeto, repleto de sentidos e que é realizado em etapas, tendo um começo e um fim numa sequência de acontecimentos que não possuem significados unilineares ou unidirecionais.

Nessa perspectiva buscamos analisar a trajetória socioespacial das estudantes indígenas da UFT – Campus Araguaína, analisar sua história de vida e a espacialidade que perpassa suas vivências. As vivências narradas ao trilhar essas trajetórias são fundamentais para dialogar com os conceitos de cultura e território.

Conceituar cultura não é uma questão tão simples, mas vamos trazer alguns olhares de autores que nos ajudam a fazer uma reflexão sobre o termo e tentar nos levar a amplitude

desse conceito, permitindo elucidar referências das trajetórias socioespaciais e culturais das acadêmicas indígenas da UFT.

Na concepção de Raymond Williams, um autor que colaborou para o desenvolvimento de uma teoria cultural contemporânea, até então cultura se restringia à literatura e a campos meio que distantes da sociedade e de forma hegemônica. Segundo o autor, tal conceito é muito mais abrangente:

[...] o que tenho em mente é o sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos. É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas (WILLIAMS, 2011, p. 53).

Para o autor, a vida social é organizada a partir dos procedimentos econômicos e políticos e a cultura é o campo por meio do qual essa organização se expressa no concreto, na forma de um modo de vida real. Portanto, a cultura é o modo como a sociedade é concebida e vivida pelas pessoas.

Clifford Geertz traz que o conceito de cultura é semiótico, pois não cabe a uma ciência experimental repleta de regras, mas, serve a uma ciência interpretativa em busca de significados e conclusões. Sendo assim, a cultura não simboliza um poder sobre os quais possam ser atribuídos os comportamentos, os acontecimentos sociais, as instituições e os processos, o que realmente ela simboliza é um contexto na qual todos estes elementos estão inseridos. Confirmamos isso com as palavras do autor:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como é sendo essas teias e sua análise; Portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989 p.15)

Segundo o autor, cultura é algo que deve ser percebido e não definido, ela não é plenamente localizável, é um grande mecanismo de produção de significados, estes que são compartilhados publicamente, pode ser material e imaterial, está muito mais ligada ao campo da linguagem e da forma como os homens nomeiam e significam as coisas.

Outro autor que nos ajuda nessa reflexão sobre cultura é Stuart Hall, ele diz que a cultura é colocada como o local de criação e troca de significados dentro de um grupo ou sociedade, além de estar relacionada a sentimentos, conceitos, ideias e o senso de pertencimento (HALL, 2016). Traz o conceito de identidade, ligado ao conceito de cultura, o autor complementa que podemos pensar a identidade como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sucessivamente constituída interna e não externamente à representação. O autor nos faz perceber que só temos noção de nossa própria identidade a partir do sentido das coisas, e que este sofre contínua reelaboração de acordo com o período em que vivemos, as experiências que temos e pela interação social.

Portanto, percebemos em todos estes autores, uma convergência em seus conceitos, trazem a cultura como sendo um processo vivido, em constante transformação, não é estanque, é construção. Percebemos também, que o território está ligado à cultura, desta forma a necessidade de conceituar e estabelecer a relação da territorialidade.

É fundamental aprofundarmos a reflexão sobre o conceito de território e territorialidade, para que possamos compreender o sentimento das estudantes indígenas quando se encontra em ambiente diferente, no nosso caso, a Universidade. Marco Aurélio Saquet define território como sendo as relações de poder existentes, diz que a produção deste território é constituída pelo movimento histórico e por simultaneidades.

Como os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo social, podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. (SAQUET, 2002 p. 21)

Segundo o autor, existe um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado no cruzamento entre os tempos histórico e coexistente. No território há uma ligação entre aspectos da política, da economia, da cultura e da natureza exterior ao homem.

Saquet (2007) também nos ajuda na reflexão sobre territorialidade, diz que são as relações vividas diariamente entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, relações estas necessárias para a sobrevivência, é o acontecer de todas as atividades no cotidiano produzindo o território. Portanto, as relações sociedade-espaço-tempo são definidas pelos poderes que agem no espaço e entre si, sendo estas relações diferenciadas em um mesmo espaço e tempo, sendo assim os múltiplos e variáveis territórios advém das diferentes relações

de poder, por meio das ações e apropriações de diversos indivíduos, grupos de indivíduos e instituições.

Outro autor que vai ao encontro às concepções de Saquet, é o geógrafo Rogério Haesbaert, este evidencia que o território é uma dimensão espacial que se difunde em processos de dominação mais concretos, seja pela produção material ou por termos jurídico-políticos. Também é um espaço apropriado simbolicamente ou materialmente, onde se produz identidade e subjetividade. Assim como Saquet, o autor diz que o território assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e que é manifestado os processos de desterritorialização e reterritorialização através dos movimentos dos agentes e grupos que entram e saem dos territórios.

Segundo Haesbaert (2009), as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Assim, na medida em que ocorrem movimentos individuais e sociais de desterritorialização, a estes sucedem novos processos de reterritorialização. Com isso, o fenômeno vivido no mundo real é o da desterritorialização uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Diante de tudo que foi mencionado, evidencia-se que o conceito de território para os indígenas, está relacionado ao senso de pertencimento, tem toda uma simbologia, tem toda uma relação com o território em questão. As acadêmicas para se reterritorializar no ambiente acadêmico precisam construir relações, estas que se tecem na porção do laço social habitado majoritariamente por não indígenas, o que gera bastante isolamento – tanto dentro como fora da sala de aula.

INGRESSO À UNIVERSIDADE – AÇÕES AFIRMATIVAS

A UFT é pioneira em propor e implantar políticas públicas para os indígenas, desde 2004, nos cursos de graduação dessa instituição aos indígenas (UFT, 2004) e posteriormente atendendo a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012). Atualmente, temos matriculadas vinte e oito estudantes, no primeiro semestre de 2018, sendo:

- 19 (dezenove) da etnia Karajá-Xambioá, 04 (quatro) Guarani, 01 (uma) Krahô, 01 (uma) Krahô-Kanelado estado do Tocantins;
- 01 (uma) no sul do estado do Maranhão e

- 02 (duas) Atikum oriundas da região da Serra das Crioulas e Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha localizado no sertão de Pernambuco.

O fato de termos presentes em nosso ambiente acadêmico, indígenas da etnia Atikum, mais distantes da cidade de Araguaína, se dá pelo ingresso ser via Enem, o qual permite candidato/a à nível nacional, pleitear uma vaga em nossa instituição.

As ações afirmativas no contexto da UFT foi o caminho para essa parcela específica da população ingressar no curso superior, a indígena faz um deslocamento da “Aldeia à Universidade”, esse deslocamento simbólico gera uma desterritorialização para a indígena, gera estranheza e se acentua, principalmente, por questões particulares de língua, modos de vida, cultura.

APRESENTANDO OS POVOS INDÍGENAS DAS ACADÊMICAS DA UFT

Uma forma de poder nos aproximar das acadêmicas indígenas, é passar a conhecê-las melhor. Entender suas origens faz parte dessa aproximação, portanto faremos uma breve apresentação destes povos indígenas que estão conosco nesta pesquisa e no espaço acadêmico da UFT campus de Araguaína.

Os Karajá-Xambioá são tradicionais habitantes da região do baixo Araguaia e, especificamente, das proximidades de seu trecho encachoeirado. As quatro aldeias atuais, *Xambioá*, *Kurehe*, *WariLyty* e *Hawa Tamara* no município de Santa Fé do Araguaia (TO), localizam-se na margem direita do Rio Araguaia, distantes seis quilômetros uma da outra. Estão 100 km a montante da cidade de Xambioá, a 150 km, por estradas de terra e asfalto, de Araguaína e 70 km de Santa Fé do Araguaia, os centros urbanos mais importantes para o grupo.

Os Guarani são conhecidos por distintos nomes: *Chiripá*, *Kainguá*, *Monteses*, *Baticola*, *Apyteré*, *Tembekúá*, entre outros. No entanto, sua autodenominação é Avá, que significa, em Guarani, “pessoa”. Este povo vive em um território que compreende várias regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. No caso das acadêmicas Guaranis, ainda existe uma particularidade, vivem nas aldeias do povo Karajá Xambioá.

Os Krahô vivem no nordeste do Estado do Tocantins, na Terra Indígena Kraolândia, situada nos municípios de Goiatins e Itacajá. Fica entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do Rio Tocantins. Os Krahô chamam a si próprios de *Mehim*, um termo que no passado era provavelmente também aplicado aos

membros dos demais povos falantes de sua língua e que viviam conforme a mesma cultura. A esse conjunto de povos se dá o nome de Timbira.

O povo Krahô-Kanela situa-se na mesorregião oriental, na microrregião do Rio Formoso, no município de Lagoa da Confusão – TO, na região de Mata Alagada entre os rios Formoso e Javaé, em uma área de 31.000 ha, contudo a Terra Indígena Krahô-Kanela foi demarcada com 7.612 ha o restante de 23000 ha está em processo de demarcação. Atualmente a população vive na aldeia *Lankraré* (KRAHÔ-KANELA, 2015).

Os Guajajara são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam mais de 10 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão. Além de Guajajara, este grupo tem outra autodenominação mais abrangente, *Tenetehára*, que inclui também os *Tembé*.

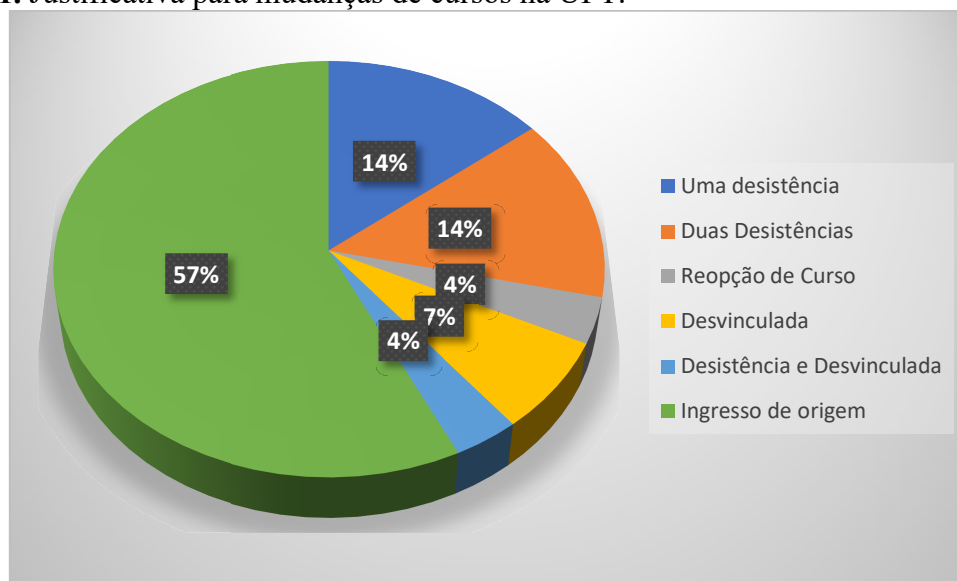
Os membros da "Comunidade Indígena de Atikum-Umã" autodenominam-se índios de Atikum-Umã, em referência a uma ancestralidade. Umã teria sido o "índio mais velho" e pai de Atikum. Na Terra Indígena Atikum há vinte aldeias (ou sítios, como preferem chamar), segundo cartografia oficial, a área localiza-se na região da serra das Crioulas e Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha, sertão de Pernambuco. Os índios, no entanto, apontam a Serra do Umã como seu território indígena.

ROTAS E HISTÓRIAS DAS ACADÊMICAS INDÍGENAS DA UFT

Para esta pesquisa, fizemos o recorte para as alunas matriculadas em 2018/1 da UFT – Campus de Araguaína. O recorte temporal se dá pelo ingresso mais antigo, ainda vinculado, no caso, 2011/2.

Analisamos relatório de evasão e observamos algumas questões que merecem atenção e reflexão. Como já mencionamos, estavam matriculadas no semestre de 2018/1, vinte e oito (28) estudantes indígenas, destas, doze (12) já mudaram de curso desde o seu ingresso. Observemos o gráfico 1:

Gráfico 1. Justificativa para mudanças de cursos na UFT.



Fonte: SIE Acadêmico UFT 2018.

Ao olharmos esse gráfico, percebemos que quase cinquenta por cento das estudantes já fizeram um reingresso, seja ele por motivo de desistência, opção de curso ou desvinculo. Colocando em quantidades temos: quatro que solicitaram desistência uma vez, quatro que solicitaram desistência duas vezes, uma que fez opção de curso e uma que solicitou desistência e também foi desvinculada. Nem sempre as desistências têm a intenção de mudar de curso, algumas fazem Enem novamente com a intenção de uma nova matrícula no mesmo curso para se obter mais prazo para a conclusão, principalmente quando são notificadas com o processo de desvinculo.

Esclarecemos que todas essas desistências são formais, a aluna vai até o protocolo acadêmico e solicita a desistência por escrito, não são contabilizadas aqui os abandonos de curso que, na maioria das vezes, resulta em desvinculo, o qual só acontece via processo administrativo, cujo o(a) aluno(a) tem o direito de se justificar e ter a permanência deferida ou não. Outra questão é a opção de curso, se dá também por escolha do(a) estudante, processo esse que acontece via edital para cursos afins ou para cursos que adotam outra estrutura curricular e dá o direito ao aluno de optar.

Analisando os dados, percebemos também que essas estudantes tendem a escolher ou migrar para os cursos da área de humanas e são poucas que conseguem permanecer nos cursos da área de exatas. Dos doze (12) cursos presenciais de Araguaína, elas estão ocupando vagas em nove (9): cinco em Geografia, cinco em História, cinco em Medicina Veterinária, três em Matemática, três em Biologia, três em Letras, duas em Cooperativismo, uma em Logística e uma em Turismo. Os cursos que não há estudantes indígenas matriculadas são: Física,

Química e Zootecnia. Temos claramente, uma procura e permanência bem menor nos cursos das Ciências Exatas e das Tecnologias e uma adesão maior nos cursos de licenciaturas e principalmente das Humanidades.

Diante do exposto, questões como as frequentes mudanças de curso, motivam a nossa pesquisa. Quais são os problemas enfrentados por estas estudantes? O que está por trás destas mudanças de cursos? O que provoca tanta evasão?

Outra questão que percebemos, é a quantidade de tempo para a conclusão do curso, a grande maioria não consegue concluir o curso no período regulamentado pela instituição. Das estudantes pesquisadas, quase a metade já está acima de oito períodos, que é a quantidade regular de períodos para a maioria dos cursos.

Um outro dado que levantamos foi a quantidade de licenças maternidade dessas estudantes, sabemos que a relação com a maternidade da indígena é muito forte, já discutimos anteriormente sobre a particularidade da cultura dessa categoria, por isso mesmo é um dado relevante e que influencia diretamente nos estudos.

Das vinte e oito estudantes, onze solicitaram formalmente a licença maternidade, sendo que uma delas, solicitou em dois períodos diferentes. Não temos exatamente a informação de quantas engravidaram, pois trabalhamos com as solicitações via protocolo, provavelmente algumas não formalizaram pedido. Porém já é um número considerado alto, levando em conta que na licença maternidade elas têm direito a noventa dias, muitas não conseguem retomar o curso depois deste período, algumas reprovam ou fazem trancamento do semestre, o que fazem que delonguem o curso.

Diante dos dados apresentados e das questões levantadas, é que nos perguntamos: em que medida essas acadêmicas indígenas conseguem se reterritorializar no ambiente acadêmico? Precisamos dar voz a essas mulheres, entender seus mais diversos impasses, dificuldades e soluções encontradas durante os anos de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, fizemos reflexões dos conceitos de Trajetória Socioespaciais, Cultura e Território. Foi realizada uma breve revisão bibliográfica, observações, conversas informais e análises de dados de relatórios do Sistema de Informação para o Ensino - SIE Acadêmico.

Através das reflexões realizadas, podemos deslumbrar o quanto é significativo o conceito de território e cultura para os povos indígenas, a partir do entendimento dessa relação podemos identificar e entender algumas questões sobre as acadêmicas da UFT – Campus

Araguaína. Ao fazer esse levantamento bibliográfico podemos perceber o quanto o papel dessa mulher vem mudando diante da comunidade/povo (aldeia) e da sociedade. Essas mulheres têm buscado seu espaço, inclusive dentro e fora do meio acadêmico.

Ao longo da discussão do papel da mulher indígena na sociedade, percebemos que as próprias estudantes que estão passando pela UFT têm apresentado essa preocupação na temática. Fazendo a revisão bibliográfica, vimos em seus trabalhos de conclusão de curso as temáticas sendo discutidas, como por exemplo: Maria do Socorro Cutiaru Dias Achurê Karajá, licenciada do curso de História da UFT em Araguaína, que discutiu “O papel da mulher na cultura Karajá-Xambioá” (ACHURÊ KARAJÁ, 2012) e Ligiana Marruinaui Karajá, cujo o tema foi “As Mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território” (KARAJÁ, 2017). Essas acadêmicas refletiram sobre o seu lugar de fala e como se relacionavam, e que, hoje, cumpriram seu papel, capacitaram-se e voltaram para a aldeia, atuando agora como docentes.

Conseguimos perceber o quanto é importante o papel da universidade na vida destas mulheres indígenas, elas precisam se apropriar deste espaço acadêmico, precisam ter o sentimento de pertença. A universidade deve refletir e propiciar uma reterritorialização para essa estudante indígena, ou seja, meios para que se possa apropriar simbolicamente do espaço.

É preciso conhecer e entender a trajetória socioespacial de cada acadêmica. Entendemos que essas estudantes indígenas necessitam de uma aproximação melhor da Universidade, seja ela representada por seu corpo docente, discente ou administrativo. Precisamos ter a sensibilidade de reconhecer todos os saberes existentes e encontrar os pontos de convergência, para assim, propiciar um ambiente mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

ACHURÊ KARAJÁ, Maria do Socorro Cutiaru Dias. *O papel da mulher na cultura Karajá-Xambioá*. UFT: Araguaína/História. Trabalho de Conclusão de Curso. 2012.

BRASIL. **Lei 12.711**. D.O.U. de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em 04/03/2018.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996. p.183-191.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Trajétoria sócio-espacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia, IESA/UFG/ Geografia, 2008.

GEERTZ, Clifford. *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KARAJÁ, Ligiana Marruinaui. *As Mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território*. UFT: Araguaína/Geografia. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017.

KRAHÔ-KANELA, Wagner Katamy Ribeiro da Silva. *Narrativas históricas do povo Krahô – Kanela*. 2015 (oralidade). Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 01/07/2018.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 01/05/2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana*. Porto Alegre, EST Edições, 2002.

_____. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

UFT. *Resolução Consepe nº 3A*, de 2004. UFT. Palmas, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/UFT/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%B0_3A_-_Cotas_para_ind%C3%ADgenas_(alterada_pela_resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA10-2011_do_Consepe).pdf>. Acesso em: 05/06/2018.

UFT. Sistema de Informação para o Ensino (SIE). *Relatório nº 16.11.03*. Acesso em 19/04/2018.

WILLAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LUTA E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus⁴⁵

Marizane Magalhães de Oliveira⁴⁶

Maciel Cover⁴⁷

Nara Lopes de Melo⁴⁸

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância das técnicas de produção agrícola de forma sustentável na Região do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do estado do Tocantins. Essa região é caracterizada pela existência de conflitos agrários como também pela significativa presença de assentamentos da Reforma Agrária, comunidades e povos tradicionais e empreendimentos de agricultura comercial e pecuária extensiva. Para este estudo tomamos como base a agricultura tradicional e a agricultura moderna, pois entendemos que de um lado, as territorialidades presentes são resultados das políticas públicas agrícolas que não condizem com a realidade dos projetos de assentamentos na Amazônia Brasileira e que para contornar tais problemáticas na agricultura familiar os trabalhadores tem feito um enorme esforço para produzir com pouco recurso financeiro e sem degradar os recursos ambientais. De outra forma, as políticas subsidiárias governamentais têm sido cada vez mais eficazes para assegurar a modernização da agricultura moderna e consequentemente impactar o meio ambiente. O passo a passo da pesquisa inicia com um estudo bibliográfico sobre a agricultura moderna e sobre a agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária no Brasil e finaliza com análise de dados empíricos coletados da agricultura familiar da Região do Bico do Papagaio.

Palavras-chave: Agricultura moderna; Agricultura Familiar; Assentamentos de reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

O recorte espacial desta pesquisa situa-se no norte do país, em plena região de fronteira agrícola, numa área de transição de Cerrado para Floresta Amazônica, mais conhecida pelo contexto agrário nacional como Região do Bico do Papagaio-RBP, que foi porta de entrada para a Amazônia Legal entre os anos de 1960 e 1970. Essa área liga os estados de Pará, Tocantins e Maranhão, estados com altos índices de conflitos violentos pela posse de terra no final do século passado, sendo que parte desses conflitos ainda ocorre até os dias atuais.

A região do Bico do Papagaio foi palco da guerrilha do Araguaia no final da década de 1960 e durou até os meados da década de 1970. Segundo a história, a guerrilha, foi um

⁴⁵ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Mestre em Geografia. Graduado em geografia e especialista em Educação do Campo. *E-mail:* sidinei.jesus@uft.edu.br

⁴⁶ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Graduada em Letras e Docência no Ensino Superior. *E-mail:* maryeafa22@hotmail.com

⁴⁷ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Pós-doutor em Ciências Sociais, Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Ciências Sociais e Graduado em Pedagogia da Terra. *E-mail:* macielcover@uft.edu.br

⁴⁸ Secretaria de Educação de Balsas - MA. Especialista em Geografia. Graduada em Geografia e Especialista em Educação Especial. *E-mail:* nara_1sol@hotmail.com

movimento liderado pelo Partido Comunista do Brasil-PCdoB, cujo objetivo, era organizar uma revolução socialista no país, iniciando pelo campo, baseada nas experiências das revoluções cubana e chinesa.

O conflito pela posse da terra nessa região tem seu início na década de 1970, e teve como protagonistas, os camponeses nordestinos que migraram para a região em busca de terras devolutas e os fazendeiros do sul do Brasil que se apropriaram das mesmas terras para investir no ramo da pecuária. Os trabalhadores chegaram na região ainda durante a década de 1950 sem qualquer tipo de apoio, enquanto os fazendeiros já se apropriaram das terras baseados nos incentivos fiscais do governo, onde este, tinha como objetivo povoar a Amazônia.

Os conflitos mais violentos duram até a metade da década de 1970, onde a grilagem, a expropriação de forma violenta das famílias, as perseguições, torturas e assassinatos de trabalhadores e posseiros por pistoleiros a mando dos grileiros, foram às práticas cruéis, que se usava para expulsar os trabalhadores de suas terras. Em um desses conflitos, foi morto o grande líder religioso, Pe. Josimo, que lutava em defesa dos trabalhadores rurais.

Depois de muitos conflitos, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais com o apoio da Comissão Pastoral da Terra-CPT, juntamente com os trabalhadores se organizaram e passaram a reivindicar junto ao governo federal a implementação da reforma agrária na região. Na década de 1980, o governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização de Apoio a Reforma Agrária-INCRA, começou a desapropriar os latifúndios improdutivos e distribuir as terras aos trabalhadores, em forma de assentamentos rurais.

No início da década de 1990, a RBP, com incentivos do governo estadual, passou a ser alvo da nova fronteira agrícola, pois aprestava uma área propícia a implantação de produção da monocultura da soja. Assim, foram implantados vários projetos sobre a área e por sua vez, esses empreendimentos passaram a provocar novos confrontos entre assentados e o agronegócio. Dessa vez, o conflito é mais ideológico, baseado na pressão aos trabalhadores a venderem seus lotes ao agronegócio.

Já no início desse século as comunidades tradicionais e de assentamentos rurais passaram a reviver um novo período sombrio do agronegócio com a presença da silvicultura do eucalipto. Em detrimento das comunidades tradicionais e de assentamentos na (RBP), o governo estadual vem apostando no desenvolvimento da política econômica da região, baseada no monocultivo em grandes extensões de terras, sendo por sua vez, a maioria em terras públicas (Oliveira, 2007).

Entre os problemas presentes na RBP, propõe-se discutir neste trabalho, sobre a luta e resistência das comunidades tradicionais pela produção sustentável. Observa-se também a partir da modernização da agricultura, a mudança no balanço hídrico que vem propiciando a eliminação de nascentes; as mudanças nos hábitos da fauna que levou a alguns animais a invadir propriedades em busca de comida; os riscos à saúde dos quais estão expostos os camponeses-assentados, cercados pelo eucalipto que podem ser contaminados pelo grande volume de produtos químicos usados no controle de pragas e doenças do monocultivo; a perda da biodiversidade do cerrado pelo agroecossistema simplificado do eucalipto e pelo uso de agrotóxicos; a paisagem degradada após a colheita mecanizada do eucalipto; o desrespeito à legislação ambiental na derrubada e envenenamento de árvores nativas; a apropriação predatória dos recursos hídricos disponíveis para o plantio e para a produção da celulose e, principalmente, a agricultura camponesa e familiar que vem perdendo espaço para o grande cultivo do eucalipto (Suertegaray, 2007).

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa em andamento que tem como objetivo identificar quais tecnologias desenvolvidas nos P. A's na Região do bico do Papagaio, apresentam maior impacto positivo no desenvolvimento local e territorial através das práticas agrícolas e pecuárias que se reproduz nessas áreas rurais de reforma agrária no Brasil? Como estas práticas produtivas contribuem para a segurança alimentar das famílias camponesas? E de que forma esta produção está integrada para contribuir para o fortalecimento dos mercados agroalimentares locais.

Modernização da agricultura e seus percalços

As mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, a partir dos anos 30 do século XX são intensificadas a partir da década de 70, se caracterizaram por profundas mudanças. A modernização do campo, que alterou as bases técnicas da produção, sem se fazer acompanhar de avanços sociais, por um lado, elevou extraordinariamente a produção e, por outro, aumentou a concentração fundiária, a superexploração do trabalhador, a migração campocidade e os problemas ambientais.

No Brasil, a luta contra a fome é bem antiga, tendo como marco importante a obra *Geografia da Fome* de José de Castro publicado em 1946. Esta publicação apresentou um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Afirma também que a falta de nutrientes, na comida cotidiana de tais povos, se dá por características climáticas, culturais e do solo, próprias de cada

localidade, porém, sobretudo em razão da concentração de terra na mão de poucas pessoas.

O maior problema de insegurança alimentar brasileiro encontra-se na zona rural. Porém, é alto o número de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar nas cidades. Assim no campo, como nas cidades, o problema da falta de segurança alimentar e nutricional, está relacionado com a questão da concentração e da desigualdade social, o que restringe uma grande parcela da população para conseguir obter alimentos de qualidade.

Segundo Pessanha (1999) apud Araújo et al (2007), a insegurança alimentar pode ser causada por escassez de produção e oferta de alimentos, distribuição desigual dos alimentos, baixa qualidade nutricional, e falta de acesso aos alimentos. Isso tudo vem de encontro com a proposta da Agroecologia, de aumentar a quantidade dos alimentos, mas com uma produção saudável, adotando estratégias para que este alimento chegue à mesa do consumidor com uma distribuição igualitária, que só não somente promova o acesso aos alimentos por parte das populações com alto poder aquisitivos, como na agricultura convencional, mas que garantam o acesso a todos.

Por outro lado, uma parte dos produtores familiares mantém o domínio sobre as tecnologias tradicionais de produção agrícola, que se caracterizam por alto grau de sustentabilidade, tanto ecológica quanto social. Parte da produção voltada para o mercado interno gerada com essas tecnologias. No Brasil, essas tecnologias tem sido alvo de projetos tanto dos governos quanto de ONG's e outras entidades nacionais e internacionais. Entretanto, a realidade mostra que grande parte desses projetos, embora no início apresentem efeitos positivos, numa dimensão temporal mais ampla, não se mostram auto sustentáveis, apresentando assim, tendência de decadência quando no percurso final do projeto.

Nesse sentido, a agricultura familiar tem apresentado aspectos importantes para a economia dos países de primeiro mundo ou desenvolvido, devido ter apresentado uma base já consolidada, propicia o desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais nesses países. O governo Europeu é um exemplo no que diz respeito a construção e aplicação de políticas publicas em seu território, a fim de promover o fortalecimento da agricultura familiar.

Parte dos subsídios à agricultura familiar nesses países tem como objetivo sustentar a agricultura familiar, manter as atividades rurais e impedir o aumento dos fluxos migratórios para as cidades. A viabilidade desse setor não é, portanto, algo dado, natural, independente de visões políticas, de estratégias de desenvolvimento nacional. Ela tem sido construída mediante ações consistentes e orientadas para objetivos muito claros: reforma agrária; restrições legais à concentração da propriedade; geração de tecnologia apropriada; assistência técnica e extensão de alta qualidade; financiamento favorecido e aporte de recursos a fundo perdido; completa

e eficiente infra-estrutura; serviços sociais interiorizados etc. (OBDALA & SANTOS 2007 p. 685).

No caso brasileiro, todo o processo de transformação do contexto agrícola nacional aconteceu a partir do processo de modernização ocorrida após os anos 60 e 70 do século XX, com isso foram gerados um modelo de produção excludente no meio rural, onde toda forma de trabalho desenvolvida por um grupo familiar passou ser suprimida por um modelo moderno de produção impulsionado pelo processo de globalização. Ainda de acordo com os parâmetros da “Revolução Verde”, foi incorporado um pacote tecnológico à agricultura, tendo a mudança da base técnica, resultante passado a ser conhecida como modernização da agricultura brasileira (SANTOS, 1986).

Sobre esse ponto, de 1960 a 1970 o espaço agrário nacional, conduzida por uma elite conservadora, passa a ser alvo de uma intensa modernização tecnológica, conhecida como “Revolução Verde”. Esse programa como explica Brum (1988, p.44):

Tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção agrícola no mundo através de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes as doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

Ainda segundo Alentejano (2011), a Revolução Verde, consistiu no processo de modernização da agricultura, onde se baseia na mecanização tecnificada, aumento da produção através do uso de produtos químicos e do melhoramento genético. Originada nos EUA e espalhado pelo Terceiro Mundo no início dos anos de 1950 com o pretexto de combater a fome e a miséria, mas que visava na realidade combater o perigo da revolução vermelha/comunista que chegara à China no fim da década de 1940 e ameaçava a se espalhar pelo resto do terceiro Mundo (ALENTEJANO, 2011, p.4).

Esse mecanismo, induzidos pelos padrões de produção, afetou os ecossistemas brasileiros, como por exemplo, a devastação do cerrado e a degradação do solo pela prática extensiva da agricultura moderna, além disso, as cultivares naturais tiveram sua genética empobrecida juntamente com a dos animais, dada a potencialidade dos produtos químicos usados na agricultura e nos animais, houve muitos relatos sobre casos de contaminação por alimentos, por consumidores. A Revolução Verde, através do seu discurso ideológico de modernização agrícola, favoreceu apenas o interesse do grande produtor agrícola, detentor de capital, em detrimento do pequeno produtor (MACHADO, 2010, p.9).

Em meio a estes constantes problemas enfrentados no meio rural, existem um segmento social e econômico, que vem sendo duramente castigado em função do agronegócio, mesmo assim, esse setor vem tentando se desenvolver, participando diretamente na economia e, interagindo ainda potencialmente no desenvolvimento social nacional. Este é o modelo atual da agricultura familiar no Brasil, marginalizada pelas políticas públicas, pelo grande latifúndio e principalmente pelas políticas agrícolas e agrárias, traçadas e controlada pelos grandes empreendedores agrícolas deste país, no entanto, a agricultura familiar tem contribuído ao longo desses anos com a segurança alimentar da sociedade brasileira.

Segundo Pereira (2008, p.2),

A agricultura é uma das principais atividades econômicas das comunidades camponesas da Amazônia, que emprega grande volume de mão-de-obra, geram importantes recursos financeiros e movimentam complexos sistemas de relações sociais e culturais, além de ser um dos principais agentes transformadores (ou organizadores) da paisagem.

Nesse sentido, a agricultura familiar pode conceder a transição para uma agricultura mais sustentável (Romeiro & Veiga, 2001; Darolt, 2000; Silva, 2007), a partir da diversificação de culturas, maiores possibilidades de adequação aos ecossistemas locais considerando os conhecimentos dos agricultores, formas de produção e uso de tecnologias endógenas, com maior emprego de mão-de-obra.

Produção Familiar e Camponesa

A intensificação das relações capitalista tem provocado várias interpretações a cerca do destino e papel dos camponeses. De acordo com Oliveira (2007, p. 08), “o estudo da agricultura brasileira sob o modo de produção capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que se dedicam atenção especial ao campo”. Para entender as mais diversas transformações que vem ocorrendo no campo, várias correntes de interpretações vêm surgindo a fim de explicar estas transformações.

Algumas vertentes do pensamento Marxista tratam sobre o fim dos camponeses. Uma destas correntes afirma que os camponeses são resquícios do feudalismo e para o campo se desenvolver é preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo, ao considerar o processo de separação que ocorre na produção camponesa em função das relações capitalistas no campo e a inserção do camponês na agricultura de mercado. Desta forma ele iria endividar em função dos baixos preços que receberiam pelos seus produtos e altos preços que

pagariam pelos produtos industrializados. Isso faria com que eles passassem a pegar dinheiro a juros, se endividariam ainda mais, venderiam a propriedade e se tornaria trabalhador assalariado. Desta forma sem os meios de produção ele se proletarizariam, acontecendo a forma especificamente capitalista no campo, o assalariamento (OLIVEIRA, 2007).

Outra corrente afirma que a destruição do campesinato se daria pela diferenciação interna causadas pelas contradições de sua inserção no mercado. Assim o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado ficaria mais sujeito as crises decorrentes das elevadas taxas de juros e os baixos preços dos produtos agrícolas. Desta forma esta integração com o mercado levaria a duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que se tornariam capitalistas rurais e os camponeses pobres, que venderiam a sua força de trabalho, se tornando proletários (OLIVEIRA, 2007).

Para a vertente que trata da modernização dos latifúndios, ocorreria a evolução/transformação dos latifúndios em empresa capitalistas através da introdução de máquinas e insumos modernos, iria aproximar os interesses dos camponeses ricos aos interesses dos latifundiários e os camponeses pobres seriam transformados em proletários, onde as relações não capitalistas são entendidas como resíduos em vias de extinção, assim como os camponeses e latifúndios (OLIVEIRA, 2007). Porém na prática, não é o que ocorre, pois os camponeses ao invés de se proletarizar, estes passam a lutar para continuar na condição de camponeses, estando em constante luta: ou pela terra, ou para continuar na terra, sendo que o capital cria-se condições para os camponeses se reproduzirem enquanto camponeses, está no bojo do processo combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista, sendo nestas contradições que se dá a recriação do campesinato (PAULINO, 2006).

Como colocado por Paulino (2006), para os que acreditam no fim dos camponeses, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou mesmo a sofisticação da base técnica, seria suficiente para extinguir os camponeses enquanto classe, vendo estes como agentes a serem submetidos a hegemonia política do proletariado, como uma classe sem condição de construir um projeto político para a superação das condições de exploração e opressão imposta pelo modo de produção capitalista.

Observando o processo de agricultura convencional, pode-se notar que este processo conservador, é um dos principais responsáveis pela diminuição dos índices de segurança alimentar, se levar em consideração a produção de alimentos para consumo interno (CAPORAL, 2003). Assim como em todo o mundo, as causas da insegurança alimentar no Brasil não estão relacionadas à falta de alimentos, mas a má distribuição.

Contudo para Maluf (2004, p. 03):

Reconhecer que o problema está na capacidade de adquirir os alimentos não implica dar como equacionada a questão da produção agroalimentar, principalmente quando se vai além da mera disponibilidade física de bens para considerar os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção dos alimentos.

Frente a este quadro, a agricultura familiar se desponta como uma das estratégias de combate a insegurança alimentar, contrapondo-se principalmente a desigualdades na distribuição de riquezas e ao processo agrícola convencional que estão associados à inúmeros impactos negativos, como a concentração da terra, violência no campo, êxodo rural, desemprego urbano e a uma degradação dos recursos naturais sem precedentes. A concentração de terras existente no modo de produção convencional se torna um entrave para a maior categoria de produção de alimentos: a agricultura família.

Assim a agricultura de base familiar apresenta como a forma mais apropriada de ocupação social do espaço agrário, onde a promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em processo concomitante a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis, onde as atividades propostas visam estimular, elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados (MALUF, 2004)

Os principais problemas das populações rurais é resultado de uma relação desigual, referente principalmente às questões de acesso a terra e aos meios de produção frente a uma agricultura excludente responsável pela insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e a perda da soberania alimentar do povo brasileiro.

Segundo Marafon (2006), a reflexão sobre a produção familiar remonta a autores clássicos (Chayanov, 1974; Mendras, 1976; Caio Prado Junior, 1977; Guimarães, 1979) e voltou nos anos 1990 com enormes contribuições de Abramovay (1992), Wanderley (1994, 2000), Lamarche (1998), Fernandes (2002), entre outros. Há uma concordância que a agricultura familiar tem como característica o trabalho familiar na exploração agropecuária e pela detenção dos meios de produção (MARAFON, 2006).

Em se tratando de agricultura familiar, podemos citar a importância multifuncional desta, que traz consigo funções sociais, ambientais e econômicas. Na sua função social cumpre um papel importante na produção de alimentos, sendo a principal produtora de alimentos para o mercado interno. Na sua função ambiental podemos citar uma maior preservação do meio em relação ao agricultor patronal. A geração de postos de trabalho no

meio rural maior do que na agricultura patronal nos faz refletir sobre a função social da agricultura familiar.

Dentre os principais desafios do desenvolvimento da agricultura familiar estão a sua inserção nos mercados e a remoção dos gargalos no escoamento da produção, assim os estudos e pesquisas sobre os mercados de comercialização dos produtos advindo da agricultura familiar.

A produção camponesa pode ser expressa através de relações não capitalista de produção. Seu fortalecimento se dá como resultado das contradições do modo de produção capitalista, que ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não-capitalista de produção, como por exemplo, as relações camponesas de produção.

O agricultor familiar camponês utiliza a terra para trabalho e sobrevivência, ou seja, vive na terra e da terra, mediante o trabalho familiar, em oposição a terra de negócio, voltada para a extração de mais-valia dos trabalhadores e também objeto de extração da mais-valia social. Enquanto as propriedades capitalistas são para exploração do trabalho alheio ou apropriação da mais-valia social, as propriedades camponesas servem para reprodução familiar a partir de seu trabalho.

Uma das principais características dos camponeses é sua experiência única de reprodução, que se baseia no controle sobre o trabalho e meios de produção, que lhe permite conservar a capacidade de produzir seus próprios meios de vida, como afirmado por Paulino (2006). Porém estes não têm autonomia total, pois são dependentes de fatores externos e afetados pelas condições circunvizinhas. Assim esta autonomia camponesa, se manifesta no controle de seu tempo e espaço de forma diferente da lógica do capitalismo.

Os camponeses mantêm a autonomia sobre os meios de produção e se insere no circuito mercantil como produtores e consumidores de mercadorias e estes por sua vez tem uma grande capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis a sua sobrevivência (PAULINO, 2006).

A produção familiar se configura como a principal propulsora da unidade produtiva camponesa; a ajuda mútua é uma prática que complementa o trabalho familiar em determinados períodos; a parceria é uma prática para suprir a mão-de-obra. Os camponeses mostram certo equilíbrio entre consumo e pessoas que trabalham e mantêm a luta pela continuação na terra, mesmo esta sendo pequena, e nela produzem a maior parte dos alimentos que os brasileiros consomem. Apesar de ter vários produtos que podem ser

comercializados, em termos de qualidade e quantidade, o consumo familiar vem em primeiro lugar, prezando principalmente pela soberania alimentar da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais de reforma agrária, na região do Bico do Papagaio, assim como em quase todo território brasileiro tem sido o local de reprodução e dominação das técnicas de produção da agricultura sustentável. Segundo Oliveira (2001), esses espaços são dotados de pessoas inerentemente ligadas ao processo produtivo familiar, possuídos de instrumentos essenciais ao desenvolvimento local.

Utilizada há muito tempo, essas técnicas ainda se configura como um fenômeno pouco estudado, faltando na literatura abordagens sobre as técnicas tradicionais de produção sustentáveis no Brasil. Ainda são necessários estudos mais aprofundados sobre estas questões, que apresenta como consequência de toda a problemática do campo, como a insegurança alimentar e os efeitos perversos da atual forma de organização da produção industrial no campo. Os estudos existentes para a produção em larga escala, ainda não conseguiu apontar caminhos lógicos para produzir de forma sustentável sem degradar os recursos naturais.

Por outro lado, as áreas de assentamentos rurais, ao longo de todo o território nacional, são utilizadas como terra para trabalho de camponeses e/ou de agricultores familiares, abrigando formas de específicas de técnicas de produção tradicionais que se sustentam a partir do plantio de variadas culturas e também pela utilização destas áreas na pecuária em pequena escala. Mesmo que parte desta produção possa ser destinada ao mercado, contribui para a reprodução social destes atores e também para a segurança alimentar quando o excedente desta produção é colocado nos mercados locais.

Além disso, essas tecnologias de produção agrícola sustentável apresentam baixo impacto ambiental e geram desenvolvimento local e territorial, favorecendo a reprodução os assentados enquanto agricultores familiares. Nesse sentido, o resultado dessa pesquisa, poderá servir de subsídios para a reprodução de técnicas sustentáveis de produção em outras áreas de produção familiar no Brasil ou até mesmo, possa servir de exemplo para outros países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia.** In: Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, Ano 27, Vol. 1, n.36. Jan/jun,

2011.

ARAÚJO, A. L. de. Et al.; **Segurança alimentar de agricultores agroecológicos do sertão central do Ceará.** In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Gramado, ago. 2007.

ARAÚJO, A. L. de. Et al.; **Segurança alimentar de agricultores agroecológicos do sertão central do Ceará.** In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Gramado, ago. 2007.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecologia no estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/superando.pdf>> (escrito em 2003) Acessado em 30 dez 2010.

FERNANDES, B.M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13.**, João Pessoa: AGB, 2002.

MACHADO, Vitor. **A Modernização da Agricultura e a Produção do Biocombustível como Energia Alternativa:** uma reflexão crítica. 2010 Disponível em: <http://www.fatecbt.edu.br/seer/index.php/tl/article/view/55/17> Acesso em: 28/02/2014.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARAFON, G. J. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense.** In: Campo-Cidade: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006.

OBDALA, Klaus O. SANTOS, M. M. dos. Políticas Agrícolas, Desenvolvimento Regional e Agricultura Familiar. **Revista Estudos, UCG, Vol. 34, No 5 Goiânia (2007).**

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlindo. **A agricultura camponesa no Brasil / Ariovaldo U. de Oliveira.** 4 ed. – São Paulo: contexto, 2001. – (caminhos da geografia).

PAULINO, Eliane Tomiasi, **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora Unesp, 2006. 353 p.

PEREIRA, Kayo Julio Cesar et al. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **Uakari**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2008.

SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: SANTOS, R.F. dos. **Presença de viéses de mudança técnica da agricultura brasileira.** São Paulo: USP/IPE, p.39-78, 1986.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 157-176.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Monocultura de eucalipto em áreas em processo de arenização: reestruturação do Pampa**. 2007. Inédito/no prelo. Fragmentos deste texto foram trazidos novamente nesta construção, pois dizem respeito ao mesmo tema abordado pela autora.

MULHERES E QUINTAIS PRODUTIVOS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS DO USO DA ÁGUA PARA O CULTIVO DE ALIMENTOS

Valéria Pereira Santos⁴⁹
Fernanda Pereira de Brito⁵⁰

RESUMO: Nas comunidades tradicionais rurais, os quintais produtivos têm cumprido o importante papel de produzir hortaliças, frutíferas e pequenos animais que servem como complementos na alimentação saudável das famílias, no cuidado com a saúde e como fonte de renda para as mulheres. No entanto, nos últimos anos, a prática do cultivo em quintais tem passado por desafios ligados principalmente a questão da água. A partir disso, o artigo tem por objetivo apresentar relatos de mulheres rurais sobre suas experiências com quintais produtivos. A pesquisa é qualitativa, exploratória e tem como base as narrativas orais de seis mulheres rurais das comunidades Tauá e Serrinha/Barra do Ouro e registros fotográficos das experiências produtivas nos seus quintais. A fundamentação teórica é baseada nas categorias: economia feminista (SABBATO et al., 2009; CARRASCO, 2012; MORENO, 2013); quintais produtivos (VIERA, 2009); a questão da água no Brasil (ANA, 2018; Carta do Fórum Alternativo das Águas, 2018). O trabalho apresenta como resultado hipotético, a resistência desse modo de produção das mulheres, que mesmo com o desafio da escassez ou a limitação do acesso a água o que as prejudicam aumentando a jornada diária de trabalho em decorrência de um maior tempo de procura pela água, mantêm a produção dos seus quintais construindo alternativas de racionamento da água e fazendo a alternância de cultivos entre os períodos chuvosos e secos.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Quintais Produtivos; Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, com o avanço tecnológico a base de alimentação da população mudou. Passou a se investir mais num modelo de produção agroindustrial de monoculturas agrícolas dependente sementes geneticamente modificadas, de adubos químicos, agrotóxicos e grandes quantidades de terra e água. Com a industrialização dos alimentos, mudou também os hábitos alimentares, aumentando o consumo de *fast food* e comidas enlatadas. Conseqüentemente, reduziu a oferta de alimentos *in natura*, ofertando-se mais nos supermercados alimentos industrializados com variadas composições químicas e conservantes.

Entretanto, ainda resiste no campo o modo de produção tradicional familiar baseado numa agricultura de autoconsumo. Neste modo de produção, os quintais produtivos que é uma prática milenar, no atual contexto, tem se tornado uma alternativa para as mulheres rurais de

⁴⁹Universidade Federal do Tocantins. Pós-Graduanda no Mestrado Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Especialista em Geografia, Desenvolvimento Regional e Urbana. E-mail. valeria_sants@yahoo.com.br Bolsista Capes.

⁵⁰Universidade Federal do Tocantins. Pós-Graduanda no Mestrado Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Graduada em Cooperativismo. E-mail. nanda_18brito@hotmail.com Bolsista Capes.

baixa renda. Nos quintais produtivos, ocorre a otimização e combinação de plantios de frutíferas, verduras, criação de pequenos animais e plantas ornamentais que contribuem para a nutrição da família e embelezamento da casa, bem como a geração de renda para mulheres.

No entanto, os quintais produtivos têm alta dependência do uso da água, o que tem se tornado um desafio, pois a realidade da água no Brasil é bastante preocupante. Pois devido ao uso indiscriminado da água nos processos produtivos de commodities, estalou-se uma crise hídrica que vai desde a contaminação de fontes de água até a escassez. Nesse sentido, as mulheres sofrem com a escassez da água, mas enfrentam o desafio construindo alternativas para terem acesso a água de qualidade para manter seus quintais.

Assim, o objetivo desse artigo é relatar as experiências das mulheres rurais com quintais produtivos, bem como representar através do registro fotográfico a pluralidade das atividades de produção de alimentos e os desafios do acesso a água para o cuidado com as plantas e animais.

METODOLOGIA

Este é um trabalho de cunho qualitativo e diferentemente de trabalhos quantitativos, os qualitativos, segundo Cortes (2012, p. 237): “[...] possibilitam descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudos”. Sendo comum neste tipo de pesquisa a utilização de fontes de dados como as provenientes de documentos, entrevistas ou observações (CORTES, 2012). Dentre as técnicas de coletas de dados comuns em pesquisas qualitativas, lançamos mão da entrevista semiestruturada que pode se caracterizar: “[...] em um roteiro que apresenta questões com respostas abertas [...]” (CORTES, 2012, P. 241). Levando em conta os objetivos da pesquisa, pode ser classificada como descritiva e exploratória, que para Gil (2008), servem, respectivamente, para: descrever as particularidades de determinadas populações ou fenômenos, usando técnicas padrões de coletas de dados e para construir hipóteses ou se familiarizar com determinado problema para explicá-lo melhor por ainda ser pouco conhecido.

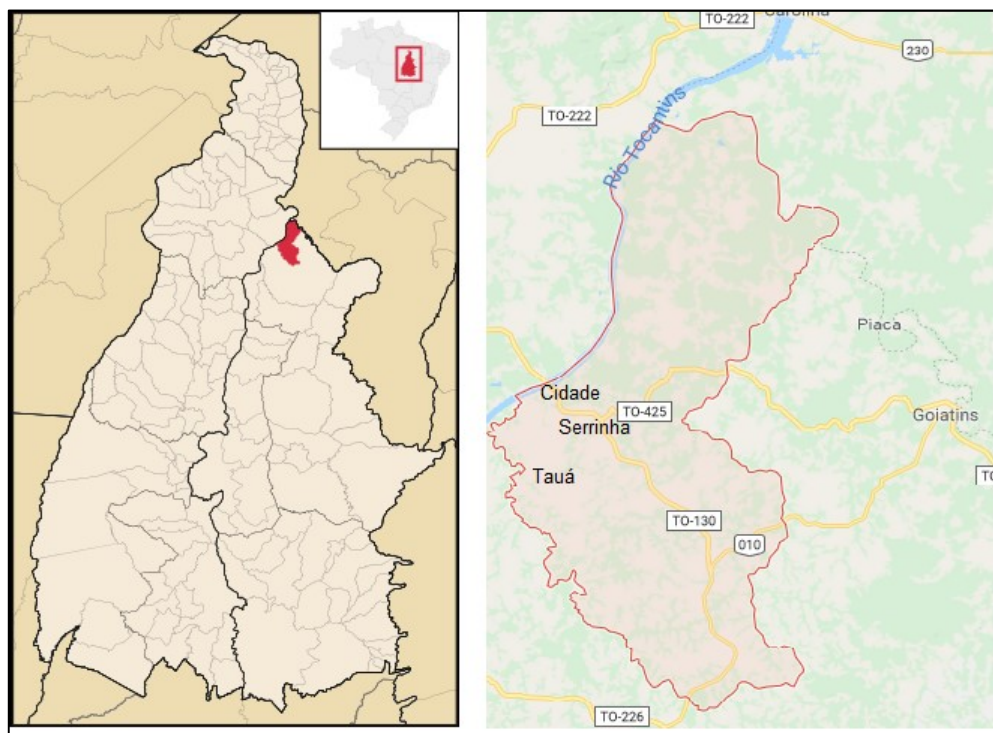
A pesquisa de campo foi realizada em duas comunidades de famílias sem terras ocupantes⁵¹ de duas áreas de terra da União Federal, situadas no município de Barra do Ouro/TO e tem como base as narrativas orais de seis mulheres camponesas das comunidades

⁵¹ As ocupações de terras públicas tem sido uma estratégia das famílias sem terra para pressionar o governo federal a realizar a reforma agrária, tem sido também uma maneira encontrada pelas pessoas para sair da situação vulnerabilidade dos acampamentos às margens das rodovias.

Serrinha e Tauá. O município está localizado na região Nordeste do Tocantins; cerca de 419 km da capital Palmas e 96, 2 km da segunda maior cidade do Estado, Araguaína. Barra do Ouro, apresenta um Produto Interno Bruto per capita de 11.364,47 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,603, considerado dentro da média do estado do Tocantins. Tem uma produção agrícola cerca de 14.300 toneladas de soja (em torno de cinco fazendas desenvolvendo o cultivo da soja) (IBGE, 2010).

A comunidade Serrinha e Tauá está há aproximadamente cerca de 12 km do centro da cidade, conforme a figura 1. São áreas de terra na região do Cerrado, há aproximadamente 16 km do Rio Tocantins que margeia a divisa do lado esquerdo do município; sendo que na divisa do extremo Norte encontra-se o rio Manoel Alves Grande.

Figura 1. Mapa de localização das comunidades Serrinha e Tauá.



Fonte: Elaboração das autoras (Google Mapas, online).

O primeiro contato com as mulheres foi no mês de março de 2018, durante uma oficina com mulheres rurais, realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que teve a participação de 30 mulheres da Comunidade Tauá. Nessa atividade foi realizada uma espécie de diagnóstico das condições de vida das mulheres, o que de fato nos chamou atenção.

No segundo momento, no mês de agosto de 2018, realizamos as entrevistas orais com as mulheres (6) e o registro fotográfico dos quintais produtivos. É importante frisar, que o primeiro contato foi no período chuvoso (inverno) e a coleta de dados ocorreu no período seco

(verão), o que significa uma importante mudança na paisagem e nas condições de acesso a água.

A escolha da narrativa oral se fundamenta por acreditarmos a partir de Thompson (1992, p.114) que: “[...] esse método também tem permitido estender o estudo histórico de comunidade e ocupações muito mais escassamente documentadas [...]”, além de ser capaz de transformar os pesquisados de “objetos de estudos” em “sujeitos da pesquisa”. E no caso específico da investigação com mulheres camponesas, a entrevista oral permite que as mulheres emitam por meio das narrativas suas memórias e pontos de vistas a respeito do cotidiano da unidade de produção familiar que estão inseridas.

A ECONOMIA FEMINISTA

A economia feminista é uma perspectiva do pensamento econômico que começou a tomar forma em 1970 e que além de mostrar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho tem criticado a forma como atualmente se organizam sociedade e mercado e tem proposto a construção de uma economia que tenha como foco a vida do ser humano (QUINTELA, 2006; FARIA, 2009; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012).

Entre as críticas formuladas por esta perspectiva, uma delas refere-se à postura androcêntrica que adotam algumas vertentes econômicas, como a escola Neoclássica, ao desconsiderar a interdependência que existe entre a esfera produtiva: onde se compra e vende bens e serviços comercializáveis necessários para a vida humana; e a esfera reprodutiva: onde também são produzidos de forma não remunerada bens e serviços que suprem necessidades essenciais do ser humano. Ao apresentar a esfera produtiva como independente da esfera reprodutiva, tais estudos econômicos têm desconsiderado também um grande volume de trabalho realizado predominantemente pelas mulheres no âmbito doméstico e ao seu redor (FARIA, 2009; CARRASCO, 2012; MORENO, 2013). De modo que indo além da crítica, um dos objetivos da economia feminista é ampliar a fronteira do que é considerado econômico, considerando como trabalho não só o trabalho mercantil, mas também o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado nos lares e o trabalho produtivo de autoconsumo feito nos quintais. Ou seja:

Compreender o trabalho invisível realizado pelas mulheres na execução das atividades de reprodução não mercantis leva a ampliar a noção de trabalho para além da tradicional construção “do trabalho produtivo mercantil”. Ampliar o conceito de trabalho e considerá-lo em sua totalidade e em todas as suas esferas contribui para a

igualdade de atividades e de quem as executa, avançando em direção a superação da divisão sexual do trabalho (SPECHT, 2009, p. 11).

A necessidade de ampliar a noção do que é trabalho consiste no papel da economia feminista de tornar visível todas as contribuições econômicas das mulheres, sejam elas monetárias ou não, pois para a perspectiva econômica feminista:

[...] a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas e emocionais essenciais para o ser humano também não poderem ser adquiridas no mercado (CARRASCO, 2012, p. 13, 14).

E ainda é na esfera reprodutiva que as mulheres mais trabalham. No campo, a divisão sexual do trabalho também se baseia nos princípios de separação, que estabelece o que é função da mulher e função do homem, e de hierarquização, que acredita existe maior valor social nos trabalhos exercidos pelos homens. Além disso, existe no campo também a separação dos espaços: o roçado é o lugar do homem e a casa e o quintal o lugar da mulher. A partir da separação dos espaços, estabelece-se também o que é trabalho e o que não é trabalho (HIRATA et al., 2009; BUTTO, 2014).

O espaço do roçado, onde predomina o trabalho considerado do homem: “[...] é onde se planta mandioca, feijão, milho e cereais, considerados essenciais para a sobrevivência da família e, por isso é tratado como local de trabalho (BUTTO et al., 2014, p. 101)”. Pela necessidade de usar ferramentas pesadas, considera-se que ali se faz um trabalho pesado. Se as mulheres fazem alguma atividade no espaço do roçado, considera-se que o seu trabalho é apenas uma ajuda, um auxílio ao trabalho dos homens (BUTTO et al., 2014).

O espaço da casa e o seu entorno, que muitas vezes se denomina quintal, são considerados como o lugar das mulheres e as atividades feitas por ela nestes espaços são tidas como não-trabalho (BUTTO et al., 2014): “A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas (BUTTO et al., 2014, p.102)”. Além disso, o trabalho que o homem faz na casa e nos quintais é considerado como uma ajuda que ele dá quando não tem que trabalhar no roçado, já que este não é o seu espaço.

A hierarquia de valor que considera o trabalho dos homens no campo mais importante que o das mulheres “[...] tem como argumento o esforço físico como balizador do seu valor social [...]”, dizendo-se, assim, que existe trabalho pesado, feito pelos homens e trabalho leve, feito pelas mulheres: “Porém as mulheres rurais, quando descrevem as tarefas domésticas e o não-reconhecimento do seu trabalho falam de muito trabalho”. De modo que: “Atividades

como buscar água para o consumo, extrair a castanha do Pará, buscar e quebrar o coco babaçu são exemplos de trabalho que exigem muito esforço físico”. Só que, “[...] pela representação social, são considerados leves ou um não trabalho”. Porque são feitos pelas mulheres (BUTTO et al., 2014, p. 102).

Outra questão decorrente da divisão sexual do trabalho que também contribui no ocultamento das atividades econômicas feitas pelas mulheres é a prática de considerar como trabalho doméstico tanto as atividades de limpar, cozinhar, lavar, feitas em casa, quanto as atividades produtivas para autoconsumo que fazem nos quintais, como o plantio e a criação de animais para o autoconsumo. Em outras palavras, Faria (2009, p. 19), diz que: “[...] historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico”. Assim por serem englobadas como trabalho doméstico, tais atividades produtivas não são consideradas trabalho e acabam ficando de fora do cômputo dos Censos e estatísticas oficiais, de modo que, mais uma vez, uma grande quantidade de trabalho realizada pelas mulheres fica ocultada:

Na verdade, as estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina ao trabalho nas lavouras, porque, geralmente, as mulheres vêm os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico (PAULILO, 2013, p. 285).

Para contribuir na visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, seja na esfera produtiva ou na esfera reprodutiva, a economia feminista tem buscado tanto a ampliação do que é considerado econômico quanto a inclusão de: “[...] todas as mulheres como agentes econômicos e suas atividades, mesmo as que não são remuneradas, como economicamente significativas” (MORENO, 2013, p. 26). Apontando a partir disso, para a interdependência que existe entre a economia monetária e a economia não monetária. No tópico seguinte, será aprofundada a discussão a respeito dos quintais produtivos.

OS QUINTAIS PRODUTIVOS

Desde modo, os quintais produtivos, que é uma prática tradicional milenar de combinação de saberes empíricos repassados de gerações para gerações, tem se tornado uma alternativa para famílias sem terras. Os quintais constituíram-se num lugar doméstico de produção de alimentos, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais (CARNEIRO; CARMUÇA; ESMERALDO; SOUSA, 2013).

Segundo Vieira (2009), os quintais produtivos tem sido um sistema de produção desenvolvido desde o tempo do “neolítico”, período que a humanidade começou a perceber que era possível fazer o cultivo das sementes que coletavam. A partir de então, a produção de alimento através da agricultura foi evoluindo e aprimorando técnicas das mais rústicas a mais sofisticadas. Assim, a evolução tecnológica possibilitou a estocagem de alimentos para subsistência, mas também levou ao acúmulo de riquezas por parte de alguns produtores. Todavia, as técnicas artesanais ainda são bastante presentes nas comunidades rurais pobres do Brasil.

O quintal ou terreiro, é uma área de terra próxima a residência, geralmente é a menor parte na divisão de áreas da propriedade. O quintal, pode ser considerado uma extensão das roças, o lugar de produzir plantas e animais que necessitam de maiores cuidados (CHAGAS; FREXE; VASQUES; SANTIAGO; ELIAS; SOUZA, 2012). No espaço do quintal produtivo rural, ocorre normalmente a combinação de plantios de frutíferas, animais, ervas medicinais e plantas ornamentais (PEDROSA, 2016).

O sistema de produção das comunidades camponesas em questão é simples e ao mesmo tempo bastante complexo. É um sistema de produção simples porque as famílias não têm acesso a altas tecnologias, não tanta dependência de energias externas ao ambiente (insumos e tecnologias) e com poucos recursos financeiros conseguem desenvolver suas atividades produtivas. A complexidade está na forma de organização dos espaços da unidade produtiva, a distribuição de espaços entre roça, reserva legal, áreas de capoeiras, o quintal produtivo e o pasto para a criação de animais de grande porte. (CARNEIRO; CARMUÇA; ESMERALSO; SOUZA, 2013).

Assim, além dos elementos organizativos da propriedade, se destaca a complexidade do “agroecossistema” do quintal produtivo devido as diversas relações que se estabelecem em torno da manutenção do espaço:

[...] a orientação cultural das famílias; a extensão de terra disponível em contraposição às lavouras; a permanência dos membros da família na propriedade; o clima; o tamanho da propriedade; o acesso às espécies apropriadas, assim como o conhecimento de seu uso; os animais existentes etc. (VIEIRA, 2009, 65).

A multiplicidade de espaços dentro da unidade de produção, na roça e no quintal, é outro elemento importante na produção camponesa, pois a organização da produção acontece pela escolha de solos adequados a determinados produtos que vem a ser o carro chefe daquela roça ou do quintal. No entanto, mesmo com essa diversidade de espaços, geralmente as roças ou os quintais são um sistema de cultivo de plantas, o que exige da família um amplo

conhecimento das plantas e de suas necessidades de nutrientes e luz solar, conseqüentemente exige também maior disponibilidade de força de trabalho para cuidar da plantação com tratos tradicionais (WOORTMANN, 1997).

Quanto aos quintais produtivos, segundo Woortmann (1997), para as famílias que tem a horta e plantas medicinais no quintal, significar um lugar de “prestígio” para o chefe da família, pois demonstra que tem condições financeiras para manter o quintal e tem uma esposa organizada que cuida dos afazeres da horta e das plantas do terreiro.

Assim, na divisão sexual do trabalho, cabem às mulheres o cuidado das atividades da residência e do entorno da casa, de maneira que a água para o abastecimento da família e dos cuidados com as plantas também é de sua responsabilidade. Dessa forma, quanto maior o quintal produtivo, maior é a necessidade por água e maior o esforço das mulheres para terem acesso a água.

A QUESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL

Nesse sentido, os estudos sobre esse assunto, vem apontando a situação da água no cerrado com um agravante desencadeado desde na década de 1970, com a intensificação do agrohidronegócio. O uso indiscriminado da água nos produção agropecuária, produção de energia e a industrialização, tem provocado a escassez, a destruição e contaminação de fontes hídricas superficiais e subterrâneas (PAD, 2009). No cerrado, segundo o News Brasil (2017) existe o aquífero Bambuí, formado há mais ou menos um bilhão de anos atrás, que responde pelo abastecimento dos rios e córregos da região do cerrado. O aquífero Bambuí se encontra ameaçado pela substituição da flora e da fauna originária do bioma, devido a implantação de grandes monoculturas (soja, eucalipto, cana de açúcar e pastagens). A extinção do ecossistema natural, segundo a reportagem do News Brasil (2017), pode implicar diretamente no desequilíbrio e conseqüentemente na desertificação do cerrado.

Durante o Fórum Alternativo das Águas, realizado em Brasília, no mês de março de 2018, organizações sociais de diversas regiões do país denunciaram o mercado de controle da água no Brasil. As organizações denunciaram a apropriação dos territórios, especialmente tradicionais, pelas empresas globais que ao dominar os territórios físicos dominam também a água e todos os recursos naturais existente no lugar. Outra situação denunciada pelo Fórum Alternativo da Água, são os impactos e a impunidade dos crimes ambientais causados pelos grandes projetos de empresas globais: o caso de Mariana, tragédia ambiental provocada pelo rompimento da barragem de resíduo químico das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton; e o

caso da Hydro Alunorte, que contaminou com resíduos químicos fontes de água no Pará (FÓRUM ALTERNATIVO DA ÁGUA, online).

Dessa forma, os desafios do acesso a água e a terra são simultâneos para as populações tradicionais do campo. Pois, as legislações existentes não têm sido capazes de garantir a democratização dos bens comuns: água e terra. No caso específico da reforma agrária, o Estado sob pressão social, criou o Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64 e de lá pra cá, foram criados sucessivos Programa de Reforma Agrária, porém não parece que a reforma agrária seja prioridade para o Estado brasileiro (CARVALHO, 2005).

Todavia, a agroindústria moderna, tem incorporado no seu portfólio fundiário, a concentração de terra, abrindo novas áreas para a expansão da produção de grãos (IBGE, 2018). Paralelamente ao crescimento de áreas cultivadas, está a dependência de energias externas ao agroecossistema, mantendo a crescente necessidade dos produtos agroquímicos dominados pelas mesmas empresas globais que controlam o mercado da água. Assim, a agricultura de base familiar nas fronteiras agrícolas padece com a concentração da terra e a contaminação e distribuição das fontes de água pelos monocultivos e agrotóxicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área dos quintais produtivos investigados é bastante estendida se comparada a um terreiro normal, variando entre 2.5 hectares a uns 4.84 hectares. O tamanho da área tem a ver com a insegurança da posse da terra, pois a famílias investem mais próximo das residências para evitar as perdas provocadas pelos pistoleiros e isso porque as duas comunidades são áreas que estão em conflito agrário. Pois, apesar de serem terra da União, existe um fazendeiro que alega ser proprietário de toda a Tauá que conta com 17.735.000 hectares e de um lote de terra na área da comunidade Serrinha.

Por se tratar de áreas em conflitos, sem a segurança da posse da terra, as famílias não têm acesso a financiamentos, transporte e nem a energia elétrica. O acesso as políticas públicas são bem precárias. Na ocasião da coleta de dados, foi relatado que as crianças estavam há quatro semanas sem condição de frequentar a escola e que algumas mães tiveram que ir para a cidade para possibilitar os filhos o acesso à escola. Quanto ao cuidado com a saúde e a nutrição das famílias, cabe destacar que isso tem sido possível por meio das ervas medicinais e a diversidade de alimentos produzidos nas roças e nos quintais (ALMEIDA; GAMA, 2014). Foi observado que em todas as casas havia antenas de telefone rural, visto que

essa apresenta ser uma grande necessidade das pessoas para manterem contato com os familiares.

QUEM SÃO AS MULHERES

As mulheres que compõe a pesquisa de campo chegaram com suas famílias às comunidades por volta do ano 2013 a 2014, elas vieram de variadas localidades: 4 delas vieram da cidade Barra do Ouro e do distrito Morro Grande, 1 de um acampamento de terra no município de Babaçulândia e 1 da região de Arapoema: esta trabalhava há mais de 25 anos de doméstica e o esposo de caseiro nas fazendas. Ao chegarem às comunidades, as mulheres e seus familiares não tinham estoque de sementes ou mudas de plantas para iniciar o cultivo do quintal e no início contaram com a solidariedade de outras pessoas, conforme o relato de Florentina:

A gente já tinha um pouco de galinha... a gente começou a juntar raminha de mandioca, trazendo sacolinha de Araguaína... eu juntei um saco de ramo de mandioca coloquei nas costas, eu tive que pagar uma pessoa pra levar até à Feirinha, aí o irmão Alex trouxe pra mim até Barra do Ouro e a gente deu um jeito de trazer até aqui... a gente chegava numa casa, a gente achava uma cana... E dessa sacolinha e saquinho de rama de mandioca a gente já distribuiu mais de três camionetes de rama de mandioca só daqui (Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018).

O que tem nos quintais

Por meio dos relatos e fotografias foi possível identificar uma pluralidade de plantio e criação nos quintais produtivos investigados. Conforme a Figura 2, existe: uma combinação de plantios de frutíferas de grande e pequeno porte, criação de cachorros para vigiar as casas, criação de galinhas, patos, plantio de ervas medicinais e hortaliças; existindo ainda, nos arredores de algumas casas, pequenas agroindústrias artesanais (todos os equipamentos construídos com tecnologias rústicas) para o beneficiamento da mandioca e do arroz que é beneficiado no pilão de madeira.

Figura 2. Representação das principais atividades nos quintais: atividade 1- horta, 2- beneficiamento de arroz no pilão, 3- casa de fazer farinha e 4 – criação de galinha.



Fonte: Arquivo das autoras (2018).

Tal quais as roças, os quintais produtivos também têm as atividades carro-chefe. (WOORTMANN, 1997). Deste modo, percebeu-se que as experiências destacadas na imagem são as atividades carro-chefe dos quintais. Assim, das experiências relatadas, a atividade 1 foi identificada em todas os seis quintais, sendo que destas apenas duas investe com mais afinco na organização da horta, dedicando mais espaço, aumentando a quantidade de hortaliças e ervas medicinais e diversificando as espécies.

Nos seis quintais foi encontrado algum tipo de hortaliça: cebolinhas, pimentas, salsa, pimentão e coentro; e ervas medicinais: especialmente capim de cheiro, alecrim e manjericão; recorrer às ervas medicinais se assemelha ao uso de uma farmácia natural para ser usada quando necessário (SILVA; ASSIS; BOCHNER; MIRANDA; GANIDO; AVELA, 2014). Algumas dessas ervas medicinais, Segundo Marinez, uma das entrevistadas, têm muitas funções, em seu quintal: “[...] tem uns pés de sete dor, cidreira” e segundo afirma, tais pés de planta: “[...] é bom para todas as coisas”. Além de saber quais as ervas medicinais plantadas nos quintais e a sabedoria popular que identifica os seus usos, uma das mulheres também descreve o passo-a-passo na elaboração dos remédios naturais:

A malva do reino é muito bom pra gripe... você pode pegar ela e colocar com açúcar, sem a água, aí abafa... só a água dela é muito medicinal... eu tenho trevinho, que serve pro coração... então eu tenho muita coisinha que serve tanto pro uso quanto medicinal. O hortelã também... ele é muito bom pra fazer o chá... até pra gripe, pra vários tipos de coisas... (Florentina, Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018).

Creuzina (Entrevista Oral, Comunidade Serrinha, 2018) relata que: a casca do cajueiro é usada para cura de infecções e para depurativo do sague; a casca da manga (casca da fruta) é usada para a cura de infecções e ainda o uso do velame, é usado para derrame e depurativo de sangue. Esses conhecimentos de para quê e como fazer remédios a partir das ervas cultivadas nos quintais são passados de geração para geração e de certo modo suprem a carência do acesso à saúde pública. Todavia é importante o devido cuidado com o uso das plantas sem orientação das pessoas que as conhecem.

A atividade 2, na figura 2, consiste no beneficiamento de arroz no pilão de madeira. O pilão é fabricado de forma artesanal num pedaço de madeira. O beneficiamento do arroz é uma atividade que exige bastante esforço físico e se apresenta como uma atividade corriqueira em três das seis experiências, além disso, outras duas fazem uso do pilão para beneficiar o urucum ou outros alimentos. A limpa do arroz, que consiste na tiragem da casca dos grãos, no pilão de madeira, identificada nas três experiências, lembra o estudo: *Os Xerente, um estudo Etnoarqueológico*, de Moi (2007); no estudo foram identificadas essas atividades como sendo uma prática exercida pelos indígenas Xerentes. Sendo provável que outros povos indígenas também façam uso do pilão de madeira.

A atividade 3, da figura 2, é a atividade de maior destaque nas seis experiências, pois a farinha fabricada no quintal é o que garante boa parte da renda familiar. A mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), macaxeira ou aipim, o nome dependendo da região do país é a matéria prima para a fabricação da farinha; é uma planta de origem da América Latina, tem as raízes bastante longas e tem sido usada tradicionalmente pelos povos indígenas. A mandioca é um dos principais alimentos consumidos pelos países empobrecidos e no Brasil está entre os dez principais produtos mais consumidos (EMBRAPA, 2018, *on-line*).

Em todos os quintais, encontramos o plantio de mandioca bem perto da casa, especialmente a mandioca macaxeira que eles chamam de “mandioca mansa”. Essa espécie de mandioca é a mais consumida quando cozida na alimentação humana ou crua na ração de animais, enquanto a “mandioca brava” que possui “carotenoides” (ARAUJO; CUNHA; MOURA; NETO, 2018, *online*) é a mais usada para a fabricação farinha. No entanto, nem todas as famílias da comunidade Tauá produzem toda a mandioca no quintal, algumas

famílias cultivam na roça comunitária, pois lá tem a casa de farinha e mais espaço para o cultivo da mandioca própria para a farinhada.

Não obstante, nas seis experiências de quintais produtivos, identificamos que as mini-indústrias de farinha são construídas próximo das residências. São construções semelhantes às casas residenciais da comunidade; construídas de pau a pique e cobertas de palha de piaçava (pequena palmeira do cerrado), não tem paredes e isso facilita a ventilação que ajuda a espalhar a fumaça do forno. O espaço das mini-indústrias de farinha é suficiente para abrigar o forno que é feito de madeira nas bordas e de metal no fundo, o suporte de apoio para o forno é de barro e o lugar de peneirar a massa é um cocho de madeira. A farinha fabricada por essas famílias é a farinha de puba a mais consumida na região; o processo da fabricação inicia com a coleta da mandioca e em seguida é posto a mandioca de molho na água por quatro ou cinco dias, até a fermentação, quando a mandioca é retirada, colocada numa prensa artesanal para o escoamento da água e em seguida procede-se com as demais etapas de fabricação, como a torração no forno.

Durante a fabricação da farinha, toda a família é envolvida. Três mulheres relataram que se dedicam a peneirar a massa e a preparar a “puba” que é um subproduto da mandioca que elas comercializam. Marinez (Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018), relata que: “[...] também já vindimo farinha, puba, tudo, já vendi...fiz 60 reais só de puba... foi em 2017...vendia de 10, agora é 12, 15... pra fazer bolo, fazer mingau... vendo tudo lá no Morro Grande”.

Maria do Carmo, diz que quando vende a massa de puba, não o faz no comércio, ela sai oferecendo de porta em porta, a venda da é à granel, utilizando um litro que corresponde a um quilo, na medida popular, dois litros correspondem a 1 prato: “[...] tem vez que vende, outra vez a gente não vende não, ...agora que nós vai coisar, vender farinha, puba ... no Morro Grande... porque lá nós não põe no comercio não, a gente vai vendendo de pratinho...12 reais o prato...tem vez que eu vendo até de quarta (puba)”. (Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018).

Observamos que na farinhada quem controla o serviço são os homens e o dinheiro da venda da farinha, não é do controle da mulher. Inclusiva nos relatos, elas consideram sua participação na farinhada como ajuda: “ele rala no ralo... a mistura para a farinha de puba é ralada no ralo... eu ajudo quando posso, o quintal que cuida sou eu” (Maria Marinho, Entrevista Oral, Comunidade Serrinha, 2018). Sislene complementa:

[...] é tudo igual,... aqui em casa quando chega muitas vezes a gente vai, porque eu sou teimosa para ir pra roça também, é pra ajudar ele na lida da roça, que é só nós

dois, e quando chega, ele acende o fogo, ele vai fazer uma coisa e eu já vou fazer outra. Lá na farinhada também, mexo no forno, penero a massa, de tudo um pouco eu faço... quando ele tá desocupado ele ajuda a rastelar o quintal. (Entrevista Oral, Comunidade Serrinha, 2018)

A atividade 4, figura 2, criação de galinhas, é uma prática comum em todas as seis experiências, além das galinhas, identificamos também a criação de patos, porém não foi em todos os quintais. As galinhas, representam uma fonte de renda e fonte de proteína para as famílias, pois além da carne tem também o ovo. Percebemos que a criação de galinha proporciona vários benefícios: alimentos, renda extra e adubação para as plantas, pois são aproveitados os esterco das galinhas para adubar a horta.

A entrevistada Florentina tem uma criação de galinha bastante organizada no quintal, os animais são criados à solta e em alguns períodos presas devido o plantio de soja do vizinho (grileiro) que fica ao lado da casa:

[...] galinha também a gente também não tem a conta... pato... tudo isso a gente cria aqui. Às vezes, tem tempo que a gente fica no nada com as galinhas porque a soja que é plantada, ela é envenenada, se elas comer a soja plantada elas morre tudo... às vezes a gente prende, é um espaço pequeno, mas tem que prender para salvar a vida delas... (Entrevista Oral, Comunidade Tauá).

A casa de Florentina está bem próxima a área de soja e a cada safra, o produtor de soja avança sobre seu quintal, expondo a famílias e toda sua produção a contaminação por agrotóxico, pois a aplicação dos herbicidas é através de avião. Na figura 3 é possível observar o espaço de recria dos pintinhos.

Figura 3. A criação de pintinhos no quintal de Florentina.



Fonte: Arquivo das autoras (2018).

As galinhas como relatamos anteriormente, tem importante função no quintal produtivo, para a alimentação nas ocasiões especiais e na geração de renda, especialmente

para as mulheres (CARNEIRO; CARMUÇA; ESMERALDO; SOUZA, 2013). No entanto, segundo as mulheres contam, nem sempre é um produto valorizado por quem compra:

Sim, a gente vende para, porque tem que comprar o alimento, porque aqui agente não tem local suficiente para plantar para sustentar eles, então tem que vender que é para ajudar nas despesas deles mesmo ... a gente vende na cidade... na Barra do Ouro, Morro Grande, é muito mal valorizado, você chega lá pra vender, eles querem dar 20, 30 reais, 35 porque ver que a gente necessita, por ver sua necessidade, então eles não querem saber como você alimenta os animais... (Entrevista Oral, comunidade Tauá, 2018).

Maria Marinho, também tem investido na produção de galinha, pois segundo ela, as galinhas e a farinha são as duas atividades que garante uma renda para a família:

...tenho umas 150 galinhas grande entre pinto...vendo quando estou aperrriada vendo mais para comprar milho para as outras, vendo a 35, 40 reais. As pessoas vem aqui, levo para a Barra do Ouro também...ovo quando está mais fraco levo 5 dúzia a 10 reais, quando está melhor amarro umas 8 dúzias a 10 reais... para tirar mais a comida para elas e mais a venda da farinha e galinhas...(Entrevista Oral, Comunidade Serrinha, 2018).

Além das plantações e criações mencionadas, duas experiências produzem suínos no quintal, é o tipo suíno caipira, porém as mulheres pouco se referiram à existência dessa atividade. Assim na casa de Maria do Carmo e Florentina, identificamos uma pequena criação. No entanto, Florentina, relatou que a criação é só para o consumo, pois não é viável para a venda, já que o custo de produção é alto e, portanto, não compensa vender.

O acesso à água

Entre vários desafios, o acesso à água foi bastante destacado e em todas as seis experiências foram mencionadas algum grau de dificuldade no acesso à água. Em quatro experiências da comunidade Tauá as mulheres relataram não usar a água dos córregos para o consumo humano no inverno, pois suspeitam de contaminação através das enxurradas que descem das lavouras de soja levando agrotóxicos. Segundo Maria do Carmo (Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018): “Eles desmataram mesmo até na pontinha da cabeceira... No inverno muda, a água ela é vermelha, vermelha, que aí chove e ajunta acho que com ... (veneno)... aí só assim, pra moiar coisa, pra beber nós não panha, pra beber não... nós panha na cacimba (pra beber)”. Além disso, uma das mulheres relata ter dificuldade pra molhar as plantas que cultiva:

As coisinhas de casa assim é pouca, que toda vez no verão quase morre tudo, a gente moia, moia, caju...as outras coisas a gente pranta, mas no verão a gente quase não dar conta de moiar é muito pesado, aí morre, mas todo ano a gente pranta, mas aí quando dar no inverno moia...(Maria do Carmo, Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018).

A entrevistada Marinez, relata que está doente de tanto buscar água na fonte, segundo ela, sua fonte de água natural fica há uns 250 metros de distância e o terreno até lá é íngreme. Florentina e Marinez têm relatos de uma dinâmica difícil para manter um quintal produtivo. Florentina, por exemplo, tem muitas frutíferas plantadas, todas necessitando de água, especialmente no verão:

[...] a gente não tem água encanada é puxada da cisterna... as vezes ele puxa, quando ele tá ocupado eu mesmo que puxo, aqui a água é carregada no carrinho de mão, pra moia (molhar) todas as plantas, a gente moia de manhã e moia a tarde. Mas aqui é tudo desse jeito, tudo carregado no carrinho mão... (Entrevista Oral, Comunidade Tauá, 2018).

Maria Marinho, relata que não tem sido fácil o acesso a água:

[...] olha a gente pega no carrinho de mão, distante, sofre, mas é no carrinho de mão, para moiar. Não pode moiar todos porque é muito prantio, mas pelo menos um canteirinho de cebola pra gente botar na panela para visitas e vizinhos que chegar, a gente tem aqui... Daqui lá dar mais ou menos uns 50 metros... as vezes eu trago, o menino, um dia trago outro dia não dou conta, o homem traz...(Entrevista Oral, Comunidade Serrinha 2018).

A figura 4 mostra a situação da água usada pelas mulheres nos seus quintais produtivos. Importante considerar que essas fontes de água abastecem não só o sistema produtivo, mas também o consumo humano. Ficou evidente, pelo observado, que a responsabilidade pelo abastecimento da água é das mulheres, pois mesmo quando os homens contribuem, é considerada sua contribuição como uma ajuda, quando sobra tempo. No geral, as mulheres relataram que devido as distâncias, os homens ajudam a na busca da água.

Figura 4. Fontes de água das mulheres camponesas.



Fonte: arquivo das autoras 2018.

A figura 4, mostra por um lado a precariedade do acesso a água e por outro lado mostra que existe uma disponibilidade importante de água nas áreas de produção. Caberia ao poder público municipal disponibilizar formas de tratamentos da água e aos órgãos ambientais fazer cumprir as normatizações de cuidado com a água para evitar a contaminação por agrotóxicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quintais produtivos, relatados pelas mulheres camponesas, têm cumprido uma importante função de produzir alimentos como frutas, verduras e pequenos animais (galinha e suínos), além de abrigar as indústrias artesanais de beneficiamento de farinha e arroz. Nos pequenos espaços, entre 0,5 alqueires e 1,5 alqueires, as famílias, especialmente as mulheres, têm administrado atividades prioritariamente para suprir o autoconsumo da família, elegendo a atividade da farinha e a criação de galinha para arrecadação de renda.

As experiências dos quintais produtivos têm desafiado a imposição do agronegócio que há décadas tem imposto a concentração fundiária e a contaminação das fontes de água na região, especialmente na comunidade Tauá.

Por fim, as mulheres através dos quintais produtivos, estão provando que a agricultura familiar produz alimentos saudáveis em convivência com a biodiversidade do cerrado, aproveitando as riquezas do bioma para suprir suas necessidades: aproveitando a piaçava do cerrado para a construção das casas e a disponibilidade da água para o cuidado com as plantas, animais e seres humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Larissa Santos; GAMA, João Ricardo Vasconcelos. **Quintais agroflorestais, estrutura, composição florísticas e aspectos socioambientais em área de assentamento rural na Amazônia brasileira.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 1041-1053, out.-dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-50982014000401041&script=sci_abstract. Acessado em: 05 de agosto de 2018.

ANA – Agência Nacional da Água. **Acesso a informação.** Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/acesso-a-informacao/institucional/sobre-a-ana> <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em: 11 de agosto 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>. Acessado em 11 de agosto 2018.

BUTTO, Andréa; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.) **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, 132p.

ARAUJO; CUNHA; MOURA; NETO. **Carotenoide totais em acesso a mandioca brava e mansa.** Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/51266/1/Resumo168.pdf>. cessado em 11 de agosto de 2018.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres.** Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis. Editoras Vozes 2005.

CREUZILENE. Entrevista oral. Comunidade Serrinha. Barra do Ouro, 08 de agosto de 2018.

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo; CAMURÇA, Andréa Machado; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; SOUSA, Natália Ribeiro de. **Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de**

Quixeramobim/CE. Rev. Bras. de Agroecologia. 8(2): 135-147 (2013). Disponível : http://orgprints.org/25585/1/Caneiros_Quintais%20Produtivos%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20ao%20desenvolvimento.pdf. Acessado em 15 de agosto 2018.

CARMO, Maria. **Entrevista oral. Comunidade Tauá**. Barra do Ouro: 07 de agosto de 2018.

CHAGAS, J. C. N. das; FRAXE, T. de J. P.; VASQUE, M. da S.; SANTIAGO, J. L.; ELIAS, M. E. de A.; SOUSA, H. H. **Importância dos quintais agroflorestais na conservação de plantas aromáticas e condimentares em duas comunidades de Várzea no Amazonas**. Belém: VI Encontro Nacional da Anppas, 18 a 21 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT5-968-846-20120715223232.pdf>. Acessado em 01 de agosto 2018.

CORTES, Soraya M. Vargas. **Como fazer análise qualitativa de dados**. In: Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. Organização: BÊRNI, Duilio de Avila. São Paulo, Saraiva, 2012.

EMBRAPA –Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca e fruticultura**. Disponível:<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca> Acesado em: 11 de agosto 2018.

ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. In: *Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos*. JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. Brasília, ONU Mulheres, 2012.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FÓRUM ALTERNATIVO DA ÁGUA. **Carta Declaração do Fórum**. Disponível em: <http://www.cadm.org/Carta-declaracao-do-Forum>. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

FLORENTINA. **Entrevista oral. Comunidade Tauá**. Barra do Ouro: 07 de agosto 2018.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER; Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acessado em: 20 julho 2018.

MOI, Flavia Prado. **Os Xerente, um enfoque etnoarqueológico**. São Paulo; Porto Seguro, Annablume; Acervo, 2007.

MARINEZ. **Entrevista oral. Comunidade Tauá**. Barra do Ouro: 07 de agosto 2018.

MARINHO, Maria. **Entrevista oral. Comunidade Serrinha**. Barra do Ouro: 08 de agosto de 2018.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Além do que Se Vê, Uma Leitura das Contribuições do Feminismo Para a Economia**. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas e Sociais) UFABC – Universidade Federal Do ABC, 2013.

NEWS BRASIL. **Como as raízes do cerrado levam água a torneiras de todo o BRASIL**. Reportagem de João Fallette com o pesquisador Altair Sales: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-3939116>. Acessado em: 11 de agosto de 2018.

PAD – Processo de Articulação e Diálogo. O impacto dos grandes projetos e a violação dos DHESCA, estudo de caso PAD Brasil. Rio de Janeiro: PAD, 1º edição, 2009.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.56, n 2, p.285 a 310, 2013.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**. NEDET/UFMG- Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial- Território Vale do Ivinhema/MS. Agroecol, 2016. Disponível em: <https://www.cpa.embra.br/cds/agroecol2016/PDFs/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2018.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

SANTOS, Amaury da S. dos; OLIVEIRA, Lanna C. L. de; CURADO, Fernando F.; AMORIM, Lucas O. do. **Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda-Sergipe**. Revista Brasileira de Agroecologia: 8(2): 100-111 (2013). Disponível em: <https://www.embrapa.br/tabuleiros-costeiros/busca-de-publicacoes/publicacao/969200/caracterizacao-e-desenvolvimento-de-quintais-produtivos-agroecologicos-na-comunidade-mem-de-sa-itaporanga-dajuda---sergipe>. Acessado em: 05 de agosto de 2018.

SILVA, S. H. C. da; ASSIS, M.A. de; BOCHNER, R.; MIRANDA, M. G. de; GARRIDO, R. G.; AVELAR, K. E.S. Plantas medicinais: tradições e saberes de mulheres de uma comunidade urbana do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11037?locale=pt_BR. Acessado em: 01 de agosto de 2018.

SISLENE. Entrevista oral. Comunidade Tauá. Barra do Ouro: 07 de agosto 2018.

SPECHT, Analine Almeida. **Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, Suplemento Julho, a. 2009, p. 04-12. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mda.gov.br/o2776316&ved=0ahUKewje-NiRo9DVAhWivJAKHSuGCrkQFggdMAA&usq=AFQjCNH98IA5cJHErm56RI6W2dj6supYdA> Acesso em: 21/06/17.

THOMPSON, Poul. **A voz do passado, história do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1992.

VIEIRA, Fernanda Rodrigues. **Valorização econômica de quintais rurais, o caso dos agricultores à COOPERAFI, Cooperativa de Agricultura familiar de Itapuranga, GO**. Dissertação. Universidade Federal de Goiás: Goiânia 2009. Disponível em: https://ppagro.agro.ufg.br/up/170/o/Fernanda_Rodrigues_Vieira.pdf. Acessado em: 11 de agosto 2018.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: alógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

O ACAMPAMENTO CORAGEM: IMPACTOS, CONFLITOS E PERCEPÇÕES EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO - MA

Laylson Mota Machado⁵²
Wellington da Silva Conceição⁵³

RESUMO: O presente trabalho analisa os conflitos, impactos e percepções que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem sofreu com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA. Buscando evidenciar qual a visão dos ribeirinhos em relação aos impactos dos empreendimentos da UHE de Estreito. Analisando os impactos socioespaciais e os conflitos ocasionados com a instalação da barragem na comunidade ribeirinha. Trazendo a compreensão das formas de organização social e política dentro de um acampamento, assim como, identifica os problemas enfrentados pelas famílias atingidas durante a implantação da usina e após sua construção. Tendo como método central desta investigação a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com recurso à observação participante, assim como, aplicação de questionário aberto. Através dos resultados obtidos foi que se evidenciou como a ótica capitalista tem reproduzido as desigualdades sociais em nossa sociedade. Nesse sentido, este trabalho contribui para a reflexão acerca das diferentes análises sobre as formas de desenvolvimento reproduzidas pelo Estado, assim como, a ressignificação sobre territórios e seus processos de migração. Assim como, trazer em debate acerca da política energética brasileira e o seu poder de desterritorialização as populações tradicionais, seus modos de vida, cultura e sua ligação com a terra e o rio. Por meio disso, busca-se a compreensão sobre os impactos sociais que os ribeirinhos do acampamento têm sofrido durante o processo de desterritorialização e reterritorialização, tendo em vista que atualmente as famílias atingidas por este megaempreendimento hoje ocupam a terra do Consórcio Estreito Energia (administrador da barragem), e lutam na justiça para que seu território possa ser assentado. Através disso, conclui-se como os grandes empreendimentos como os das Usinas Hidrelétricas instaladas no Brasil e no mundo tem impactado social, territorial e culturalmente a vida das comunidades tradicionais, como o caso dos ribeirinhos e pescadores, desencadeando uma série de conflitos que marcam suas vidas até os dias de hoje.

Palavras-chave: Desterritorialização; Acampamento Coragem; Usina Hidrelétrica de Estreito.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende, a partir da concepção dos atingidos do Acampamento Coragem, produzir uma análise sobre os impactos, conflitos e percepções que estão atrelados à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. O Acampamento Coragem é formado por um grupo de ribeirinhos – tendo quarenta e seis famílias residindo no acampamento- que são

⁵² Mestrando em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT – UFT). Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura (pela Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis). *E-mail:* laylson-mm@hotmail.com

⁵³ Doutor em Sociologia (UERJ), professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, do curso de Ciências Sociais, e no Mestrado Profissional em Gestão Pública (GESPOL – UFT). *E-mail:* wellingtoncscs@mail.uft.edu.br

associados a colônia de pescadores da cidade de Estreito (MA), que ao serem desterritorializados⁵⁴ do local em que viviam e retiravam seu sustento, passaram a ocupar as terras do CESTE⁵⁵ que encontram-se a beira do lago da UHE.

Nesse sentido, o objetivo geral deste texto é analisar os impactos e conflitos da instalação da UHE de Estreito nas comunidades ribeirinhas, dando ênfase aos atingidos do Acampamento Coragem, que por serem desterritorializados do meio em que viviam passaram a buscar seus direitos de acesso à moradia e, com isso, ocuparam as terras do CESTE que se encontra a beira do lago da usina, tendo sido ocupado como forma de intervenção acerca dos direitos negados. Este trabalho será construído analisando as percepções dos atingidos do Acampamento Coragem em relação aos impactos socioespaciais da barragem de Estreito. O presente trabalho também busca compreender as formas de organização social e política das famílias no acampamento, assim como, identificar os problemas sociais que passaram a ser enfrentados pelos ribeirinhos durante a implantação da usina e após a sua construção, evidenciando como a lógica capitalista tem produzido desigualdades em nossa sociedade, pautadas pela divisão de classes entre empreendedores e atingidos, em que sempre o menos favorecido é o que mais sofre.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho é apresentar as percepções e ações destes sujeitos que são tão violados pelas empresas multinacionais, trazendo uma análise acerca do modo de organização dessa comunidade ribeirinha, destacando tanto o período de resistência à implantação da usina como a forma de negociação das indenizações por partes dos atingidos. Exploro ainda as diferentes percepções entre impactado e atingido e o modo com que se organizam após a migração do local em que residiam. Destaco processos como a ocupação do território em que hoje se situa o acampamento, assim como as lutas para a permanência nas terras e os debates e demandas que os ribeirinhos têm tomado para vencer as audiências contra o CESTE e por meio disso ter a garantia de seus direitos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção das Usinas Hidrelétricas tem sido um dos empreendimentos que mais crescem no país, tendo em vista que a mesma surge com a finalidade de produzir energia

54 Tal fator ocorre quando os empreendedores apresentam propostas de indenização, como intermédio de retirada das famílias do local em que a usina irá se instalar, processo ocorrido em toda grande construção de barragens. Ocasionalmente com isso, na migração das famílias atingidas para outros locais diferentes do que viviam o que acaba gerando a exclusão, precarização e privação da vida dos atingidos por barragens, como é o caso dos moradores do Acampamento Coragem. (Cf. ROCHA, 2016).

55 Consórcio Estreito Energia, trata-se de uma confraria de empresas multinacionais que é a responsável pela construção e administração da usina.

elétrica através da força hidráulica dos rios, buscando através disso a geração do lucro advinda daquilo que a natureza vem a lhe proporcionar por meio das hidrelétricas. Tais projetos são implementados seguindo a ótica capitalista, pautados no discurso desenvolvimentista reproduzido pelos grandes empreendedores, de que a instalação das barragens irá gerar lucro e trazer desenvolvimento para o local em que a mesma se implanta.

Barragens têm sido construídas há milhares de anos [...] Em torno de 1950 os governos - ou, em alguns países, o setor privado - estavam construindo um número cada vez maior de barragens à medida que as populações aumentavam e as economias nacionais cresciam. Pelo menos 45.000 grandes barragens foram construídas para atender demandas de água ou energia. Hoje quase metade dos rios do mundo tem ao menos uma grande barragem (CMB, 2000 p. 07).

Segundo a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000, p.08) o que se pretende a cada novo empreendimento hidrelétrico instalado é a busca do bem social humano, assim como, a promoção de “[...] um avanço significativo no desenvolvimento humano em uma base que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável”.

Entretanto, não é o que vem ocorrendo com a implantação de tais projetos, dado o fato dos grandes impactos sociais, políticos, ambientais e econômicos que a construção de grandes barragens tem ocasionado no país e no mundo. Historicamente a opção pela construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil se estabelece em torno da década de 1960, quando o governo de João Goulart em acordo com o governo do Paraguai, decidem pela construção da UHE de Itaipu⁵⁶

Há de se frisar que no período ditatorial houve a primeira grande crise mundial do petróleo (1972/73), com aumento das substanciais por barril. Uma sociedade que objetivava o desenvolvimento urbano-industrial necessitava de energia, pois, esta, inicialmente era importada. Portanto, havia a necessidade de alternativa energética nacional. Desta forma, além das pesquisas da estatal Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS) intensificou-se a construção de represamento de grandes rios nacionais e binacionais (SIEBEN, 2012 p. 61).

De acordo com Airton Sieben (2012) foi na década de 1960/70 que o Brasil deu início a políticas públicas de produção de energia elétrica. Em decorrência da necessidade de energia elétrica para suprir as indústrias e as residências, buscou-se adotar um modelo energético que além de suprir as necessidades urgentes no país - que na época enfrentava a crise do petróleo – desenvolvesse a economia nacional, através da força hidráulica dos rios, por haver um grande número de rios e planaltos que proporcionariam o represamento das águas.

56 A Usina de Itaipu está no segundo lugar no ranking das maiores hidrelétricas do mundo. Tendo a capacidade de 14.000 Mw, destaca-se por ser uma usina binacional, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Segundo Judite da Rocha (2016), a oferta de energia elétrica é pautada na lógica capitalista, tendo em vista que a promoção do crescimento da economia nacional se pauta na produção de energia e a forma com que a mesma irá desencadear o crescimento. Outro fato a se ressaltar é que a energia hidrelétrica tem papel relevante na criação de novas mercadorias: a força hidráulica dos rios é utilizada como fonte de renda e os recursos naturais vistos como moeda de troca. São muitos os discursos a favor da instalação das usinas hidrelétricas, pautados na ideia de uma energia “limpa”⁵⁷, o que na realidade não ocorre, pois bem sabemos os impactos gritantes que a mesma causa ao meio ambiente.

Em decorrência das construções de barragens o número de atingidos e deslocados vem crescendo em todo o mundo, assim como:

No Brasil, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) estima que estas obras de engenharia já prejudicaram um milhão de pessoas e inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas. Os “atingidos por barragens” fazem parte do grupo crescente dos “refugiados do desenvolvimento”, termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura. (NOBREGA, 2011, p.126).

Partindo dessa afirmação, percebe-se que o crescimento desses megaempreendimentos prejudicou um grande número de pessoas e continua a prejudicar. Tais projetos desclassificam aspectos importantes como as terras produtivas, que ao serem alagadas não servirão mais de uso para comunidade, e muitas das vezes a terra é o meio em que as famílias ribeirinhas utilizam para sobreviver através da pesca e da agricultura. Os atingidos, conforme dito na citação acima, não são desapropriados de forma passiva, sendo obrigados - pela imposição dos empreendedores - a deixarem o território em que moravam.

Os atingidos por barragens não estão estritamente relacionados somente com aqueles que já sofreram esse impacto, como também as comunidades que sofrem ameaças constantes sobre a instalação de novas Usinas Hidrelétricas. A cada nova usina que se instala no país, fazem com que as pessoas se mantenham em estado de alerta, por saberem o que tal empreendimento pode vir a lhe causar: como o barramento de um rio, a desapropriação de um território, assim como, as ameaças dos empreendedores durante o processo de desterritorialização dos atingidos do território que outrora viviam (Cf. NOBREGA, 2011) O

57 Segundo Branco (2004) as hidrelétricas se classificam por ser uma forma de energia “limpa” por não produzir fumaça, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou de enxofre, como também não gera resíduos radioativos. Entretanto, por causa do represamento de água durante o surgimento do lago, por não haverem desmatado a área a qual seria atingida, as árvores foram todas alagadas, com isso, passando por um processo de putrefação, o que acaba ocasionando em resíduos tóxicos a água, prejudicando no desenvolvimento da pesca.

número de empreendimentos desse porte tem crescido cada vez mais e com isso, o número de atingidos e desapropriados.

Entre esses casos destaca-se a UHE de Estreito que tem desapropriado uma quantidade gritante de atingidos – como o caso dos moradores do Acampamento Coragem. Este artigo traz os impactos socioespaciais sofridos por esta comunidade tradicional, que busca atualmente reconstruir seu território, dado o fato de terem sido desterritorializados após a construção da barragem de Estreito.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

A desterritorialização é fator recorrente durante as instalações das usinas. A mesma começa a surgir das propostas de indenização que são reproduzidas pelas empresas, com o intuito de retirar as famílias do local que a usina irá atingir. De acordo com Judite Rocha (2016)

Os impactos sociais, culturais, ambientais, familiares e estruturais que as populações tem sofrido no processo de desterritorialização, ocasiona na vida delas modificações no modo de viver, levando essas famílias, em certos momentos, não quererem saber mais de lutar por melhorias, pois as grandes obras implicam em melhores condições de vida (ROCHA, 2016 p. 36).

Diante disso, é recorrente a forma com que tais famílias sofrem acerca da imposição dos empreendedores na migração destas do ambiente em que formaram suas vidas e organizaram seu espaço territorial. Vainer (2006) entende o território como fator influente nas decisões políticas no âmbito nacional, o que acarreta uma série de problemas sociais e espaciais no local, trazendo uma reflexão da forma com que o território se relaciona inerentemente com o poder político, cultural, econômico e social.

O processo de desterritorialização é recorrente em cada nova usina instalada no país ou no mundo. As populações tradicionais são as que mais sofrem com esse processo de migração de território.

O Território tem sido algo bastante debatido ultimamente. Tendo em vista que “O território surge a partir das relações sócio espaciais, relações de poder, apropriação e dominação nas mais variadas dimensões e escalas” (SANTOS; SIEBEN, 2014, p. 04). De acordo com Raffestin (1993) para se entender sobre território é necessário que se saiba que o espaço antecede o território, pois o mesmo se forma a partir do espaço.

Nesse sentido, o território é entendido em sua totalidade, dado o fato que os indivíduos e grupos sociais ao se relacionarem uns com os outros, estão se apropriando de uma dominação espacial, e é desse processo que surge o território (Cf. SANTOS; SIEBEN, 2014). Para se falar de desterritorialização é necessário que se compreenda sobre qual território estamos falando, para isso Haesbaert (2003) aborda três concepções de território que são elas: jurídico-política; cultural e econômica:

[...] associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias igualitárias (HAESBAERT, 2003, p. 18).

Com isso, as diferentes concepções de território pautadas pelo autor estão interligadas no processo de desterritorialização. Dado o fato que com a instalação das barragens este processo é um dos impactos mais sofridos pelas populações tradicionais, em que os empreendedores pautam-se da desapropriação de famílias e acabam gerando uma série de conflitos, pois “a desterritorialização arremetida para as classes menos favorecidas afigura-se em formas de exclusão sócio espacial, de renúncia coibida e insegurança” (ROCHA, 2016, p. 28-29).

Diante dos inúmeros relatos colhidos durante a pesquisa de campo, sempre ouvi dos moradores do Acampamento Coragem sobre a forma agressiva com que foram retirados da antiga terra de onde tiravam seu sustento antes da UHE de Estreito. Atualmente, ocupando uma terra do CESTE, como forma de protesto e luta pela garantia de seus direitos, os ribeirinhos são desterritorializados e estão recentemente se reterritorializando, dado o fato que “[...] a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território constituindo uma operação de linha de fuga e a reterritorialização é o movimento de construção do território” (SIEBEN, 2012, p. 103).

Recentemente os moradores do Acampamento Coragem passam por esse processo de reterritorialização, ao estarem ocupando um novo território para continuar a tirar o seu sustento daquilo que a terra e o rio produzem. Tal processo destaca-se pela forma com que os ribeirinhos, pescadores e vazanteiros⁵⁸ buscaram de melhorar suas vidas, tendo eles já sido desterritorializados, a reterritorialização surge como uma forma de se adequar a uma nova realidade.

58 Trata-se de lavradores que plantam a margem dos rios durante o seu período de desnível. Aproveitando da terra fértil para realizar o plantio de vegetais e hortaliças.

O CONCEITO DE ATINGIDO

A definição de atingido é abordada por Carlos Vainer (2008, p. 40) que destaca que “[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores”. Com isso, para dar o reconhecimento aquele que foi atingido por alguma obra de empreendimento significa dar a esse o reconhecimento legítimo de atingido.

Para conceituar o termo atingido Carlos Vainer (2008) destaca duas concepções: a territorial patrimonialista e a concepção hídrica. A primeira está relacionada à ação do empreendedor que é determinada pelo domínio da propriedade, ou seja, os atingidos neste caso são os donos das terras. Já a concepção hídrica trata-se do atingido que foi inundado e retirado do local em que vivia, nesse caso destacam-se as populações tradicionais.

O MAB tem sido um dos movimentos que tem lutado com bravura para conquistar o direito dos atingidos. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana reconhece que a implantação de barragens no país tem acarretado uma série de violações de direitos, dando destaque para 16 direitos humanos que tem sido violados. Esses inúmeros direitos violados pela instalação de hidrelétricas ocasionam uma série de desigualdades sociais que já são latentes em nossa sociedade, acarretando em situações de vulnerabilidade, desestruturação social, familiar e individual (Cf. ROCHA, 2016 p. 77). Dentre as lutas assumidas pelo MAB, destaca-se:

Uma questão interessante é que somente a partir de 2008, depois de muita luta e reivindicações por parte dos pescadores atingidos pela UHE de Estreito, juntamente com o MAB, estes trabalhadores conquistaram, em âmbito nacional, o reconhecimento da categoria pescador como “atingido” (ROCHA, 2016, p. 51).

O pescador só passou a ser reconhecido como atingido após inúmeras lutas e resistências contra a UHE de Estreito. Isso destaca o papel relevante que o movimento junto aos atingidos tem conquistado durante as suas lutas. Tal direito ocorreu através de acampamentos em frente a usina, passeatas e caminhadas em protesto a instalação da usina e do reconhecimento do pescador como atingido por tal empreendimento.

Através disso, muito tem se ganho com esse reconhecimento. Dado o fato de agora serem legitimamente reconhecidos como atingidos, conforme Carlos Vainer (2008) destaca, que o atingido define-se a partir do reconhecimento e legitimação de seus direitos. Entretanto muitas são as lutas dos atingidos pelas barragens, pois buscar uma mobilização contra barragens vai além de recusar a implantação desses megaempreendimentos.

A luta por visibilidade e direitos tem sido almejada e pautada a cada nova usina instalada no país. Com isso, poderemos um dia chegar ao êxito de conseguirmos utilizar outros meios de gerar energia, inclusive as renováveis que são pouco utilizadas, mas são menos agressoras em diversos aspectos tanto sociais quanto ambientais.

INCURSSÕES METODOLÓGICAS

Um dos métodos utilizados para a realização desta pesquisa foi levantamento bibliográfico, no qual tive como base artigos, livros, monografias e teses que abordem temáticas relacionadas ao tema proposto.

O método central da minha investigação foi a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com recurso à observação participante, que ocorreu no Acampamento Coragem. A escolha desse método se deu pois, como afirma Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Nesse sentido, observo que o método é útil para a melhor compreensão e discussão do tema em questão, em razão de que os fenômenos sociais não se quantificam, e de que a abordagem qualitativa melhor se aprofunda acerca das ações e relações humanas, captando elementos o que uma pesquisa quantitativa - ligada às estatísticas e coletas de dados – na maioria das vezes não consegue alcançar, tendo em vista que a formação de um Acampamento e suas organizações sociais e políticas carregam uma gama de preceitos, relações e valores que para compreendê-los é necessário participar de sua realidade.

Partindo dessa ótica que escolhi a observação participante, que se trata da coleta de dados através da participação na vida cotidiana da comunidade em que se estuda. Busco através disso analisar a formação e todos os impactos sofridos pelos atingidos do Acampamento Coragem, realizando uma pesquisa etnográfica e aplicando um questionário aberto em que pretendo “[...] compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhando com uma lente de aumento” (SEVERINO 2007, p. 119).

Tal abordagem é assim descrita por Malinowski (1976, p. 29):

Os princípios metodológicos podem ser agrupados em três tópicos principais: em primeiro lugar, é lógico, o estudioso deve ter objetivos verdadeiramente científicos e conhecer os valores e critérios da moderna etnografia. Em segundo lugar, deve criar condições adequadas para o trabalho, o que significa, principalmente, viver realmente entre os nativos, longe dos outros brancos. Finalmente, deve aplicar métodos especiais de coleta, manipulação e registro de dados.

Diante disso, seguindo os critérios abordados por Malinowski, procurei conviver realmente com os ribeirinhos e participar do seu cotidiano, assim como o autor participou da vida do grupo que pesquisou, para que através disso possa ter melhor compreensão e análise sobre o objeto de estudo.

DISCUSSÕES ANALÍTICAS

O Acampamento Coragem

O Acampamento Coragem está localizado no município de Palmeiras do Tocantins, é formado por 48 famílias, sendo a grande maioria de pescadores associados à Colônia dos Pescadores Z35, e que antes residiam na cidade de Estreito (Maranhão). Atualmente ocupando a terra do CESTE, eles se organizam nas terras através da divisão de lotes em que cada um tem o seu especificamente enumerado. O início do acampamento surgiu em outubro de 2015, quando os pescadores souberam do território que pertencia ao CESTE. Nesse sentido, foram instruídos a ocupar tal espaço, pois teriam o apoio do MAB para a conquista de tal terra.

Segundo o relato de alguns moradores a terra a qual ocupam hoje já era do conhecimento de muito deles, por se tratar das terras de um fazendeiro que foi indenizado pela UHE de Estreito. Hoje, a terra ocupada é de posse do CESTE, pois o mesmo indenizou o antigo dono da terra, mas não pagou os direitos dos pescadores:

Essa terra que nós estamos que é o Coragem hoje eu conhecia toda vida, desde criança que eu conheço. O pessoal começou a dizer, rapaz, aquela terra ali é do CESTE, o CESTE pagou ela. Ai, conversando com as pessoas que conheciam mais, como o Raul que era vizinho lá, a mãe dele tinha uma fazenda ali vizinha e conhece desde criança. Ai conversando ele disse que o CESTE comprou “eu tenho certeza absoluta porque eu andei mais o homem que comprou a terra”. Ai tivemos essa ideia, conversando em casa aqui, conversando com o Luiz Moura que era presidente da cooperativa e tinha sido presidente da colônia. Ele disse que conhecia e sabia que a terra era do CESTE e o único jeito era a gente enfrentar. Ele deu a ideia, ele mais o Cirineu do MAB, deu a ideia de ocupar porque disse que se nós não ocupássemos o CESTE nunca ia dar nada pra gente não. Ai o Cirineu veio e eu perguntei: “Cirineu a gente estando lá, o que que você acha?” e ele disse: “Não, só ta faltando a coragem de vocês, porque o que nós pudermos fazer lá fora nós vamos fazer. Pode meter a cara, pode chamar a turma e meter a cara. Ai foram indo devagarzinho os outros, eu mesmo não fui um dos primeiros a ir. (Seu Antônio).

Segundo a entrevista de Seu Antônio o Acampamento teve sua formação a partir de quando souberam que a terra que hoje residem estava sob posse do CESTE. Tendo ele indenizado o antigo fazendeiro dono de tais terras, através do contato e do apoio do antigo presidente da colônia e da cooperativa Luiz Moura e com o apoio do militante do MAB Cirineu, foi que se deu o primeiro passo para se ocupar este território.

Esse processo de ocupação de um novo território ocorre em razão de terem sido desterritorializados de suas antigas terras, que foi alagada pela UHE de Estreito. Segundo Rogério Haesbaert (2007):

Nas sociedades tradicionais, trata-se da mais elementar formulação de uma territorialidade, aquela que depende estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra, o meio no qual o grupo social está inserido, e o que o transforma, assim, num “pressuposto nativo ou divino” da existência humana (HAESBAERT, 2007, p. 195).

Os ribeirinhos do Acampamento Coragem classificam-se dentro desse grupo de desterritorializados, tendo em vista que foram retirados do local em que tiravam seu sustento. O antigo ponto de pesca e vazante se encontrava a beira do rio Tocantins e era de posse de um fazendeiro que voluntariamente cedia suas terras para que os ribeirinhos fizessem uso. Nessas terras os mesmos ficavam acampados e realizavam atividades de pesca e agricultura. A vazante ficava numa ilha a frente do local em que estavam acampados.

Ao serem questionados sobre o que a vinda da barragem representava para vida deles, foram sinceros e enfáticos:

- Prejuízo, acabou com a nossa renda de peixe. Não tem peixe, não tem nada. Hoje só tem fome, mais nada. (Dona Maria do Socorro).
- Eu perdi muita coisa, lá eu tinha tudo. Não tem nada de bom (a barragem), só tem muita destruição. (Dona Gilda).

Através das falas das moradoras pude observar em seus rostos o apressamento pela terra perdida. De acordo com a maioria dos moradores, a terra que foi alagada era mais produtiva e tinham mais rentabilidade, tanto na pesca como na agricultura. Esse fator é recorrente em razão da grande mortalidade de peixes e de não haver a migração das espécies para que o peixe possa melhor se desenvolver e se reproduzir.

De acordo com os relatos de Dona Jaqueline, o período de maior produção da pesca se dá durante a migração dos peixes. Antes da construção da barragem se encontravam muitos cardumes, hoje em dia não se encontra mais, pois em decorrência do lago os peixes têm sido impedidos de migrarem, como bem destaca Nilva Santos e Silvanio Nogueira (2010):

É percebido que naturalmente os peixes, quando o nível da água está elevado, com temperatura também alta realizam a reprodução, nadando contra a correnteza dos rios queimando gorduras. Embora a parede do reservatório impeça esse trajeto [...]. Com a profundidade do lago e do reservatório e o calor solar, haverá formação de camadas de águas com diferentes temperaturas e concentrações de oxigênio, limitando o desenvolvimento de espécies aquáticas a uma camada específica (SANTOS; NOGUEIRA, 2010, p. 08).

A queda na pesca é fator permanentemente debatido durante todas as minhas observações e através das entrevistas colhidas. Como bem destaca Seu Assis durante nossa conversa quando lhe perguntei sobre as mudanças na sua produção comercial antes da barragem comparada com os dias atuais, o mesmo me disse: *“Muito mais fraco que antes. Pegava muito cardume, Tucunaré e Mampará são os únicos peixes que tem. O sabor do peixe de antes era diferente, o peixe está mais fraco”*. Diante desse fato é nítido um dos grandes impactos ocasionados pela barragem que atingiu a todos os pescadores da região.

Os moradores do Acampamento Coragem são tidos como populações tradicionais, dado fato que:

[...] as chamadas ‘populações tradicionais’, expressão que designa um conjunto de populações de pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, camponeses, extrativistas, pantaneiros e ribeirinhos que fazem uso direto dos recursos da natureza (VIANA, 2008, p. 214).

Os pescadores, lavradores e ribeiros que hoje moram no acampamento usam na terra como forma de tirar o seu sustento próprio, o zelo e apreço pela terra em que estão é perceptível na forma com que a tratam. Pude perceber através de seus relatos que dinheiro nenhum pagaria o significado que os moradores do acampamento imprimem sobre a terra. Não fazendo dela em momento algum como moeda de troca, destacando o seu valor que é imaterial e que perpassa gerações. Seu Sebastião Belém, ao ser questionado se escolheria entre a terra e o dinheiro, o mesmo respondeu: *“A terra, porque se morrer hoje fica pros filhos”*.

Seu Sebastião é um dos moradores mais velhos do acampamento e que persiste na luta e permanência do local, sempre trabalhando e mostrando sua força e coragem. A terra tem um significado para os moradores que vai para além daquilo que os empreendedores á atribuem. Tendo em vista a relutância do CESTE em lutar por esse território que outrora estava abandonado sem uso algum, a visão capitalista dos empreendedores de que a terra está a serviço do lucro vai em contrapartida ao que os moradores do acampamento tem.

Tais ideias se contrapõem entre outros fatores como o caso da visão sobre desenvolvimento. Desde a instalação da UHE de Estreito os discurso pautava-se na ótica desenvolvimentista em que a região iria crescer e a barragem viria para gerar lucro para o local. Entretanto, isso não vai de acordo com que os pescadores pensam. Muitos deles destacaram que:

- *Prometeu e não cumpriu (O CESTE) Não teve nada de desenvolvimento. Pra nós não teve vantagem. (Dona Jacirene).*
- *Pra nós até agora (a barragem) não trouxe nada. Nem energia vem aqui pra nós. Nem pra nós essa barragem serve. (Seu Cícero).*

Para a autora Renata Nobrega (2011) “Os atingidos por barragem fazem parte do grupo crescente dos refugiados do desenvolvimento, termo que designa pessoas que sofreram deslocamento forçados” (2011, p.126). Dentro desse grupo encontram-se os moradores do Acampamento Coragem que foram desterritorializados durante a instalação da usina e que desde o início foram totalmente contra a sua instalação, dado o fato que eles são os que mais sofrem com esses projetos de infraestrutura.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável tem crescido em nosso país, muito vem se discutindo sobre os impactos ambientais decorrentes das usinas hidrelétricas. Entretanto, com menos destaque tem-se analisado os impactos sociais desses megaempreendimentos. Pouco se fala sobre o que os sujeitos têm a dizer sobre isso, dado o fato que esses são os que há séculos fizeram e fazem uso sustentável da natureza, o que ocasiona um fator primordial para a sua análise e compreensão. Os mesmos podem nos auxiliar acerca das saídas mais interessantes para o tão almejado desenvolvimento econômico, partindo de uma perspectiva mais sustentável. Assim como analisar, através desta percepção, uma melhor compreensão sobre os impactos que são menos visíveis e a desestruturação social que tais usinas têm provocado.

Através das minhas visitas de campo, entrevistas e observações pude perceber que dentre os maiores anseios dos pescadores está o respeito e o cumprimento para com seus direitos. O pescador passou a ser legitimamente reconhecido como atingido pelas barragens apenas em 2008, durante o processo de construção da UHE de Estreito. No entanto, as lutas por reconhecimento continuam até os dias de hoje, dado o fato que os empreendedores não querem cumprir com as suas obrigações, como o caso das indenizações aos pescadores da colônia que até hoje não foram ressarcidos pela mortandade de peixes causada pela usina.

A FORMAÇÃO POLÍTICA DENTRO DO ACAMPAMENTO

Dona Jacirene foi para mim, durante todo esse processo de pesquisa, uma intermediária, aquilo que Doc foi para Foote Whyte, tendo em vista que “Uma observação participante não se faz sem um “Doc”, intermediário que abre as portas e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade” (VALLADARES, 2007, p. 154). Através de seu acolhimento pude obter dados precisos para compreender o processo de formação dos moradores do acampamento. Mesmo não se considerando líder (pois em conversa com a mesma ela se define como representante, e não como líder do Acampamento), diante das observações e fala dos moradores é nítido o reconhecimento de Jacirene como sua liderança. Dona Jacirene é militante do MAB há sete anos, e esse é um dos motivos principais de ter sido escolhida como representante do acampamento.

A liderança do Acampamento foi escolhida de forma coletiva entre os moradores. No início da ocupação cada um buscou se organizar em seu espaço, e como destacado por muitos, era “Cada um por si e Deus por todos”. Após estarem dentro do acampamento decidiram se reunirem mensalmente para debaterem as questões do acampamento. Nessas reuniões que foi decidido a representação dos moradores, que tem Dona Jacirene como líder e Seu Manoel como vice (ou diretor, como o mesmo se intitula).

Através dos relatos pude observar a importância e reconhecimento que os moradores dão ao MAB. Todos destacaram seu importante papel na luta pelos seus direitos, tendo alguns deles destacado que se não fosse a ajuda do movimento eles não estariam naquele território.

[...] o Movimento surge a partir de um argumento social, dado que as pessoas se encontram diante de uma ameaça iminente de perderem suas terras, suas benfeitorias e seu ambiente de vida pela construção de hidrelétricas. [...] o MAB se constitui também em um instrumento político – com embasamento ideológico – e um espaço de formulação de propostas alternativas acerca da questão energética e do modelo de desenvolvimento da sociedade (BENINCÁ, 2011, p. 118).

Partindo da luta do movimento que junto dos moradores do acampamento enfrentam as audiências na luta pela permanência nas terras, o MAB mostra sua representatividade e força, e é em razão desse papel que muitos dos atingidos agora reconhecem seu papel político e social.

Em todas as reuniões, encontros e eventos que são promovidos pelo MAB, Dona Jacirene participa e leva junto consigo alguns dos moradores, quando possível. Durante as reuniões, a mesma destaca as principais ações desenvolvidas pelo MAB. Inclusive, o acampamento está entre uma das lutas do movimento. Existem outros acampamentos que

sofrem na justiça com as ameaças do CESTE na retirada do território ocupado e o movimento tem lutado pelo assentamento de todos estes acampamentos, como o caso do Coragem.

Diante disso, pude perceber a importância do movimento dentro do acampamento. Todos os pescadores e ribeirinhos aumentam suas expectativas acerca do ganho da terra em razão da participação do MAB nesta luta.

O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE TERRITÓRIO DOS RIBEIRINHOS / PESCADORES

Desde antes de meu primeiro contato com o Acampamento, tive informações acerca do povo que havia ocupado este território. Os moradores do acampamento, em sua maioria, antes da barragem se acampavam a beira do rio Tocantins, em uma terra cedida por um fazendeiro que não os impedia de fazerem suas atividades de pesca e vazante.

A vida dos pescadores nesta época segundo os relatos era mais fácil e mais produtiva:

- Antes era bem melhor. A terra de lá era bem melhor. Eu voltaria pra lá (Seu Assis).

- A vontade de querer produzir, de querer ter a mesma produção que tinha. Se a gente tiver onde trabalhar a gente consegue, porque coragem e força a gente tem. Porque lá nós já tinha, e aqui nós estamos começando (Seu João).

Para alguns dos moradores as terras do acampamento não são tão produtivas como a outra na qual foram retirados. Entretanto, de acordo com a fala de muitos deles e com base em minhas observações, dos barracões nos quais andei sempre vi produção e plantio nas terras, a maioria tem uma roça e hortas. Com isso, mesmo não sendo tão produtiva quanto a outra, a terra dá. Tudo o que se planta dá, no entanto o preparo para com a terra é maior do que a de antes.

A vazante era uma das atividades que mais gerava renda na vida dos ribeirinhos – a maioria dos pescadores eram vazanteiros e hoje são lavradores. A terra era muito fértil pois o plantio se dava a beira do rio, não precisava de muito cuidado ou adubação. No acampamento não é possível realizar esse tipo de atividade, tendo em vista que a Área de Preservação Permanente (APP) demarcou 100m² da margem do rio acima onde não se pode construir e nem produzir. Nesse sentido, não existe possibilidade de os vazanteiros continuarem com as atividades que realizavam na antiga terra.

Por meio disso, nota-se a perda da identidade cultural (relacionada ao território) destes povos tidos como tradicionais:

[...] a política energética brasileira, tal com ela se apresenta atualmente, traz consigo não só o lado da moeda que se remete ao progresso e ao desenvolvimento, mas, além dos danos ambientais, traz também danos sociais irreversíveis e incalculáveis, o desenraizamento, a perda da identidade e do território (SANTOS; SIEBEN, 2014, p. 09).

É perceptível a perda de uma identidade cultural ao olharmos para os vazanteiros que atualmente não podem mais realizar suas atividades de lavoura a beira do lago. Tal processo caracteriza-se pela perda de identidade cultural, em que os empreendedores, ao fazerem uma demarcação de terra que impede o agricultor de realizar as suas atividades de lavoura, o impedindo de trabalhar naquilo que lhe traz o sustento.

O processo de migração não ocorreu de forma pacífica, de acordo com alguns moradores a retirada da antiga terra ocorreu da segunda forma:

- O pessoal do CESTE ia lá e perguntava se eu tinha ordem de estar ali. O fazendeiro sempre dizia “Enquanto a fazenda for minha você pode ficar sossegado”. Quando o pessoal do CESTE chegava eles dizia assim: “Ei mais vai ser ruim pra você, você tem outro lugar pra ir?”. Aí, eles diziam: você tem pra onde ir? E eu dizia, não, não tenho pra onde ir não, só minha casa mesmo no Estreito. E eu vou criar minhas coisas aonde? eles diziam assim: “O CESTE vai contemplar esses pescadores da beira do rio que vivem assim como o senhor. Com certeza o CESTE vai comprar uma terra para ‘agazaiar’ vocês” a conversa deles era essa. Quando eles faziam reunião na colônia a conversa também era essa, e o tempo passando e eles fazendo a barragem. Aí quando inundou, que teve a primeira cheia, que ele não inundou todo de uma vez, ele encheu um bocado, aí ficou meio perto. Eu estava lá. Foi a última vez, aí tinha um pessoal lá trabalhando com as máquinas e vieram conversar comigo e disseram que o CESTE ia contemplar a gente. Aí eu tive que descer pra cá (para Estreito) pra trazer o peixe pra vender. Quando eu desci pra cá não demorou acho que duas horas que eu cheguei, eles viram que ficou sem ninguém e as máquinas estavam lá perto, eles arrocaram as máquinas e meteram o motor serra e cortaram as tábuas, pinicaram tudinho de motor serra, meteram o trator, botaram o fogão pra fora. Enterraram um bocado de coisa (Seu Antônio).

Esse foi o processo da retirada do antigo local onde pescavam os moradores do Acampamento Coragem. Muitos deles destacam a destruição de seus barracões, tendo o CESTE derrubado e enterrado a maioria de seus bens. Nesse sentido, se nota que não ocorreu nenhuma espécie de negociação.

Depois do ocorrido a maior parte dos pescadores teve que buscar outros territórios para assim poder continuar com suas vidas. No caso de Seu Antônio, após ter sido retirado do antigo acampamento, o mesmo passou a migrar de um território a outro. Tendo se acampado em uma Ilhinha, que também foi atingida pela usina, lá ele ficou no período de um ano até receber a intimação da justiça para se retirar do local. Após isso, comprou um lote, e já levou suas galinhas e construiu um barracão. A terra fica na beira do lago, só que mais a frente do Acampamento, lá a APP era só 35m², e a terra fica no município de Darcinópolis.

A terra não é muito extensa, e de acordo com Seu Antônio, não havia como trabalhar na mesma. Quando surgiu a ideia de ocupar o Acampamento Coragem, tendo os mesmos ocupado as terras em frente a Cooperativa, em que passaram três dias e saíram por ordem do CESTE que pediram para que saíssem do local tendo prometido que arrumariam outras terras para eles morarem. Após isso, souberam das terras em que hoje estão e deram início ao Acampamento.

Todo esse processo de migração de território é chamado de Desterritorialização. Rogério Haesbaert (2003) destaca esse processo como

“[...] vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Aqui, o território pode adquirir uma conotação culturalista e, muitas vezes, pode se confundir com o conceito de lugar visto basicamente como estratégia de identificação cultural, referencia simbólica que, sob a desterritorialização, perde sentido e se transforma em um “não-lugar” (HAESBAERT, 2003, p. 17).

Segundo o autor, tal processo classifica-se pela perda de território e de identidade cultural, tendo em vista que a migração de um indivíduo de um espaço para outro acarreta em uma série de fatores conflituosos que irá impactar em sua vivência e reinserção em um novo território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho me possibilitou uma série de reflexões a partir da vivência com os moradores do Acampamento Coragem. Além de perceber o modo de vida desta população tradicional, pude compreender os inúmeros embates enfrentados para com as construções de grandes empreendimentos, como é o caso das Usinas Hidrelétricas.

De acordo com o discutido durante todo esse trabalho, a construção das usinas surgem de um discurso desenvolvimentista pautado na ótica capitalista de promoção da economia nacional. Entretanto esse ‘progresso’ é promovido ultrapassando uma série de impactos e conflitos, como em específico os sociosespaciais, debatidos durante a construção deste trabalho.

O processo de desterritorialização é um dos impactos sofridos pelos atingidos por barragens, o mesmo está carregado de uma série de conflitos sofridos por essas populações que ao perderem seu território enfrentam grandes embates na luta pela sua reterritotalização.

Nesse sentido, os moradores do Acampamento Coragem destacam todo o processo de migração de território, assim como, as suas percepções acerca da vinda das barragens para

região. Como visto a mesma não gerou nenhuma espécie de desenvolvimento para essa comunidade, ao contrário, lhes tirou o seu sustento. Tendo em vista a vista a visão divergente sobre desenvolvimento que os atingidos têm sobre o que os empreendedores falam do assunto.

As percepções de desenvolvimento abordadas pelos pescadores do acampamento vai em contra partida aquilo que é reproduzido pelos empreendedores, pois os mesmos têm uma perspectiva de desenvolvimento (diferente da do CESTE), estão inseridos nesse processo e não são ouvidos. Dado o fato de que eles veem a vinda da barragem como algo que impactou negativamente as suas vidas, tendo ocasionado numa série de conflitos que marcaram suas vidas até hoje.

Através disso, podemos refletir sobre as políticas de infraestrutura que estão sendo desenvolvidas no nosso país, e de que forma elas venham a contribuir para com a população. Tendo em vista que, de acordo com esse estudo de caso a ótica desenvolvimentista é percebida de diferentes maneiras e um bom desenvolvimento para a nação deve levar em conta todos os povos, e nesse caso os atingidos pelas barragens estão sendo descartados a cada nova usina instalada no país.

Diante disso, a luta do MAB pelos direitos dos atingidos, assim como, na forma de um modelo energético que não agrida tanto o meio ambiente como também as comunidades que sobrevivem dos recursos naturais. Dado o fato que este modelo já ultrapassa gerações e continuam a impactar vidas em todo o mundo. Com isso, podemos chegar ao êxito de conseguirmos utilizar outros meios de gerar energia, inclusive as renováveis que são pouco utilizadas, mas são menos agressoras em diversos aspectos, tanto sociais quanto ambientais.

Por meio disso o MAB, vem lutando por um modelo energético que não impacte tanto povos e comunidades tradicionais. A participação do movimento dentre as ações do governo ao persistir na produção de barragens do país tem gerado grandes embates e conquistas. O movimento vem persistindo na luta pelos atingidos por barragens, e na promoção de uma economia que não impacte tanto a natureza, como estes povos. Com isso, o MAB através de seu instrumento político, tem buscado alternativas para a questão energética e um novo modelo de desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Aparecido Osdimir. **Expectativas da população de Novo Acordo (TO) diante da implantação de um empreendimento hidrelétrico.** In: NAVAL, Líliliana Pena (Org.). **Grandes barragens: diferentes enfoques/.** – Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões.** Um sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000.

Disponível em: < http://www.dams.org//docs/overview/cmb_sumario.pdf>. Acesso em: 22/01/2018.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, 2003.

NOBREGA, Renata da Silva. **Os atingidos por barragens: refugiados de uma guerra desconhecida.** In: Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

ROCHA, Judite de. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas.** Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2016. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem.** Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. **O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania.** In: Revista Direito e práxis. v. 06. dezembro de 2014. p. 113-140. Rio de Janeiro, RJ.

SANTOS, Alisson Almeida; SIEBEN, Airton. **Hidreletricidade e des-re-territotialização: uma análise a partir no reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína-TO.** In: **Revista Tocantinense de Geografia,** Araguaína, TO: Ano 03, n 1, p. 1-10, jan- jun, 2014.

SANTOS, Nilva Maria Pereira, NOGUEIRA, Silvanio Cardoso. **Os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito – Ma.** Araguaína, TO: ESEA, 2010. Originalmente apresentado como artigo de pós-graduação, Especialização e estudos avançados, 2010.

SIEBEN, AIRTON. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** Uberlândia, MG: UFU, 2012. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. **Conceito de “atingido”:** Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens.** Viçosa, MG: UFV, 2008, p.39-63.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

O FUNDAMENTO DA VIOLÊNCIA É A VIOLÊNCIA DO FUNDAMENTO: METAFÍSICAS SELVAGENS-CANIBAIS, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA CULTURAL INDÍGENA NO "BICO DO PAPAGAIO" - TOCANTINS

Fabício Carlos Zanin⁵⁹
Maria Angelita da Silva⁶⁰

RESUMO: O tema é o fundamento das violências sofridas pelos indígenas no contato com a cultura moderna. Discute-se a existência indígena e a permanência de sua cultura como um ato de resistência. Justifica-se a investigação em razão da região norte do Tocantins ser um exemplo histórico de contatos culturais entre índios e não índios. O problema divide-se nas seguintes perguntas. Quais as relações das características do fundamento filosófico da cultura moderna com a cultura dos povos indígenas? Como se deu a relação entre a cultura moderna e a indígena? Como a antropologia tradicional acabou por aplicar, justificar e legitimar a violência do fundamento da cultura moderna sobre as outras? O objetivo geral é a compreensão das violências sofridas pelos indígenas nas suas relações com a cultura moderna em termos filosóficos e antropológicos, superando-as e pensando novas possibilidades inclusivas. Os objetivos específicos são três: primeiro, caracterizar o fundamento filosófico da cultura moderna; segundo, compreender a aplicação do fundamento filosófico na ciência antropológica tradicional e sua explicação legitimadora da violência aos povos indígenas; e, terceiro, comparar as violências e as resistências indígenas. Nosso referencial teórico está baseado na tradição hermenêutica em autores como Heidegger, Gadamer, Vattimo, Ricoeur e Agamben. Para a distinção entre antropologia tradicional e crítica, apoiamos-nos em Levi-Strauss, Viveiros de Castro, Cardoso de Oliveira e Geertz. Conclui-se afirmando que as metafísicas selvagens e canibais indígenas fundamentam as três dimensões de sua cultura (a territorial, a comunitária e a individual), tornando-a forte, potente e criadora de novas possibilidades inclusivas teóricas e práticas.

Palavras-chave: Fundamento; Modernidade; Antropologia; Indígenas.

INTRODUÇÃO

O tema é a reflexão sobre o fundamento das violências sofridas pelos indígenas no contato com a cultura moderna. Discute-se, por um lado, o reconhecimento da complexidade do pensamento selvagem indígena e, por outro, a mera existência e presença indígena na cultura do não índio já sendo, por si só, um ato de resistência, ao mesmo tempo em que mantém a sua própria cultura.

Delimita-se o tema ao apresentar, a partir da hermenêutica, as características de unidade, normatividade e expansão do fundamento filosófico da modernidade. Elas são

⁵⁹Universidade Federal do Tocantins. Mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *E-mail:* professorzanin@uft.edu.br

⁶⁰Universidade Estadual de Maringá. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. *E-mail:* mariaangelitad@gmail.com

reproduzidas na ciência antropológica tradicional, que explica as comunidades selvagens, primitivas e desorganizadas e suas diferenças com as sociedades humanas, desenvolvidas e organizadas. No entanto, para a ciência antropológica crítica, o pensamento selvagem indígena subverte toda a lógica científica, metodológica e excludente da antropologia tradicional, renovando-a e tornando-a mais inclusiva.

Justifica-se a investigação em razão da região norte do Tocantins, conhecida como "Bico do Papagaio", na qual está presente o Campus da Universidade Federal do Tocantins – UFT, na cidade de Tocantinópolis, ser um exemplo histórico de contatos culturais entre índios e não índios. Tais contatos são comuns na cidade, nas aldeias e nas próprias salas de aula, os quais sempre pressupõem a atuação invisível do fundamento filosófico e científico e, por isso mesmo, já são, em si, violentos e difíceis, mas também capazes de operar sua desconstrução e renovação inclusiva, respeitosa e intercultural. Destacam-se as principais dificuldades indígenas dentro e fora da UFT.

O problema divide-se nas seguintes perguntas. Quais as características do fundamento filosófico da cultura moderna? Quais as relações das características do fundamento filosófico da cultura moderna com a cultura dos povos indígenas? Como se deu a relação entre a cultura moderna e a indígena? Como a antropologia tradicional, ao estudar e explicar as diferenças entre as culturas, acabou por aplicar, justificar e legitimar a violência do fundamento da cultura moderna sobre as outras? O reconhecimento da complexidade e fecundidade do pensamento selvagem indígena e de sua metafísica canibal é possível dentro da antropologia tradicional? Quais as consequências para a antropologia tradicional e para a educação tradicional do reconhecimento da metafísica selvagem e canibal da cultura indígena?

O objetivo geral é a compreensão das violências sofridas pelos indígenas nas suas relações com a cultura moderna em termos filosóficos, antropológicos e educacionais, superando-as e pensando novas possibilidades inclusivas de fundamentos, de pensamentos e de convivência.

Os objetivos específicos são três: primeiro, caracterizar o fundamento filosófico da cultura moderna; segundo, compreender a aplicação do fundamento filosófico na ciência antropológica tradicional e sua explicação legitimadora da violência aos povos indígenas; e, terceiro, comparar as violências e as resistências indígenas dentro e fora da sala de aula, afirmando a possibilidade de que a sua cultura, seu pensar e suas metafísicas sejam reconhecidas em toda sua plenitude e potência criativa numa nova antropologia crítica.

Nossas hipóteses são três: a primeira afirma que as características da unidade, normatividade e expansão do fundamento filosófico da cultura moderna explicam as relações colonialistas, violentas, opressoras, preconceituosas e etnocêntricas com as quais sempre se relacionou com a cultura dos povos indígenas; a segunda hipótese é a de que as teorias antropológicas tradicionais, ao serem fundamentadas epistemologicamente pelo fundamento filosófico, aplicaram e legitimaram a violência colonizadora; e, por último, a terceira hipótese é a de que a existência e a presença indígenas, tanto em locais indígenas como não indígenas, e a manutenção de sua cultura, em suas dimensões territorial, comunitária e individual, mesmo depois da violência colonizadora e do contato com a cultura moderna, são um sinal indicador da potência e da fecundidade de tal cultural e do pensamento e metafísicas selvagens que a fundamentam, as quais são capazes de, ao mesmo tempo, renovar a própria antropologia tradicional.

Nosso referencial teórico a respeito do fundamento filosófico da modernidade e suas características está baseado na tradição hermenêutica, mas, sobretudo, em autores como Heidegger, Gadamer, Vattimo, Ricoeur e Agamben. Para a distinção entre antropologia tradicional e crítica, por um lado, e para a existência, potência e fecundidade do pensamento selvagem e da metafísica canibal indígena, por outro, apoiamo-nos em Levi-Strauss, mas, sobretudo, a sua recepção brasileira em pensadores como Viveiros de Castro e Cardoso de Oliveira. Também é importante para nós a recepção do paradigma filosófico da hermenêutica na chamada antropologia simbólica, interpretativista ou hermenêutica de Geertz. Além disso, utiliza-se a teoria das variedades linguísticas (Bagnó) para o enfrentamento das dificuldades educacionais indígenas.

O "método" é o da hermenêutica filosófica que, por sua vez, já é um questionamento sobre o primado científico e metodológico de acesso ao mundo, à existência e às culturas. A hermenêutica filosófica é o tipo de racionalidade que recupera justamente o que é necessário para acolher a metafísica selvagem e canibal indígena e renovar a antropologia tradicional, ou seja, é uma experiência linguística de si mesmo, do mundo e dos outros baseada na finitude, na historicidade e no compreender enquanto condição originária de toda e qualquer instauração de sentido.

Conclui-se afirmando que as metafísicas selvagens e canibais indígenas fundamentam as três dimensões de sua cultura (a territorial, a comunitária e a individual), tornando-a forte, potente e criadora de novas possibilidades de renovação, desde dentro, da antropologia tradicional, tornando-a mais inclusiva. A existência do índio, sua presença e sobrevivência na

cultura ocidental e em seus próprios territórios, a despeito de todas as violências e dificuldades sofridas, já provam a sua força, fazendo-nos rever nossos fundamentos filosóficos, antropológicos e educacionais tradicionais.

O FUNDAMENTO DA MODERNIDADE E POVOS INDÍGENAS

A modernidade é uma época histórica que, a despeito das polêmicas sobre periodicizações e conceitualizações históricas, vai do século XV até XX (HOTTOIS, 2008). Surge com o Renascimento e acaba para uns (HOBSBAWN, 2011) na queda do muro de Berlim e, para outros, com o ataque terrorista de 11 de setembro (ACCIOLY; CASELLA, 2017). Em todo caso, além de uma época histórica ao lado da pré-história, da antiguidade, da idade média e da contemporaneidade (ou pós-modernidade: outra polêmica!), a modernidade também pode ser vista como um projeto de civilização que se tornou – com ferro, fogo, pólvora e muito sangue!; os indígenas testemunham! – um modelo de desenvolvimento global (ZANIN, 2013).

Mas como a modernidade conseguiu tudo isso? Ela conseguiu tudo isso a partir da definição de um novo fundamento e a partir de revoluções em cada uma das partes que compõem seu projeto de civilização e de desenvolvimento. O novo fundamento é o humanismo. As partes do projeto de civilização são as seguintes: economia, política, estado, direito, ética, religião, cultura, educação, trabalho e cidades. A modernidade conseguiu impor, de modo revolucionário, em cada uma dessas partes o novo fundamento humanista. A natureza humana racional, europeia, ocidental, branca, liberal, capitalista e burguesa será, a partir de então e em cada uma daquelas partes, modelo de ser humano, de civilização e de desenvolvimento global (PERRY, 2002).

A definição do novo fundamento revolucionário moderno se dá no território da filosofia, sobretudo em sua dimensão conhecida como metafísica, lugar onde habita o fundamento filosófico. O fundamento pode ser definido como a busca humana pelo primeiro princípio, causa ou aquilo a partir do qual todas as coisas nascem (origem, início), aquilo que sustenta todas as coisas na sua existência e aquilo para o qual todas as coisas retornam quando se deterioram (morte, fim) (REALE, 2004). O fundamento uno e universal tudo funda; funda toda a multiplicidade. A partir dele tudo é fundado. E com ele tudo é fundamentado (HEIDEGGER, 1999). Tal busca humana começou na Grécia com o nascer da filosofia que, a partir da natureza humana racional, passou a questionar as explicações que antes dela davam o mito (VERNANT, 2009; BORNHEIM, 2009). Os indígenas “selvagens”, “animais sem

alma”, conheceram bem tais questionamentos no primeiro encontro que tiveram com os europeus, humanos, racionais, ocidentais, brancos, liberais, capitalistas e burgueses (DUSSEL, 1993; VIVEIROS DE CASTRO, 2015; LÉVI-STRAUSS, 2012).

Seja na Grécia, seja na modernidade, enfim, o fundamento tem as mesmas características e as mesmas lógicas de funcionamento. Ao expor as características, já vamos percebendo sua lógica de funcionamento. Várias são as características do fundamento: invisível, existência, presença, não tematização, sustentação, dualista, hierárquico, universalidade, totalidade, unidade, normatividade e expansividade (ZANIN, 2015b). Não podemos ver, em razão do espaço e por já ter feito isso em outra oportunidade (ZANIN, 2018), o fundamento humanista em cada uma das partes do projeto civilizatório da modernidade. Mas ele está lá. Existe e está presente em cada uma de suas manifestações, mesmo que nunca o tematizemos e nunca o tornemos explícito enquanto fundamentação e sustentação do projeto de civilização moderno.

Até mesmo quando os europeus chegaram e encontraram os indígenas, o fundamento e suas características estavam lá, presentes, implícitos. Ainda hoje, quando pesquisadores, professores, políticos, médicos, evangelizadores, dentre outros, vão às aldeias, o fundamento vai junto. Inclusive nas trocas de olhares e na (falta de) comunicação linguística o fundamento está. O fundamento é, aliás, justamente o que fundamenta, implicitamente, a diferença explícita entre o europeu e o indígena no primeiro encontro, mas manifesta-se também e ainda nos outros encontros e nos encontros atuais (MACCUMBER, 1999; BETHENCOURT, 2018).

O fundamento é dualista porque estabelece uma diferença entre o humanismo e o não humanismo e uma hierarquia superior do humano sobre o não humano. Várias partes do projeto civilizatório da modernidade foram criadas e fundamentadas na distinção entre animalidade selvagem e humanidade racional, basta ver como exemplo o contratualismo (AGAMBEN, 2004; HOBBS, 2003; ZANIN, 2015b), isto é, a teoria explicativa do novo fundamento humano e racional do poder político estatal. Basta ver, também, o debate gerado pelo primeiro contato entre humanos racionais e índios “animais sem alma” conhecido como Debate de Valladolid (MAZUOLI, 2014; VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Como se essas características sozinhas já não bastassem, o fundamento ainda é universal, uno, normativo e expansivo. Universal porque filosófico e metafísico. Uno porque é apenas e exclusivamente um (unidade) fundamento que explica e fundamenta tudo (multiplicidade). Normativo porque, como vimos, é aplicado normativamente a quem for diferente (não humano) do fundamento (humano). E expansivo porque foi imposto ao mundo pelo

eurocentrismo, pelo etnocentrismo, pelo nacionalismo, pelo imperialismo, pelo colonialismo e por todas as guerras mundiais e civis. Pode-se dizer que em todo ato de violência o fundamento está presente, fundamentando-o (ARENDR, 2009; CHAÚÍ, 2000) com suas características e sua lógica de funcionamento dualista, hierárquica, excludente, preconceituosa e discriminatória (ZANIN; POLICARPO, 2014). São por causa dessas características e de sua lógica de funcionamento violenta que a modernidade conseguiu que seu projeto de civilização se tornasse um modelo de desenvolvimento global (ZANIN, 2013; ZANIN, 2015b).

Para que se possa entender ainda mais a definição, as características e a lógica de funcionamento do fundamento moderno, mais alguns exemplos serão dados. Se o fundamento é humanista, o primeiro dualismo a ser gerado é, como vimos, o que contrapõe a natureza humana racional e os outros ou as coisas que não têm a natureza humana racional (lógica da negação e excludente). A partir, digamos, desse dualismo primordial e fundamental, outros são derivados (STRECK, 2014a; STEIN, 2002; CASTORIADIS, 2006; VATTIMO, 1996), tais como: sujeito e objeto, consciência e não consciência, sociedade e estado, mercado e governo, privado e público, natureza e cultura, arcaico e moderno, primeiro mundo e segundo e terceiro mundos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, desenvolvidos e em desenvolvimento. Quase sempre quando se discute as partes do projeto da modernidade ou os dualismos presentes em cada uma delas, não se consegue atingir o que é fundamental, ou seja, o fundamento (com todas suas características e funcionamento) (ZANIN, 2018).

Para exemplificar ainda mais, vejamos as funções do fundamento. A partir do momento em que o fundamento é estabelecido, ele desempenha três funções muito bem claras e divididas (ZANIN, 2015b). A primeira delas é a função de definição, na qual o fundamento define um espaço, uma área, um campo, um conjunto muito bem delimitado em sua área e em suas fronteiras. A segunda delas é a função de organização dos elementos que estão dentro do espaço definido (internos) e, por consequência e por exclusão, os que estão fora (externos). Uma derivação da segunda função é a criação ou negação da relação entre os elementos internos e os externos. Por último, a terceira função é a de legitimação ou justificação, na qual, como consequência das duas anteriores, legitima-se e justifica-se a ação expansiva – quase sempre violenta! – dos elementos internos sobre os elementos externos.

Alguns exemplos quem sabe deixem as coisas mais compreensíveis. Primeiro, o império romano (AGAMBEN, 2015; CAPELLA, 1999; ZANIN, 2012). O império romano nasce desde a narrativa de um mito fundador. A partir daí, o mito fundador funda o espaço do império. Em seguida, organizam-se os elementos de dentro, os cidadãos do império, e os de

fora, os estrangeiros (não cidadãos romanos). A relação expansiva entre eles é, por um lado, a da violência das guerras de conquista e expansão e, por outro, da incorporação ao império. Segundo, o cristianismo (GIBELLINI, 1998). Deus é o novo fundamento. Jesus Cristo e a Bíblia são as provas da manifestação do fundamento divino. Assim, o fundamento funda o espaço dos cristãos. Em seguida, organiza os elementos de dentro, os crentes, e os de fora, os não crentes, estabelecendo também as relações expansivas de uns contra os outros [perseguições e cruzadas]. Por fim, o terceiro exemplo do Estado soberano de direito moderno (WOLKMER, 2008). Na modernidade, o humanismo é o novo fundamento. Então, todas as partes de seu projeto civilizatório devem ser re-fundadas desde o novo fundamento. Dentre essas partes, o Estado. O contratualismo funda o território nacional do Estado Soberano de Direito Moderno. Em seguida, organiza os elementos de dentro, os cidadãos nacionais, e os de fora, os estrangeiros (não nacionais). A relação entre eles é de conflitos e guerras na sociedade internacional.

Não é por acaso que o fundamento invisível e implícito fez-se visível nestes exemplos em textos fundadores: Corpus Juris Civilis, Bíblia e Constituições! Se em todo ato de violência, o fundamento está presente, os exemplos dados provam realmente as relações de violência entre os elementos de dentro e os elementos de fora (dualismos fundamentais) ou entre aqueles textos e a realidade (hermenêuticas bíblica e jurídica) (KAUFMANN; HASSEMER, 2002). As revoluções marítimas do Estado moderno europeu e suas relações com os indígenas na América provam, de novo, tal relação e sua lógica de funcionamento! Basta ver a imposição do fundamento divino e de seu texto bíblico às culturas dos povos indígenas (DUSSEL, 1993; ARROYO, 2017).

O fundamento da natureza racional humana manifesta-se nas várias partes do projeto civilizatório moderno, estabelecendo um modelo de sujeito e de sociedade. Na economia, nasce a ciência econômica e o seu sujeito moderno liberal, capitalista e burguês. Na política, nasce a ciência política moderna, com sua democracia representativa, e o seu sujeito moderno cidadão. No estado moderno, como já vimos, nasce o contratualismo e o sujeito moderno titular de direitos naturais, que deverão ser protegidos na constituição como limite do poder político. Na ética, cria-se a separação dela com o direito e com a política, reduzindo-a a assuntos de autonomia privada e a valores individualistas, egoístas e de interesse próprio. Na religião acontece o mesmo que na ética, pois a revolução luterana foi como que uma privatização da religião, reduzindo-a à esfera privada. Na cultura, o sujeito moderno é definido por um ideal de alta cultura, formada por modelos de educação, de ciência, de arte,

de cidadania, etc. Na educação, o sujeito moderno enquanto ideal deve ser formado para a liberdade, para a cidadania e para o trabalho. Quanto ao trabalho e à cidade, o sujeito moderno foi definido pelas revoluções industrial e urbana, nas quais organizou-se racionalmente a produção, o trabalho, o consumo e a cidade (ZANIN, 2018). Todo choque cultural entre nós e os indígenas esconde o nosso fundamento e a nossa violência implícita – ou nem tanto! – nas nossas tentativas de imposição desse modelo de ser humano, de ciências (positivistas!), de civilização e de cultura a eles.

O liberalismo é a ideologia resultando de todo esse percurso da modernidade, desde o fundamento até a fundação e expansão das partes do seu projeto civilizatório. Mas os dualismos do fundamento também repercutem nas contradições e dilemas do liberalismo. Vou exemplificar quatro dessas contradições (ZANIN; MIZUTA, 2015a; RAWLS, 1971; HEYWOOD, 2010). A primeira é a do ponto de partida individual. Como explicar o nascimento do estado desde um ponto de vista individual e egoísta? Como explicar a passagem do indivíduo ao cidadão? Como explicar a liberdade individual nas suas relações com outros seres humanos livres? A contradição é enfrentada como a teoria do contratualismo. A segunda, a do estado. Se o indivíduo pe livre junto com outros indivíduos livres, por que o Estado é necessário enquanto limite da liberdade? Explica-se tal paradoxo a partir do egoísmo individual e do abuso da liberdade (THIELE, 1995). A terceira dos direitos naturais, humanos e fundamentais. Aqui a contradição remete à fundamentação dos direitos humanos, ou seja, ao seu fundamento, apesar de ter nascido na modernidade e em determinado contexto histórico, cultural e político, ter a pretensão de ser universal, uno e normativo (BOBBIO, 2004; PIOVESAN, 2018). A quarta a da democracia. Ao invés da democracia direta, material e substancial doa antigos, adota-se, com base no novo fundamento humanista, a democracia representativa, formal e procedimental, única capaz de compatilizar indivíduos moralmente egoístas e politicamente iguais e libres (BOBBIO, 2000).

Tais dilemas e contradições do liberalismo explicam suas relações complicadas com o estado, com a democracia e com as minorias (AGAMBEN, 2004). Diz-se que o estado é, para o liberalismo, um mal necessário, pois a limitação da liberdade é sempre mal vista pelo liberal. Diz-se que a democracia, enquanto vontade da maioria ou princípio majoritário, pode ser tanto ou mais opressora da liberdade do que o estado. Daí a importância para o liberalismo da educação enquanto formação do sujeito para o exercício individual e público de sua liberdade (ARANHA, 2006; RAWLS, 1971; ZANIN, 2009). Todos os excluídos do fundamento moderno e de todo seu projeto civilizatório sabem, a despeito destas contradições

e destes dilemas, o quanto suas liberdade e direitos foram negados pela cultura moderna liberal. Exatamente isso que nós vamos ver no próximo tópico.

METAFÍSICAS SELVAGENS-CANIBAIS E POVOS INDÍGENAS

A Antropologia nasceu enquanto ciência junto com todas as Ciências Humanas. Sua data de nascimento pode ser colocada na modernidade, a partir de tudo o que vimos no item anterior (HOTTOIS, 2008). Junto com as Ciências Humanas, mas não demorou muito para apartar-se delas em função da especialização de seu objeto e da especificidade de seu método. Confundindo-se muitas vezes com sua "irmã siamesa", a Sociologia, a Antropologia tem, no seu nascimento, como método a etnografia e como objeto as “sociedades primitivas”, dentro das quais os indígenas aparecem como objeto de estudo. Desse modo, estabelecendo seu objeto e determinando seu método, foi que ela nasceu e se emancipou da Filosofia e das outras ciências (BARRIO, 2005).

Enquanto a Sociologia tem como objeto as transformações modernas e revolucionárias da sociedade europeia e ocidental, estudando "os de dentro", ou seja, os incluídos, a Antropologia tem como objeto o resto, aquelas sociedades diferentes da sociedade moderna, ocidental e europeia, ou seja, "os de fora", os excluídos, as sociedades americanas, asiáticas, africanas, enfim, todos os povos que eram tidos como “inferiores”, massacrados e dominados pelo nacionalismo, pelo imperialismo, pelo colonialismo, pelo etnocentrismo e pelo eurocentrismo (DUSSEL, 1993). Pode-se até colocar o nascimento e as diferenças entre essas duas ciências como decorrência do que vimos como funções do fundamento moderno, no item anterior.

Aliás, a Antropologia está marcada por esses conflitos de origem, pois contribuiu e muito para a dominação desses povos. Diz-se até que ela é o "discurso europeu da diversidade e da alteridade" (LAPLANTINE, 2003, p.13). Um discurso marcado por uma alteridade falsa, construída e por uma lógica dualista, hierárquica e racista (ZANIN; POLICARPO, 2014). Por isso é possível falar que Antropologia e Sociologia são "irmãs siamesas", pois nascem juntas, mas são diferentes no objeto, uma completando e auxiliando a outra, embora com algumas brigas teóricas no decorrer do caminho.

Uma possível definição - sempre contraditória e parcial - de antropologia pode ser a de um impulso, desejo e curiosidade que o ser humano tem pela própria humanidade, levando-o à compreensão do ser humano. Assim, a origem da Antropologia pode estar numa força

incontrolável do ser humano, a curiosidade por outros modos de ser, de viver, de fazer, de expressar, etc. Isso remete à dimensão ética da antropologia, na medida em que aproxima o distante e torna familiar o estranho, o que pode ser uma ferramenta poderosa de aproximação, entendimento, tolerância e compreensão entre os povos e suas diferentes culturas, embora tenha, na maioria dos casos, sido utilizada para o contrário de tudo isso (os indígenas, de novo e mais uma vez, testemunham!).

As fases pelas quais passou a Antropologia também servem de exemplo das suas transformações. Foram três fases: primeira, pragmática; a segunda, romântica; e a terceira, científica (SHIRLEY, 1987). A primeira significa a utilização da Antropologia como legitimação teórica e fundamentação para dominação dos povos das colônias. A segunda, já significa a utilização da Antropologia para a defesa desses mesmos povos. E a terceira, a fase da neutralidade científica com relação ao objeto através da criação do método etnográfico.

No entanto, após a independência de muitos povos, ou sua inclusão dentro do projeto civilizatório da modernidade, que antes eram colônias, a ciência antropológica passou por uma crise, pois seu objeto havia sumido, ou seja, as “sociedades primitivas”. A saída foi afirmar que a identidade autônoma e especial da antropologia não está no objeto, mas sim no método e, além disso, voltar seu aparato metodológico para o estudo das minorias excluídos de dentro da própria sociedade moderna, ocidental e europeia. Os indígenas que eram estudados nas aldeias e não integrados, agora passam a ser estudados nas áreas urbanas das cidades e nas suas dificuldades de integração à "cultura nacional" humana racional, europeia, ocidental, branca, liberal, capitalista e burguesa.

Desse modo, a Antropologia voltou seus olhos e ouvidos para aqueles desviados, tortos, desajustados, os de fora dentro, excluídos, o que se convencionou chamar de minorias ou os "selvagens de dentro" (ZANIN, 2014; MAZZUOLI, 2014; MARMELSTEIN, 2014). Mulheres, crianças, idosos, juventude, ateu ou outras religiões que não católicas, afrodescendentes, índios “integrados”, pessoas do campo, analfabetos, homossexuais, travestis, transgêneros, pessoas que sofrem de patologias mentais, pessoas com necessidades especiais, desempregados, analfabetos, marginais, pobres, migrantes, refugiados, enfim, todas as pessoas de grupos excluídos minoritários, de alta vulnerabilidade social e seus espaços nas cidades (LAPLANTINE, 2003; BARRIO, 2005).

Além disso, atualmente, a questão da pós-modernidade e o paradigma hermenêutico estão lançando novos desafios e enfrentando, por um lado, a crise do objeto antropológico, e por outro, a crise metodológica do positivismo tanto na Antropologia, como no Direito. Pode-

se dizer que a discussão da passagem da modernidade para a pós-modernidade inicia uma nova fase para a ciência antropológica, que marca o reconhecimento do paradigma hermenêutico interpretativista dentro de seus domínios científicos, repensando fundamentos, objetos e métodos (GEERTZ, 2008; GEERTZ; MARCUS, 1986).

O ponto de vista positivista na Antropologia e no Direito têm em comum uma visão moderna da ciência, baseada nos valores da modernidade, tais como: racionalismo, humanismo, neutralidade, ordem, objetividade, cientificismo, etc. A pós-modernidade é um desafio para a Antropologia e para o Direito porque ataca justamente tais valores e fundamentos modernos das ciências (VATTIMO, 1996).

O paradigma filosófico hermenêutico assumiu para si a responsabilidade das críticas aos fundamentos universais, humanistas e positivistas das ciências. No Direito, o pensamento de Streck pode ser exemplificado como receptor do paradigma hermenêutico e adaptação dele à ciência jurídica, a partir de sua Nova Crítica Hermenêutica do Direito (STRECK, 2014a; 2014b). Na Antropologia, por sua vez, Cardoso de Oliveira pode ser exemplificado como adaptador do paradigma hermenêutico à ciência antropológica a partir de suas considerações sobre a Matriz Disciplinar da Antropologia e o paradigma hermenêutico da desordem, inserindo novamente inter-subjetividade, individualidade e historicidade nas antropologias tradicionais da ordem (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.91-107).

O paradigma hermenêutico filosófico é utilizado pelas ciências, no nosso caso, Direito e Antropologia, como uma nova reaproximação entre ciências e filosofia para dar conta dos desafios da pós-modernidade. Ricoeur (1990) estava certo quando afirmou que as ciências humanas sairiam enriquecidas se enxertassem dentre delas a hermenêutica, retirando-lhes o dogmatismo e os exageros positivistas, heranças modernas (ZANIN, 2009). Numa palavra, a hermenêutica "tornou a questão epistemológica um problema de consideração inevitável para qualquer investigação etnográfica" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.103) ou "desconstrução, destruição e superação da metafísica vigorante no pensamento dogmático do direito (sentido comum teórico)" (STRECK, 2014a, p.20; p.260). Outro sintoma das manifestações dos desafios pós-modernos tanto no Direito quanto na Antropologia é a sua aproximação não apenas da filosofia, mas também da literatura como uma tentativa de recuperar a subjetividade (liberada da objetividade), o indivíduo (liberada do psicologismo e da sociedade) e a história (libertada da visão linear, cíclica, evolucionista e naturalística) (TRINDADE, 2008; LAPLANTINE, 2003).

No mesmo sentido de crítica da modernidade e positivista, pode-se colocar Viveiros de Castro (2015), pois, aproximando da antropologia a filosofia, o autor faz as seguintes reflexões: primeiro, o que deve a antropologia tradicional ao seu objeto, os povos primitivos indígenas? e segundo, as teorias antropológicas tradicionais se enraízam nas próprias sociedades primitivas indígenas que pretendem explicar? Para responder a essas problematizações filosóficas da antropologia, ele afirma que ela não pode mais repetir as características e as funções do fundamento da modernidade e, para tanto, deve, numa clara inversão, a partir do que é externo à antropologia (seu objeto “primitiva e selvagem”), refletir a própria antropologia (a sociedade moderna ocidental europeia).

Para o autor (2015), há dois tipos, portanto, de antropologia. A primeira é a antropologia tradicional, que é violenta, colonizante, paternalista, etnocêntrica, com base em tudo o que vimos sobre o fundamento da modernidade. A segunda, baseada na inversão da antropologia tradicional, é uma nova antropologia crítica, na qual ela seja uma prática de descolonização, ou seja, uma antropologia em que as sociedades e as culturas que são “objeto”, como as indígenas, influenciem e co-produzam a própria teoria antropológica. Numa palavra, uma antropologia sensível à abertura criativa, imanente, múltipla, variada e inerente à vida e ao pensamento amazônico indígena. Trata-se, portanto, de radicalizar a reconstrução pós-colonial da antropologia após sua crise de objeto, que vimos anteriormente.

Viveiros de Castro coloca como mito fundador da antropologia e da psicanálise Édipo. Se compararmos com o que vimos sobre as características e o funcionamento do fundamento humanista, poderíamos colocar Édipo como fundamento da própria modernidade e de tudo o que dela derivou em termos de modelos de sujeito, de sociedade, de civilização e de desenvolvimento. Édipo representa a “Grande Partilha” ou os dualismos da modernidade e seu funcionamento excludente e violento, pois não é capaz de ver o outro, ou melhor, só consegue ver a si mesmo no outro, da mesma forma que a psicanálise (projetamos nós mesmos no outro) e a antropologia (discurso do outro a partir de nós mesmos). Os dualismos da modernidade e a Grande Partilha também podem ser comparados com o conceito de exceção de Agamben (2004), no qual uma das partes do dualismo é negada e suspensa para, em seguida, ser incluída na relação como algo passível de ser usado como objeto, coisa, e até mesmo matável.

Assim, "a metafísica ocidental (lugar onde habita o fundamento e tudo o que vimos sobre ele) é a fonte e a origem de toda espécie de colonialismo" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.27, complemento nosso), início de Auschwitz (VATTIMO, 2005, 2006, 1996) e fonte

da violência, autoritarismo e opressão (MACCUMBER, 1999). Da mesma forma, ao comentar a filosofia de Hobbes como exemplo paradigmático da modernidade e do contratualismo, Agamben diz que a ficção fundamental de um início contratual baseado no dualismo animal selvagem violento ultrapassado e esquecido e humano racional civilizado criado e construído nada mais é do que o “fundamento da violência é a violência do fundamento” (2004, p.68). É a metafísica enquanto casa do fundamento filosófico de todo o projeto civilizatório da modernidade que fundamenta todo o aparato científico, positivista e técnico opressor e dominador da antropologia tradicional. Mas o que a metafísica pensa ter superado e esquecido, volta constantemente. Da mesma forma que Freud afirma que o que foi reprimido voltará mais forte ainda. Ou ainda, Viveiros de Castro (2015, p.27) ao afirmar que "a alteridade sempre termina por corroer e fazer desmoronar as mais sólidas muralhas da identidade".

Em contraposição à antropologia tradicional, Viveiros de Castro (2015) defende uma nova antropologia crítica, contra a Grande Partilha dualista e excludente do fundamento da modernidade e a favor da abertura criativa, imanente, múltipla, variada e inerente à vida e ao pensamento amazônico indígena, na qual prevaleça não o narcisismo das pequenas diferenças violentas, mas o antinarcisismo das variações contínuas e que se aceitam, convivem entre si e se respeitam.

A nova antropologia é, portanto, uma metafísica da predação, canibal e selvagem que, baseada numa nova relação interdisciplinar entre antropologia e filosofia, reelabora a teoria antropológica tradicional a partir da complexidade da vida e do pensamento dos povos indígenas enquanto ponto de articulação e problematização de todos os dualismos derivados do fundamento moderno e sua lógica universal, normativa, expansiva, excludente e violenta de ação. Só assim a nova antropologia crítica, imanente, múltipla, variada e criativa será possível.

Para concluir, os dois elementos essenciais que compõem essa nova antropologia enquanto metafísica da predação, canibal e selvagem são: o multinaturalismo e o perspectivismo (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Esses elementos enfrentam e desafiam a metafísica ocidental e a construção do seu fundamento humanista com suas características e lógica de funcionamento. A começar, desafiam o dualismo da metafísica que marca o nascimento da antropologia: natureza *versus* cultura. A modernidade está toda fundamentada em uma única e exclusiva natureza humana e em diferentes culturas que deveriam tornar-se, ao fim e ao cabo, apenas uma, conforme o modelo de civilização e de desenvolvimento

moderno, ou ao menos, conviverem tolerando umas às outras. Para o pensamento indígena, não há apenas uma natureza, mas várias, e tanto humanas, como não humanas. Além disso, desafiam a metafísica e seu fundamento epistemológico positivista e técnico. Para o pensamento indígena, o perspectivismo, que pode ser exemplificado pelo xamã, essa espécie de Hermes amazônico indígena, significa a habilidade de mudar as perspectivas entre aquelas diversas naturezas, tanto humanas como não humanas, e tanto visíveis como invisíveis. A hermenêutica xamânica implica personificar e reconhecer em todo acontecer, que tudo deve ser personificado para ser conhecido.

Se a pós-modernidade – entendida como crise e crítica da modernidade a partir do paradigma hermenêutico – mostrou-se fecunda na construção de uma concepção nova de fundamento, tanto no direito, como na antropologia, na qual a diferença e o diálogo são condições imprescindíveis para uma cultura de paz, cidadania e justiça, então o mesmo acontece com a metafísica da predação selvagem e canibal indígena, na qual, a partir do multinaturalismo e do perspectivismo, criticam e superam as construções metafísicas na antropologia, abarcando e respeitando nos conceitos e nas teorias antropológicas toda a diversidade e a complexidade indígenas.

FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

A região norte do Tocantins, conhecida como "Bico do Papagaio", na qual está presente o Campus da Universidade Federal do Tocantins – UFT, na cidade de Tocantinópolis, é um exemplo histórico de contatos culturais entre índios e não índios. Tais contatos são comuns na cidade, nas aldeias e nas próprias salas de aula, os quais sempre pressupõem a atuação invisível do fundamento filosófico e científico e, por isso mesmo, já são, em si, violentos e difíceis, mas também capazes de operar sua desconstrução e renovação inclusiva, respeitosa e intercultural. O antigo norte do Goiás, a antiga terra de São João da Boa Vista e a cidade atual de Tocantinópolis são espaços territoriais construídos na base de tudo o que vimos sobre o fundamento da modernidade e sua lógica de funcionamento expansivo. Isso originou muitos conflitos e violência agrária, política e indígena, com destaque para os exemplos de Padre Josimo, de São João e da Guerrilha do Araguaia (PEREIRA, 2012). No presente tópico e com base no contexto histórico da região e da cidade, vamos abordar a educação – sobretudo a superior, que ocorre na UFT – e sua relação com os povos indígenas.

Como em toda a relação umbilical entre o fundamento humanista da modernidade e todas as partes de seu projeto civilizatório, também a educação tem a marca de tal fundamento. Assim, o humanismo fundamental relaciona-se com a construção de um ideal humanista de educação e com o ideal de uma apropriação individual do padrão culto da língua portuguesa (ZANIN, 2009; BAGNO, 2003, 2015). Os indígenas testemunharam a ação violenta desses ideais e padrões sobre a sua cultura, pois a primeira coisa que deveriam fazer, ao ter contato com o europeu humanista moderno, era aceitar sua fé num Deus único, aceitar sua língua única e culta e, por fim, mudar seu nome. Só existe uma coisa mais violenta do que esta morte simbólica: a morte física!

A educação – apesar das polêmicas conceituais de suas infinitas definições! – pode ser entendida como a transmissão de uma geração para a outra de sua cultura, mas sempre deixando aberta a possibilidade não de uma simples repetição pela geração nova da cultura da geração velha, mas sim de uma ruptura (ARANHA, 2006).

A pedagogia nada mais é do que a reflexão sobre o fenômeno educacional, pois, se o ser humano deve tornar-se humano, deve fazer-se humano, ele tem que aprender a ser humano. A pedagogia age nesse sentido: fazer a ser humano tornar-se humano, na medida em que se socializa e toma posse dos significados da cultura e atua, livre e conscientemente, nela (MEIRIEU, 2006).

A didática é uma disciplina técnica da pedagogia que oferece métodos e procedimentos de como fazer para ensinar, os quais servem para a direção e para o controle da aprendizagem. A didática pode ser separada em didática geral (princípios comuns para ensinar o que for para quem quer que seja) e didática específica (técnicas específicas para conteúdos determinados). Por exemplo, existe uma didática jurídica geral comum a todos os ramos e disciplinas jurídicas e seus alunos, mas também há didáticas específicas como, por exemplo, uma didática propedêutica do direito (filosofia do direito, sociologia do direito e história do direito, direito comparado, filosofia política, etc.) ou uma didática dogmática do direito (CAMARGO, 2006; ZANIN, 2012).

Se o fundamento moderno humanista atua sobre todas as ciências fundadas a partir do projeto civilizatório, então se entende o predomínio nelas do método positivista e o resultado de uma civilização moderna e técnica. O mesmo acontece com a educação, com a pedagogia e com a didática que, quando entram em contato com seus fundamentos epistemológicos e filosóficos, passam a adotar ideias humanistas, culturais, de bom aluno e de bom professor em suas teorias positivistas e técnicas. Os indígenas – conforme a legislação existente – precisa,

para ser integrado à nossa cultura brasileira, enquadrar-se nesses ideais fundamentais, científicos, culturais e técnicos.

A violência de todo o processo de aculturação e do processo educacional, pedagógico e didático com relação aos indígenas é que – a despeito de todo o preconceito e discriminação racistas que sofrem! – a primeira exigência que lhes fazemos é a de que deixem de ser índios. Exigência esta feita sem nenhuma garantia de verdadeira inclusão, aceitação e respeito, pois, no fundo, lá onde está o fundamento que funda, sabemos – nós que lhes fazemos tal exigência – que nunca os aceitaremos, verdadeiramente, na “nossa” cultura porque, mesmo que deixem de ser índios, nós nunca o veremos, mesmo integrados, como não índios. De acordo com Viveiros de Castro e sua metafísica canibal, selvagem e da predação, talvez não sejam os índios que devam deixar de ser índios, mas, sim, nós que tenhamos a obrigação de voltar, simbolicamente, a ser índios, pois, como vimos, toda a cosmopolítica multinaturalista e perspectivista indígena pode nos ensinar a ser – verdadeira e fundamentalmente! – tolerantes, inclusivos e sábios (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Quem já teve, como eu tive na UFT, a oportunidade e a desafiadora experiência de se propor a ensinar alguma coisa a indígenas, seja lá o que for, sabe que as dificuldades são imensas – a começar pela atuação invisível, como vimos, do fundamento moderno e também da atuação visível e violenta dos ideais da educação, da pedagogia e da didática. É uma situação muito incômoda, se refletirmos profundamente sobre ela. Se numa situação “normal” de aprendizagem, na qual um professor ensina alguma coisa a outras pessoas “iguais” a ele, o processo já é, em si, complicado, uma vez que depende muito da postura do professor e dos alunos, tal processo fica exponencialmente mais complicado ainda quando as pessoas envolvidas são “diferentes” do professor, como os indígenas são, e como as minorias também o são.

A diferença de quem nos propomos a ensinar lança bem direto em nós, professores, o vazio, a privação e a negação do saber. Não é confortável a um professor, tido como sábio mestre, doutor ou pós- doutor porque tem a posse do saber, alguém desafiando-o, pela simples presença e existência, com o não saber. Não à toa, não sabemos como agir, não sabemos como falar, não sabemos como ensinar, não sabemos como avaliar, enfim, não sabemos e não nos sentimos preparados. É compreensível as reações violentas de alguns professores diante de tal situação, com preconceito, com discriminação, com agressões verbais e com agressões avaliativas ou com a simples reprovação mesmo (CARVALHO, 2005). O que um professor de literatura responde ao indígena que o questiona sobre literatura indígena? O que um

professor de música responde ao negro que o interroga sobre música negra? O que um professor de filosofia responde ao quilombola que o questiona sobre pensamento africano? Os professores, quando expostos no seu não saber, tendem – com raríssimas exceções! – a reagir mal.

Lado a lado com as dificuldades dos professores, estão as dificuldades diretamente proporcionais dos alunos indígenas. Convenhamos que eles, mais do ninguém, sabem sobreviver, de forma resiliente, às violências sofridas (so por isso já teriam muito que nos ensinar). Além de todas as dificuldades que já foram relatadas ao longo do texto, daremos ênfase, agora, às dificuldades enfrentadas na universidade⁶¹. Quatro são aí as principais dificuldades: primeiro, chegar à universidade, pois os indígenas têm de superar diversos obstáculos dentro da sua própria cultura e dentro da nossa para ter essa conquista. Segundo, permanecer na universidade, pois eles enfrentam problemas cotidianos – moradia, alimentação, transporte, trabalho, etc. – que podem afastá-los das salas de aula. Terceiro, os problemas de convivência, pois os indígenas são e nunca deixarão de ser diferentes e sofrerão toda a sorte de violências (simbólica, moral, psicológica, física, etc.) por este fato. E nós, os não índios, nunca deixaremos de ser preconceituosos, no mínimo, com aqueles que são diferentes, conforme o que vimos nas funções e lógica de funcionamento do fundamento moderno e todo seu projeto civilizatório. Por último, a quarta dificuldade diz respeito à nossa língua, que eles, com raras exceções, não compreendem bem e não utilizam bem. Qualquer tipo de bolsa de acesso e permanência é bem vindo para superar a primeira e a segunda dificuldades. A terceira dificuldade já é mais difícil de ser superada, da mesma forma que a dificuldade de professores em lidar com a diversidade no ensino. Vamos aprofundar um pouco na última dificuldade, a língua.

Como não poderia deixar de ser diferente, o fundamento humanista da modernidade também atua na língua, criando dualismos difíceis de serem superados e que dão origem a preconceitos e violência. Segundo Bagno (2003), culturalmente, a língua é ensinada como uma coisa ou um objeto exterior, distante e abstrata, como uma entidade mística, uma ciência oculta, hermética e esotérica, com a qual poucos são os corajosos iniciados que se aproximam, permanecem e sabem. Se poucos são os que se aproximam e sabem, eles seriam os que aprenderam a falar o ideal da norma culta da língua portuguesa. Por outro lado, há aqueles que não se atreveram a se aproximar dessa entidade mística e misteriosa, e mesmo assim

⁶¹ Tais informações foram obtidas no Seminário Indígena Diálogo de Saberes, ocorrido na UFT-Palmas, nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2018. Informações: <<http://professorzanin.blogspot.com/2018/06/seminario-indigena-dialogo-de-saberes.html>>.

precisam falar, mas falam “tudo errado”. O dualismo fundamental gera aquelas mesmas dificuldades de convivência de professores e indígenas, mas, aqui agora, entre os (professores) que falam “certo” e os (indígenas) que falam “errado”. O reducionismo técnico operado pelo fundamento moderno está em confundir como sinônimos língua, norma culta e gramática. Desnecessário dizer os traumas que um ensino da língua portuguesa baseado nesse dualismo fundamental moderno e nesse reducionismo já produziu e produz em nossas crianças, jovens e adultos.

O dualismo metafísico no direito que corresponde ao dualismo entre norma jurídica e sociedade, o dualismo metafísico antropológico no dualismo entre selvagens e civilizados, o dualismo metafísico educacional entre o ideal de ser humano e o ser humano real e o dualismo metafísico da língua portuguesa entre norma culta certa e sociedade geram todo um espaço abissal entre um extremo e outro. Quanto mais distantes um lado do dualismo for do outro, mais desigualdade, mais marginalização, mais injustiças, mais preconceitos, mais discriminações, mais cidadanias deficientes serão produzidas (STRECK, 2014a; AGAMBEN, 2004; MARMELSTEIN, 2014).

A mesma coisa que, como vimos, Streck faz no direito – uma hermenêutica filosófica e jurídica crítica –, o mesmo que Cardoso de Oliveira e Viveiros de Castro fazem na antropologia – antropologia nova e crítica –, faz também Bagno na língua portuguesa, ao substituir a norma pelo conceito de variedades linguísticas. O que esses autores na realidade estão fazendo é, por um lado, tentar enfrenar o fundamento da modernidade e seus dualismos violentos e opressores e, por outro, vencer tais dualismos com uma nova noção de fundamento, no qual o que era excluído seja, agora, incluído como, por exemplo, a diversidade de sujeitos, o tempo, a multiplicidade, a diferença, etc.

A mesma denúncia faz Agambem ao aproximar os fenômenos do direito e da linguagem. Para ele, o dualismo metafísico, no direito, entre validade e aplicação e o dualismo metafísico, na linguagem, entre fala (palavra) e língua (léxico) geram problemas hermenêuticos e de exclusão, que ele abrange com o conceito de exceção. A validade e a língua, justamente por estarem fundamentadas no fundamento metafísico humanista da modernidade, vigoram na suspensão de toda referência à aplicação ou à fala. O direito pressupõe um não-direito; a linguagem pressupõe um não-linguístico. A relação – hermenêutica! – entre eles é feita pela exceção (2004).

Portanto, a única maneira de vencermos as dificuldades atuais, principalmente as que dizem respeito à violência, é, negativamente, denunciarmos o fundamento moderno e sua

lógica de funcionamento na expansão planetária de seu projeto civilizatória e, positivamente, construímos – como vimos em todos os autores aqui citados – um novo fundamento pós-moderno, no qual o humanismo seja verdadeiramente de todos os seres humanos, no qual a humanidade seja uma universalidade includente e democrática e não excludente, preconceituosa, discriminatória e violenta. Só assim, os professores poderão mudar sua atitude violenta diante do desafio do não saber imposto pela presença das minorias – dentre elas os indígenas – em suas salas de aula, adotando uma postura não apenas e tão somente de ensino tradicional, mas de aprendizagem dialógica, aberta e plural, afinal de contas, ainda temos muito a construir e a aprender, sempre (HERMANN, 2001, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema é a reflexão sobre o fundamento das violências sofridas pelos indígenas no contato com a cultura moderna. Delimita-se o tema ao apresentar, a partir da hermenêutica, as características de unidade, normatividade e expansão do fundamento filosófico da modernidade e sua atuação na antropologia. Justifica-se a investigação em razão da região norte do Tocantins, conhecida como "Bico do Papagaio", na qual está presente o Campus da Universidade Federal do Tocantins – UFT, na cidade de Tocantinópolis, ser um exemplo histórico de contatos culturais entre índios e não índios, sobretudo nas salas de aula dos cursos superiores da UFT.

As perguntas que serviram de guia e de problema à discussão foram enfrentadas em todas as partes do trabalho. O objetivo geral é a compreensão das violências sofridas pelos indígenas nas suas relações com a cultura moderna em termos filosóficos, antropológicos e educacionais, superando-as e pensando novas possibilidades inclusivas de fundamentos, de pensamentos e de convivência. Os objetivos específicos são três: primeiro, caracterizar o fundamento filosófico da cultura moderna; segundo, compreender a aplicação do fundamento filosófico na ciência antropológica tradicional e sua explicação legitimadora da violência aos povos indígenas; e, terceiro, comparar as violências e as resistências indígenas dentro e fora da sala de aula, afirmando a possibilidade de que a sua cultura, seu pensar e suas metafísicas sejam reconhecidas em toda sua plenitude e potência criativa numa nova antropologia crítica. Acredita-se que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados na discussão de todas as partes do trabalho.

Nossas hipóteses são três: a primeira afirma que as características da unidade, normatividade e expansão do fundamento filosófico da cultura moderna explicam as relações

colonialistas, violentas, opressoras, preconceituosas e etnocêntricas com as quais sempre se relacionou com a cultura dos povos indígenas; a segunda hipótese é a de que as teorias antropológicas tradicionais, ao serem fundamentadas epistemologicamente pelo fundamento filosófico, aplicaram e legitimaram a violência colonizadora; e, por último, a terceira hipótese é a de que a existência e a presença indígenas, tanto em locais indígenas como não indígenas, e a manutenção de sua cultura, em suas dimensões territorial, comunitária e individual, mesmo depois da violência colonizadora e do contato com a cultura moderna, são um sinal indicador da potência e da fecundidade de tal cultural e do pensamento e metafísicas selvagens que a fundamentam, as quais são capazes de, ao mesmo tempo, renovar a própria antropologia tradicional.

Acredita-se que, com base em todo o referencial teórico trazido, nossas hipóteses tenham sido apresentadas e discutidas de modo satisfatório. Nosso referencial teórico a respeito do fundamento filosófico da modernidade e suas características está baseado na tradição hermenêutica, mas, sobretudo, em autores como Heidegger, Gadamer, Vattimo, Ricoeur e Agamben. Para a distinção entre antropologia tradicional e crítica, por um lado, e para a existência, potência e fecundidade do pensamento selvagem e da metafísica canibal indígena, por outro, apoiamo-nos em Levi-Strauss, mas, sobretudo, a sua recepção brasileira em pensadores como Viveiros de Castro e Cardoso de Oliveira. Também é importante para nós a recepção do paradigma filosófico da hermenêutica na chamada antropologia simbólica, interpretativista ou hermenêutica de Geertz. Além disso, utiliza-se a teoria das variedades linguísticas (Bagnó) para o enfrentamento das dificuldades educacionais indígenas.

Conclui-se afirmando que as metafísicas selvagens e canibais indígenas fundamentam as três dimensões de sua cultura (a territorial, a comunitária e a individual), tornando-a forte, potente e criadora de novas possibilidades de renovação, desde dentro, da antropologia tradicional, tornando-a mais inclusiva. A existência do índio, sua presença e sobrevivência na cultura ocidental e em seus próprios territórios, a despeito de todas as violências e dificuldades sofridas, já provam a sua força, fazendo-nos rever nossos fundamentos filosóficos, antropológicos e educacionais tradicionais.

Além disso, a única maneira de vencermos as dificuldades atuais, principalmente as que dizem respeito à violência, é, negativamente, denunciarmos o fundamento moderno e sua lógica de funcionamento na expansão planetária de seu projeto civilizatória e, positivamente, construirmos – como vimos em todos os autores aqui citados – um novo fundamento pós-moderno, no qual o humanismo seja verdadeiramente de todos os seres humanos, no qual a humanidade seja uma universalidade includente e democrática e não excludente,

preconceituosa, discriminatória e violenta. Só assim, os professores poderão mudar sua atitude violenta diante do desafio do não saber imposto pela presença das minorias – dentre elas os indígenas – em suas salas de aula, adotando uma postura não se ensino, mas de aprendizagem, afinal de contas, ainda temos muito a construir e a aprender, sempre!

Mesmo com as cicatrizes do passado presentes em cada olhar entre índios e não índios, a construção de um novo fundamento pós-moderno, baseado na convivência intercultural, inclusiva e respeitosa à diversidade está sempre aí como possibilidade disposta a acontecer, ou não, em especial em cidades como Tocantinópolis e em campus como os da UFT. Se acontecer, transformaremos a frase “o fundamento da violência é a violência do fundamento” em uma nova frase: “os fundamentos da convivência são a convivência dos fundamentos”.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, desigualdades e educação**. Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2017. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>>.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015.

BARRIO, Angel B. Espina. **Manual de antropologia cultural**. Recife: Massangana, 2005.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORNHEIM, Gerd A. **Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais**. São Paulo: Globo, 2009.

CAMARGO, Ana Carolina Corrêa Soares de. **Educar: uma questão metodológica?** Proposições psicanalíticas sobre o ensinar e o aprender. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARVALHO, José Jorge **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DUSSEL, Enrique D. **1942, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____; MARCUS, George E. **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.

GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOTTOIS, Gilbert. **Do Renascimento à pós-modernidade: uma história da filosofia moderna e contemporânea**. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfried. **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2012.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2014.

- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Forense, 2014.
- MEIRIEU, Philippe. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PEREIRA, Clenan Renaut de Melo. **De Boa Vista a Tocantinópolis**. Palmas, WR, 2012.
- PERRY, Marvin. **Civilização ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins: Fontes, 2002.
- PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RAWLS, John. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- REALE, Giovanni. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2004.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Porto: Rés, 1990.
- SHIRLEY, Robert Weaver. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.
- STEIN, Ernildo. **Pensar é pensar a diferença: filosofia e conhecimento empírico**. Ijuí: Unijuí, 2002.
- STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2014a.
- _____. **Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas: da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2014b.
- THIELE, Leslie Paul. **Martin Heidegger e a política pós-moderna: meditações sobre o tempo**. Lisboa: Piaget, 1995.
- TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo (Org.). **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. Adeus à verdade. In SCHULER, Fernando; SILVA, Juremis Machado (Orgs.). **Metamorfoses da cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p.71-89.
- _____. Pós-fácio: o fim da filosofia na idade da democracia. In PECORARO, Rossano. **Niilismo e pós-modernidade**. São Paulo: Loyola, 2005.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- WOLKMER, Antônio Carlos. **Síntese de uma história das idéias jurídicas: da antigüidade clássica à modernidade**. Florianópolis: Boiteux, 2008.

ZANIN, Fabrício Carlos. Direito e Pedagogia: aproximações interdisciplinares. In **Jus Societas**. v.2, p.01 - 22, 2009.

_____. O reino das quimeras da modernidade: os sintomas de transformação da noção político-jurídica de sujeitos de direitos a partir de Sigmund Freud e Martin Heidegger. In **Jus Societas**. v.5, p.110 - 146, 2012

_____. As teorias do desenvolvimento, o modelo de desenvolvimento de Rondônia e a mudança da matriz curricular do curso de Direito do CEULJI/ULBRA: uma análise interdisciplinar In MARISCO, Francele Moreira; LIMA, Teófilo Lourenço (Orgs.). **Direitos Fundamentais do Estado de Rondônia**. Canoas: ULBRA, 2013, p. 33-59.

_____; POLICARPO, Douglas. Direitos humanos como fundamento de uma cultura de paz, cidadania e justiça: desafios brasileiros entre modernidade e pós-modernidade. In SALATINI, Rafael; PAZÓ, Cristina Grobério; POLICARPO, Douglas (Orgs.). **Justiça e cidadania: reflexões sobre o campo normativo moderno**. Dourados: UFGD, 2014, p.79-114.

_____; MIZUTA, Alessandra. A teoria da justiça de John Rawls e as contradições do liberalismo: a difícil arte de despir-se das vestes metafísicas In **Princípios fundamentais de justiça**. Curitiba: Juruá, 2015a, p. 32-60.

_____. **Crise da razão moderna: linguagem em Heidegger, Hobbes e Agamben**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015b.

_____. Crise da modernidade e organização técnica do trabalho, do consumo e da cidade. In **Vanguarda Jurídica**, 2018, no prelo.

ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE DE PESCA NA COLONIA Z09- COLPESCOM NO DISTRITO DE PEIXELÂNDIA MUNICÍPIO DE COUTO MAGALHÃES, TO

Dailson Pereira Reis⁶²

Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro⁶³

Adolfo da Silva Melo⁶⁴

RESUMO: A pesca artesanal, conhecida também como pesca de pequena escala, é um dos principais meios de obtenção de alimento para muitos ribeirinhos e suas famílias que praticam a pesca de subsistência com técnicas simples repassadas de uma geração a outra. A pesca artesanal acontece ao longo do rio Araguaia, que pertence à bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, a segunda maior do Brasil e a única bacia totalmente brasileira, considerada como parte do sistema aquático de importância biológica extrema pela sua elevada diversidade filética e de endemismo. O presente trabalho objetiva analisar a produtividade pesqueira desde 2014 a 2016, com dados fornecidos pela Colônia dos Pescadores Profissionais do Município de Couto Magalhães-COLPESCOM. A pesquisa é de cunho quantitativo, auxiliado por questionários semiestruturados para conhecer a situação socioeconômica dos pescadores e seus conhecimentos tradicionais na arte da pesca. Nos resultados observamos a quantidade de peixes que passaram pela colônia entre 2014, 15 e 2016 foi de 24.000kg, 19.007kg e 22.100 kg respectivamente, sendo encontradas de 17 a 27 espécies diferentes. A grande diversidade de peixes ao longo deste rio é uma de suas características, mas pelos resultados observamos a pesca preferencial de espécies alvo, de maior demanda no mercado, como Tucunaré e Pacú, e também aquelas espécies piscívoras generalistas, como Corvina ou espécies bem adaptadas na rede amazônica de bacias hidrográficas de Sul América, como a Cachorra. Concluímos que levantamentos de produtividade podem ser importante instrumento para determinar estratégias de conservação e alcançar a sustentabilidade artesanal de maneira participativa e justa.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Atividade Econômica; Colônia de Pescadores.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal, conhecida também como pesca de pequena escala, é um dos principais meios de obtenção de alimento para muitos ribeirinhos e suas famílias que praticam a pesca de subsistência com técnicas simples repassadas de uma geração a outra.

A pesca é considerada uma das formas trabalhistas (extrativismo animal) mais antigas da história da humanidade, algumas evidências comprovam que no Brasil os índios desde os primórdios já praticavam essa atividade como uma forma de subsistência, antes do país ser colonizado pelos portugueses (DIEGUES, 1973; MORAES, 2005).

⁶² . Universidade Federal do Tocantins, Licenciatura em Biologia, Av. Paraguai, esq. Com rua Uxiramas, s/nº Setor Cimba-tel. interno 21122248. *E-mail* dailsonpereira1993@gmail.com

⁶³ . Universidade Federal do Tocantins, Licenciatura em Biologia, Av. Paraguai, esq. Com rua Uxiramas, s/nº Setor Cimba-tel. interno 21122248. *E-mail*: luzaga@mail.uft.edu.br,

⁶⁴ . Faculdade de Ciência do Tocantins – FACIT, Unidade II – TO 222, Gleba Haras, Bairro Barra da Grota – Araguaína/TO – Tel. (63) 81170692. *E-mail*: adolfoants@gmail.com.

Entre as várias definições sobre o significado de pesca artesanal, como a apresentada por Platteau (1989), é comum encontrar as seguintes afirmações: pesca de pequena escala onde são utilizados mão de obra familiar e métodos de pesca simples que são repassados de pai para filho. Vale destacar também a percepção sobre o meio ambiente que é compreendido pelo pescador no sentido de conhecer por exemplo a relação entre peixes e seus etnohabitats o que implica num conhecimento de sua abundancia ou escassez, assim ele torna-se o integrante da conservação dos ambientes explorados para manter a sustentabilidade com a permanência destas comunidades tradicionais, o que deveria promover a sua valorização como pescador tradicional.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/ Food and Agriculture Organization Of The United Nations FAO (2007), a pesca artesanal estabelece grande porcentagem de emprego, aproximadamente 36 milhões de pessoas em todo o Planeta e segundo Carneiro et al. (2014) 2 milhões no Brasil, atingindo mais de 90% da população pesqueira, contribuindo com 50% da produtividade de peixes no local. Sendo que na maioria é de onde provém o sustento familiar para sobrevivência.

Para Gonçalves et al. (2013), o pescado brasileiro está entre as quatro maiores fontes de fornecimento de proteína animal para a alimentação humana. O Brasil é considerado um país privilegiado por possuir a maior disponibilidade de água-doce no mundo, contendo 12 bacias hidrográficas, sendo que as duas maiores, bacia amazônica e bacia Tocantins-Araguaia, se encontram na Região Norte. Ambas são bastante visadas pelas suas grandezas em diversidades em espécies aquáticas comercializadas sendo, por tanto, o local onde se concentra o maior índice de pescadores artesanais. (DIEGUES, 1973; SILVA et. al, 2006).

Pouco sabemos sobre a atividade artesanal dos pescadores do médio Araguaia, ambiente que possui uma grande demanda quanto à relevância para a comunidade científica, esta pesquisa poderia alavancar novos conhecimentos pela contribuição de dados que possam ser utilizados na determinação de estratégias nesta atividade e na valorização da pesca artesanal, mantendo a integridade das atividades de extrativismo de forma sustentável, para o distrito de Peixelândia do município de Couto Magalhães-TO.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia se encontra na parte centro-norte do Brasil, abrange uma área de mais de 960 mil km², ela drena cerca de 11% do território nacional sendo a segunda bacia hidrográfica em produção de energia do país e se estende pelos territórios dos

estados de Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal. É formada por diversos rios, sendo os principais: o rio Tocantins, rio Araguaia e seus afluentes. Essa área da bacia do Tocantins-Araguaia é caracterizada pelos seus biomas: Amazônia e cerrado. (Ministério do Meio Ambiente, 2006 & FERREIRA, 2007). O rio Araguaia tem sua vasta importância tanto na biodiversidade do cerrado, quanto na manutenção e conservação da biodiversidade, por isso, os olhares políticos e ambientais se voltaram, devido ao vasto crescimento das atividades agropecuárias e aumento da destruição do meio ambiente. (SILVA, 2009).

Nos relatos de Gérard (2007), o rio Araguaia possui amplitude de 2.115 quilômetros de extensão, percorrendo pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Sua nascente surge na fazenda Holanda (S18°02'05/ W053°04'34), nos contrafortes da serra do Caiapó, que está localizada em um ponto que forma um limite tríplice dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos municípios de Mineiros, Alto Taquari e Costa Rica, respectivamente. Compreendendo cerca de 55 municípios contíguos ao rio, abrangendo os biomas cerrado e floresta amazônica. Ressalta sobre as belezas do rio e principalmente as ameaças que vem sofrendo, como a sobrepesca, desmatamento que provoca assoreamento, eliminação da mata ciliar, aumentando os barrancos do rio, lixo deixado por turistas, entre outros. Sua foz está localizada no bico do papagaio -TO (S05°22'2 / W048°42'7).

Nas definições de Latrubesse e Stevaux (2006) a bacia do rio Araguaia pode ser dividida em três unidades: alto, médio e baixo Araguaia. O alto Araguaia percorre cerca de 450 km, no início da serra do Caiapó que faz divisa com os estados de Mato Grosso e Goiás, passando ao longo do registro do Araguaia, drenando uma área de 36.400 km², constituído principalmente de rochas pré-cambrianas e paleozoicas. O médio Araguaia estende-se 1.160 km, desde Registro do Araguaia até Conceição do Araguaia e Porto Franco, nesta parte o rio aumenta consideravelmente sua área de drenagem, como consequência da entrada de importantes tributários: o rio das Mortes, rio Vermelho, rio Crixás, entre outros, alcançando uma área aproximada de 321.000 km². O canal flui através de uma planície aluvial bem desenvolvida, percorrendo terrenos da idade paleozoica assim como terrenos de idades recentes, que ele próprio formou, sendo assim, o rio Araguaia pode ser considerado um dos mais antigos da história hidrográfica da América do Sul, antecedendo a história do Cerrado e consolidado como um Sistema Biogeográfico cujos cursos d'água correm através do Tocantins/Amazônia (BARBOSA, 2015).

Mais de 300 espécies, 26 gêneros e 34 famílias de peixes já foram catalogados na bacia Tocantins-Araguaia. Uma parte é típicas da bacia Amazônica, embora algumas espécies fossem dominantes naquela região, também são encontradas na bacia Tocantins-Araguaia, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*). No curso superior da bacia Tocantins-Araguaia, Santana (2004) indica a presença das principais espécies endêmicas, como: pacu (*Piaractus spp*), caranha (*Piaractus spp.*), matrinxã (*Brycon amazonicus*), pirarucu (*Arapaima gigas*), piau-cabeça-gorda (*Leporinus friderici*), piau-flamengo (*Leporinus fasciatus*), pacu-manteiga (*Mylossoma duriventre*), pacu-prata (*Mylossoma spp*), corvina (*Plagioscion squamosissimus*), traíra (*Hoplias malabaricus*) entre os peixes de escama; e, filhote, (*Brachyplatystoma filamentosum*) cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*), barbado (*Pirirampus pirinampu*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), jaú (*Zungaro spp.*), mandubé ou fidalgo (*Ageneiosus brevifilis*), surubim-chicote (*Sorubimichthys planiceps*), bico-de-pato (*Sorubim lima*), mandi (*Pimelodus spp.*) entre os peixes de couro. Espécie endêmica é aquela relacionada com biogeográfica e denota a sua ocorrência em um estado de nicho ecológico único (TESHIMA et al., 2015).

Em pesquisa realizada por Silva (2009), constatou que mais de 25% dos peixes capturados em Couto Magalhães-TO seriam consumidos na própria comunidade, o restante seria comercializado principalmente por atravessadores, que abasteceriam municípios vizinhos como Conceição do Araguaia, no Pará, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guarai, Araguaia e Palmas no estado do Tocantins. Na discussão sobre a atividade de comercialização o autor chama a atenção sobre o baixo investimento nas estruturas que beneficiam os pescadores, como armazenamento e refrigeração, o que justificaria o conformismo dos mesmos para vender seus produtos por um baixo preço inferior ao que se considera justo.

Alguns trabalhos coincidem em apontar a falta de fiscalização como uma das maiores dificuldades encontradas pelos pescadores profissionais no Tocantins, o que denota o pouco controle das atividades de pescadores não cadastrados (MORENO e CARVALHAL, 2013 ; SOUSA, 2016). É marcante a preocupação dos pescadores pelo elevado índice de poluição, principalmente no período das praias, quando acontece competição pelo desenvolvimento das atividades pesqueira, pelo uso de embarcações de lazer e a pesca armadora, caracterizando assim, o chamado conflito de uso do espaço.

Para tentar amenizar estes conflitos, já percebidos pelas autoridades, o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) por meio da portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2018, determina a "cota zero" para o transporte de pescado nas bacias do rio Tocantins e

Araguaia, nas modalidades pesca esportiva e amadora, e limita o transporte de peixes acima de 5 Kg por pescador, medida com a duração de três anos, podendo ser prolongado pelo Órgão Estadual responsável pelo meio ambiente. Essas novas leis foram anexadas devido grande declínio de peixes, cerca de 60%, entre o rio Tocantins e Araguaia. A proibição vale para os rios Araguaia e Tocantins, para seus afluentes, lagos, lagoas marginais e reservatórios. O Naturatins tem indicado que vai intensificar a fiscalização. "Será intensificada nas barreiras, nas divisas de estados, PRFs e PREs", afirma o superintendente, como uma forma de implementar as regras implantadas pela nova portaria..

Ruffino (2004) percebe a necessidade imediata de novos projetos que visem aprimorar a conservação e o desenvolvimento da atividade profissional pesqueira, cuja continuidade como tradição de subsistência fica ameaçada, segundo Sousa (2016), devido à insuficiência econômica da pesca artesanal como renda única familiar.

Silva (2009) acredita que a pesca comercial estaria ameaçada devido à má gestão local, que contribui para a reprodução e conservação dos estoques pesqueiros de Peixelândia, que são os elementos fundamentais para com esta atividade. Ressalta também que umas das maiores dificuldades encontradas, é devido ao rio Araguaia ser interestadual, compartilhado por dois Estados com políticas públicas distintas. Já nos relatos de Ruffino (2004), este é um dos princípios causadores da pesca intensiva no rio Araguaia, pois devido à falta de política, as espécies alvo são as mais almejadas tornando-as vulneráveis à extinção parcial ou as vezes total no local de estudo.

O setor de piscicultura considera relevante o processo desde a pesca, plantas processadoras de peixes, mercado de peixe, embarcações, fabricas de gelo, estabelecimentos comerciais, restaurantes de peixes, entre outros, pela sua importância econômica principalmente nos setores de vendedores e mercados, porque envolve uma grande quantidade de pessoas empregadas, razão pela qual ocupa o terceiro lugar na linha produtiva deste área no país, além disso, a pesca comercial e de subsistência se constitui na maior fonte de geração de emprego do setor (ALMEIDA et al., 2004; LIMA et al., 2012).

INCURSÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi realizada em Peixalândia-TO. Distrito do Município de Couto Magalhaes, Localizada a 12 km do distrito de Couto Magalhães, nas margens do rio Araguaia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017), sua localização geográfica percorre a uma latitude 08°17'02" sul e a uma longitude 49°14'48" oeste, estando a uma altitude de 150 metros.

Segundo relatos encontrados no SEPLAN (2017) e IBGE (2017), o município de Couto de Magalhães - TO, tem uma origem simples, em 1905, de um grupo de pessoas atraídas pelo comércio do caucho no município de Conceição do Araguaia do estado do Pará, assim, adquire uma vida comercial que estimulou o crescimento da cidade, que, além disto, teve a implantação de um Posto Fiscal, assim, este distrito teve maior interesse em ser reconhecidos como município. Os colonos que trabalhavam na extração da borracha deixavam suas famílias na margem direita do rio Araguaia (Estado do Tocantins) para protegê-los dos ataques dos índios (SALES, 2014).

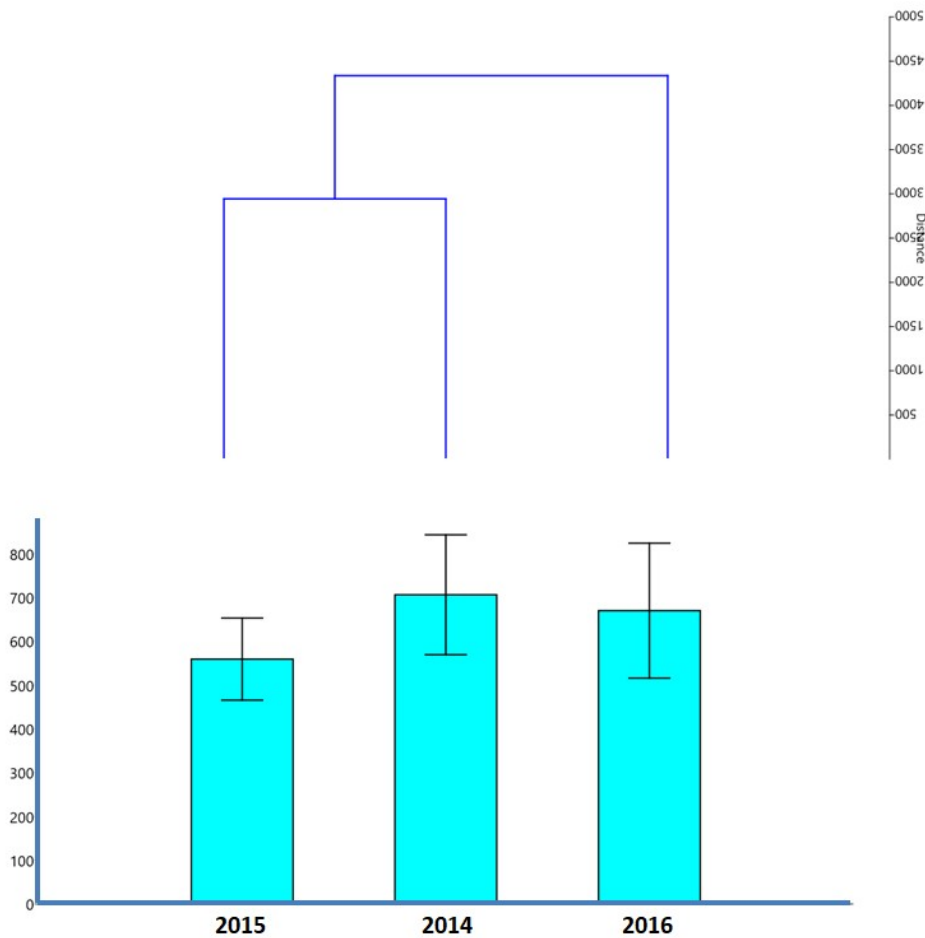
Foi realizado um contato prévio com o presidente da Colônia, onde foi explicado o objetivo do projeto e a necessidade de contar com os dados levantados entre os anos 2014 a 2016, referentes ao cadastro da quantidade e tipo de peixes. Estes dados foram organizados na planilha do Excel e comparados estatisticamente no software PAST (HAMMER et al., 2001). Foi realizada a análise de cluster para ver se a quantidade em massa dos peixes se repete em todos os anos ou se tem variação, considerando cada espécie e sua variação anual na média do peso total e a relação entre os anos coletas dos peixes cadastrados na Colônia Z 9 entre os anos 2014 a 2016.

RESULTADOS

Os dados foram coletados na Colônia Z09, onde eram registrados manualmente em cadernos separados por ano e por pescador. Se fez a organização estruturada por peso de cada espécie de peixe e por ano, dados que foram utilizados para a análise a seguir:

De acordo com a variação das médias totais de peixes que foram registrados na Colônia de pescadores do distrito de Peixelândia, é possível observar que a menor quantidade apresentada foi no ano 2015 em relação a 2014 e 2016. Esse fato fica evidente quando comparamos os três anos, e deste modo é possível observar que os produtos da pesca em 2015 não se assemelha aos dos outros dois anos (Fig. 1). Deste modo a menor variação de pescado ocorreu em 2015 (Fig. 1, Fig. 2). De qualquer modo houve um declínio em 2015 e um aumento em 2016.

Figura 3. Cladograma acoplado com um boxplote mostrando a variação anual na media do peso total e a relação entre os anos coletas dos peixes cadastrados na Colônia Z 9 entre os anos 2014 a 2016.



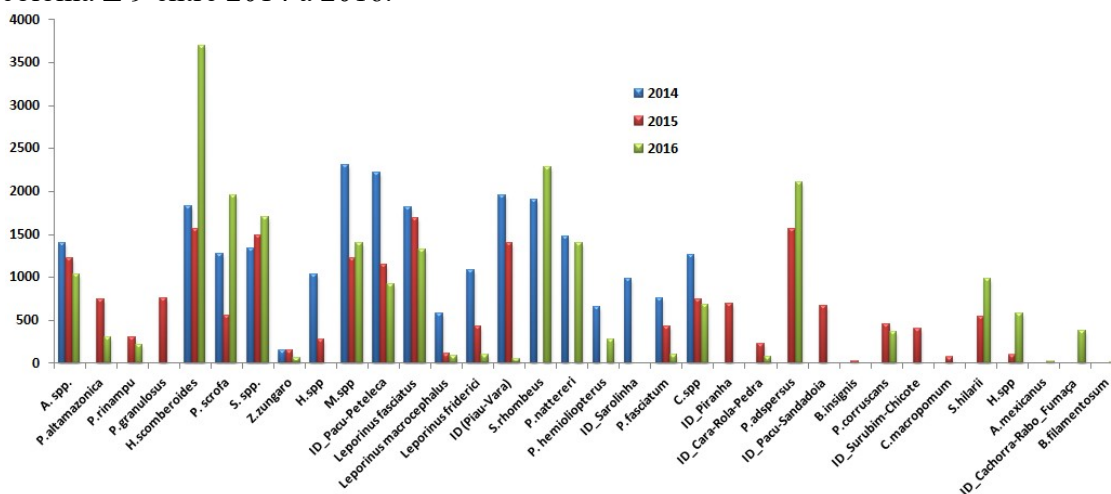
Embora a maior quantidade em peso total de peixes tenha acontecido em 2014, nesse ano não foi identificada a pesca de *Potamorhina altamazonica* (branquinha), *Pinirampus pinirampu* (barbado), *Pterodoras granulosus* (butuado), *Serrasalmus sp.* (Piranha), *Retroculus lapidifer* (Cara-Rola-Pedra), *Pachirus adspersus* (corvina), *Piaractus mesopotamicus* (Pacu), *Brycon insignis* (piabanha), *Pseudoplatistoma corruscans* (pintado), *Sorubimichthys planiceps* (Surubim-Chicote), *Colossoma macropomum* (tambaqui), *Salminus hilarii* (tubarana) *Hemiodus spp* (voador-barão), *A. mexicanus* (lambari), *Hydrolycus scomberoides* (Cachorra), *Brachyplatystoma filamentosum* (filhote).

A maior quantidade de pescado foi registrado em 2016, esse ano ainda apresenta as três espécies de peixes pescadas com maior abundância: *H. scomberoides*, *S. rhombeus* e *P. adspersus* (Fig. 2). Peixes que somente foram encontrados em 2016 foram as espécies *A. mexicanus* e *B. filamentosum* (Fig. 2).

A cachorra, a Corvina e a piranha preta, são as mais abundantes em 2016 unicamente, em quantidade, pelos registros da Colonia Z 09, vale ressaltar que esta espécie atualmente é considerada como sendo de 2ª e 3ª o que indica que a pesca já não seria tão seletiva, desde que, segundo os pescadores, se observa uma redução na quantidade de peixes no rio. Além disso, vale ressaltar a características de boa adaptação que estas espécies têm na bacia Tocantins-Araguaia, sendo encontrado ao longo de todo o ano, pois é um peixe que não migra para a reprodução (Figs. 2, 3).

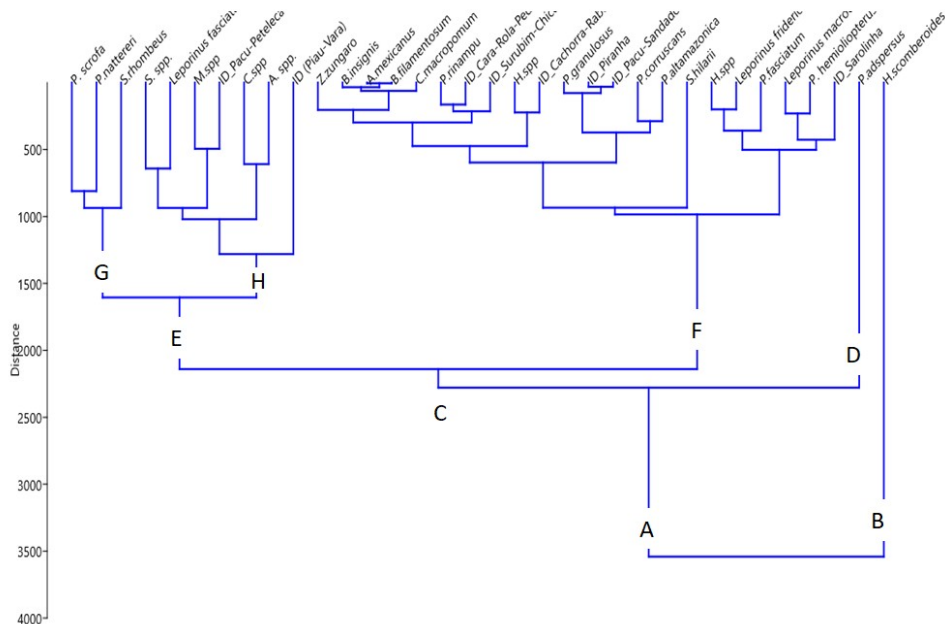
Atualmente, com o grupo de peixes de 1ª reduzidos, principalmente pacú, surubim, tucunaré e filhote, As figura 2 e 3 também permitem observar que surubim e filhote, a pesar de sua boa demanda no mercado, já não são tão abundantes, quando comparado com a cachorra e a corvina.

Figura 4. Gráfico mostrando as médias dos quilogramas de espécie de peixe cadastrado na colônia Z 9 entre 2014 a 2016.



A análise de cluster divide a quantidade de pescado próximo ao índice de distância 3500 em dois grupos A, 33 espécies e B somente com a espécie *H. scomberoides*, é possível afirmar que essa espécie é o peixe mais pescado dos três anos. O grupo A se divide próximo ao índice de distância 2500 em C e D. Próximo ao índice de distância 2000 C se divide em E e F e posteriormente próximo ao índice de distância 1500 E se divide em G e H. Próximo ao índice de distância 1500 observa-se cinco grupos os menores são B, D e G. Os maiores grupos ainda nesta altura é o grupo H seguido do grupo F. Deste modo a pesca apresenta distribuição irregular nos três anos, isso pode estar de acordo com a disponibilidade das espécies (Figs. 2 e 3).

Figura 3. Dendrograma de Similaridade de biomassa em kg e espécie de peixe cadastrado na colônia Z 9 entre 2014 a 2016.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de informações de forma participativa na própria comunidade, pode tornar o processo de ordenamento do setor mais confiável, possibilitado o fornecimento de bases de pesquisa com apoio local, o que poderia incluir medidas corretivas ou acrescidas de acordo com as necessidades dos pescadores, sendo que desta forma poderia chegar a desenvolver um instrumento legal para alcançar a sustentabilidade da pesca artesanal de maneira participativa e justa.

Quando comparamos a qualificação dos peixes, segundo sua demanda, com os dados apresentados em pesquisa realizada no mesmo local por Silva (2009), notou-se por relatos desde 2004, que segundo a demanda do mercado os peixes adquiriam maior ou menor valor, sendo qualificados pelos pescadores como de primeira e de segunda.

No primeiro grupo encontravam-se peixes como corvina, boca larga, jaú, piau e ainda jaraqui e curimatá, estes últimos teriam caído na valorização pois atualmente são considerados como peixes de primeira. Sendo atualmente poucas as espécies alvo de sobre pesca, por ser de primeira, entre as que se encontram as espécies de pacu, surubim, tucunaré e filhote.

A pesca artesanal em Couto Magalhães, vista desde as atividades na colônia Z09 no distrito de Peixelândia, pouco tem desenvolvido no sentido de aprimorar técnicas de pesca e de comercialização do pescado. A pesar de estar localizada numa bacia hidrográfica de

importância, pela descrição de abundância de espécies de peixes, ainda é considerada como atividade artesana de pequena escala.

Muitas espécies estão sendo pouco capturadas, pela raridade ou diminuição do número dos mesmos, talvez como efeito da sobrepesca em tempos passados, e pelas mudanças climáticas que fazem oscilar o nível de água no rio de uma maneira muito drástica.

Assim, tem se notado a preocupação estendida também para as autoridades que tem responsabilidade do cuidado do meio ambiente, pelas medidas legais de proibir a pesca amadora por três anos nesta bacia. Mas estas medidas precisam da ação destas autoridades no monitoramento dos infratores, principalmente nas épocas de turismo.

As variações de medias de peso de peixes, medida ao longo de três anos, permite identificar uma das varias dificuldades do pescador artesanal, que tem que sobreviver não somente com os equipamentos mais rústicos e pouco eficiente, quando se considera o nível de esforço na pesca, mas também tem que lidar com as mudanças climáticas e ambientais, que determinam o sucesso ou fracasso de sua pesca.

Os pescadores de peixelândia são uma comunidade que mantem viva uma cultura de sobrevivência dos ribeirinhos, sendo assim, cabe às autoridades apoiar com melhoras em vários âmbitos: apetrechos que muitas vezes tem que ser renovados, mantidos e adquiridos pelo próprio pescador, valor que não se considera no momento da comercialização do peixe. Também é necessário unir esforços para monitorar de forma conjunta e organizada, entre pescadores e funcionários do órgão ambiental, se estão sendo cumpridas as restrições de pesca, uma vez que esta é a principal fonte para estes ribeirinhos.

Finalmente, e não menos importante, é preciso valorizar o produto que tem custado tanto esforço, não somente ao pescador mas também à natureza, de forma mais justa, para isso, podemos iniciar procurando do município auxilio para reativar o câmara fria da colônica e realizar fêrias e eventos durante o ano, amplamente difundidos nos municípios próximos, para promover a venda direta do produto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. T.; LORENZEN, K.; McGRATH, D. G. **Commercial fishing sector in the regional economy of the brazilian Amazon.** In: Welcomme, R.; Peter, T. (Orgs.). Proceedings of the Second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries. FAO-Regional Office for Asia and the Pacific/Publicación RAP, v. 2. Editora: Bangkok, 2004, p. 15-24.

BARBOSA, A.S. Rio Araguaia: a História de um Velho com Várias Feições Juvenis. **Xapuri Socioambiental.** 2015 n.5. V1. Disponível em: <https://www.xapuri.info/meio->

[ambiente/ecologia/rio-araguaia-a-historia-de-um-velho-com-varias-feicoes-juvenis/](#). Acesso em: 28.Jun.2018.

CARNEIRO, A. M. M.; DIEGUES, A. C. S.; VIEIRA, L. F. S. Extensão participativa para a sustentabilidade da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 32, p. 81- 99, 2014. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35949/24009>. Acesso em: 17. Mai. 2018.

DIEGUES, A.C.S. Pesca e marginalização no litoral paulista, 1973. **Dissertação (Mestrado)** - NUPAUB/CEMAR. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, SP. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf> Acesso em: 20.mai.2018.

FAO - FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of the World Fisheries and Aquaculture**. 2007. 176p.

FERREIRA, E.A.B; TOKARSKI. D.J. (Org.). Bacia Hidrográfica Alto do Tocantins, Retrato e Reflexões. **ECODATA. WWF - Brasil** 2007. Disponível em: http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2007/livros/ferreira_01.pdf. Acesso em: 30/05/2018.

GÉRARD; MARGI MOSS. **Brasil da Águas- Sete Rios. Revelando o Azul do Verde e Amarelo**. PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS Sete Rios. Brasília-DF. 2007. Disponível em:http://brasildasaguas.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Araguaia_Relatorio.pdf Acesso em: 28. Mai. 2018.

HAMMER, Y., HARPER, D.A.T., RYAN, P.D. 2001. PAST: Paleontological statistics software package for education and data analysis. **Palaeontologia Electronica** 4(1): 9pp. Disponível em: http://palaeo-electronica.org/2001_1/past/issue1_01.htm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. Histórico Couto Magalhães – Tocantins, TO. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/couto-magalhaes/historico>. Acesso em: 02 mar. 2018.

LATRUBESSE, E.M., STEVAUX, J.C. Características físico-bióticas e problemas ambientais associados à planície aluvial do rio Araguaia, Brasil Central. **Revista Ung – Geociências**. V. 5, nº 1, 2006. Disponível em <http://www.revista.ung.br/index.php/geociencias/article/view/97/189>. Acesso em 20.Jun.2018.

LIMA, M.A.L.; DORIA, C.R.C.; FREITAS, C.E.C. 2012 **Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade**. **Ambiente e Sociedade**, 2: 73-90.

MORAES, S. C. **Saberes da Pesca: uma Arqueologia da ciência da Tradição**. Natal - RN. 2005. 227 p. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/SergioCM.pdf>. Acesso em: 20. Jun. 2018.

MORENO, L. T. ; CARVALHAL, M. D. Trabalhadores Do Mar: Uma Discussão Sobre As Transformações Do Trabalho Do Pescador Artesanal De Ubatuba/SP. **Revista Pegada** – vol. 14 n.1. Jun.2013. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2178/2139> Acesso em: 31. Mai. 2018.

NATURATINS - TOCANTINS. determina 'cota zero' para o transporte de pescado no Tocantins. Portal G1 Tocantins. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/naturatins-determina-cota-zero-para-o-transporte-de-pescado-no-tocantins.ghtml> Acesso em: 31. Mai. 2018.

PLATTEAU, J.P. 1989. The dynamics of fisheries development in developing countries: a general overview. *Development and Change*, 20(4): 565-597.

RUFFINO. M. L. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus-AM. Ibama/Pró Várzea, 2004.

SALES, O.S. Couto Magalhães: Município com mais de 200 anos de história. Guarai Notícias. Guarai-TO. 2014. Disponível em: <<https://www.guarainoticias.com.br/noticia/couto-magalhaes-municipio-com-mais-de-200-anos-de-historia>>. Acesso em: 02 mar. 2018. (Matéria de jornal, internet, online).

SANTANA, W. Bacias Hidrográficas. Pesca Amadora. 2004. Disponível em: <http://www.pescamadora.com.br/bacias-hidrograficas/> Acesso em: 30.mai. 2018.

SILVA, I. R.; COSTA, R. M.; PEREIRA, L. C. C. Uso e ocupação em uma comunidade pesqueira na margem do estuário do Rio Caeté (PA, Brasil). Editora UFPR. n. 13, p. 18. 2006.

SILVA, J.D. Gestão Local e Conservação dos Recursos Pesqueiros no Município de Couto de Magalhães (TO), Região do Médio Rio Araguaia. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA Mestrado Profissionalizante. Manaus-AM. 2009. Disponível em: <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2009/Jose%20Daniel.pdf> . Acesso em: 30.Mai. 2018.

SILVA JÚNIOR, J.L.C. Avaliação Parcial das condições pluviométricas no Estado do Tocantins, durante o período chuvoso 2015/2016. Relatório Técnico-Científico. UNITINS. Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos. 2016. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/294794/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SOUSA, L.R.B. Análise Da Produtividade De Pesca: Na Perspectiva Dos Pescadores Da Colônia Z-15 Do Município De Babaçulândia-To. Tese Conclusão de Curso. Araguaína-TO. 2016

SEPLAN - TOCANTINS. (Estado). Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (). Perfil Socioeconômico dos municípios. Palmas, março, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348433/> Acesso em: 13 fev. 2018.

TESHIMA, F.A., FERREIRA, F.C. & CETRA, M. 2015. Rarity status of endemic and vulnerable fish species in a Brazilian Atlantic Forest protected area. *Natureza & Conservação* 13:67-73.

ESTADO NUTRICIONAL EM ESCOLARES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - TO

Katiane Pereira Braga⁶⁵;
Deusine Cristianne B. A. Mendes⁶⁶;
Helen Moraes do Nascimento⁶⁷;
Priciane Cristina Correa Ribeiro⁶⁸;

RESUMO: A soberania alimentar brasileira ainda não é efetiva, apesar da criação da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que veio para estabelecer os princípios, definições e diretrizes do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Quando tratamos de comunidades tradicionais o não cumprimento do direito básico a uma alimentação adequada é muito comum. Com isto problemas de saúde decorrentes de uma alimentação inadequada são frequentes entre crianças e adolescentes, afetando diretamente seu desenvolvimento físico e cognitivo. O presente estudo avaliou o estado nutricional dos escolares da Escola Municipal Emanuel, localizada na Comunidade Quilombola de Cocalinho no município de Santa Fé do Araguaína-TO. Foi realizada uma ação educativa na escola da comunidade, voltada ao incentivo da alimentação saudável e prática de agricultura urbana, foram obtidas as medidas antropométricas de 48 crianças e adolescentes, com faixa etária de 5 a 19 anos de idade, e ainda o cálculo de IMC (Índice de massa corporal), recomendado pelo Ministério da Saúde para avaliação nutricional. Os dados coletados foram aplicados nos gráficos de crescimento em percentil preconizados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) desde 2006. Os resultados demonstraram que 27% dos avaliados entre o sexo feminino apresentaram baixo peso para a idade, e 5,5% estavam com sobrepeso. Dos meninos avaliados 15,78% apresentaram baixo peso e 10,5% apresentaram sobrepeso. Podemos dizer que os resultados foram semelhantes a outros estudos realizados anteriormente em crianças e adolescentes em áreas urbanas. Por ser uma comunidade rural ficou evidente a transição epidemiológica comum na população brasileira. O baixo peso também ocorreu, demonstrando a carência nutricional que provavelmente está relacionada às condições sócias econômicas precárias, comuns em comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Nutrição; Alimentação; Saúde.

Instituições de Apoio: IFTO – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguaína. UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína

ABSTRACT: Brazilian food sovereignty is still not effective, despite the creation of LOSAN No. 11,346 of September 15, 2006, which came to establish the principles, definitions and

⁶⁵ Instituto Federal do Tocantins. Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Campus Araguaína. Av. Amazonas, esquina com a Av. Paraguai, Quadra 56, Lote 01, Setor Cimba- CEP: 77.824-838 Araguaína - TO. *E-mail:* katianepb@ifto.edu.br

⁶⁶ Instituto Federal do Tocantins. Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Campus Araguaína. Av. Amazonas, esquina com a Av. Paraguai, Quadra 56, Lote 01, Setor Cimba- CEP: 77.824-838 Araguaína- TO. *E-mail:* deusine.mendes@ifto.edu.br

⁶⁷ Universidade Federal do Tocantins. Licenciatura em Química, Av. Paraguai, esq. c/Rua Uxiramas, s/nº, Setor CIMBA - CEP: 77.824-838 - Araguaína, TO. *E-mail:* nascimento.helen77@gmail.com

⁶⁸ Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Av. Paraguai, esq. c/Rua Uxiramas, s/nº, Setor CIMBA - CEP: 77.824-838 - Araguaína, TO. *E-mail:* priciane.ribeiro@uft.edu.br

guidelines of SISAN (National System of Food and Nutrition Security). When we treat traditional communities, non-compliance with the basic right to adequate food is very common. With this, health problems due to inadequate nutrition are frequent among children and adolescents, directly affecting their physical and cognitive development. The study evaluated the nutritional status of schoolchildren of the Municipal School Emanuel, located in the Quilombola Community of Cocalinho in the municipality of Santa Fe do Araguaína-TO. An educational action was carried out in the community school, aimed at encouraging healthy eating and urban agriculture practice, the anthropometric measurements of 48 children and adolescents with ages ranging from 5 to 19 years of age were obtained, as well as the calculation of BMI (Body Mass Index), recommended by the Ministry of Health for nutritional assessment. The data collected were applied to the percentile growth charts recommended by the WHO (World Health Organization) since 2006. The results showed that 27% of the evaluated women were underweight for age, and 5.5% were overweight. Of the boys evaluated, 15.78% were underweight and 10.5% were overweight. We can say that the results were similar to other previous studies in children and adolescents in urban areas. As a rural community, the common epidemiological transition in the Brazilian population was evident. Low weight also occurred, demonstrating the nutritional deficiency that is probably related to precarious socioeconomic conditions common in traditional communities.

Keywords: Nutrition; Food; Cheers.

Supporting Institutions: IFTO - Federal Institute of Science and Technology Education of Tocantins - Campus Araguaína. UFT - Federal University of Tocantins - Campus Araguaína.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as comunidades quilombolas vivenciam uma situação de gravidade no que se refere às condições de vida e segurança alimentar e nutricional adequadas, levando em consideração as suas múltiplas dimensões (RIBEIRO et al, 2015). Diversos estudos demonstram a relação entre insegurança alimentar e renda, condições de moradia e saneamento. Destes podemos destacar os realizados pela PNAD (pesquisa nacional por amostra por domicílios) e os estudos específicos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura).

Mesmo que o reconhecimento e direitos de aquisição de títulos das propriedades ocupadas pelos remanescentes quilombolas estejam na Constituição Federal desde 1988, a luta por igualdade de direitos, pela posse e regularização fundiária de suas terras, pela ampliação de uma cidadania plena e pela igualdade na saúde pública no nosso país são ainda pleiteados pelas comunidades quilombolas. Distribuídos por todo território nacional, muitos ainda vivem em comunidades formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas. Os membros da comunidade estão ligados a trabalhos rurais, ou culturas de subsistência, e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outros (FREITAS et al, 2011).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa deve ter acesso a alimentos, de forma individual ou coletiva, por ser um direito essencial, a não realização deste de forma suficiente e adequada, fere diretamente a dignidade humana (RODRIGUES; PERES; CLOS, 2015). Além da legalidade, é preciso observar os aspectos ligados ao ser humano, neste sentido as consequências para a população podem ser analisadas por diversos ângulos.

Um dos fatores a ser observado, em se tratando de segurança alimentar é que as pessoas com menor renda são as mais vulneráveis a insuficiência de alimentos, pois a capacidade de adquirir, de preparar e conservar são comprometidos. Ao longo do tempo foi necessário considerar a situação econômica, a análise de ingestão diária de alimentos, além de indicadores antropométricos que evidenciam direta e indiretamente situação de insegurança alimentar (BEDUSCHI FILHO, 2012).

Outro motivo que deve ser considerado são as desigualdades sociais e econômicas a que as populações negras foram submetidas durante sua história no mundo e no Brasil, resultando em alta incidência e prevalência de doenças infectocontagiosas, desnutrição e doenças crônicas.

Para a realização de uma análise sobre a segurança alimentar é necessário entender a proveniência dos alimentos. Assim, estudos demonstram que apesar da modernidade muitas comunidades mantêm sua economia baseada na agricultura de subsistência ou trabalho remunerado relacionado ainda as atividades agrícolas também em terras fora das comunidades. A produção de mandioca, milho, feijão, além da horticultura e plantas medicinais é encontrada (BARBOZA DA SILVA *et al.*, 2012; LIMA, *et al.*, 2013). No entanto, as comunidades acabam passando por mudanças na forma de se alimentar, seja pela industrialização dos alimentos e suas consequências (comuns nas áreas urbanas) ou pela dificuldade em comprar alimentos.

Partindo do exposto acima, este estudo teve como objetivo descrever o estado nutricional dos escolares da comunidade quilombola de Cocalinho no município de Santa Fé do Araguaia TO.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A população negra é mais vulnerável as consequências das iniquidades, devido ao processo de marginalização, oriunda do seu contexto histórico da escravidão. Devemos reconhecer que as desigualdades sociais e econômicas geradas deste período, com isto as

comunidades quilombolas vivenciam uma situação de gravidade no que se refere às condições de vida e segurança alimentar e nutricional adequadas (RIBEIRO et al, 2015).

Como ação de redução das desigualdades a partir do ano de 2000 políticas específicas foram elaboradas para garantir a população negra, cotas em universidades, além da ampliação de programas de combate ao racismo e políticas de valorização da cultura e história da raça negra surgiram. Tudo isto se deveu ao fato de que houve o início do reconhecimento das disparidades raciais como problema prioritário, e reconhecer que estas são provocadas por um conjunto de fatores indissociáveis, isto foi essencial para debater e criar as políticas públicas voltadas a sua redução (IPEA, 2010).

Contudo, as forças que determinam mudanças de paradigmas são lentas e dependem do movimento de todo sistema social e político. Lembrando que as utopias políticas surgiram da necessidade de mudança nas sociedades, estes por sua vez sempre tiveram papel representativo da “voz do povo”, de luta por melhorias dentro da sociedade. Afirmando ainda que a luta pelas igualdades partem dos movimentos sociais como forma de pressão ao estado, e assim podendo aumentar a perspectiva de entrar para pauta das políticas públicas como empreendedores sociais. O programa de Brasil quilombola já é resultado destas ações sociais. (DAGNINO, 2004).

Conforme relatório da FAO (2017), mais de 815 milhões de pessoas estão desnutridas em todo o mundo, isto devido ao aumento de conflitos internos, no caso dos países da África, e também devido ao aumento das desigualdades sociais e econômicas nos países da América Latina. Além da desnutrição a obesidade tornou-se epidêmica em diversas regiões do mundo.

Para Sen (2000), a fome coletiva é ator direto no atraso do desenvolvimento humano, pois impede que o indivíduo tenha liberdade para atingir todas as suas capacidades, e atinge uma grande parcela da população mundial. A fome ocorre não apenas pela escassez de alimentos, mas também pelo impedimento do acesso aos alimentos, isto foge ao desenvolvimento econômico e abrange o desenvolvimento sustentável, que é aquele ligado às capacitações das pessoas. Ele ainda enfatiza que, além da pobreza extrema, outro fato que deve ser levado em consideração como fator determinante da fome, é a inserção da pessoa em um ambiente que apesar de ter abundância de alimentos, não ter acesso a ele, privando o de um desenvolvimento pleno.

O estado nutricional de crianças evidencia muitos determinantes sociais, de saúde e familiar, como um conjunto complexo. (PANELLI-MARTINS; DOS SANTOS; ASSIS, 2008). Assim podemos afirmar que a insegurança alimentar está imbricada a desnutrição, ao sobrepeso e a obesidade além do baixo desenvolvimento físico (crescimento) e cognitivo

(capacidades mentais) das pessoas expostas a esta. A desnutrição engloba um conjunto de situações patológicas que resultam de uma alimentação insuficiente em energia, proteínas, vitaminas ou minerais, comprometendo a saúde, o crescimento e o desenvolvimento de crianças (FERREIRA et al, 2011). A obesidade é conceituada como um excesso de gordura corporal relacionado à massa magra, já o sobrepeso, é definido teoricamente como uma proporção relativa de peso maior que a desejável para a altura é condições de etiologia multifatorial, cujo desenvolvimento sofre influência de fatores biológicos, psicológicos e socioeconômicos (OLIVEIRA et al 2017).

A avaliação nutricional na infância é esclarecedora e tem contribuído grandemente, descrevendo aspectos de desenvolvimento humano em populações vulneráveis, uma vez que o desenvolvimento e crescimento da criança são grandemente afetados por dois extremos: a desnutrição e a obesidade (ARAÚJO, 2005: 51). Daí a importância do monitoramento do estado nutricional das crianças, pois este pode ser considerado uma ferramenta fundamental no controle das taxas de morbidade e mortalidade infantis, e os índices antropométricos se constituem como principal instrumento para este acompanhamento (Frisancho 1999, Reis & Guerreiro 2009: 2-4 apud GUIMARÃES; SILVA, 2015).

Estudos demonstram que além do baixo peso, os escolares estão mudando seus hábitos alimentares, para ingestão de alimentos industrialmente processados, isto reflete também em sobrepeso, obesidade e problemas sistêmicos como anemias carências, hipovitaminoses e déficits de crescimento (BELIK, 2012).

METODOLOGIA

Atualmente a comunidade foco do estudo é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2006 e está situada a aproximadamente seis quilômetros do município de Santa Fé do Araguaia. O município possui uma população estimada de 7.318 habitantes, ocupando área geográfica de 1.683,91 Km² segundo (SEPLAN-TO 2017).

Figura 1 - Localização geográfica da comunidade quilombola analisada no presente estudo. A) Mapa do Estado do Tocantins e Goiás (marcador amarelo: Comunidade Quilombola Cocalinho, marcador preto:



O local escolhido para realizar a coleta da pesquisa foi a Escola Municipal Emanuel na comunidade quilombola Cocalinho em Santa Fé do Araguaia-TO. A escola oferece ensino fundamental e ensino médio para as crianças, além do curso EJA (educação de jovens e adultos), atendendo um total de 150 (cento e cinquenta) alunos, conforme registros escolares.

O estudo foi quantitativo e descritivo, desenvolvido no segundo trimestre de 2018, tendo a coleta realizada em uma ação educativa sobre alimentação saudável na comunidade, durante coleta de dados da pesquisa em andamento intitulada Insegurança alimentar e fatores associados nas comunidades remanescentes de quilombos de Cocalinho e Pé do Morro, autorizada pelo CEP sob parecer nº2.621.825.

O método escolhido foi o de avaliação física através de medidas antropométricas e cálculo de IMC. Para (MONTARROYOS, E. C. L.; COSTA, K. R. L.; FORTES, 2013), este método é eficaz para acompanhamento de crescimento infantil. A antropometria em estudos populacionais constitui-se em um importante método para diagnóstico, fornecendo estimativa de prevalência e gravidade de alterações nutricionais (SANTOS et al, 2010).

Para isto foi utilizada balança antropométrica tradicional com régua para altura acoplada a ela, esta foi devidamente calibrada. Os coletadores da amostra foram treinados

anteriormente, tendo realizado método no mínimo 20 vezes para que atingisse acurácia aceitável.

Foram avaliadas 49 crianças que estiveram presentes nas ações, porém para o estudo foram utilizados dados de 40 crianças e adolescentes nas faixas etárias de 06 a 19 anos. Foi realizada análise de regressão logística binária, considerando como variáveis preditoras do desfecho de classificação nutricional o sexo e idade dos indivíduos. Para esta última análise foi utilizado o programa IBM- SPSS statistics.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

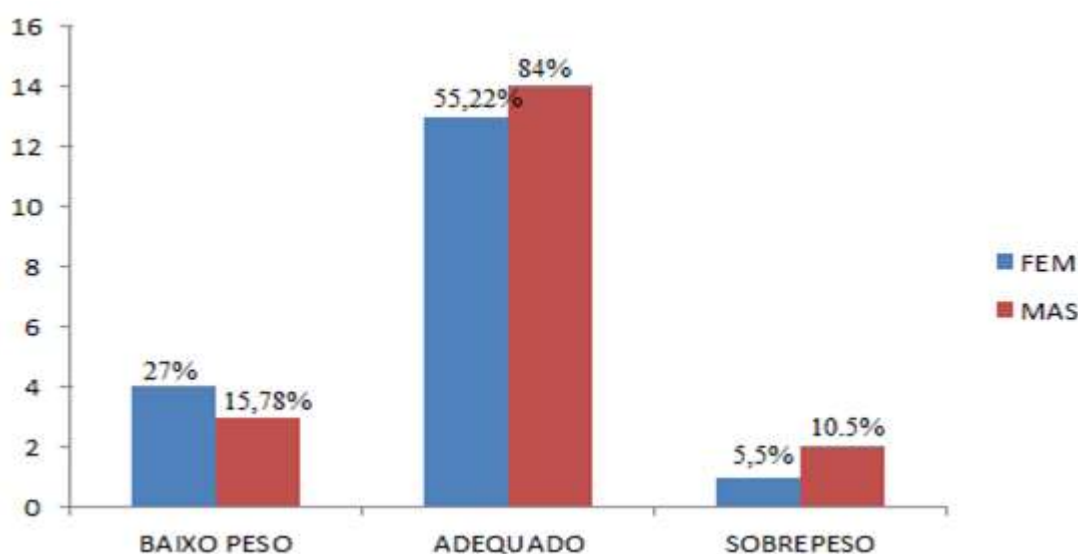


Gráfico 1. Prevalência do estado nutricional (índice de massa corporal – IMC) segundo sexo em escolares da comunidade de Cocalinho.

Conforme gráfico 1, entre os estudantes avaliados, houve um número considerável classificados com baixo peso, no sexo feminino 27% e no sexo masculino 15,78%, essa tendência é semelhante aos achados nacionais. Outro achado foi o sobrepeso em 5,5% no sexo feminino e 10,5% entre os meninos. Com relação ao sobrepeso, a tendência nacional demonstra transição de hábitos alimentares, de alimentação natural para alimentos mais processados (LOUZADA *et al.*, 2015) (FLORES *et al.*, 2013).

Dados socioeconômicos e demográficos demonstram que as famílias desta comunidade estão classificadas em entre classe C2 e E, com baixo poder aquisitivo e baixa renda. Isto reflete diretamente na capacidade de aquisição de alimentos em quantidade e qualidade adequados (ABEP, 2014).

Durante a ação foi observada ainda que a escola não possuía horta e a alimentação do aluno depende da prefeitura do município de Santa Fé do Araguaia. Lembrando que devido às condições econômicas das famílias muitas dessas crianças dependem desta única alimentação no seu dia, então esta deve ser completa e variada.

É importante ressaltar que a população negra de um modo geral encontra-se submetida a uma série de iniquidades sociais, inclusive no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Segundo dados do IBGE (2010), 11,5% da população negra encontravam-se em situação de insegurança alimentar grave em 2004. Na população branca, esse percentual era de 4,1%.

Além disto, município de Santa Fé ocupa a 97ª posição de IDH entre os 139 municípios do estado do Tocantins, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para o estímulo de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (2017) relatam que existe uma relação conflituosa (hoje de forma silenciosa) entre a comunidade Cocalinho e fazendeiros da região pelo espaço produtivo do local. Afirmam ainda que, a comunidade não produz como deveria, e os trabalhadores rurais na maioria das vezes prestam serviço nas fazendas vizinhas. Propondo a partir daí a hipótese que a população por falta de opção, acaba modificando sua dieta, migrando para alimentos mais industrializados, processados e menos saudáveis, mostrando uma semelhança à alimentação comum nas áreas urbanas.

Fazendo um comparativo entre a produção pecuarista no município com rebanho de 114.025 mil cabeças de gado e com tendência aumentar, a produção agrícola tem caído gradativamente, isto é preocupante, pois a produção local na realidade é a que deveria alimentar a população mais carente. Isto deixa às comunidades rurais expostas a escassez de alimento, assim a subnutrição em crianças é um contraste doloroso, pois mesmo tendo terras férteis a sua volta a comunidade sofre com a falta de perspectivas. Muitas famílias relataram dependência da ajuda do governo para sobrevivência, no entanto isto não proporcionou melhores condições de vida, e atualmente o programa de bolsa família que era fonte de alimento para várias famílias, hoje só beneficia 25 famílias, conforme dados do ministério do desenvolvimento (SEPLAN, 2017) (MATTEO, 2016).

A população da comunidade sobrevive basicamente de prestação de serviços nas fazendas vizinhas, sem capacidade econômica estável, e baixa ajuda social, a vulnerabilidade a fome, a desnutrição e problemas de outros problemas de origem social tendem a prevalecer nesta população. Portanto é necessário implementar políticas públicas que estimulem a

geração de renda nesta comunidade e conseqüente melhoria das condições de vida para esta comunidade (MATTEO, 2016).

Muitas famílias relataram dependência da ajuda do governo para sobrevivência, no entanto isto não proporcionou melhores condições de vida, e atualmente o programa de bolsa família que era fonte de alimento para várias famílias, hoje só beneficia 25 famílias, conforme dados da atenção básica do município.

A partir da análise dos dados apresentados é imprescindível enfatizar a importância da alimentação variada para uma boa nutrição e conseqüente desenvolvimento das crianças, pois os prejuízos podem ser levados até a vida adulta, no entanto as condições de renda influenciam diretamente na aquisição de alimentos em quantidades e em qualidade, no caso deste estudo provavelmente as alterações nutricionais das crianças estejam relacionadas a insegurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vem passando por um processo de transição nutricional caracterizado, entre outros, por uma redução marcante na prevalência da desnutrição infantil e, paralelamente, por um aumento na prevalência da obesidade (FERREIRA et al, 2011).

Por sua situação ambiental, econômica e política, os grupos quilombolas são particularmente vulneráveis às desigualdades em saúde e educação, ainda há relativamente poucas pesquisas voltadas para compreender as complexas relações entre estes grupos e os seus Determinantes Sociais de Saúde.

Este estudo, embora com algumas limitações, oferece contribuições para ampliar o conhecimento sobre a realidade das populações quilombolas do extremo Norte do Estado do Tocantins e, assim, contribuir para a implementação de políticas públicas mais adequadas à sua realidade.

É importante ressaltar que as comunidades quilombolas no que tange às condições de segurança alimentar e nutricional ainda são pouco exploradas, embora atualmente o debate sobre a saúde desta população vem emergindo como tema importante na política do país (RIBEIRO et al, 2015).

REFERÊNCIA

ABEP, Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>, acesso em 23/07/2018

BRASIL, Relatório Bolsa família, disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 20/08/2018 AS 10:00HS.

ARAÚJO, C. L. Avaliação nutricional de crianças. In: KAC et al. *Epidemiologia nutricional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu: 2005.49-781.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C. Tendências E Perspectivas Dos Programas De Segurança Alimentar E Nutricional Nos Territórios Rurais Da América Latina : Reflexões a Partir Da Sistematização De Projetos e Políticas Publicas. **Revista Faz Ciência** v. 15, n. 20, p. 11–34 , 2012.

BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional** v. 19, n. 2, p. 94–110 , 2012.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. p. 95–110 , 2004.2012072305.

FLORES, Larissa S. *et al.* Trends of underweight, overweight, and obesity in Brazilian children and adolescents. **Jornal de Pediatria (Versão em Português)** v. 89, n. 5, p. 456–461 , 2013. Disponível em:<<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2255553613001055>>.1678-4782 (Electronic)r0021-7557, acesso em: 10/07/2018

HEIN, Vera; ARRUDA, Angela. A desnutrição infantil representada por mães de crianças com baixo peso. **Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)** v. 30, n. 4, p. 585–593 , 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472009000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Segurança alimentar, 2004. Rio de Janeiro: IBGE; 2006. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS %20-%20RJ/segalimentar/suguranca _alimentar 2004.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar_2004.pdf). Acessado em 19 de agosto de 2018.

IPEA. Pobreza , desigualdade e políticas públicas. **Comunicados da Presidência IPEA** v. 38, p. 1–18 , 2010. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. acesso em: 10/07/2018

Ferreira HS, Lamenha MLD, Xavier Júnior AFS, Cavalcante JC, Santos AM. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2011;30(1):51–8. disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2011.v30n1/51-58>. Acesso: 19 de agosto de 2018.

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e comunidades Quilombolas: uma revisão de literatura. *Rev. CEFAC*. 2011 Set-Out; 13(5):937-943. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v13n5/151-10.pdf>. Acesso: 19 de agosto de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, Perfil socioeconômico dos municípios-Santa

Fé do Araguaia, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/340091/> acesso em: 15/08/2018;.

GUIMARÃES, R. C. R; SILVA, H. P. Estado Nutricional e Crescimento de Crianças Quilombolas de Diferentes Comunidades do Estado do Pará. disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281032344/download>. Acesso 19 de agosto de 2018.

LOUZADA, Maria Laura da Costa *et al.* Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saude Publica** v. 49 , 2015.0034-8910.

MATTEO, Kátia Castro de; et al. **Zoneamento Ecológico-Econômico: DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO DO TOCANTINS Populações Tradicionais**. v. 2/3. ed. Palmas-TO: Secretaria do Planejamento e Orçamento Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento, 2016. 159 p.

MONTE, Cristina M G. Desnutrição : um desafio secular à nutrição infantil. **Jornal de Pediatria** v. 76, n. 3, p. 285–297 , 2000.

MONTARROYOS, E. C. L.; COSTA, K. R. L.; FORTES, R. C. Antropometria e sua importância na avaliação do estado nutricional de crianças escolares. **Comunicação em Ciências da Saúde** v. 24, n. 1, p. 21–26 , 2013.

OLIVEIRA, A. M. A de; CERQUEIRA, E. M. M; SOUZA, J. da. S; OLIVEIRA, C. A. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abem/v47n2/a06v47n2.pdf>. Acesso: 19 de agosto de 2018.

PANELLI-MARTINS, Bárbara Eduarda; DOS SANTOS, S. M C; ASSIS, A. M O. Segurança alimentar e nutricional: Desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutricao** v. 21, n. SUPPL., p. 65–81 , 2008.

RODRIGUES, Benedita Maria Rêgo Deusdará; PERES, Patrícia Lima Pereira; CLOS, Araci Carmen. Repensando a declaração universal sobre bioética e direitos humanos. **Revista Enfermagem** v. 23, n. 6, p. 725–726 , 2015.

RIBEIRO, Gracielli; MORAIS, Franciny Michelle de Oliveira; PINHO, Lucinéia de. (IN) Segurança Alimentar de Comunidade Quilombola no Norte de Minas Gerais. DOI: 10.4025/ciencucuidsaude.v14i3.21845. disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/21845/15385> Acesso: 18 de agosto de 2018.

SANTOS, M. R. N. S; BRAGA, A. C. S; GALENO, N. S; PENA, J. L. C; PINTO, R. F. Perfil nutricional e de crescimento físico de crianças das comunidades Quilombolas do Estado do Amapá. *Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 140 - Enero de 2010*. disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd140/criancas-das-comunidades-quilombolas.htm>. Acesso: 19 de agosto de 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. **PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS-TOCANTINS**. Palmas-TO: [s.n.], 2017. 159 p.

COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA INVESTIGAÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR

Dislaine Dias dos Santos⁶⁹

Maria da Cruz de Oliveira Baia Nunes⁷⁰

Natalia Ismaila da Silva⁷¹

Kênia Gonçalves Costa⁷²

RESUMO: O presente trabalho aborda um relato de experiência realizado em visita técnica na Escola Municipal Emanuel, da Comunidade Quilombola Cocalinho de Santa Fé do Araguaia - TO, investigando juntamente com os/as responsáveis dos/as discentes práticas alimentares do grupo. O objetivo é compreender a realidade dos/as quilombolas baseados em mapas conceituais confeccionados pelos/as mesmos/as. Mediante a utilização de representações espaciais em cartolinas dos conhecimentos sobre alimentação da comunidade. O aporte desta pesquisa se faz por levantamentos de dados qualitativo subsidiados por narrativas durante a elaboração das representações desta forma, para entender como funciona a rotina alimentar vinculado ao contexto econômico dos pais e alunos da comunidade. Essa atividade foi possível devido uma ação conjunta de várias pesquisas sobre a temática alimentação em comunidade tradicional e seu no ambiente escolar. A metodologia utilizada foi numa perspectiva fenomenológica com auxílio da cartografia social interligada para representar aspectos alimentícios do conhecimento da rotina da comunidade. Os resultados obtidos mostraram que a comunidade tem se desenvolvido economicamente através da agricultura familiar, onde pais e filhos trabalham juntos para a sobrevivência da família, sua alimentação tem um percentual dos produtos de produção da própria comunidade providos de trabalhos coletivos. Nas representações ficou evidente o cotidiano na lavoura, eles mostraram o dia-a-dia, por meio de desenhos de: casas; roças (melancia, milho, arroz, laranja, mamão, abacaxi, feijão, manga, caju, abóbora); hortaliças e pequenas criações de animais (galinhas e porcos), além da pescaria. Na ação foram realizadas palestras pelos/as professoras e alunos/as do IFTO e da UFT, acerca do plantio de hortas, com oferta de mudas. Recebeu também, orientação sobre saúde bucal; avaliação do peso e altura e observações em todo ambiente da escola que possibilita uma utilização da área para produção de alimentos que poderia ser utilizado na merenda.

Palavra-chave: Quilombo; Educação; Alimentação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

A experiência na comunidade Cocalinho foi de extrema importância, começando pela recepção na Escola Municipal Emanuel localizado na Comunidade Quilombola de Cocalinho no Município de Santa Fé do Araguaia, Norte do Tocantins.

⁶⁹ Universidade Federal do Tocantins. Discente do Curso de Geografia – UFT - Araguaína. *E-mail:* dislainedias@hotmail.com

⁷⁰ Universidade Federal do Tocantins. Discente do Curso de Geografia – UFT – Araguaína. *E-mail:* mariadacruz853@gmail.com

⁷¹ Universidade Federal do Tocantins. Discente do Curso de Geografia – UFT – Araguaína. *E-mail:* natalia.nis@hotmail.com

⁷² Universidade Federal do Tocantins. Docente do Curso de Geografia e PPGCult – UFT - Araguaína. *E-mail:* keniacost@uft.edu.br

IMAGEM 1. Frente da Escola Municipal Emanuel.



Fonte: SILVA, Natalia Ismalia. Ano: 2018.

A escola junto com a comunidade está vinculada a um movimento de luta social, que tem como principal objetivo buscar a reparação, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros e negros brasileiros, que considera o conjunto das dimensões da formação humana, por ter essa relação e visão de educação para a comunidade o espaço da escola conta com cinco salas de aula, uma secretaria que funciona com coordenação, uma cozinha, dois banheiros, e um espaço de lazer.

Em um breve diálogo com a senhora Maria Luiza uma das funcionárias da escola, ela contou as dificuldades encontrada na comunidade, em relação os estudos, pois a Escola conta com uma sala que funciona como creche, que atendem os alunos das comunidades Quilombolas, que são: crianças, jovens e adultos de origem rural e as formações nas demais serias fundamental, e médio, a Escola conta com uma parceria do estado para o melhor atendimento da comunidade.

A comunidade tem um papel fundamental nos assuntos referentes a escola e comunidade em geral, participam de reuniões, escolar e de movimento que possa levar melhoria para o quilombo, reuniões em secretarias, regional, estadual, tudo para que os governantes sege ouvidos para aplicação de projetos educacionais para jovens.

No decorrer das conversas foi relatado (IMAGEM 2) que os homens trabalham na lavoura e durante a noite alguns deles estudam já as mulheres trabalham no campo, e as que ficam em casa cuida de criação de galinhas, porcos, e plantão e cultivam alimentos de hortas, alguma delas também estuda a noite.

IMAGEM 2. Entrevistas com os responsáveis legais dos alunos.



Fonte: SILVA, Natalia Ismalia. Ano: 2018.

Durante a visita foi realizado trabalhos, palestra com dentista (IMAGEM 3), filmes, e danças para as crianças, foram realizadas palestra e doação de mudas de hortaliças, e um lanche com alimentos nutritivos (IMAGEM 4) também foi abordado para a comunidade de como aproveitar o espaço da Escola para fazer hortas, na pesquisa feita mostraram que a comunidade tem se desenvolvido economicamente através da agricultura familiar, onde pais e filhos trabalham juntos nas roças para a sobrevivência.

O relato de alguns moradores entre a relação que a comunidade tem com o município, não e nada coerente no que diz respeito saúde, educação, e alimentação, aparentemente não há um poder político para responder essas demandas no direito que a comunidade tem por obrigação tanto do município quanto do estado.

IMAGEM 3. Conversa sobre saúde bucal.



Fonte: SILVA, Natalia Ismalia. Ano: 2018.

IMAGEM 4. Lanche oferecido como forma de socialização.



Fonte: Fonte: SILVA, Natalia Ismalia. Ano: 2018.

Muito importante como alguns moradores, falam de sua convivência no o dia-a-dia, pois os mesmos mostraram em forma de desenhos em cartazes o cotidiano deles. Alguns dos jovens da comunidade de Cocalinho são acadêmicos na UFT em Araguaína norte do Tocantins, em conversando foi possível observar as dificuldades encontrada em relações a moradias, e o bem-estar desses acadêmicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As comunidades quilombolas vem de uma relação de muita luta e resistência para ter de fato o que sempre lhe foi tirado e saqueado de forma mais brutal que se existe. Nesse contexto podemos entender que toda vez que o nome ‘comunidade quilombola’ é citado logo o associa a questão política devido o fato dele realmente fazer parte de questões importantes tanto para o povo quanto sociedade da qual não apenas os mesmos vivem.

Segundo o texto Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais p. 147:

Comunidades quilombolas é um assunto inesgotável visto que delas emerge a possibilidade de se recriar quotidianamente para poder forjar sua sobrevivência. Significa um eterno ir e vir, um deslocamento constante em diferentes espaços e tempos. Todavia, este movimento é o que sustenta a importância da Lei nº 10.639/2003.

Entende-se que a comunidade está sempre de forma menos favorecida e nisso as lutas diárias existem para que possam ter equidade social onde não vivam em lugares por ser a última opção e sim a opção da qual sempre quiseram.

Gerson Alves de Oliveira p. 01-02: diz que se reconhece como comunidade quilombola a partir do momento em que:

É reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2006 e está situada a aproximadamente de cinco quilômetros do município de Santa Fé do Araguaia, cidade com cerca de 10 mil habitantes, localizada no extremo norte do Estado do Tocantins. Os primeiros ocupantes da região chegaram por volta das décadas de 1940 e 1950, oriundos, em sua maioria do Estado do Maranhão em busca de terras, atraídos pelas longas faixas de floresta que existiam na região do antigo norte goiano.

Uma forma de visão de mundo vinda dos que fazem parte da comunidade são as necessidades de não terem que sair do lugar onde vivem para viver de forma melhor (no ponto de vista vindo de uma pessoa que sempre viveu no meio urbano), num lugar que por vezes pode não ser chamado de lar, então quando se fala na vida no campo nem sempre deve ser associado a uma vida por falta de escolhas e sim de forma que ela queira viver num ambiente onde entende que nele o pertence.

As práticas vividas em comunidades tem muito a ensinar quando o assunto é viver em harmonia e com o necessário, devido a isso o consumismo nunca é visto em lugares assim por causa das práticas onde a vida sempre é resguardada de forma que buscam sempre avaliar

uma forma mais prática e menos consumista aos olhos de quem por fora os vê. Logo, quando se falar sobre a vida na comunidade se vê a satisfação e sensação de pertencimento ao lugar quando são perguntados, e isso nos faz perguntar o porquê de como um lugar significa tanto para alguém.

E segundo Alberto Acosta (2016, p. 26) vem dizendo:

Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário. Como consequência, temos de impulsionar um processo de transições movido por novas utopias. Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza.

As relações públicas elas estão justamente para incluir socialmente as pessoas em um único meio onde possam participar de ações que trazem melhorias para todos e a partir delas veem a impulsionabilidade para que pessoas que nunca tiveram acesso à educação possam entender que aquele método utilizado por todos durante o ano inteiro tenha significado e entender o porquê dele acontecer.

A natureza é vista para os agricultores familiares como parte de renda onde tiram o próprio sustento, e isso faz entender que por meio da terra está voltado para muito olhares não apenas como o da moradia, mas também como o do sustento.

Paulo Petersen (2009, p. 15), diz que:

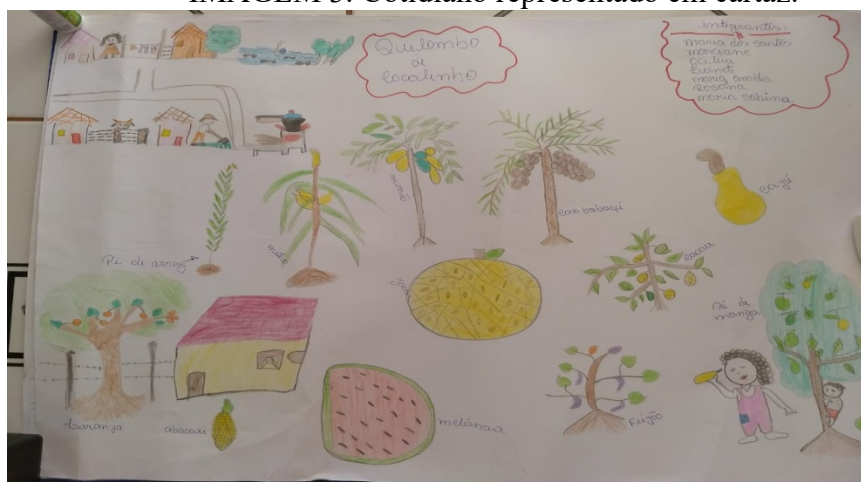
Pela importância que representam como forças políticas socialmente ativas e reconhecidas e pela potencialidade que encerram para mobilizar as forças vivas do campo brasileiro, o futuro da agricultura familiar camponesa no país depende em grande parte das opções desses movimentos e sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas autonomamente pela iniciativa dos produtores e produtoras familiares.

A importância de políticas públicas para as comunidades vem desde muito antes e isso visa a intenção de como deve agir e participar de ações onde, pessoas que passaram por muitos anos sem acesso a nada e foram excluídas de formas que hoje buscam viver dignamente e não terem a necessidade de fugir como seus antepassados fizeram para sobreviver devido o fato de não serem reconhecidos como seres humanos, sendo que essa marca histórica existe até os dias atuais e não será moldada por um longo tempo a não ser que as políticas públicas mude suas formas de agir e pensar.

Os desenhos representados pelos moradores da comunidade mostram a relação deles com o lugar onde vivem e tiram suas percepções de mundo, isso mostra que a realidade de forma básica que a necessidade de viver com o básico pode ser ou não o que importa e significa para cada um.

Mas as diferenças que o mundo trás em torno da realidade onde vivem, vem para transformar a percepção de mundo que deve acompanhar o novo e com ele decidir se o acompanha ou não.

IMAGEM 3. Cotidiano representado em cartaz.



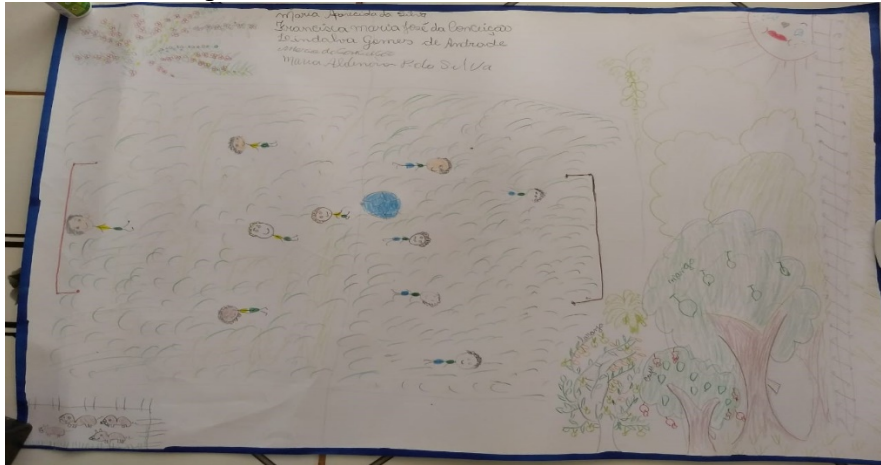
Fonte: NUNES, Maria da Cruz de Oliveira /ano 2018

Como já foi dito, a comunidade tem seu papel fundamental, pois as mulheres contaram como é o dia-a-dia na comunidade, como são feitas as tarefas divididas casa e campo, mostrada em forma de desenhos em cartazes, e os tipos de alimentos plantados e colhidos, são manga, abacaxi, laranja, coco, caju, e as hortaliças, melancia, milho, a cultura se desenvolve e com esse desenvolvimento estão as propostas culturais junto à comunidade de Cocalinho, que por sua vez estar o trabalho familiar braçal.

Entende-se que a relação familiar vai além do que se percebe de quem vem por fora para descrever como as pessoas vivem em comunidade quilombola, a realidade de quem vive estão descrevendo em desenhos onde vai para além da realidade que ali vivem, mas que buscam algo para si e transformaram em desenho suas percepções de mundo e descreveram o que entende de pertencimento sobre o lugar do qual vivem e relacionam como seu.

Muniz em seu texto A PEDAGOGIA DO QUILOMBO diz que “A pesquisa é respeitada e a espontaneidade em contar as histórias da comunidade aos estudantes e professores que se dirigem à localidade constitui-se em prática realizada com naturalidade.” Essa reflexão vem da partida que através do saber escolar pode ter uma visão ampla do contexto do qual vive e dele modificar com o tempo a visão que você tem de mundo e suas trocas de saberes serem sempre moldadas de acordo com o que aprende.

IMAGEM 4. Desenho feito por moradores da comunidade Cocalinho.



Fonte: NUNES, Maria da Cruz de Oliveira /ano 2018.

A expressão dada pelos moradores nas comunidade quilombolas com as retratações nos cartazes em forma de desenho apenas mostra que de um lugar onde a precariedade ainda está bastante presente os talentos existem de várias formas e notoriedades com o seu entorno, isto representa que por vezes os que ali vivem entendem que as suas vidas podem está de uma forma mas o entendimento que a falta de estrutura existe e tem noções sobre isso, como foi relatado nos cartazes os desenhos de frutas e arvores pelo fato de terem convívio diretamente com isso a todo o momento, mas não quer dizer que outras vivencias não existam de forma que por não ter acesso significa que não seja necessário. Mas que para ter esse tipo de acesso deve buscar por meio de muitas lutas diárias para conseguir o que ainda falta na comunidade e que esse acesso deva vir com o tempo.

Uma das experiências vivida no Cocalinho foi a força de vontade de alguns dos moradores, no qual desenharam e se divertiram com os próprios trabalhos nos cartazes, pois tiveram a paciência e tempo que e muito importante, desenharam um campo de futebol, e os jogadores, pelo os desenhos observa-se que há poucas arvores, e um espaço que deveria ser valorizado para o lazer dos moradores da comunidade.

Percebe-se que a necessidade para o lazer ainda é grade e essa forma de retratação veio em forma de desenho para citar que algo precisa ser mudado, em vista disso pode-se dizer que a busca por melhorias sempre foi diária e através disso quando existe oportunidade de tocar no assunto é sempre tocado, um fato relacionado é o do futebol que foi retratado para que algo um dia seja feito porque a participação diária no trabalho sempre existe e dela buscam ter o mínimo de lazer para uma vida árdua e difícil no campo. A constituição mesmo fala que são direitos de todos o lazer, mas esse lazer está mais pautado para um lado da população e os demais parece que ficam a mercê do próprio trabalho a todo momento.

Considerações Finais

Este trabalho veio como forma de entender a vida da comunidade quilombola Cocalinho e trazer pautas como a escola, vivências e trabalho, isto relata que a busca por meio de trabalho e estudo esta pautada hoje para que todos tenham acesso a educação e dela poder escolher seus próprios destinos como forma de caminho para uma vida que possa satisfazer o interior pessoal de cada um.

Com base em alguns autores entende-se que a busca necessária para entender e transformar uma visão moldada vem de uma longa jornada de trabalho para que todos os meios sejam sempre valorizados e trabalhados de forma que não pejorativa nada e nem ninguém.

A busca por parte das pessoas que trabalharam neste trabalho veio além de relato de experiência mas praticas na universidade para transpor e trabalhar com mais eficiência sobre o tema que é muito abordado, mas pouco entendido.

O trabalho voltado para essa pesquisa que foi além da metodologia teórica, mas o campo foi necessário para entender a realidade da comunidade quilombola veio de forma a calhar o que a realidade esta para quem de fato vive no lugar e dele tira todo o seu sustento, lazer e educação para seus filhos.

A busca por melhorias sempre foi pauta de todos e isso não seria diferente de quem teve anos de exclusão e buscam a todo momento pelo mínimo de direitos possíveis, e a visão dessa comunidade por meio de trabalhos acadêmicos, só mostra que a necessidade chega, mas é levada para fora de seus muros e deles poder trazer uma forma de visão por parte de quem fazer pesquisa, ou sai para estudar e trabalhar e poder trazer um acesso a direito que deles nunca deviam ter sido negados.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto O bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos / Alberto Acosta ; tradução de Tadeu Breda.– São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p;

MUNIZ, Reassilva, Trilha. A Pedagogia Do Quilombo (Mestre, Professora de Iniciação ao Trabalho Acadêmico, Pesquisa Educacional e orientadora de TCC do Curso de Pedagogia da FAHESA – ITPAC);

PETERSEN, PAULO (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro / Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

OLIVEIRA, Gerson Alves De. Quilombolas Do Norte Do Tocantins: O Sentido E O Lugar De Uma Experiência (Art.) Doutorando do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp/Marília. GT09. Relações Raciais no Brasil Contemporâneo: Desigualdades, Políticas Públicas e Construções Identitárias.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

ABORDAGEM SOBRE SÍFILIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA – TOCANTINS: COCEPÇÃO DE ALUNOS

André de Oliveira Moura Brasil ⁷³
Domenica Palomaris Mariano de Souza ⁷⁴

RESUMO: A sífilis é uma doença infecciosa sistêmica de evolução crônica causada pelo *Treponema pallidum*, uma espiroqueta de transmissão sexual e vertical que pode produzir, respectivamente as formas adquirida e congênita da doença. Atualmente, a sífilis permanece como grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, mesmo considerando-se a existência de testes diagnósticos sensíveis e tratamento eficaz e de baixo custo, com desfecho exitoso na maioria dos casos. Atualmente a alta frequência da doença observada na faixa etária de 20 a 29 anos é preocupante, especialmente em mulheres que quando contaminadas podem transmitir a Sífilis Congênita (SC) e desencadear seus consequentes agravos aos neonatos. Nesse sentido foi objetivo do presente estudo analisar como ocorre a abordagem sobre a sífilis na Educação de Jovens e Adultos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Araguaína – Tocantins. Os dados obtidos evidenciaram que há dificuldades em se debater as DSTs em sala de aula. Entre os maiores problemas enfrentados estão a recusa dos professores em abordar o tema devido ao constrangimento ou pela falta de maturidade dos alunos. As professoras são as que se sentem mais desconfortáveis em abordar o assunto. Embora os alunos não tenham demonstrado conhecimento em discernir a sífilis de outras DSTs, esses entendem que o ensino sobre o tema nas escolas auxilia na prevenção das doenças. Esse estudo permitiu verificar que as DSTs/Sífilis, ainda são temas restritos no ambiente escolar, devido à falta de preparo de alunos e professores em abordarem a sexualidade e suas vertentes devido as suas inseguranças, crenças e valores associados ao sexo e a natureza humana.

Palavras-chave: *Treponema pallidum*; EJA; Doença; Conhecimento dos alunos.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), a sífilis é uma doença infecciosa sistêmica de evolução crônica causada pelo *Treponema pallidum*, uma espiroqueta de transmissão sexual e vertical que pode produzir respectivamente as formas adquiridas e congênitas da doença (BRASIL, 2007). A sífilis pode ser classificada de acordo com o seu tempo de evolução em recente primária, secundária ou latente recente (menos de um ano) e latente tardia ou terciária (mais de um ano) (SILVA; BONAFÉ, 2013).

⁷³Universidade Federal do Tocantins. Graduando em Ciências Biológicas. E-mail: andreombrs@hotmail.com

⁷⁴Universidade Federal do Tocantins. Professora efetiva do Colegiado de Ciências Biológicas. E-mail: domenica@mail.uft.edu.br

A doença caracteriza-se inicialmente pela manifestação de uma pequena úlcera nos órgãos genitais (cancro duro) e linfonodomegalia inguinal, surgidos entre a segunda e terceira semanas após o contágio. As úlceras e a linfonodomegalia não produzem dor, coceira, ardência e nem apresentam secreção purulenta (BRASIL, 2006). Após algumas semanas este quadro entra em remissão sem deixar cicatriz, o que leva a uma falsa sensação de cura. Sem tratamento a doença tende a avançar pelo organismo, podendo ocasionar lesões cutâneas em várias partes do corpo, inclusive nas regiões palmares e plantares, alopecia, cegueira total ou parcial (amaurose), cardiopatias, acometimento do sistema nervoso e até mesmo o óbito dos portadores (BRASIL, 2006).

A maior frequência da doença observada na faixa etária de 20 a 29 anos, é preocupante, especialmente em mulheres contaminadas, as quais podem transmitir verticalmente a sífilis produzindo quadros de Sífilis Congênita (SC) e seus consequentes agravos aos neonatos (BRASIL, 2012). A infecção do feto pela SC através da placenta da mãe infectada pode ocorrer em qualquer fase da gestação ou mesmo durante o parto. A bactéria presente na circulação sanguínea da gestante penetra na placenta e chega aos vasos do cordão umbilical, multiplicando-se rapidamente por todo o organismo da criança que está sendo gerada (BRASIL, 2006).

Atualmente, a sífilis permanece como grave problema de Saúde Pública no Brasil e no mundo, mesmo considerando-se a existência de testes diagnósticos sensíveis e tratamento eficaz e de baixo custo, com desfecho exitoso na maioria dos casos. O aumento dos casos da doença está associado principalmente pela falta do uso de preservativo nas relações sexuais, especialmente entre os jovens e adolescentes. Essa faixa etária atual ente 20 e 29 anos não presenciou as milhares de mortes ocorridas na primeira geração de portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), que ficou marcada pelo uso incondicional de preservativos durante as relações sexuais (ALVES; SANTOS, 2016).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sífilis

As primeiras informações registradas sobre a sífilis datam do final do século XV no continente Europeu. De acordo com os relatos, o retorno de Colombo do Novo Mundo deu origem a uma hipótese de que a sífilis foi introduzida na Europa por seus companheiros de viagem. Ainda, outra hipótese levantada é de que essa doença já existia nos continentes

Asiático e Europeu antes do século XV, entretanto, a mesma foi disseminada durante a urbanização (TORTORA; FUNKE, 2016).

O agente causal da sífilis, o *Treponema pallidum*, é uma bactéria gram-negativa do grupo das espiroquetas, patógeno exclusivo dos humanos, anaeróbio facultativo, com forma semelhante a um saca rolhas ou helicóide, é extremamente frágil, sensível à desinfetantes e temperatura (HARVEY; CHAMPE; FISHER, 2008).

Clinicamente a evolução da doença alterna com períodos de atividades e latência, o período ativo apresenta características diferenciadas para cada fase da doença. A patogênese é dividida em Sífilis Primária, Secundária e Terciária, Sífilis Congênita e Neurosífilis. Ainda quanto ao período de tempo para a instalação da infecção caracteriza a Sífilis Recente, na qual o diagnóstico é feito até um ano após o contágio e na Sífilis Tardia o diagnóstico é realizado após um ano da contaminação (SILVA; BONAFÉ, 2013).

A sífilis primária (Figura 1) tem como característica o cancro duro, que se desenvolve no local da inoculação frequentemente três semanas após a ocorrência da infecção. Essa forma se inicia como uma pápula rósea evoluindo para ulceração, e se segue o período de latência caracterizado pelo desaparecimento do ferimento e sintomas, a disseminação da bactéria pelo corpo pode variar de seis a oito semanas, nessa fase (GUANABARA et al., 2014).



Figura 1. Sífilis primária. Fonte: Google imagens. Acesso 06 de outubro de 2017.

A manifestação da sífilis secundária (Figura 2) ocorre de seis semanas a seis meses, após os sintomas da sífilis primária não tratada ou que não teve tratamento adequado. Durante esse período são observadas lesões papulosas nas palmas das mãos e no solado dos pés, e os portadores podem apresentar mal-estar, hiporexia, cefaleia, febre, prurido, dor articular, falta de apetite, rouquidão e dor óssea (LEITE et al., 2017).



Figura 2. Sífilis secundária. Fonte: Google imagens. Acesso 06 de outubro de 2017.

Na fase terciária (Figura 3) ocorre o surgimento de lesões nas mucosas, na pele e nos sistemas cardiovascular e nervoso, tendo como característica principal dessa fase da doença é a formação de granulomas que destroem os tecidos (BERNARDES FILHO et al.,).



Figura 3. Sífilis Terciária. Fonte: Google imagens. Acesso 06 de outubro de 2017.

A Sífilis Congênita (SC) (Figura 4) ocorre quando a gestante infectada transmite por meio da placenta o *T. pallidum* para o bebê (transmissão vertical), entretanto a transmissão da doença para o feto pode ocorrer em qualquer estágio da gravidez. A SC descoberta nos dois primeiros anos de vida é denominada de precoce e tardia após os dois anos (Ministério da Saúde, 2012).

A enfermidade pode ocasionar muitos danos para a saúde do embrião e do feto, podendo haver o risco de abortos espontâneos e parto prematuro. Ainda, o neonato pode apresentar SC precoce caracterizada por fissuras periorais e anais, lesões cutaneomucosas principalmente no rosto e extremidades e lesões em formas de bolhas. Na sífilis congênita tardia as lesões são irreversíveis sendo discernida por tibia em sabre, palato em ogiva, fronte olímpica, molares em amora e dentes de Hutchinson.



Figura 4. Sífilis Congênita. Fonte: Google imagens. Acesso 06 de outubro de 2017.

Quando não há tratamento adequado da sífilis a pessoa infectada corre sério risco de desenvolver Neurosífilis, caracterizada pela infecção das meninges, da medula espinhal ou do cérebro provocada pelo *Treponema pallidum*. Essa forma da doença apresenta elevado risco de morte por atingir tecidos que não se regeneram. (TORTORA; FUNKE, 2016).

O diagnóstico da Sífilis pode ser feito por meio de exames de prova direta, como campo escuro, pesquisa com material corado e imunofluorescência direta. Na sífilis primária e em algumas lesões da sífilis secundária, o diagnóstico poderá ser feito pela identificação do *Treponema pallidum*, já na fase terciária o diagnóstico é feito por meio das lesões e de exames

sorológicos como o *Venereal Disease Research Laboratory* (VDRL) e *Fluorescent Treponemal Antibody–Absorption Test* (FTA-ABS) (MARTINS et al., 2014).

No tratamento preconizado pelo Ministério da Saúde, (2012) com Penicilina Benzatina (Benzetacil) tanto o paciente quanto o parceiro sexual devem ser tratados com o seguinte esquema para cada fase da doença. Tabela 1.

Tabela 1: Tratamentos das Sífilis.

<i>Estadiamento</i>	<i>Esquema Terapêutico</i>	<i>Intervalo entre as séries</i>
Sífilis primária	Penicilina G Benzatina 1 Série* Dose Total: 2.400.000 UI IM	Dose única
Sífilis secundária ou latente com menos de 1 ano de evolução	Penicilina G Benzatina 2 Séries Dose Total: 4.800.000	1 semana
Sífilis terciária ou com mais de um ano de evolução ou com duração ignorada	Penicilina G Benzatina 3 Séries Dose Total: 7.200.000 UI MI	1 semana
Neurosífilis	Penicilina G Cristalina aquosa 18 a 24 milhões de UI por dia	4/4h diariamente por 10 dias

Fonte: <http://revistadepediatriasoperj.org.br/imagebank/images/v7n2s2a13-tab01.jpg>

Educação e sexualidade

A sexualidade acompanha o ser humano desde o seu nascimento e manifesta-se de formas diferentes em cada fase da vida. Para o ser humano a sexualidade está relacionada ao erotismo, carinho, afeto, amor e reciprocidade (TIBA, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394-96, por meio do Decreto de nº 6.286, de 05 de Dezembro de 2007, institui o Programa de Saúde na Escola (PSE). O art. 4 contempla ações em saúde prevista no âmbito do PSE, enquanto que o inciso XII assegura a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva. Portanto, existem documentos norteadores para que a escola discuta sexualidade para a promoção e preservação da saúde dos educandos.

O início da prática sexual entre os adolescentes acontece cada vez mais precocemente situação essa que tem feito aumentar a preocupação dos profissionais das áreas de saúde, educação e também dos pais, devido ao despreparo dos adolescentes e jovens em relação à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, uso de métodos anticoncepcionais e das consequências psicoemocionais associados à prática sexual (FURLANI, 2005).

A Educação Sexual é um dos conteúdos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e deve ser trabalhada como forma de preservação e promoção da saúde. Nesse contexto, a Educação Sexual deve ser problematizada favorecendo reflexões sobre a sexualidade humana,

para que seja debatido na escola como cuidar de si e do outro, no que se refere à sexualidade (ALVES; SANTOS, 2016).

Segundo os PCNs Brasil, (1997) é indispensável que se tire dúvidas dos jovens, adolescentes e adultos de modo claro tendo em vista que os professores não devem ignorar os temas relacionados à sexualidade, pois, estes surgem na cabeça dos jovens, adolescentes, e adultos com naturalidade e estes precisam de orientações para modificar seus comportamentos e cuidarem da melhor forma possível de sua saúde.

INCURSÕES METODOLÓGICAS

Levantamento bibliográfico

A revisão da literatura foi realizada por meio de pesquisas em revistas indexadas em bases nacionais e internacionais como Scielo, Pubmed, Medline, Lilacs e Biosis. Os termos utilizados para busca foram: (sífilis; *Treponema pallidum*; Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/sífilis); Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/sífilis); Educação de Jovens e Adultos (EJA/sífilis); temas transversais; educação e saúde). Essa etapa foi fundamental para estruturar a pesquisa e elaborar o questionário.

Tipo da pesquisa

Para a realização dessa pesquisa utilizamos como metodologia um estudo de abordagem qualitativa descritiva.

De acordo com Lakatos e Marconi, (2010), pesquisa qualitativa empenha-se em investigar e interpretar aspectos aprofundados do comportamento humano. Proporciona análise detalhada sobre uma investigação, atitudes, hábitos, por meio de uma amostra que o represente.

Conforme Bervian e Silva, (2007) a pesquisa descritiva registra, observa, correlaciona e analisa fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura observar, com a maior exatidão possível, a regularidade com que um fato ocorre, sua relação e conexão com outros, suas características e sua natureza.

Campo e sujeitos da pesquisa

O estudo foi realizado em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Araguaína - TO, que foi selecionada por já ter sido escola em que o pesquisador fez estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A instituição se encontra localizada na zona urbana. São sujeitos desta pesquisa alunos que estudam do 6º ao 9º Ano.

Instrumentos e procedimentos da coleta de dados

Para a coleta de dados, utilizamos o questionário.

Segundo Gil, (2010), questionário é uma técnica de investigação formada por um número elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, sentimentos, crenças, interesses, expectativas e situações vivenciadas por um grupo de pessoas.

O questionário contemplou 8 questões abertas, possibilitando aos sujeitos investigados expressarem livremente suas ideias. Através desse instrumento buscou-se obter informações relacionadas sobre como ocorre a abordagem da sífilis do 6º ao 9º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O questionário foi distribuído aos alunos no dia 22/08/2017 e recolhidos no mesmo dia, após esse momento de coleta de dados organizamos as informações em resultados e discussões analíticas para chegarmos às considerações finais.

RESULTADOS

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos alunos foram organizados por questões. Foram entrevistados 50 alunos da EJA por meio de questionário e a seguir estão descritas as respostas dos alunos e análise das mesmas.

1 - Como você define sífilis?

Do questionário aplicado 37 dos 50 entrevistados definiram sífilis como uma doença sexualmente transmissível, porém não falaram das fases da doença; da sífilis congênita e da neurosífilis demonstrando conhecimento superficial sobre essa patologia. Verificou-se que 13 dos 50 entrevistados responderam de maneira vaga e errônea. Segue as respostas obtidas: *“doença que não tem cura, doença perigosa, doença ruim de tratar, doença contaminosa, doença que pode ser transmitida por pessoa ferida, uma doença muito embaçada, não estudei sobre esse assunto, doença terrível”*.

2 - Você se sente preparado para informar uma pessoa como não passar e não contrair DST/sífilis?

Do questionário aplicado 29 de 50 entrevistados responderam que não estão aptos para ajudar outras pessoas a se conscientizarem sobre a forma de contágio e transmissão da DST/sífilis. Ainda alegaram que esse tema foi pouco debatido ou não é abordado pela família e na escola. Dos 21 entrevistados que se consideram preparados, esses citaram apenas o uso da camisinha como meio de combate à sífilis. Contudo não relataram a importância da mãe cuidar

da saúde para não transmitir a doença para o filho durante a gravidez e também não descreveram que o uso de materiais perfuro cortantes podem transmitir a doença quando contaminados.

3 - Para você quais as dificuldades encontradas para os professores ensinarem sobre DST/sífilis na escola?

Do questionário aplicado 10 das 50 respostas apontaram que algumas professoras não ensinam sobre DST/sífilis na escola por serem mulheres e se sentirem envergonhadas; 11 dos 50 entrevistados afirmam que os professores tem dificuldades devido à falta de respeito dos alunos; 7 de 50 estudantes relataram que os alunos levam na brincadeira; 8 dos 50 entrevistados disseram ser muito constrangedor falar sobre as partes íntimas em sala de aula; 6 dos 50 entrevistados afirmaram que os professores não tem nenhuma dificuldade; 3 dos 50 entrevistados responderam que os professores são tímidos para abordar sobre sexualidade; 4 dos 50 entrevistados não sabem quais as dificuldades dos professores; 1 dos 50 entrevistados descreveu que não falam de DST nas escolas.

4 - Como os seus professores ao longo de sua vida escolar falaram sobre DST/sífilis?

Do questionário aplicado 19 dos 50 alunos entrevistados afirmaram que nunca falaram em DST/sífilis em sala de aula; 12 dos 50 alunos falaram que mandavam usar camisinha; 2 dos 50 alunos falaram que levaram especialistas para dar palestras; 7 dos 50 entrevistados falaram para os alunos tomarem cuidado com quem se relacionam; 5 dos 50 alunos relataram que foram realizadas aulas com slides, textos e mostrando vídeos; 5 dos 50 entrevistados informaram de forma muito resumida escrevendo no quadro.

5 - Qual a importância de ensino sobre DST/sífilis nas escolas?

As respostas foram as seguintes: 10 dos 50 alunos entrevistados disseram que é importante para alertar as pessoas a terem cuidado na hora do sexo e com quem se relacionam; 15 dos 50 alunos entrevistados disseram ser importante para as pessoas se prevenirem; 4 dos 50 alunos entrevistados afirmaram ser importante porque as pessoas estão praticando relações sexuais muito novas; 8 dos 50 alunos entrevistados relataram ser importante para as pessoas aprenderem sobre DST; 6 dos 50 alunos entrevistados afirmaram ser importante para conscientizar os jovens e adolescentes sobre as consequências do sexo sem proteção; 7 dos 50 alunos entrevistados disseram que é muito importante porque os pais não ensinam sobre sexo e DSTs em casa.

6 - Você já fez algum teste rápido em Centro de Testagem e Aconselhamento?

Do questionário aplicado 39 dos 50 alunos entrevistados responderam não terem feito teste rápido. 11 dos 50 alunos entrevistados responderam que já fizeram testes rápidos. Destes 11 estudantes 08 são mulheres, que realizaram os testes por terem engravidado, sendo esses exames uma exigência do pré-natal. Apenas 3 alunos homens fizeram teste rápido.

7 - Você sabe quais são os sintomas da sífilis?

Do questionário aplicado 27 dos 50 alunos entrevistados relataram não conhecer os sintomas; 3 dos 50 alunos entrevistados escreveram que são feridas nas partes íntimas e coceira; 3 dos 50 alunos entrevistados afirmaram ser coceira, vermelhidão no pênis e vagina; 3 dos 50 alunos entrevistados disseram ser corrimento nos órgãos sexuais; 7 dos 50 alunos entrevistados responderam que são feridas no pênis e na vagina; 3 dos 50 alunos entrevistados descreveram como ferida no reto, no pênis na vagina, na boca e erupção cutânea; 1 dos 50 alunos entrevistados escreveram feridas no corpo; 1 dos 50 alunos entrevistados relatou o aparecimento de algumas manchas e caroços no pênis e na vagina; 1 dos 50 alunos entrevistados respondeu que surge uma verruga no pênis que se complica com o tempo; 1 dos 50 alunos entrevistados descreveu sobre a ocorrência de bolhas com pus que surgem nos corpos.

8 - Quais consequências uma pessoa contaminada pode sofrer se não tratar a sífilis?

Do questionário aplicado 27 dos 50 alunos entrevistados responderam que a pessoa pode morrer; 7 dos 50 alunos entrevistados escreveram que aparecem feridas nas mãos e nas partes íntimas; 10 dos 50 alunos entrevistados responderam que não sabem; 3 dos 50 alunos entrevistados escreveram que podem aparecer feridas nas partes íntimas e manchas na pele; 3 dos 50 alunos entrevistados disseram que o homem pode perder o pênis com o passar do tempo.

DISCUSSÕES ANALÍTICAS

A maioria dos alunos definiram sífilis como uma doença sexualmente transmissível, porém não falaram das fases da doença, da Sífilis Congênita e da Neurosífilis demonstrando conhecimento superficial sobre essa patologia, o que nos permite concluir que o tema foi mal trabalhado no Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano da EJA não atendendo as orientações dos PCN's (1997), sobre sexualidade que afirma A Educação Sexual é um dos conteúdos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e deve ser trabalhada como forma de preservação e promoção da saúde.

Mais de 50% dos alunos responderam que não estão aptos para ajudar outras pessoas a se conscientizarem sobre a forma de contágio e transmissão da DST/sífilis. Ainda alegaram que esse tema foi pouco debatido ou não é abordado pela família e na escola o que nos leva a acreditar que não há a aplicação do Programa Saúde na Escola (PSE). O art. 4 desse documento oficial contempla ações em saúde prevista no âmbito do PSE, enquanto que o inciso XII assegura a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva.

Os dados evidenciaram que entre os maiores problemas enfrentados ao se debater as DSTs em sala de aula estão a recusa dos professores em abordar o tema devido ao constrangimento ou pela falta de maturidade dos alunos. Particularmente, as professoras do gênero feminino são as que se sentem mais desconfortáveis em abordar o assunto.

Embora os alunos não tenham demonstrado conhecimento nas respostas, a grande maioria tem o entendimento que o ensino sobre o tema nas escolas auxilia na prevenção das doenças.

Considerando o conteúdo pessoal da questão sobre a realização de testes rápidos para DSTs, o elevado índice de indivíduos que não realizaram o teste pode estar associado ao preconceito, falta de orientação e de conhecimento sobre os serviços prestados pelos Centros de Testagens e Aconselhamentos. Nessas instituições é possível fazer o diagnóstico precoce de várias doenças como: HIV, hepatites, sífilis, além de realizar o tratamento e receber orientação de profissionais sobre a remissão, cura e cuidados gerais para conviver bem com a doença. Os resultados apontam que os homens são mais resistentes para procurarem os serviços de saúde, tal comportamento inviabiliza o diagnóstico precoce e contribui para o elevado número de casos das DSTs por portadores assintomáticos.

Os alunos deram respostas vagas e não coerentes sobre os sintomas da sífilis. Os sintomas citados se enquadram em vários tipos de DSTs e não relataram fases da doença, e não citaram a Sífilis Primária, Sífilis Secundária, Sífilis Terciária, Sífilis Congênita e a Neurosífilis.

Ao analisar conjuntamente o padrão de respostas foi possível perceber que a maioria dos alunos entende a sífilis como uma doença grave, entretanto a confundem com outras doenças e desconhecem as formas de contágio e prevenção. Contudo chama atenção à baixa procura pelos testes rápidos, oferecidos gratuitamente pelos serviços de saúde, demonstrando que os alunos como cidadãos negligenciam sua saúde.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como proposição medidas que visam contribuir para uma melhor abordagem sobre a sífilis na escola onde ocorreu a pesquisa: realizar palestras com profissionais da saúde bimestralmente; desenvolver metodologias diversificadas para atrair a atenção de todos os alunos no ensino sobre DST/sífilis; dispor curso de formação continuada

sobre saúde e sexualidade para todos os professores em horários que eles possam frequentar; incentivar os professores a procurarem estudos e cursos de aperfeiçoamento por conta própria relacionados à DSTs/Sífilis; disciplinar os estudantes para compreenderem a sexualidade como algo natural e inerente ao desenvolvimento humano.

Conclui-se o estudo sugerindo que esses resultados possam servir de base e estímulo para o aprofundamento de pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise interpretativa dos dados referentes à aplicação dos questionários sobre como ocorre a abordagem da sífilis na Educação de Jovens e Adultos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Araguaína, permitiu verificar que as DSTs/Sífilis, ainda são temas restritos no ambiente escolar, devido a falta de preparo de alunos e professores em abordarem a sexualidade e suas vertentes devido as suas inseguranças, crenças e valores associados ao sexo e a natureza humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabiana; SANTOS, Walter Antônio dos. **Avaliação do conhecimento sobre o tema transversal “Educação Sexual”** DOI: <http://dx.doi.org/10.15601/2237-0587/fd.v.8n1p26-43>. **Formação@ Docente**, v. 8, n. 1, p. 26 a 43, 2016.

BERNARDES FILHO, Fred. et al. **Sífilis em apresentação com fases sobrepostas: como conduzir**. *DST j. bras. doenças sex. transm*, v.24, n.2, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestão de alto risco: manual técnico**. 5. ed. Brasília, 2012.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394-96, Decreto de nº6.286, de 05 de dezembro de 2007**. Programa de Saúde na Escola - PSE. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico – Sífilis**. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Diretrizes para o Controle da Sífilis Congênita – Manual de Bolso**. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis – Manual de Bolso**. Brasília, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 126 p.1997.

CERVO, A L; BERVIAN, P, A; SILVA, R da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DA SILVA, Ana Carolina Zschornak; BONAFÉ, Simone Martins. **SÍFILIS: UMA ABORDAGEM GERAL**. Anais Eletrônico VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumarr UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar Editora CESUMAR Maringá – Paraná – Brasil, 2013.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUANABARA, Marilene Alves Oliveira. et al. **Acolhimento e aconselhamento como tecnologias leves em saúde na prevenção da sífilis congênita em Fortaleza-Ceará** · 11º Congresso Internacional da Rede Unida. 2014.

HARVEY, Richard A.; CHAMPE, Pamela C; FISHER, Bruce D. Espiroquetas. In: _____. **Microbiologia Ilustrada**. Tradução Augusto Schrank, Marilene H. Vainstein. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. cap. 15, p. 161-169.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Ive Athiery et al. **Assistência de enfermagem na sífilis na gravidez: uma revisão integrativa**. **Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-ALAGOAS**, v. 3, n. 3, p. 165, 2017.

MARTINS, Camila Freitas. et al. **Sífilis congênita numa maternidade pública: ênfase na caracterização e opinião das puérperas**. 11º Congresso Internacional da Rede Unida, 2014.

TIBA, Içami. **Adolescência: O despertar do sexo. Um guia para entender o desenvolvimento nas novas gerações**. São Paulo: Gente, 1994.

TORTORA, Gerard J.; CASE, Christine L.; FUNKE, Berdell R. **Doenças Microbianas dos Sistemas Urinário e Reprodutor**. In: _____. **Microbiologia**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. cap. 26, p. 741-756.

RESUMOS 2018

O POVO KRAHÔ E A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS

Alisson Almeida dos Santos⁷⁵

Roberto de Souza Santos⁷⁶

RESUMO: O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de Mestrado e tem o objetivo de analisar as conflitualidades desencadeadas pela expansão da fronteira agrícola sobre a reserva indígena Krahô, no nordeste do estado do Tocantins. A pesquisa se caracteriza pelo caráter exploratório-descritivo e qualitativo, e que consiste pelo contato real com a realidade em estudo. Quanto à obtenção dos dados e informações pertinentes, foram utilizados dois procedimentos básicos: a pesquisa bibliográfica e documental e os contatos diretos/trabalhos de campo. A questão da territorialidade dos povos indígenas tem se apresentado como campo fértil à pesquisa de natureza geográfica, sobretudo porque a mesma se insere nos estudos sobre as contradições do campo brasileiro, nas abordagens culturais e em tantas outras questões que a Geografia se propõe a estudar, entender e explicar. O povo Krahô vive na Terra Indígena Kraolândia, que está localizada a nordeste do Estado do Tocantins, entre os municípios de Goiatins e Itacajá e os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins. No Brasil, a questão agrária é algo marcado por contradições e conflitualidades de várias ordens. Em contraposição ao projeto desenvolvimentista neoliberal imposto pelo modo de produção capitalista, que tem o agronegócio como carro-chefe, as sociedades do campo vêm bravamente resistindo para reafirmarem seus territórios, e/ou muitas vezes lutando para conquistá-los. A territorialização do capitalismo no campo brasileiro está diretamente ligada à invasão e expropriação dos territórios indígenas. O cerrado tocantinense e os povos que nele habitam, como os camponeses, quilombolas e indígenas, têm sofrido sistematicamente com a expansão da fronteira agrícola e pastoril. Assim sendo, o povo Krahô tem sido impactado pelo avanço da produção de soja na região onde vivem, inclusive do ponto de vista de sua alimentação, com a ausência da caça.

Palavras-chave: Krahô; Território; Conflitos.

⁷⁵ Universidade de Brasília – UnB. Doutorando em Geografia pela UnB. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA. *E-mail:* geo_alissonsantos@uft.edu.br

⁷⁶ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutor em Geografia pela UNESP (Rio Claro). Professor da Graduação e Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto nacional. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA. *E-mail:* robertosantos@uft.edu.br

IMPACTOS DA PEC 215/00 NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Bruno Lopes Pereira⁷⁷

Marina de Alcântara Alencar⁷⁸

Kerley Fernandes Duarte de Oliveira⁷⁹

RESUMO: O aumento da população indígena no Brasil nas últimas décadas tem relação com o amparo legislativo e com as políticas de reconhecimento e demarcação do território indígena na Constituição Federal de 1988, executada pelos órgãos competentes ao assunto. No âmbito do imaginário social a palavra “índio”, está socialmente instituída significando, “fiapos de humanidades dotados de tecnologia rudimentar”. Associar antropólogos e sociólogos à construção dessas propostas para interpretar os anseios e as expectativas dessa população indígena para compreender como a demarcação territorial implica em uma reelaboração cultural. Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo propor uma discussão acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215, que visa alterar a competência para a demarcação das Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental no Brasil, e os reflexos dos aparelhos do poder e suas imposições sobre a manutenção dos valores identitários que são intrínsecos da condição humana. Por meio de uma discussão bibliográfica e dos diplomas legislativos vigentes no Brasil, e ainda as Convenções Internacionais, propôs-se uma análise dos possíveis impactos dessa mudança no desenvolvimento das comunidades tradicionais e na conservação da biodiversidade brasileira, e atrelando aos dados de violência no campo em função de conflitos entre indígenas e outros grupos interessados no uso das terras indígenas.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Comunidades tradicionais; Direitos de minorias.

⁷⁷ Universidade Federal do Tocantins. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais com bolsa fomentada pela CAPES. Graduação em Biologia. *E-mail:* biologouft@hotmail.com

⁷⁸ Universidade Federal do Tocantins. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais Graduação em Direito. *E-mail:* ninalencar@gmail.com

⁷⁹ Universidade Federal do Tocantins. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais Graduação em Artes Visuais. *E-mail:* kerley.oliveira@ifto.edu.br

PÓS-COLONIALISMO NEOLIBERAL: AMEAÇAS AOS RECURSOS NATURAIS E AOS PRINCÍPIOS DO BEM VIVER APINAYÉ

Danielle Mastelari Levorato⁸⁰

RESUMO: É de conhecimento geral que os povos indígenas e os povos tradicionais do estado do Tocantins encontram-se em situação de vulnerabilidade diante do avanço do agronegócio e dos grandes empreendimentos que, nas últimas décadas, se instalaram na região norte do Brasil. Minorias que são, possuem extrema dificuldade em resistirem como camponeses, quilombolas, poceiros, acampados, indígenas, dentre outros, mantendo suas terras como mecanismo de subsistência e todo patrimônio material e imaterial, em uma região cada vez mais marcada pelas diferenças sociais onde o pós-colonialismo neoliberal atua sob o escopo do desenvolvimento. Este artigo tem por objetivo relatar quais os empreendimentos que mais impactaram os recursos naturais do Povo Apinayé nos últimos cinco anos e como os princípios do Bem Viver Apinayé tem sido ameaçados. Tem por justificativa os impactos que o pós-colonialismo neoliberal podem trazer para as suas terras e as suas águas. Os autores que fundamentam o trabalho foram Curt Nimuendajú, Roberto da Mata, Boaventura Souza Santos e Francisco Edviges Albuquerque. Utilizou-se como metodologia a etnografia e observação participante com entrevista orientada, foi realizada também um levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa possui cunho qualitativo.

Palavras-chave: Agronegócio; Grandes empreendimentos; Etnografia.

⁸⁰ Universidade Federal do Tocantins, Letras, CIMBA: Av. Paraguai, s/n, Bloco D, 1º piso, sala 15 - - | 77824-838 | Araguaína/TO (63) 3416-561 | www.uft.edu.br//index.php/araguaina | letrasarag@uft.edu.br. E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

A LÍNGUA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA KRAHÔ

Francisca Martim Cavalcante⁸¹
Dr. Francisco Ediviges Albuquerque⁸²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre a língua indígena Krahô como ferramenta de resistência para a manutenção da cultura desse povo, considerando aspectos externos e internos atuantes no permanente conflito linguístico e cultural. A cultura de um povo está relacionada ao aspecto social, aos rituais, cantos, mitos, outros aspectos relacionados às culturas de cada comunidade, e principalmente à língua. Nesse sentido, a lexicografia como ciência, técnica ou prática de elaborar dicionários e pode auxiliar na manutenção de uma língua, resgatando palavras já em desuso, auxiliando professores no ensino em sala de aula, acrescentando vocabulário e, principalmente, mantendo a história de determinada língua e seu povo. A fundamentação teórica que dá sustentação a nosso trabalho está voltada para os autores que realizaram pesquisas sobre a temática indígena, lexicográfica e intercultural bilíngue. A abordagem metodológica se pautou na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Considerando que a extinção da língua de um povo ocorre, principalmente, devido à atuação conjunta dos motivos políticos, econômicos e ideológicos, que apesar da resistência dos povos indígenas atinge o cerne da língua e da cultura indígena, e, portanto, não havendo como contestar a relação entre o léxico e a cultura, o resultado dessa pesquisa oferecerá um objeto de interação, sobretudo cultural, entre a sociedade não indígena e o povo Krahô, pois, segundo Albuquerque (2011), a leitura e a escrita são produtos da cultura.

Palavras-chave: Língua Krahô; Cultura; Lexicografia.

⁸¹ Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Língua e Literatura. Licenciada em Letras. *E-mail:* fraciskavalcante@hotmail.com

⁸² Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutorado em Letras e Linguística - UNB. Doutorado em Letras – UFF. Mestrado em Letras e Linguística – UFG. *E-mail:* fedviges@uol.com

RESUMOS 2017

CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO

André de Oliveira Moura Brasil⁸³
Danielle Mastelari Levorato⁸⁴

RESUMO: Este estudo teve como objetivo geral entender a importância da conceituação da pobreza e da cidadania para a educação escolar na perspectiva de professores do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Araguaína – Tocantins e como objetivos específicos: apresentar os conceitos de pobreza e cidadania; analisar a importância dos conceitos de pobreza e cidadania para a educação escolar; verificar se os professores da Escola Meu Castelinho desenvolvem os conceitos de pobreza e cidadania junto aos seus alunos do 1º ao 5º Ano; descrever como os professores que conhecem a conceituação da pobreza e da cidadania oferecem uma educação que ajude os alunos pobres a superarem a pobreza. Optamos por uma pesquisa qualitativa descritiva que contou com a colaboração de 06 (seis) professores que atuam nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir os objetivos foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário que foram entregues e recolhidos dos professores no mês de Agosto de 2017. Os dados obtidos evidenciaram que os professores não conseguem expor claramente os conceitos de pobreza e cidadania; houve o entendimento de que os docentes percebem a necessidade de trabalharem os temas: pobreza e cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental para ajudar os discentes a entenderem as causas dessa mazela social e buscarem meios para combatê-la; ficou evidente nas respostas dos professores que nunca participaram de formações continuadas abordando o tema pobreza; todos os docentes afirmaram que é importante trabalhar o tema pobreza e cidadania na escola, embora os mesmos não tenham demonstrado domínio sobre os temas como nos mostra as respostas das perguntas 1 e 2 do questionário aplicado.

Palavras-chave: Educação Escolar; Critérios; Concepção de professores.

⁸³Universidade Federal do Tocantins. Pedagogo. Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar e cursista da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. *E-mail:* andreombrs@hotmail.com

⁸⁴ Universidade Federal do Tocantins. Bacharelada em Direito. Mestra em Direito. Formadora de TCC da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. *E-mail:* daniellemastelari@hotmail.com

IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL RONDON

Lucymara da Silva Santos Sobrinho⁸⁵

RESUMO: O presente artigo investiga a ligação estabelecida entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a educação, no sentido de perceber se o mesmo exerce influencia nos resultados na vida educacional de seus favorecidos, mediante averiguação da frequência escolar, da situação das matrículas e da participação da família dentro do processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos. O estudo foi orientado pela questão de avaliar a contribuição do Programa Bolsa Família sobre o número de matrículas, frequência e evasão dos estudantes bolsistas da Escola Estadual Marechal Rondon localizada na cidade de Araguaína-TO. Este artigo é resultado de um plano de investigação que teve por objetivo analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. A metodologia aplicada no referido estudo foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, seguida da respectiva análise dos dados. A pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados fontes documentais como as atas de resultados finais dos estudantes referente ao ano de 2016 e diários de classe do ano de 2017, listas de estudantes beneficiários na unidade escolar do referido ano, diários de classe das turmas e legislação e manuais referente ao PBF. Além das fontes documentais foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados com a direção da escola e a secretaria da unidade de ensino. De acordo com os resultados da pesquisa, os beneficiários do programa bolsa família frequentam a unidade escolar com assiduidade, mas referente ao acompanhamento dos pais na escola é um fator negativo, pois eles não participam de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Frequência; Escola.

⁸⁵Universidade Federal do Tocantins. Mestranda em Filosofia. Psicóloga. *E-mail:* lucymaa3220@hotmail.com

MENSURAÇÃO DE ATITUDES ANTISSOCIAIS EM RELAÇÃO AOS INDÍGENAS – INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA

Mara Cleusa Peixoto Assis⁸⁶

RESUMO: De acordo com o modo de vestir, de falar, o jogo de corpo, a cor da pele, a presença da pessoa define se ela será ignorada, maltratada, motivo de piadas e risadas, ou troca de olhares significativos dos outros, no ambiente em que se apresenta. Nas regiões onde a convivência entre indígenas e não-indígenas é intensa, é raro encontrar pessoas adultas que não tenham presenciado momentos desse tipo. Em instituições públicas como bancos, escolas, universidades, prefeituras, igrejas, delegacias de polícia ou em locais privados como supermercados, bares, lojas, ou mesmo nas ruas e outros espaços abertos, é muito comum deparar-se com situações de diálogo entre indígenas e não-indígenas. O modo de falar do indígena, em algumas ocasiões, parece ser depreciado pelo não-indígena. Para livrar-se disso, o indígena pode retrair-se e permanecer em seu espaço fechado, nas aldeias, a fim de evitar situações de constrangimento. Desta forma, em busca de trazer luz a este fato, apontado na região Norte do Tocantins e Sul do Maranhão, iniciamos a construção de um instrumento de mensuração das atitudes antissociais de pessoas não-indígenas dirigidas a pessoas indígenas. O check-list Mensuração de Atitudes Antissociais em Relação aos Indígenas (**MAARI**) é um instrumento está em seu primeiro teste em um Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo de levantar dados mensuráveis para pensar o problema da comunidade indígena ao frequentar espaços das cidades da região. O referido trabalho está levantando as impressões de indígenas e não-indígenas e trará mais subsídios para o aperfeiçoamento do instrumento.

Palavras-chave: Preconceito; Indígenas; Atitudes Antissociais.

⁸⁶ Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Araguaína no Curso de Letras – Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas – Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas e Docente convidada no PPGCat – Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical, do Curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFT. Doutora em Educação. *E-mail:* mara.peixoto@uft.edu.br

O POVO KARAJÁ-XAMBIOÁ E SUAS RELAÇÕES COM OS ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO

Thays Paiva Costa Rezende⁸⁷

Glauco Kuriaru Brito Karajá⁸⁸

Thalita Paiva Costa⁸⁹

Hudson Nascimento de Sousa Filho⁹⁰

Lucas Ricardo Ribeiro de Sousa⁹¹

Kênia Gonçalves Costa⁹²

RESUMO: Sabemos que a Globalização levanta vários questionamentos na sociedade contemporânea à cerca de suas particularidades e sua atuação, apresentando traços complexos que abrangem uma variedade de veículos entrelaçados mutuamente de diversas maneiras aos aspectos socioespaciais da comunidade indígena Karajá-Xambioá, deixando-os de alguma forma expostos a esse fenômeno. Este artigo tem como objetivo analisar e compreender a relação do povo Karajá-Xambioá com os objetos os quais as influências da Globalização podem ocasionar mudanças culturais no cotidiano dessa comunidade ao apresentarem aspectos que deixam explícitos a presença desse fenômeno na materialização das relações sociais, expressas em territórios de contraste social, onde a tecnologia é capaz de se sobrepor a certas características da própria cultura local. Tendo como embasamento o levantamento de dados em estudo qualitativo além de pesquisa bibliográfica, contamos também com observações em campo, onde foi feito um levantamento de dados voltados à análise dos efeitos da Globalização no cotidiano da aldeia Karajá, indígenas da T.I Karajá-Xambioá, localizada na cidade de Santa Fé do Araguaia – TO. De acordo com o trabalho aqui proposto – fruto de diversos estudos e acentuadas observações – se pôde perceber que a Globalização tem persuadido variadas mudanças nos aspectos sociais indígenas dentro e fora da aldeia, tais como nos aspectos políticos, culturais e étnicos, tornando essa pesquisa fundamental para que se possa perceber com que intensidade e velocidade esses fenômenos podem mudar ou até mesmo prejudicar a comunidade indígena.

Palavras-chave: Indígena; Globalização; Território.

⁸⁷UFT-Araguaína. Licenciada em Geografia. thays_ccc@hotmail.com

⁸⁸UFT-Araguaína. Acadêmico de Geografia. Indígena Karajá- Xambioá. glaucokaraja@hotmail.com

⁸⁹UFT-Araguaína. Licenciada em Geografia. thalitap.c@hotmail.com

⁹⁰UFT-Araguaína. Acadêmico de Geografia. hnascimento329@gmail.com

⁹¹UFT-Araguaína. Licenciado em Geografia. lucass-ricardo@hotmail.com

⁹²UFT-Araguaína. Doutora. Professora da Graduação em Geografia e do Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). keniacost@uft.edu.br

RESISTÊNCIA FEMININA: UM GRITO EM DEFESA DA VIDA NO CERRADO

Valéria Pereira Santos⁹³
Dernival Venâncio Ramos⁹⁴

RESUMO: Este artigo, propõe levantar alguns elementos para reflexão sobre a resistência das mulheres do campo ao agronegócio nos municípios de Campos Lindos, Goiatins e Barra do Ouro, região nordeste do Estado do Tocantins, onde está localizado o maior polo de produção agrícola da soja do estado. Ao mesmo tempo, aborda sobre o sentido do “grito feminino” que denuncia e quebra o silêncio da violência contra a vida das mulheres nas comunidades rurais. O objetivo desse estudo é entender o que as mulheres denunciam em relação ao agronegócio e como tem sido ocupado os espaços de denúncias por elas. Este é um levantamento preliminar a respeito do objeto de pesquisa “A percepção das mulheres sobre os impactos socioambientais da soja na Serra do Centro”, é resultante de uma pesquisa bibliográfica que analisou a partir da teoria do ecofeminismo, os depoimentos das mulheres sobre os impactos do agronegócio da soja, publicados através de textos e vídeos nas páginas online das organizações sociais e no canal do youtube. A pesquisa aponta de forma hipotética, que nos depoimentos as mulheres expressam um profundo sofrimento resultado do “desassossego” da vida no campo causado pela expansão da soja, através da violência da disputa fundiária, do uso intensivo de agrotóxicos e do desmatamento do Cerrado. A conclusão que se faz, é que nos poucos espaços que as mulheres têm para denunciar, elas reforçam a importância do “viver na terra” e negam o Matopiba como uma política de desenvolvimento que proporciona vida.

Palavras-chave: Mulheres; Resistência; Agronegócio.

Apoio: Capes.

⁹³ Universidade Federal do Tocantins. Mestranda no Curso de Pós-Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/UFT. Especialista em Geografia Desenvolvimento Regional e Urbano/UFT. *E-mail.* valeria_sants@yahoo.com.br

⁹⁴ Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto do Curso de História da UFT. Doutorado em História/UNB. *E-mail.* dernivalramos@uft.edu.br

ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS NO COMBATE ÀS DROGAS PARA O POVO KRAHÔ

Danielle Mastelari Levorato⁹⁵

Kenia Gonçalves Costa⁹⁶

Keiliane Kutati Karajá⁹⁷

Stella Belawaru Karajá de Sousa⁹⁸

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar um relato de experiência sobre as atividades de extensão desenvolvidas junto a aldeia Macaúba do Povo Krahô ocorrida nos dias 14 e 15 de setembro de 2017. O objetivo do evento foi alertar as lideranças de 20 aldeias, assim como as mulheres e os jovens sobre as implicações das drogas ilícitas, incluindo álcool e tabaco. Participaram do evento aproximadamente 80 indígenas de 20 aldeias. Inicialmente, no dia 14 foi realizada uma roda de conversa introdutória do tema, que seguiu com a apresentação do Filme Cazuzu. No dia 15, foram levantadas algumas questões sobre as implicações das drogas, incluindo a vida carcerária daqueles que são presos em virtude do tráfico de drogas, também foi apresentado documentários sobre a situação das prisões no Brasil e mais uma roda de conversa com as lideranças. Neste momento foi possível observar como a ação contribuiu para alertar e dar formação específica aos Krahô, especialmente as mulheres mais velhas que passam quase todo o tempo nas aldeias desconhecendo a realidade não indígena. Assim, temos como objetivo partilhar as experiências vivenciadas enquanto intencionistas. Para tanto utilizamos como metodologia a descrição da experiência a partir de um diário de campo, produzido com base em nossas observações, do qual resultou este trabalho, revelando como a experiência contribuiu para conhecer as dificuldades enfrentadas pelos Krahô e pensar novas ações conforme a necessidade local.

Palavras-chave: Aldeia Macaúba, Estratégias Preventivas; Combate às drogas.

⁹⁵ Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Direito. Graduada em Direito. daniellemastelari@hotmail.com

⁹⁶ Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Geografia. Docente do magistério Superior na graduação e na Pós graduação. keniacost@uft.edu.br

⁹⁷ Universidade Federal do Tocantins. Graduada em Medicina Veterinária. keillianekaraja09@gmail.com

⁹⁸ CEMI – CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA KARAJÁ-XAMBIOÁ. FUNDAMENTAL II. keillianekaraja09@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS JOGOS INDÍGENAS KRAHÔ 2016

Francisca Martim Cavalcante⁹⁹

Danielle Mastelari Levorato¹⁰⁰

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar um relato de experiência sobre os jogos indígenas Krahô ocorrido na aldeia Manoel Alves em 2016. O objetivo do evento foi a busca pelo fortalecimento da cultura dos povos. Aproximadamente 200 indígenas de 24 aldeias participaram dos jogos. Além dos Krahô de Itacajá participaram dos jogos os Krahô Kanela de Lagoa da Confusão. Foram realizadas várias modalidades distribuídas entre crianças, jovens e adultos divididas em equipes femininas e masculinas. Durante os seis dias de competição nos jogos todos participaram, os mais velhos como orientadores tradicionais, transmitindo as experiências, os jovens, além de aprender, se destacaram no atletismo. Neste momento foi possível observar como o evento contribuiu com os objetivos da Educação Escolar Indígena, que é preservar os costumes e tradições, bem como reafirmar sua identidade enquanto povo, utilizando de estratégia participativa-cooperativista e recursos didáticos. Assim, temos como objetivo partilhar as experiências vivenciadas enquanto não-indígenas estando em uma aldeia para assistir aos jogos. Para tanto utilizamos como metodologia a descrição da experiência a partir de um diário de campo, produzido com base em nossas observações, do qual resultou este trabalho, revelando como a experiência contribuiu para conhecer mais sobre a cultura do povo Krahô.

Palavras-chave: Aldeia Manoel Alves; Competição; Etnografia.

99 Universidade Federal do Tocantins. Mestre em língua e literatura. Licenciada em Letras. fraciskavalcante@hotmail.com

100 Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Direito. Graduada em Direito. daniellemastelari@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO HONESTUM ESTÓICO PARA A FORMAÇÃO DA ALDEIA MANOEL ALVES PEQUENO DO POVO KRAHÔ

Danielle Mastelari Levorato¹⁰¹

RESUMO: Neste artigo fazemos uma reflexão sobre a importância do diálogo interativo entre o cacique e a comunidade da aldeia Manoel Alves Pequeno do Povo Krahô, para a sua formação, especialmente, no que tange o princípio *honestum* dos estoicos, que é alicerçado pelas virtudes da sabedoria, justiça, moderação e magnanimidade. Partindo dessa premissa, foi realizada, durante visita técnica a aldeia, entre os dias 16 e 21 de agosto de 2016, em que buscamos as bases da etnografia e de entrevista orientada como ferramenta metodológica para levantarmos informações sobre como se deu a formação da aldeia Manoel Alves Pequeno. Para isso, nosso trabalho se caracteriza por ser de cunho qualitativo. Durante a entrevista orientada, percebemos que para a formação da aldeia a seriedade do cacique da época foi fundamental, especialmente, quanto aos recursos financeiros que a ele eram destinados e que eram conduzidos integralmente até a comunidade para que juntos decidissem de que forma seriam utilizados. O cacique tinha a exata noção de como promover a justiça, e os limites de sua liberdade e poder, agindo eticamente e conforme a moral dos deveres a qual prevê que o homem é um ser útil integrado a natureza. A observação etnográfica se deu de modo constante durante o período em que estivemos em campo, que também nos proporcionou uma observação da utilização do *honestum* em diversas situações, já que a comunidade vive de forma cooperada e integrada. Posteriormente buscamos uma fundamentação teórica por meio da revisão bibliográfica sobre o princípio da honestidade ligado ao direito natural e o estoicismo.

Palavras-chave: Diálogo interativo; Princípio *honestum* dos estoicos; Pesquisa etnográfica.

¹⁰¹ Universidade Federal do Tocantins. Professora Me. Curso de Letras/ Araguaína/TO. E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A LEXICOGRAFIA BILÍNGUE KRAHÔ

Francisca Martim Cavalcante¹⁰²

RESUMO: O povo Krahô habita a reserva situada à margem direita do Rio Tocantins, entre os municípios de Itacajá e Goiatins, no estado do Tocantins. Segundo dados do DISEI (2016), a população Krahô é de aproximadamente 3.265 habitantes, distribuídos em 33 aldeias. A língua Krahô, segundo Rodrigues (1986), pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê à família linguística Jê. O objetivo deste trabalho é evidenciar métodos que envolvem uma proposta de produção lexicográfica bilíngue Krahô. A produção lexicográfica irá auxiliar na manutenção de uma língua ao resgatar palavras/lexias em desuso, contribuir para os professores no ensino de língua materna em sala de aula, bem como ampliar vocabulário e, principalmente, contribuir com a língua e a cultura desse povo. Nesse sentido a fundamentação teórica que dá sustentação a nosso trabalho está voltada para os autores que realizaram pesquisas sobre a temática indígena, lexicográfica bilíngue e interdisciplinar. A abordagem metodológica da pesquisa está pautada na pesquisa documental a partir de levantamento bibliográfico do material produzido pelo Laboratório de Língua Indígena (LALI) da UFT. O resultado de nosso trabalho permite apontar que a interdisciplinaridade é constante no fazer lexicográfico Krahô. Desse modo, quando buscamos classificar e definir, por exemplo, a lexia da língua Krahô, estamos fazendo uso tanto da interdisciplinaridade quanto da interculturalidade.

Palavras-chave: Língua Krahô; Lexicologia; Interdisciplinaridade.

¹⁰² Universidade Federal do Tocantins. Mestre em língua e literatura. Licenciada em letras. *E-mail:* fraciskavalcante@hotmail.com

O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NAS ESCOLAS DA T.I KARAJÁ-XAMBIOÁ

Raquel Palmeira¹⁰³
Adriano Karajá¹⁰⁴

RESUMO: Essa pesquisa parte da premissa da análise da grade curricular das escolas da Terra Indígena Karajá-Xambioá no que concerne as disciplinas de Inÿrybe (língua Karajá) que fazem parte das disciplinas obrigatórias ministradas nas escolas pertencentes a reserva. O povo Karajá-Xambioá, também conhecido como Karajá do Norte, é um povo que se encontra localizado a margem do Rio Araguaia com área demarcada de 3.326.3502 ha. A reserva indígena é composta por quatro aldeias: Xambioá, Kurehê, Wari-Lyty e Hawa-Tymyra, com uma população estimada em 593 pessoas, segundo dados do DSEI-TO (2010). Muitos fatores externos e internos ocasionaram a perda linguística do povo Karajá-Xambioá e a escola juntamente com o processo de revitalização implantado dentro da comunidade assumiram um papel fundamental no resgate da identidade e principalmente da língua desse povo. Na grade curricular que vigora atualmente nas escolas nota-se uma aula por semana de Inÿrybe, o que expõe a língua a um tratamento de língua estrangeira dentro das salas de aula, contribuindo para uma não eficácia do processo de revitalização, onde se tem mais aulas de português em todas as series, fazendo do português a primeira língua e a dominante dentro das aldeias. Partindo dessa realidade confrontamos a grade curricular de 2017 com a dos anos anteriores e também com as leis que resguardam o ensino de língua materna dentro das comunidades indígenas de modo geral.

Palavras-chave: Educação; Língua Materna; Karajá-Xambioá.

¹⁰³ Universidade Federal do Tocantins. Letras. *E-mail:* raquelpalmeira96@gmail.com

¹⁰⁴ Universidade Federal do Tocantins. *E-mail:* adrianoindio17@hotmail.com

PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM FACE DA CONVIVÊNCIA ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS EM REGIÕES POVOADAS NO SUL DO MARANHÃO E NORTE DO TOCANTINS

Juliana Pereira Sousa¹⁰⁵
Mara Cleusa Peixoto Assis¹⁰⁶

RESUMO: Mesmo vivendo em um país alardeado por democrático e sem racismo. Somos cientes de que qualquer um hoje em dia pode ir a uma delegacia e registrar queixa contra quem o menosprezou por motivo de origem etnicorracial. Entretanto, presencia-se muitos desses atos de desrespeito aos indígenas sem que sejam tomadas quaisquer medidas para coibição desses abusos na região tocantina do Maranhão. Segundo LUCIANO, (2006, p. 39) *Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários.* Esta parece uma leitura parcialmente positiva do que realmente acontece. Se por um lado alguns direitos à posse da terra vêm sendo reivindicados pelos povos indígenas, por outro, o direito de ir e vir não vem sendo discutido nas instâncias populares e acadêmicas. Por conta dessas observações, idealizou-se um estudo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) entre indígenas e não indígenas da região tocantina do Maranhão. Visa-se apurar o preconceito em situações de contato com não indígenas em locais de convivência comum como repartições públicas, instituições financeiras, comerciais, educacionais e de lazer. Isto pôde ser comprovado empiricamente pela pesquisadora. A maneira de vestir, falar, a postura e a própria presença do indígena parecem suscitar desconforto em ambas as partes, aos indígenas e aos não-indígenas. Para levantar dados mensuráveis para pensar o problema, o trabalho está levantando as impressões de indígenas e não-indígenas por meio de um instrumento preliminarmente denominado Mensuração de Atitudes Antissociais em Relação aos Indígenas (MAARAI), em construção (PEIXOTO-ASSIS, 2017).

¹⁰⁵ Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras – CHSL - Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa. Imperatriz, MA. E-mail: julianna_psousa@hotmail.com

¹⁰⁶ Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Curso de Letras – Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. E-mail: mara.peixoto@uft.edu.br

GLEBA TAUÁ: RESISTÊNCIA E LUTA DE FAMÍLIA TRADICIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS

Lorrany Lourenço Neves¹⁰⁷
Keliane Morais Silva Santos Vale¹⁰⁸
Jannine Castelo Branco Gomes¹⁰⁹

RESUMO: O Estado do Tocantins apresenta grande número de conflitos advindos da posse e titularidade de terras. Nesse cenário, destaca-se o caso da Gleba Tauá, localizada no município de Barra do Ouro, é formada por um conjunto de terras de ocupação tradicional. As causas do atual conflito nessa área estão ligadas à prática de grilagem por parte dos produtores de soja, os quais iniciaram um processo de expulsão dos moradores tradicionais, de cercamento dos campos e de desmatamento ilegal, provocando alterações drásticas ao modo de vida e à identidade sociocultural dos moradores. Dentre as famílias com longa presença, que resistem às decisões judiciais e permanecem em suas terras, está dona Raimunda Pereira, liderança comunitária que vive na área desde 1952, quando ainda era ocupada pelos seus pais e avós, e vem exercendo a posse de forma mansa, pacífica e de boa fé, precisamente desde a década de 70 quando casou-se e constituiu família. Uma ação judicial foi proposta em desfavor de dona Raimunda, pelo *suposto proprietário* da terra onde ela vive há anos, da agricultura de subsistência através do plantio de lavouras e criação de animais. Hoje, Dona Raimunda e seus filhos permanecem na área mesmo estando, juntamente com as outras famílias, ilhadas e encurraladas diante da força brutal do desmatamento e das violências exercidas pelos funcionários do sojeiro, e aguardam o deslinde dessa batalha judicial, que, ao final, poderá significar a regularização definitiva de sua posse. A presente proposta visa registrar a memória da posseira Raimunda, no tocante à sua luta e resistência pela terra. Para tanto, utilizaremos a História Oral como um meio de oportunizar a recomposição de situações vivenciadas pela lavradora, abrindo espaço para reflexão a partir de suas memórias e narrativas. Utilizaremos ainda a Pesquisa Documental, em razão das peças processuais e dos documentos que compõem o processo judicial, no qual fora determinada a desapropriação em desfavor da lavradora.

Palavras-chave: Gleba Tauá; Conflito Agrário; Famílias Tradicionais.

¹⁰⁷ Comissão Pastoral da Terra. Araguaína-TO. (63) 3412-3200. E-mail: lorranyadv@hotmail.com

¹⁰⁸ Universidade Federal do Tocantins E-mail: keliane.vale@uft.edu.br

¹⁰⁹ Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território. Campus Cimba – Araguaína-TO. (63) 3416-5601. E-mail: janincecb.adv@gmail.com

